

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em História da Arte da Idade Moderna, realizada sob a orientação científica do professor doutor Nuno Carvalho Senos e professor doutor Rafael Moreira

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

Aos meus queridos pais, Gregório Manuel dos Santos e Vivência Sousa  
Cruz dos Santos.

Ao meu amado filho Tiago Miguel dos Santos

## APRESENTAÇÃO

O estudo que agora se apresenta intitula-se “ A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura (Séculos XV a XVIII)” e insere-se no programa de doutoramento em História da Arte da Idade Moderna a decorrer na Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

A antiga urbe da Ribeira Grande, na ilha de Santiago, atualmente mais conhecida por “Cidade Velha”, foi a primeira cidade portuguesa edificada na África Subsaariana, desempenhando um papel importante no apoio à sua política expansionista.

Creemos que para a maioria dos habitantes de Cabo Verde, o conhecimento da sua história patrimonial e urbana, assinalada aqui pela análise do tecido construído e da arquitetura, encontra-se pouco desenvolvido.

Enquanto natural de Cabo Verde tive oportunidade de desenvolver, no âmbito do curso de licenciatura em Gestão Turística e Cultura, um trabalho sobre a história de Cabo Verde, surgindo desde logo um interesse pelo tema. Daí que, a opção por esta problemática para os meus estudos avançados, após uma viagem até Tomar e à sua Charola, no âmbito do mestrado, se tenha prendido tanto com um desejo de rematar uma experiência anteriormente iniciada, numa área cara aos interesses pessoais do investigador, como com a oportunidade de contactar com uma realidade artística e patrimonial com a dimensão e peso inerentes à Ribeira Grande de Santiago, recentemente classificada património mundial pela UNESCO (2009).

Por outra lado, penso que estamos perante um tema de grande relevância para a historiografia da arte portuguesa, pois trata-se, não obstante o surgimento de alguns estudos levados a cabo nos últimos anos, de uma matéria ainda pouco explorada, principalmente quando se aplica a estudos de carácter comparativo e de conjunto relativamente às arquiteturas - sacra, militar e civil - e urbana – inserção territorial e contacto com a natureza, interesses económicos, de expansão, de domínio e efetividade de conquistas e articulação de espaços entre os diferentes criações artísticas.

Assim sendo, para a História da Arte portuguesa é de natural interesse este trabalho, pois permite-nos, não só entender as bases do urbanismo colonial português e a sua aplicação na cidade, como também descrever e interpretar a arquitetura religiosa, sua evolução e os seus projetos mais ambiciosos. Permita-nos igualmente analisar o panorama do sistema defensivo da cidade, as técnicas, os engenheiros e a evolução das obras militares.

O trabalho encontra-se estruturado em duas grandes partes: uma dedicada ao urbanismo e uma outra alusiva à arquitetura. A primeira parte, disposta num único capítulo, foca-se no processo de urbanismo da Ribeira Grande. Procura responder, de uma forma exaustiva às razões da fixação nas ilhas, nomeadamente na ilha de Santiago e na capital gênese de Cabo Verde; e às origens e desenvolvimento do parque edificado, enquadrado no contexto do urbanismo português, erguido na época moderna.

A segunda parte, mais extensa, subdivide-se em vários capítulos. O segundo capítulo refere-se à arquitetura religiosa, em termos históricos e artísticos, bem como ao papel desempenhado pelas confrarias, irmandades, ordens religiosas e sede de bispado, no arranque, na dilatação e na consolidação da área construída.

No terceiro capítulo, que faz menção à arquitetura militar, procuramos demonstrar como é que os ataques à urbe impulsionaram, em diferentes momentos, ou seja, antes, durante e depois do domínio filipino, a construção de um sistema militar complexo, mas com poucos resultados práticos. Propusemos igualmente dar ênfase à fortaleza Real de São Filipe, desde a sua necessidade de fundação, ao seu estaleiro, até aos modelos e tipologias.

O quarto e último capítulo, debruça-se sobre a arquitetura civil, mais difícil de estudar, devido à falta de dados e elementos datados. Neste capítulo tentou-se fazer uma leitura interpretativa, simbólica, histórica das obras significativas, no encadeamento da vida urbana na Ribeira Grande. Chama-se a atenção que, por uma questão metodológica e devido à falta de vestígios físicos e documentais, se optou por fazer alusão apenas às obras mais importantes, como sendo a cadeia, a Câmara, o Pelourinho, a Alfândega, o paço Episcopal e o Seminário.

Deve-se fazer referência, para terminar, à existência de um segundo volume da tese que tem como objetivo auxiliar na percepção e na compreensão do discurso interpretativo adotado ao longo do primeiro volume.

Antes de finalizar estas notas, gostaria de aproveitar este espaço para apresentar os merecidos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram, em distintas circunstâncias, seja através do fornecimento de elementos essenciais para o conteúdo desta tese e orientações, seja possibilitando o acesso a determinada documentação, pois um estudo como este, que dispensou longas horas de pesquisas, de viagens e de escrita solitária requer muita colaboração.

Começo por fazer um agradecimento personalizado ao professor doutor Nuno Senos pela erudição, generosidade e humildade com que assumiu e acompanhou os trabalhos. As análises críticas, sugestões inteligentes e empenho foram determinantes nas conclusões encontradas na tese. Um agradecimento especial e personalizado também para o professor doutor Rafael Moreira, que tem vindo a acompanhar-me, com amizade desde o mestrado. Sem dúvida uma fonte de inspiração para os jovens que queiram seguir esta área do conhecimento científico: História da Arte.

Gostaria de agradecer o acolhimento que me foi proporcionado pelos professores do Departamento de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa e pelos colegas do CHAM, sobretudo àqueles que pertencem ao grupo de investigação “As Artes e a Expansão Portuguesa”.

O meu agradecimento, também, a todos aqueles que ajudaram na bibliografia e em outros aspetos: doutor Lourenço Gomes, doutor António Correia e Silva, doutor Christopher Evans, arquiteto Fernando Pires, dr. Carlos Carvalho, dr. Charles Akibode, doutor Humberto Lima, dr<sup>a</sup> Isabel Santos, dr. Victor Santo, dr<sup>a</sup>. Isabel Botelho, dr. Nadir Almeida, dr. Jair Fernandes e Daniel Santos.

Na cedência de documentação escrita, iconográfica e cartográfica um agradecimento aos funcionários do Arquivo Histórico Ultramarino, do Arquivo Histórico Nacional (Cabo Verde), do Instituto de Investigação do Património Cultural (Cabo Verde), da Curadoria da Cidade Velha, do Instituto dos Arquivos Nacionais da

Torre do Tombo, da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, da Biblioteca do CHAM e da Biblioteca Mário Sottomayor Cardia (UNL-FSCH).

Pelo apoio financeiro gostaríamos de agradecer à Fundação para a Ciência e Tecnologia, que nos concedeu uma bolsa de investigação que possibilitou as viagens a Cabo Verde e a São Tomé e Príncipe, visando a recolha de dados nos arquivos, contatos com a comunidade académica, levantamentos fotográficos, perceção e organização dos objetos estudados.

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais e ao meu filho, que estão sempre presente na minha vida e no meu coração.

Um agradecimento especial vai ainda para os meus amigos, Celeste Fortes, José Neves, Cátia Salgueiros, Valdemiro Queimado, Sandra Reis, Marlene Centeio, Eugénia Cruz, Alexandra Ferreira, Eugénia Oliveira, Maria Santos, Lia Medina, Daniel do Brito, Antónia Brito, Américo Lopes, Janísio Neves, Carlos Elias, Andreina Caíres, Luís Filho, Samuel Santos, Vivência Trindade, Manuel Pinta, Manuel Delgado, António Delgado, Ariana Rego, Iolanda Borges e aqueles que sempre estiveram presente.

Fica também anotada, uma palavra de admiração para as populações da “Cidade Velha” que, não obstante as dificuldades económicas, sempre souberam conviver com o seu vasto património, não apenas edificado, mas também imaterial, até agora refletido nos modos de habitação, festas religiosas, língua e em inúmeras impressões arquitetónicas e urbanas. O longo percurso de preservação e fruição desse grande legado, far-se-á com a colaboração de toda a comunidade local, científica e académica.

Obrigado a todos.

**A Cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde: Urbanismo e Arquitetura  
(Séculos XV a XVIII).**

**Carlos Emanuel Sousa da Cruz dos Santos**

## Resumo

A história de Cabo Verde começa com a chegada dos portugueses em 1460. O local selecionado para a primeira ocupação humana, num território anteriormente deserto, recai na zona denominada Ribeira Grande, ilha de Santiago, em consequência da sua ribeira, fonte de água e razão principal de escolha da fixação. É nesse espaço, limitado pelas montanhas acidentadas, pela ribeira e pela topografia irregular que uma pequena povoação nasceu. Nela foi implantada uma área urbana e arquitetónica, fruto de regras de construção do colonizador: Portugal.

A génese urbana inicia-se ainda no século XVI, junto a uma baía, designada mais tarde por largo do Pelourinho, bastante orgânica e organizada a partir do porto, do Hospital e da Igreja da Misericórdia. Seguiu-se, ao longo de Quinhentos, o bairro de São Pedro, o maior de todos, também orgânico. O bairro de São Brás, espaço ocupado maioritariamente pelos jesuítas desenvolveu-se de forma paralela à costa. O último bairro intitulado São Sebastião, elevado a partir de meados do século XVI, já foi projetado respeitando os cânones do urbanismo moderno.

A cidade conseguiu atrair, pressionada pelos religiosos, pelos monarcas e pelas populações locais, instituições religiosas, régias e privadas que apostaram em obras arquitetónicas marcantes na evolução da urbe, entre as quais a igreja de Nossa Senhora do Rosário, o convento e igreja de São Francisco, a Sé e o paço Episcopal, a fortaleza Real de São Filipe e o Pelourinho.

Palavras-Chave: Cabo Verde, Ribeira Grande, Arquitetura, Urbanismo.

## Abstract

The history of Cape Verde can first be traced back to when the Portuguese sailors arrived. The first site selected for settlement, in a former deserted area, is in *Ribeira Grande*, in Santiago island, due to its location within a bank, source of water and the main reason for this establishment. It's here, amidst the mountains, the river

bank and an irregular topography, that a small village was formed. They created an urban and architectural area, following the rules of construction used at the time in the country where the colonizers came from: Portugal.

The creation of the urb happened in the XVI century, next to the bay, which later became known as the square of *Pelourinho* (pillory), a very organic area. It evolved from the port, the hospital and the Church of Mercy. Following, the neighbor of *São Pedro* – Saint Peter – the biggest of all, emerged, a very organic village, as well. The neighbor of *São Brás*, mainly occupied by the Jesuits, evolved parallel to the coast. The last neighbor, entitled *São Sebastião*, created in the middle of the XVI century, was projected following the canons of modern city planning.

The city was capable of attracting religious, regal and private institutions, pressured by the religious power, the monarchs and the local population, and betted on outstanding architectural works, to help the urb to evolve. Amidst these, one can find the Church of Our Lady of the Rosary, Saint Francis Monastery and Church, the Cathedral and the Episcopal Palace, Saint Philip's Royal Fortress, and the *Pelourinho*.

Key-words: Cape Verde, Ribeira Grande, Architecture, Urbanis



## Índice

INTRODUÇÃO .....	16
METODOLOGIA.....	17
HISTORIOGRAFIA.....	19
I PARTE .....	26
URBANISMO .....	26
I.1. Povoamento: Razões e Estratégias .....	27
I. 2. A Origem e Desenvolvimento Urbano.....	31
I. 2. 1. Escolha do Lugar .....	31
I. 2. 2. Aproximações Topográficas e Históricas.....	40
I. 2. 3. Tecido Construído.....	47
I. 2. 3.1. O Primeiro Momento: o Largo do Pelourinho.....	47
I.2.3.2. O Bairro de São Pedro e a Expansão Urbana.....	52
I.2.3.3. O Bairro de São Brás e a Presença dos Jesuítas: Conquista de Novos Espaços. 57	
I. 2.3.4. O Bairro de São Sebastião e a Consolidação Urbana .....	61
II PARTE .....	64
ARQUITECTURA .....	64
II – Arquitetura Religiosa.....	65
II.1. As Primeiras Experiências.....	65
II. 1.1. Igreja de Nossa Senhora da Conceição .....	65
II.1.2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	67
II.2. A Igreja e o Hospital da Misericórdia .....	73
II.2.1. História .....	73
II. 2. 2. Implantação Urbana e Arquitectura.....	76
II. 3. Os Jesuítas e o Seu Projeto Arquitectónico não Concretizado .....	80
II. 3. 1. História .....	80
II. 3. 2. O Projeto.....	82
II. 4. A Igreja e o Convento de São Francisco .....	93
II. 4. 1. História .....	93
II.4.2. Normas de Construções Franciscanas e a sua Percepção na Ribeira Grande.....	101
II. 4.2.1. Arquitectura e Construção Tipológica .....	103
II. 4.2.2. Urbanismo e Paisagem .....	106

II.5. A Sé: Conturbada e Monumental.....	110
II. 5.1. História e Construção .....	112
II. 5.1.1. A Sé do Bispo D. Francisco da Cruz .....	112
II. 5.1.2. Um Longo Interregno.....	116
II. 5.1.3. A Sé do Bispo D. Frei Vitorino Portuense .....	119
II. 5.1.4. A Sé: uma Construção Efémera .....	130
II.5.2. Descrição Arquitetónica e Artística.....	134
II.5.3. Aproximações arquitetónicas.....	137
II. 6. Pequenas Igrejas.....	139
Capítulo III – Arquitetura Militar .....	143
III.1. Os Ataques de Pirataria e de Corso e as Primeiras Obras Militares.....	144
III.2. A União Dinástica Ibérica e a Necessidade Crescente de Fortificação (1580-1640).....	149
III. 2. 1. Os Assaltos Continuados ao Porto e as suas Consequências .....	149
III.2.2. A Fortaleza Real de São Filipe .....	155
III. 2.2.1. História e Crónica Construtiva .....	155
III. 2.2.2. Arquitetura .....	162
III. 2.2.3. Tipologia e Modelos.....	170
III. 2. 3. Articulação entre os Fortes no Território .....	179
III. 3. Arquitetura Militar após a Restauração e o Desempenho dos Engenheiros Militares.....	189
Capítulo IV – Arquitetura Pública .....	202
IV. 1. A Cadeia .....	203
IV. 2. A Câmara e o Pelourinho .....	204
IV.3. A Alfândega .....	205
IV. 4. O Palácio Episcopal, tão Conturbado quanto a Sé.....	207
IV.5. O Seminário.....	212
CONCLUSÃO: A Problemática do Urbanismo e da Arquitetura na Ribeira Grande .....	216
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	231



## **PRINCIPAIS SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS**

AHN – Arquivo Histórico Nacional (Cabo Verde)

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino (Portugal)

AECI – Agência Espanhola de Cooperação Internacional

BN – Biblioteca Nacional (Portugal)

c. - cerca de

cit. - citado

CML – Câmara Municipal de Lisboa

CNCDP – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses

cx. - Caixa

doc. - Documento

ed. - Edição

fl., fls. - Fólio, fólios

HGCV – História Geral de Cabo Verde

HGCV-CD- História de Cabo Verde, Corpo Documental

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Portugal)

IAC – Instituto Açoriano de Cultura

IBNL – Instituto da Biblioteca e do Livro, Praia

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical (Portugal)

IIPC – Instituto de Investigação do Património Cultural (Cabo Verde)

IST – Instituto Superior Técnico

FCG – Fundação Calouste Gulbenkian

*PMM - Portugalie Monumenta Misericordiarum*

ob. – obra

UNL-FCSH – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

UNI-CV – Universidade de Cabo Verde.

vol. - Volume

## INTRODUÇÃO

### Objeto e Objetivos do Estudo

O estudo do urbanismo e da arquitetura praticada na cidade da Ribeira Grande, Cabo Verde, dos finais do século XV ao século XVIII abrange um conjunto grande de realidades respeitantes aos descobrimentos portugueses e aos interesses em elaborar projetos construídos, bem como aos grandes intervenientes. Procurar traçar um percurso e compreender os diversos aspetos relacionados com as obras construídas e idealizadas, durante esse período cronológico, é para nós, o grande objetivo desta tese de doutoramento. Outros objetivos que ambicionamos responder, focados em três questões, são:

I) Conceber uma análise comparativa do espaço urbano, sublinhando os fatores condicionantes da localização, os elementos delimitadores da forma da urbe, as áreas urbanas, as tipologias da estrutura urbana, os elementos nucleares, a evolução construtiva, a estrutura das ruas, praças e toponímia, caracterização dos edifícios públicos e privados e as articulações com a paisagem erigida;

II) Perceber como é que o ideal da dilatação e expansão do cristianismo colocou a cidade no rumo da atividade missionária e evangelizadora e os seus resultados arquitetónicos;

III) Compreender como é que o evoluir do quadro imperial leva a alterações no cenário geoestratégico e cria novas necessidades construtivas relativamente à fortificações e arquitetura militar, baseado na tratadística e na articulação com a topografia local.

Procurou-se igualmente fazer uma descrição detalhada de todo o conjunto monumental e arquitetónico da Ribeira Grande, de modo a estabelecer novas considerações sobre as partes constituintes dos edifícios e procurar detetar, através

dos aparelhos e materiais de construção, diferentes etapas de edificação e os momentos de intervenções pontuais. Importa referir também que, na análise ao exterior dos edifícios tivemos primeiramente como ponto de referência as fontes iconográficas e fotografias antigas do início do séc. XX, que nos dão uma preciosa informação sobre o aspeto dos monumentos, e a partir daí faremos comparações com as aparências atuais.

## **METODOLOGIA**

Para a elaboração do estudo seguiu-se uma metodologia que se baseou na cartografia e na iconografia histórica, em fotografias antigas e atuais, em plantas de algumas estruturas, em fontes manuscritas e secundárias, em recolha bibliográfica e finalmente na observação direta.

A cartografia e a iconografia históricas foram, em todas as fases da tese fundamentais, pois permitiram perceber a evolução urbana e arquitetónica do lugar, a localização geográfica e limites topográficos, características essenciais do tecido urbano em contínuos ciclos históricos e influências recebidas de outras paragens. Também nos possibilitaram situar as obras arquitetónicas mais significativas na malha urbana, como ainda as suas orientações, escalas, funções e ligação com todo o parque edificado.

As fotografias antigas, constituíram uma ferramenta importante para a investigação, visto que facilitaram o entendimento e as devidas análises descritivas, quer históricas, quer arquitetónica dos objetos e diferentes espaços. A sua importância cresce quando pensamos que estamos perante uma cidade que perdeu, com o tempo, boa parte do seu património construído. Uma leitura correta, ou tentativa dela, foi conseguida a partir de uma articulação entre fotografias antigas com as atuais, conseguidas *in loco*. Por exemplo, para uma melhor perceção e caracterização da Sé, foi essencial recorrer a esse método.

Por seu turno, ao trabalharmos sobre as plantas de algumas estruturas permitiu-nos realizar uma análise planimétrica em distintos aspetos, como a

distribuição e dimensão dos espaços interiores, tipologia dos edifícios, modelos, entre outros.

Com a finalidade de dar corpo a este projeto tem sido necessário, numa área onde existe uma grande carência bibliográfica, agrupar os estudos que se encontram inseridos muitas vezes em obras generalistas ou de conhecimento geral e recorrer à investigação direta nos arquivos. Procuramos fazer um tratamento bibliográfico exaustivo do tema proposto através da leitura de estudos de carácter específico, com a consulta de trabalhos nacionais e estrangeiros. A pesquisa de documentação tanto manuscrita, como impressa existente nos arquivos, nomeadamente o Arquivo Histórico Ultramarino, Torre do Tombo e Arquivo Histórico Nacional (Cabo Verde) foram fundamentais na escrita da tese. Deve-se referir que os documentos, visando um melhor entendimento, foram transcritos para o português atual.

Ao longo da investigação deparámos com obras essenciais que nos despertaram para um maior interesse sobre o assunto, facilitando-nos, ao mesmo tempo, o acesso às informações essenciais. Para um maior entendimento do tema destacaríamos três obras: *Monumenta Missionaria Africana*, do Padre António Brásio<sup>1</sup> (1906-1985), que iniciou uma notável coletânea de fontes para o estudo desta região, África Ocidental; *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné* do Oficial da Armada e historiador, Cristiano Sena Barcelos (1854-1915)<sup>2</sup>; e *Marcos Cronológicos da Cidade Velha* de Daniel Pereira<sup>3</sup>. Estes volumes fazem importantes referências, entre outras matérias, às construções, aos principais monumentos da cidade, à história económica e às figuras incontornáveis do arquipélago de Cabo Verde. Estes trabalhos convenceram-nos da grande abundância e diversidade de documentos relativos às produções artísticas do arquipélago: planta de edifícios, descrições urbanas, estado de conservação das construções, descrições geográficas e etnográficas, entre outros.

---

<sup>1</sup> Padre António Brásio, *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental*, 2ª série, vol. I (1342-1499), vol. II (1500-1569), vol. III (1570-1600), vol. IV (1600-1622), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958-1964; vol. V (1623-1650), vol. VI (1651-1684), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1979-1991 e vol. VII, Nota Introdutória de Isabel Castro Henriques, Centro de Estudos Africanos da FL-UL.

<sup>2</sup> Christiano José de Senna Barcelos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, 2ª edição., vol. I partes I e II (1460-1750), vol. II, parte III (1750-1833), Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira, Praia, IBNL, 2003. A primeira edição foi publicada em 1899 pela Imprensa Nacional, Lisboa. Adianta-se, no entanto, que essa obra deve ser analisada com algumas reservas.

<sup>3</sup> Daniel Pereira, *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, 2ª edição (Revista e Aumentada), Praia, IBNL, 2009. A primeira edição é de 1988.

O trabalho de campo, após o cruzamento das várias fontes acima referidas, constituiu uma etapa determinante do estudo e obedeceu a uma orientação profunda de observação direta, da qual resultou em inúmeros questionamentos e constatações. Devemos acrescentar que, durante o período de investigação no terreno, houve lugar a vários trabalhos arqueológicos localizados na zona baixa da urbe, coordenados por uma equipa de arqueólogos da Universidade de Cambridge, liderada por Christopher Evans, os quais tivemos oportunidade de acompanhar e participar.

Apesar do estímulo da investigação, resultante do enriquecimento da documentação referente ao tema, o estudo deparou-se com dificuldades relacionadas com a descontinuidade cronológicas dos documentos.

A nossa baliza cronológica base limita-se aos séculos XV a XVIII, os quais compreendem o início do povoamento, o seu desenvolvimento e a decadência da urbe, pelo que o período estudado se aceita com naturalidade.

## **HISTORIOGRAFIA**

Este capítulo abarca o estado da arte relevante para o nosso estudo. Deste modo, serão referidos os principais estudos realizados até ao momento sobre o tema com o intuito de conhecer a diversidade dos escritos sobre o espaço edificado em causa.

O objeto da nossa investigação não é completamente desconhecido. Contudo, o arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente a sua arquitetura e urbanismo modernos<sup>4</sup>, tem sido um território pouco estudado na historiografia da arte ultramarina portuguesa. A importância de outros espaços ocupados pelos portugueses no passado, designadamente o Brasil, Índia, África do Norte, ou mesmo o Japão, acabou por relegar os territórios de África Subsariana, onde se insere Cabo Verde, para segundo plano em termos de investigação e produção científica.

---

<sup>4</sup> Para outras áreas da produção artística, designadamente, a pintura, escultura, azulejaria, só para citar alguns exemplos, no que respeita ao período moderno, não existe qualquer obra de referência.

Até aos últimos anos do século XX, a cidade da Ribeira Grande era geralmente mencionada e descrita no âmbito de obras gerais sobre o império colonial português quase sempre enquadrada no contexto da Costa ocidental africana. Tais referências centravam-se principalmente nos aspetos religiosos e pontualmente militares. A título de exemplo, podem-se referir as obras de Rocha Martins<sup>5</sup>, Luís da Silveira<sup>6</sup> Orlando Ribeiro<sup>7</sup>, e Walter Rossa<sup>8</sup>.

No entanto, surgiram igualmente alguns trabalhos sobre a Ribeira Grande que versam sobre urbanismo assim como sobre aspetos arquitetónicos. Relativamente ao desenvolvimento do aglomerado, em 1964, Ilídio do Amaral, na sua tese de doutoramento<sup>9</sup>, sobre a ilha de Santiago, no tópico “prosperidade e decadência da Ribeira Grande”, faz alusão ao desenvolvimento urbano referindo as atividades económicas relacionadas com o crescimento da cidade por um lado, e os principais edifícios do território – públicos e religiosos – por outro. Estuda, igualmente - e este, pensamos, é o principal contributo deste autor para o nosso estudo - o sistema defensivo da urbe, fazendo uma análise e descrição do posicionamento dos fortes e a sua relação com a envolvente urbana, apoiando-se para isso na planta da cidade de 1778, de António Carlos Andreis.

Paralelamente, surgem trabalhos que contribuíram para o entendimento da lógica do funcionamento do espaço urbano da Ribeira Grande, nomeadamente a implantação do povoamento junto de uma baía e localização dos bairros, enquanto importante aglomerado colonial de toda a África Atlântica. Referimo-nos a obras como as de Elisa Silva Andrade<sup>10</sup>, António Correia e Silva<sup>11</sup>, Pedro Dias<sup>12</sup> e Iva Cabral<sup>13</sup>.

---

<sup>5</sup> Rocha Martins, *Histórias das Colónias Portuguesas*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1933.

<sup>6</sup> Luís da Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, 4 vol., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1956-1960.

<sup>7</sup> Orlando Ribeiro, “Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde” in *Aspectos e problemas da Expansão Portuguesa*, nº 59, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1962.

<sup>8</sup> Walter Rossa, “A Cidade Portuguesa” in *História da Arte Portuguesa*, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

<sup>9</sup> Ilídio do Amaral, *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*, Dissertação de Doutoramento em Geografia apresentada à FLUL, Lisboa, 1964

<sup>10</sup> Elisa Silva Andrade, “La formation des villes au Cap-Vert” in *Villes et Cidade, Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, Editions L’Harmattan, 1989.

<sup>11</sup> António Correia e Silva, *Espaços Urbanos de Cabo Verde. O tempo das cidades-porto*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações das Descobrimentos Portugueses, 1998.

Na obra “Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde”, de Fernando Pires<sup>14</sup>, a análise do espaço urbano centrada na cartografia e iconografia dá-nos um notável contributo para o entendimento do tecido urbano, identificando várias tipologias de implantação, “orgânica” no bairro de São Pedro, “tendencialmente regular” no largo do Pelourinho e bairro de São Brás, e finalmente o bairro de São Sebastião, que é “inequivocamente estruturado”.

Ainda relativamente ao urbanismo, existem testemunhos importantes para o conhecimento do desenvolvimento da cidade de Ribeira Grande publicados pelo investigador José Manuel Fernandes<sup>15</sup>. Fernandes procura fazer uma abordagem comparativa entre os diferentes territórios projetados pelos portugueses na África Subsaariana e no Atlântico Norte - principalmente as cidades dos Açores e Madeira – através de uma “*perspetiva cronológica e espacial*”, analisando, sobretudo, os aspetos de implantação urbana e dimensões territoriais, padrões de estruturas urbanas, elementos constituintes da paisagem construída como os bairros, as ruas, praças e as construções de cariz religiosa, militar – referindo-se a esse propósito, que na Ribeira Grande, existia uma “*rede espetacular, comparada com a das outras cidades insulares*” - e civil.

Relativamente a escritos sobre a arquitetura, existem estudos que procuram analisar as construções religiosas através de aproximações gerais, sobretudo alusivas à Sé, como são os casos de Daniel Pereira<sup>16</sup>, André Teixeira<sup>17</sup> e o já citado Fernando Pires<sup>18</sup>.

---

<sup>12</sup> Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): o Espaço Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

<sup>13</sup> Iva Cabral, “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação” in *HGCV*, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical, Instituto Nacional de Cultura, 2001.

<sup>14</sup> Fernando Pires, *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: análise histórico-formal do espaço urbano, séc. XV – séc. XVIII*, Praia, Edições Universidade de Cabo Verde, 2007, p. 117.

<sup>15</sup> José Manuel Fernandes, *Cidades de Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996; José Manuel Fernandes, “Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura” in *Património de Origem portuguesa na Mundo: Arquitectura e Urbanismo*, Lisboa, FCG, 2010.

<sup>16</sup> Daniel Pereira, *A Importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago Cabo Verde)*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

<sup>17</sup> André Teixeira, “A Sociedade” in *Nova História da Expansão Portuguesa: a Colonização Atlântica*, vol. III, tomo 2, Lisboa, Editorial Estampa, 2005.

<sup>18</sup> Fernando Pires, *ob. cit.*

Existe atualmente uma série de estudos sobre a Sé da cidade velha, cujo tema central de análise são as características estilísticas, nomeadamente a menção dos padrões classicizantes do Renascimento tardio, e os prováveis modelos arquitetónicos que serviram de inspiração a essa obra. A título de exemplo, para além das duas investigadoras referidas acima, pode-se citar, João Fagundes<sup>19</sup>, Pedro Dias<sup>20</sup>, Konstantin Alexander Richter<sup>21</sup> e José Manuel Fernandes<sup>22</sup>.

Na revista *Património e Estudos* publicada em 2003<sup>23</sup> e no artigo intitulado “Interpretação e consolidação da Sé Catedral da Cidade Velha”<sup>24</sup>, Alexandre Braz Mimoso, apresenta, para além de uma breve descrição arquitetónica e estilística, a Sé numa perspetiva de história da construção.

Já a arquitetura militar tem sido estudado geralmente através de duas perspetivas distintas: uma, que analisa a sistema defensivo na sua globalidade, apontado os vários momentos edificatórios – relacionados sempre com diferentes necessidades de defesa, em resultado de ataques sucessivos de corso e piratas<sup>25</sup> - e a implantação e localização das estruturas militares no território, nomeadamente ao longo da orla costeira; e uma outra, que investiga a fortaleza Real de São Filipe.

Relativamente a primeira problemática, podem-se salientar os trabalhos de cunho generalista incluídos em temas mais abrangentes e sobre outras regiões, tais como os de Rui Carita<sup>26</sup>, Maria Madeira Santos<sup>27</sup>, Pedro Dias<sup>28</sup>, André Teixeira<sup>29</sup>, e

---

<sup>19</sup> João Fagundes, “Ribeira Grande, A Cidade Velha” in *Oceanos* nº5, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1990.

<sup>20</sup> Pedro Dias, *ob. cit.*

<sup>21</sup> Konstantin Alexander Richter, *The Historic Religious Buildings of Ribeira Grande. Implementation of Christian Models in the Early Colonies, 15th till 17th Century, on the Example of Cape Verde Islands*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Arte, Universidade da Madeira, 2008.

<sup>22</sup> José Manuel Fernandes, “Arquitetura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura” in *ob. cit.*

<sup>23</sup> Alexandre Braz Mimoso, “Intervenção de consolidação das ruínas da Sé Catedral da Cidade Velha Cabo Verde” in *Património Estudos* Nº 4, Lisboa, Ministério da Cultura, IPPAR, 2003, p.128.

<sup>24</sup> Alexandre Braz Mimoso, “Interpretação e consolidação da Sé Catedral da Cidade Velha”, in *Revista de Estudos Cabo-verdianos*, Praia, Edições Uni-CV, 2013, pp. 1-57.

<sup>25</sup> Sobre este tema consultar entre outros, António Carreira, *Cabo Verde - Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 3ª Edição, Praia, Instituto de Promoção Cultural, 2000.

<sup>26</sup> Rui Carita, “O Atlântico: Ilhas e costa africana” in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

<sup>27</sup> Maria Madeira Santos, “A Defesa dos Litorais. O Caso da Arquipélago de Cabo Verde Durante a Ocupação Filipina” in *Actas do V Colóquio “Do Infante e Tordesilhas”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 115-120.

<sup>28</sup> Pedro Dias, *ob. cit.*

<sup>29</sup> André Teixeira, *ob. cit.*

Carlos Carvalho<sup>30</sup>, e os escritos que têm como tema central o arquipélago de Cabo Verde, como é o caso de João Fagundes<sup>31</sup>.

Mas é com Ilídio Baleno<sup>32</sup> e Francisco Gomes de Sousa Lobo<sup>33</sup> que vamos encontrar dois dos estudos mais relevantes relacionados com a arquitetura militar da Ribeira Grande. Baleno expõe uma relação direta entre os vários ataques à cidade, nomeadamente os de Manuel Serradas (1583) e Francis Drake (1585), com a evolução e ritmo de crescimento das construções militares. Tem o mérito ainda de mostrar a dinâmica de funcionamento de todo o programa defensivo, resultante da estratégia de localização dos baluartes fazendo com que um “*desembarque de tropas no seu porto (Ribeira Grande)*” fosse “*(...) bastante arriscado, porquanto os invasores poderiam ser facilmente emboscados, ficando expostos ao fogo cruzado da artilharia (...)*”. É nessa linha de pensamento que Sousa Lobo faz a análise do sistema defensivo da cidade. Apoiando-se na tratadística e nas técnicas de defesa marítima e terrestre, o autor estabelece uma relação analógica, principalmente entre o sistema defensivo praticado em Marrocos e na Ribeira Grande. Conclui que o aglomerado urbano era difícil de defender de acordo com os novos sistemas de ataque – frente marítima – porque as fortificações tinham um função defensiva passiva. Para finalizar, Sousa Lobo apresenta um percurso pela evolução de todo o programa militar construído na cidade, que classifica como sendo “uma situação fora do comum”, bem como o seu funcionamento, relação com a geografia local e fragilidades.

Para o caso dos escritos sobre a fortaleza Real de São Filipe, numa ótica descritiva, pode-se assinalar os trabalhos académicos dos anos de 1960, de Clarisse Cardona Ferreira<sup>34</sup> e Sofia Marques Neves<sup>35</sup>, que frisam que esta construção foi projetada nos primeiros anos do reinado de Filipe I de Portugal, sendo planeada pelo

---

<sup>30</sup> Carlos Carvalho, “Panorama do Sistema Defensivo das Ilhas de Cabo Verde, com Incidência na Ex-cidade da Ribeira Grande” in *Arquitectura Militar: do Conhecimento Histórico à sua Função Actual*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2005.

<sup>31</sup> João Fagundes, “Ribeira Grande a Cidade Velha”, *ob. cit.*

<sup>32</sup> Ilídio Baleno, “Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria” in *ob. cit.*

<sup>33</sup> Francisco de Sousa Lobo, “Técnica, Engenharia e Artilharia na Cidade Velha” in *Cabo Verde – Fortalezas, Gente e Paisagem*, Praia, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2000, pp. 109-132.

<sup>34</sup> Clarisse Cardona Ferreira, *A História do Arquipélago de Cabo Verde durante o Período Filipino*, 1964, pp. 62-63.

<sup>35</sup> Sofia Marques de Lima Neves, *A História do Arquipélago de Cabo Verde durante o Período da Restauração: 1640-1668*, Dissertação de Licenciatura apresentada à FLUL, 1966, p. 66.

arquiteto João Nunes. Mais recentemente, e cruzando com as duas autoras acima citadas, surgiu uma outra pesquisa sobre este edifício. Trata-se do dossiê de candidatura da Cidade Velha a Património Mundial pela Unesco<sup>36</sup>, que conclui igualmente que “a posição [da fortaleza] abraçava toda a cidade, o mar, o vale e o planalto circundante”.

No ano 2000, Carlos Garcia Peña<sup>37</sup>, socorrendo-se de tratadística, fontes escritas e cartográficas e iconográficas coevas, expõe que a fortaleza Real de São Filipe funcionava como uma autêntica chave que fechava “ (...) desde o alto, a comunicação da cidade com o interior da ilha” e que cumpria uma dupla função: “(...) vigilância do mar e porta de terra.” Contudo, alude que as medidas de defesa em terra adotadas pela coroa careciam para sua eficácia de “barcos da armada que patrulhassem a costa” e de “armamento e dotação de artilharia dos fortes existentes (...)”. Outro contributo importante do investigador para a historiografia da arquitetura militar implementado da urbe, para além da evolução construtiva, dos responsáveis pela estrutura – arquiteto João Nunes e o capitão Gaspar Luís de Melo - e do estado de conservação do edifício ao longo da história, é a referência aos materiais empregados na construção da obra: pedra vermelha ou negra, pedra vulcânica, terra e cal, lenha miúda e ladrilhos.

Outra leitura histórica sobre a arquitetura militar erguida na Cidade Velha, é do já citado José Manuel Fernandes<sup>38</sup> (2010), sublinhando que a fortaleza Real de São Filipe – não aludindo contudo, as pequenas construções de cunho defensivo - é um “modelo abaluartado e pirobalístico” que se inspirou nas linhas construtivas de Filipe Terzi, (1587 – 1593).

Acaba-se de apresentar, desta forma, o que de mais significativo tem sido produzido sobre os grandes temas de historiografia da arte portuguesa construída na cidade da Ribeira Grande, em Cabo Verde, designadamente no panorama urbanístico e arquitetónico. Nota-se, que existem obras importantes que nos têm despertado para um maior interesse do assunto, facilitando-nos, ao mesmo tempo, o acesso às

---

<sup>36</sup> Et. al. *Proposition d'inscription Cidade Velha, Praia*, Instituto de Investigação e Património Culturais, 2008. A cidade da Ribeira Grande foi reconhecida pela UNESCO como Património da Humanidade, no dia 26 de Junho de 2009.

<sup>37</sup> Carlos Garcia Peña, *A Fortaleza Real de São Filipe, Chave da Defesa do Arquipélago de Cabo Verde in, ob. cit., p. 80-107.*

<sup>38</sup> José Manuel Fernandes, *ob. cit.*

informações essenciais, que nos leva a ter uma melhor percepção das tendências das indagações referentes a essas problemáticas.

**I PARTE**

**URBANISMO**

## I. 1. Povoamento: Razões e Estratégias

O percurso histórico do arquipélago de Cabo Verde teve início no século XV, mais precisamente nos começos da década de 60. As várias ilhas foram sendo descobertas ao longo de duas viagens sucessivas: em 1460, as primeiras cinco ilhas conhecidas, agrupadas na zona oriental e Sul do arquipélago, aparecem referidas num diploma de doação das mesmas ao Infante D. Fernando pelo seu irmão D. Afonso V, apesar de se admitir que tenham sido descobertas ainda em vida do Infante D. Henrique<sup>39</sup>; um segundo grupo vem mencionado apenas em carta de doação datada de 29 de Outubro de 1462<sup>40</sup>. As identidades dos autores da descoberta ainda estão por apurar, dividindo-se as opiniões entre o veneziano Alvise Cadamosto, o genovês António de Noli e o português Diogo Gomes, ambos ao serviço do Infante D. Henrique, além do escudeiro do Infante D. Fernando, Diogo Afonso<sup>41</sup>.

A fixação inicial nas ilhas foi um processo difícil e prolongado. Temendo que Castela se antecipasse e se apoderasse das terras recém-descobertas, D. Afonso V tratou de legitimá-las como sua propriedade, através do seu imediato povoamento. Apesar da aridez<sup>42</sup>, da distância em relação ao reino<sup>43</sup>, e da escassez de riquezas naturais, a localização geográfica do arquipélago, entre Europa e África, colocava-o

---

<sup>39</sup> O documento que acusa uma transferência de propriedade data de 3 de Dezembro de 1460, exatamente 20 dias após o falecimento de D. Henrique. Luís Albuquerque, “Descobrimto de Cabo Verde”, in *ob. cit.*, p. 30.

<sup>40</sup> Cf. Cristiano Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e da Guiné*, 2ª edição, vol. I, parte I, Lisboa, IBNL, 2003, p. 26.

<sup>41</sup> Sobre os autores que têm trabalhado o tema, descobrimto das ilhas de Cabo Verde, vejam-se entre outros, os estudos de Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, 1943; Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1956; Ilídio do Amaral, *ob. cit.*; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, 1978, p. 170 e ss.; Mariana Lagarto, “Descobrimto do Arquipélago de Cabo Verde” in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1994, p. 142-152; e Luís Albuquerque, *ob. cit.*, pp. 23-39.

<sup>42</sup> Relativamente a aridez das ilhas, Duarte Pacheco Pereira afirmou que “são estéreis porque são vizinhos ao Trópico de Câncer, e tem muito pouco arvoredo por causa de nelas não chover mais dos ditos três meses [Agosto, Setembro e Outubro]”. Cf. Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Introdução e Anotações Históricas de Damião Peres, 3ª Edição, Lisboa, Academia de História, 1988, p. 102.

<sup>43</sup> D. Fernando, donatário do arquipélago desde 1462, informa o rei que “por ser tão alongada dos nossos reinos a gente não quer a ela ir viver”. Cf. Carta régia concedendo aos moradores da ilha de Santiago de Cabo Verde autorização para comercializar na costa da Guiné, com excepção da zona de Arguim de 12.06.1466, publicado in *HGCV-CD*, vol. I, pp. 19-22; *MMA*, 2ª série, vol. I, pp. 431-435.

numa posição estratégica invejável<sup>44</sup> que convinha conservar. De fato, enquanto portos de escala quase obrigatória<sup>45</sup>, as ilhas desempenharam um papel importante para o controlo da circulação e das trocas comerciais no Atlântico e nas ligações existentes com a costa africana, constituindo-se no único território desta zona onde os portugueses poderiam permanecer em segurança visto não ser ocupado, ao inverso de qualquer local na Guiné, obrigando a grandes esforços de defesa<sup>46</sup>. Enquadrava-se, ainda, na política comercial e científica levada a cabo pela coroa portuguesa, com a intenção de encontrar novos itinerários que não fossem na região do mediterrâneo, para atingir as cidades do interior do continente africano e o caminho marítimo para Índia<sup>47</sup>. Para além da utilidade comercial e científica, o arquipélago de Cabo Verde funcionou, entre outros aspetos, como um centro de “formação” e de “transformação” do escravo para o trabalho, um território de aprendizagem em exercício, e na utilização de novos meios e métodos de produção agrícolas<sup>48</sup>.

Por outro lado, a ilha de Santiago era a maior em extensão e, de longe, a mais fértil, de maneira que oferecia as melhores condições para fixar populações. A respeito da fertilidade desse espaço, um piloto anónimo comunica com alguma admiração, e também com algum exagero, que “há infinitos jardins de laranjeiras, cidras, limoeiros, romeiras e figos de toda a qualidade, e de alguns anos para cá plantam palmeiras que produzem cocos, vulgarmente chamados “nozes da Índia”. Produzem-se também muito bem “todas as castas de hortaliça”<sup>49</sup>.

Por volta de 1507, Valentim Fernandes já havia aludido à riqueza dos terrenos, relatando que “esta ilha da todas as frutas de Portugal que se nela plantam, figos, uvas, melões, açúcares [cana-de-açúcar] e todas as outras frutas é

---

<sup>44</sup> Em consequência dessa posição estratégica, a cidade da Ribeira Grande, não obstante de ter reduzidas dimensões, tem uma herança cartográfica e iconográfica considerável.

<sup>45</sup> A esse propósito, uma carta de 25 de Outubro de 1512 refere que “é grande escala para as naus e navios de Sua Alteza e assim para os navios de São Tomé e ilha do Príncipe e para os navios que vão do Brasil e da Mina e todas partes da Guiné, que quando aqui chegam perdidos e sem mantimentos e gente aqui são remediados de todo o que lhe faz mester”. Cf. Maria Manuel Torrão, “Colonização de Cabo Verde: meios e objetivos”, in *Portugal no Mundo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 169.

<sup>46</sup> António Correia e Silva, *ob. cit.*, p. 8; André Teixeira, “Povoamento: um Processo que se Prolonga no Tempo”, in *Nova História da Expansão Portuguesa: a Colonização Atlântica*, vol. III, tomo II, Lisboa, Editorial Estampa, 2005, p. 13.

<sup>47</sup> Rui Carita, “O Atlântico: Ilhas e Costa Africana”, in *ob. cit.*, p. 199.

<sup>48</sup> Daniel Pereira, *A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago, Cabo Verde)*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004, p. 14.

<sup>49</sup> *Navegação de Lisboa à ilha de São Tomé, escrita por um piloto português*, p. 13-14.

para todo o ano”<sup>50</sup>. Em 1604, o teor da carta do padre Baltazar Barreira reforça esse fato: “as árvores e plantas que fazem amemos estes vales [...] são coqueiros, palmeiras de tâmaras, parreiras, marmeleiros, figueiras, limoeiros, e todas as mais árvores de espinhos [...] e os moradores têm suas herdades pela terra dentro, com quintas fresquíssimas”<sup>51</sup>.

A primeira ilha a ser ocupada foi a de Santiago, por volta de 1462, dois anos após o seu descobrimento. Na realidade, a história do arquipélago de Cabo Verde nos primeiros séculos da sua existência confunde-se, no geral, com a história da ilha de Santiago e com o seu principal núcleo populacional, Ribeira Grande. Trata-se, na verdade, da primeira cidade fundada por europeus ao sul do Saara, e sede do primeiro bispado da costa ocidental africana.

Para facilitar o povoamento de Santiago, a coroa optou por apostar no mesmo sistema que, anos antes, tinha resultado na perfeição nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, a capitania-donatária<sup>52</sup>. Deste modo, a ilha foi dividida, no ano de 1462, em duas capitanias, sendo os capitães-donatários António da Noli, que teria a responsabilidade de povoar a região sul, com a capital na Ribeira Grande, e Diogo Afonso, com a capitania do norte, com sede em Alcatrazes<sup>53</sup>. Entretanto, esse sistema não terá surtido os efeitos inicialmente ambicionados porque, logo em 1466, seria necessário criar mais estímulos para incrementar o povoamento e colonização da ilha. É por esta razão que a coroa, através de duas cartas régias de incentivos, uma de 1466<sup>54</sup>, e outra, seis anos mais tarde, de 1472<sup>55</sup>, resolve intervir para tentar atrair colonos para a ilha de Santiago. Na primeira carta, o monarca D. Afonso V, *o africano*,

---

<sup>50</sup> *Códice Valentim Fernandes*, Leitura Paleográfica, Notas e Índice pelo Académico José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 157-158.

<sup>51</sup> Cf. Carta do padre Baltazar Barreira ao Provincial de Portugal de 22.07.1604, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 41-49.

<sup>52</sup> Veja-se sobre este assunto por exemplo, António Vasconcelos de Saldanha, “Capitanias Donatarias” in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 194-197.

<sup>53</sup> Ângela Domingues, “Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento” in *ob. cit.*, p.47 e ss. António da Noli, acompanhado de alguns familiares e criados, assume pessoalmente a tarefa de povoar e colonizar a sua capitania. Já Diogo Afonso, delegou essa função a um representante.

<sup>54</sup> Carta régia concedendo aos moradores da ilha de Santiago de Cabo Verde autorização para comercializarem na costa da Guiné de 12.06.1466, publicado in *Documentos Portugueses*, vol. III, pp. 55-57 e *HGCV-CD*, vol. I, Lisboa, IICT, 1988, pp. 19-22.

<sup>55</sup> Declaração e limitação da carta de privilégios concedida aos moradores da ilha de Santiago de 08.02.1472, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. I, pp. 446-450 e *HGCV-CD*, vol. I, pp. 25-28.

concebeu aos futuros habitantes, uma série de regalias fiscais e comerciais aquando do comércio com a costa da Guiné, à exceção do trato de Arguim, que pertencia ao monopólio da coroa<sup>56</sup>. Por sua vez, na segunda carta, o monarca, estabelece algumas limitações, nomeadamente a “obrigatoriedade de partida e de efetiva residência em Santiago” para adquirir o direito de comercialização com a costa da Guiné, desde que fossem mercadorias produzidas na ilha e a restrição de venda de escravos fora do arquipélago<sup>57</sup>.

Para Correia e Silva, ao contrário da carta de 1466, que possibilitava uma relação descontínua e superficial, a segunda veio originar um novo impulso ao povoamento de Santiago porque para a realização do comércio com a costa da Guiné, era imprescindível a “*produção das terras*”, logo, uma melhor “*relação homem-espaço*”<sup>58</sup>.

No entanto, e para concluir, pode-se afirmar que o povoamento da ilha de Santiago, sobretudo na localidade da Ribeira Grande, só conheceu uma estabilização efetiva nos meados de quinhentos, altura em que já detinha o estatuto de cidade e sede de bispado, assunto que será retomado mais à frente, no capítulo “A Sé: Conturbada e Monumental”, com uma jurisdição que abrangia, para além do território insular, uma grande parte da costa ocidental africana que lhe ficava defronte.

---

<sup>56</sup> Ilídio Baleno, “Povoamento e Formação da Sociedade” in *ob. cit.*, pp. 130-132.

<sup>57</sup> André Teixeira, *ob. cit.*, p. 14. Em 1510, após o roubo de todos os documentos da câmara da Ribeira Grande, João Jorge, procurador da ilha de Santiago pede ao rei D. Manuel, a confirmação dos privilégios anteriormente concebidos por D. Afonso V. A confirmação régia surgiu um ano depois, em 1511. Cf. Privilégios aos moradores de Santiago de maio de 1510, publicado in MMA, 2ª série, vol. II, pp. 38-40 e Carta régia aos moradores de Santiago de 11.07.1511, Idem, *Ibidem*, pp. 46-48.

<sup>58</sup> António Correia e Silva, “Espaço, Ecologia e Economia Interna” in *ob. cit.*, pp. 197. Os resistentes de Santiago tinham a exclusividade de ir comprar na Guiné escravos que eram utilizados para venda e como mão-de-obra para fazer produzir os terrenos agrícolas, cera e marfim em troca dos bens produzidos em Cabo Verde, sobretudo a carne, o sebo e a pele, o cavalo e o algodão.

## I. 2. A Origem e Desenvolvimento Urbano

### I. 2. 1. Escolha do Lugar

Com a descoberta de novas terras, quer no Atlântico norte, quer no Atlântico sul, a coroa portuguesa teve a necessidade de selecionar os melhores sítios para fundar núcleos urbanos. Essa escolha seguia de perto um conjunto de regras centradas nas melhores condições naturais oferecidas pelos territórios a serem ocupados relacionadas, entre outras, com a topografia e o ambiente locais<sup>59</sup>. Por esta ocasião, ao longo do século XV, as cidades do Atlântico desenvolveram-se sem os novos conceitos urbanos que determinavam núcleos regulares, resultantes das pesquisas teóricas Renascentistas<sup>60</sup>.

Paralelamente, o texto de Vitrúvio, que influenciou as cidades do continente europeu, já deveria estar a circular na metrópole<sup>61</sup>. Portanto, ao analisarmos a Ribeira Grande, enquanto lugar de assentamento urbano inicial de Cabo Verde, numa

---

<sup>59</sup> Manuel C. Teixeira, “ O Património Urbano dos Países de Língua Portuguesa. Raízes e Manifestações de um Património em Comum”, in *III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2009. Disponível em [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/teixeira\\_o-patrimonio-urbano-dos-paises-de-lingua-portuguesa.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/teixeira_o-patrimonio-urbano-dos-paises-de-lingua-portuguesa.pdf).

<sup>60</sup> Manuel C. Teixeira, Margarida Valla, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 48.

<sup>61</sup> É no século IX que encontramos o manuscrito mais antigo escrito a partir do Tratado de Vitruvius. Trata-se de um texto denominado Harleianus 2767 que está no British Museum, em Londres. A este, seguiu-se, pelo menos, até Quatrocentos, um número a rondar os trinta. Com o advento do Renascimento e, conseqüentemente, o interesse acrescido pela cultura clássica, a produção de novos manuscritos aumentou de forma considerável, atingindo praticamente a centena. A edição mais antiga que se conhece do texto de Vitruvius é de J. Sulpicius, e foi escrita em 1486 ou 1487. Já para Portugal, a primeira tradução em língua portuguesa do Tratado de Vitruvius ocorreu por volta de 1541, durante o reinado de D. João III, sendo realizada pelo cosmógrafo Pedro Nunes, cujo paradeiro é desconhecido., *Vitrúvio: Tratado de Architectura*, Tradução do Latim, Introdução e Notas por Manuel Justino Maciel, Lisboa, IST Press, 2006, p. 20. Ao que tudo indica, os portugueses já teriam conhecimento do De *Architectura*, quando a cidade de Ribeira Grande foi fundada em 1462, mas, mesmo assim, não quiseram desistir desta localidade. Anos antes, encontrávamos, segundo Rafael Moreira, as primeiras marcas do texto vitruviano na arte portuguesa, mais precisamente na “fundação a partir do nada de uma inteira cidade, a “Vila do Infante” (1452), em Sagres”, realizada pelo Infante D. Henrique. Moreira fundamenta a sua tese na proposta de compra da vila por parte da República de Génova e na “própria ideia de criar uma nova cidade”, que está bem presente no Livro I, capítulo IV, reservado sobretudo ao urbanismo e às fortificações. Rafael Moreira, “A Mais Antiga Tradução Europeia de Vitruvius – Pedro Nunes em 1537-1541” in *Tratados de Arte em Portugal*, Lisboa, Scribe, 2011, pp. 51-53.

perspetiva vitruviana, do Livro I, Capítulo IV<sup>62</sup>, chega-se a algumas conclusões interessantes que convém realçar porque, segundo Vitruvius a escolha do lugar para construir uma cidade teria de exigir alguns requisitos básicos:

“Em primeiro lugar, a eleição de um **lugar o mais saudável possível**. Este será **alto** e não nebuloso, sem geadas e voltado para um quadrante que não seja nem quente nem frio, mas temperado. Depois, **evitar-se-á a vizinhança de pântanos**. Do mesmo modo, **se as cidades se encontrarem junto ao mar e estiverem orientadas para Sul ou para o Ocidente não serão saudáveis**, porque, pelo Verão, o céu meridiano queima desde o nascer do Sol e arde ao meio-dia. Também o que está exposto a ocidente amorna ao nascer do Sol, aquece ao meio-dia, ferve à tarde<sup>63</sup>”.

O sítio da Ribeira Grande não foi a melhor escolha se o analisarmos a partir dos princípios de Vitruvius, na medida em que são muitos os que consideraram o território muito doentio. Por exemplo, em 1510, João Jorge, procurador dos habitantes do povoado, através de uma carta dirigida ao rei, D. Manuel I, referia que a cidade era muito “má de doenças”<sup>64</sup>. Por sua vez, no ano de 1513, Pêro de Guimarães, quando enviado para a ilha de Santiago, fez-se acompanhar de uma imagem do seu santo protector com a intenção de lhe erguer “uma ermida em que estivesse, para que, com a ajuda de Deus e sua invocação os ares maus da dita terra [...] fossem embora”<sup>65</sup>. Ao que parece, tais devoções não surtiram o efeito desejado, visto que, poucos anos

---

<sup>62</sup> No Cap. IV, Liv. I são desenvolvidos por Vitruvius, entre outros assuntos, para além da “Escolha dos Lugares para as Cidades”, o calor, a humidade, a salubridade dos recintos fortificados, drenagem de sapais e de pântanos. Trata-se de uma autêntica metodologia de edificação de núcleos urbanos, certamente muito apreciado na Europa do período medieval e moderno.

<sup>63</sup> *Vitruvius: Tratado de Arquitectura*, p. 41. Negrito nosso.

<sup>64</sup> Privilégios aos moradores de Santiago de Maio de 1510, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 38-40. Em 1507, Valentim Fernandes, provavelmente um grande defensor de um povoamento das ilhas de Cabo Verde efetuado apenas por brancos, à semelhança da Madeira e dos Açores, e na tentativa de encontrar um culpado pelas doenças, refere que “Estas ilhas eram primeiro tão sadias que quantos gafos ali vinham saravam. Mas agora são tão doentias que a gente sã adocece. Creio que depois que os negros trouxeram a elas corromperão o ar em sua terra que é doentia”. *Códice Valentim Fernandes*, Leitura Paleográfica, Notas e Índice pelo Académico José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997, pp. 154-155.

<sup>65</sup> Cf. Carta de Pero de Guimarães, corregedor de Cabo Verde, ao rei de 22.05.1513, publicado in *HGCV-CD*, vol. I, pp. 219-223.

depois, em 1517, Pêro Guimarães, depois de ter sofrido de febres, pedia autorização ao rei para sair “daquela perigosa e doentia terra que não perdoa a nenhuma pessoa”<sup>66</sup>.

Nos princípios de Seiscentos, mais precisamente em 1606, o padre jesuíta Baltasar Barreira, em carta dirigida ao padre João Álvares, referia que a cidade da Ribeira Grande estava localizada “a par Mar entre montes e rochedos tão altos que não tem outra vista senão a do Mar, pela qual causa e por ficar encoberta ao Norte, foi sempre muito doentia”<sup>67</sup>. A “Relação da Costa da Guiné”, escrita também em 1606, documenta que “o clima é pouco sadio, principalmente na Cidade que se chama da Ribeira Grande, porque passa por ela um rio grande que nasce duas léguas acima da Cidade”<sup>68</sup>.

O padre jesuíta Sebastião Gomes, em 1637, apresenta um parecer negativo em relação à fundação da casa dos religiosos Jesuítas na Ribeira Grande, alegando, entre outros motivos, que “as doenças [...] são ordinárias e as primeiras duram muito nos que escapam com vida” e a “quentura da terra [...] é muitas vezes ocasião de arriscar a própria salvação”<sup>69</sup>. As condições de saúde oferecidas pelo clima não deixaram indiferente o padre António Vieira, que, ao que tudo indica, estaria bem informado sobre essa problemática, quando passou pela cidade em 1653, salientando que os religiosos teriam de “evitar toda a ocasião de doença” enquanto ali estivessem, escusando “outra casa mais que a caravela salvo se algum serviço de Deus” os obrigasse “a estar em terra”<sup>70</sup>.

Quanto à orientação e localização, o aglomerado se encontra, como refere um piloto anónimo que estabeleceu contacto com a ilha de Santiago, em meados de quinhentos, “sobre o mar” e “exposta ao Sul”<sup>71</sup>. Com esta relação de exposições, relativamente às imposições encontradas na localidade que veio a designar-se de

---

<sup>66</sup> Ilídio Baleno, “Povoamento e Formação da Sociedade” in *ob. cit.*, p. 128.

<sup>67</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao padre João Álvares de 01.08.1606, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 160-161; Daniel Pereira, *Marcos Cronológicos da Cidade Velha*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009, 2ª Ed., pp. 113-114.

<sup>68</sup> Cf. Relação da Costa da Guiné de c. 1606, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 208-217.

<sup>69</sup> Cf. Carta do padre Sebastião Gomes sobre a companhia em Cabo Verde de 1637, publicada in *MMA*, 2ª série, vol V, pp. 325-327.

<sup>70</sup> Cf. Carta do padre António Vieira ao padre Provincial do Brasil de 25.05.1653, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 27-30.

<sup>71</sup> *Navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé, escrita por um piloto português*, pp. 25-26.

Ribeira Grande, conclui-se que não foram consideradas, segundo Vitruvius, as regras visando a “Escolha dos lugares para as cidades”, no que diz respeito “à eleição de um lugar o mais saudável possível”, a sua altitude, a evitar a “vizinhança de pântanos” e finalmente, em não estabelecer cidades em sítios implantados “junto ao mar” que estejam “orientadas para o Sul ou para Ocidente”<sup>72</sup>.

Sabe-se ainda, que, antes de estabelecer sítios para fazer erigir espaços urbanos, os responsáveis teriam de seguir algumas premissas previamente estabelecidas nos regimentos e cartas régias. Um exemplo claro disso mesmo é o Regimento do rei D. João III, de 1548, onde determina as normas para a construção da futura capital do Brasil que deveria, entre outros aspetos, “ser um sítio sadio e de bons ares” e que tivesse “abastança águas e porto em que bem possam amarar os navios [...]”<sup>73</sup>.

Com efeito, a história do urbanismo português indica-nos que os primeiros colonizadores souberam adaptar-se às distintas situações, tendo em conta as funções urbanas encontradas nos variados territórios ocupados, devido a uma observação cuidadosa dos eventos relacionados com a temperatura, a pressão e os ventos, a humidade, as formas do relevo e a hidrografia. Em consequência, são poucos os casos de insucessos, onde o povoado inicialmente selecionado teve de ser substituído por outro que oferecia melhores condições de adaptabilidade e de expansão<sup>74</sup>. Um exemplo de uma escolha errada foi a Povoação primitiva micaelense, nos Açores, que se encontrava limitada pelas encostas impedidoras da expansão do núcleo urbano, pelo que foi “depressa substituída por outras capitais com mais futuro”<sup>75</sup>.

Pelo exposto acima é pertinente perceber o porquê da preferência e fixação, relativamente duradoura, deste espaço considerado desde sempre “muito inóspito”. Na verdade, as condições adversas oferecidas neste lugar, em termos de salubridade, não foram suficientemente convincentes para contrariar outros fatores essenciais na altura avaliados por António de Noli no momento da escolha do sítio: a existência de

---

<sup>72</sup> Vitruvius: *Tratado de Arquitetura*, p. 41.

<sup>73</sup> Cf. Manuel C. Teixeira, “O Património Urbano dos Países de Língua Portuguesa. Raízes e Manifestações de um Património Comum” in *Passado e Presente para o Futuro*, III Simpósio Luso-Brasileiro para Cartografia Histórica, Ouro Preto, 2009.

<sup>74</sup> Cf. Idem, *Ibidem*.

<sup>75</sup> José Manuel Fernandes, *ob. cit.*, pp. 199-200.

água, o bem maior, que é utilizada, por exemplo, para beber e para a prática da agricultura e pastorícia, de um porto natural e de uma baía abrigada. Isso é elucidado no depoimento de Valentim Fernandes, escrito no ano de 1507, que adianta que a ilha de Santiago, referindo-se claramente à povoação da Ribeira Grande na medida em que essa localidade era a única com um número de habitantes razoável, “tem muitas ribeiras de águas doces e boas”<sup>76</sup>. A importância da água na ocasião da escolha é reforçada no relato de um piloto português anónimo, já referido, que escreve o seguinte sobre a Ribeira Grande:

“Esta ilha [Santiago] tem dezassete léguas de comprido e uma cidade sobre o mar com um bom porto chamada Ribeira Grande, porque está situada sobre dois montes altos, e passa-lhe pelo meio de um rio caudaloso de água doce que nasce duas léguas acima”<sup>77</sup>.

Mesmo não tendo as condições ideais para fazer erguer povoamento, e na sequência de mais um ataque à cidade empreendido por corsários ingleses que contribuiu para reforçar a ideia de mudança para a vila de Santa Maria, pode-se entender pelos escritos do cardeal Alberto dirigidos ao Rei Filipe I de Portugal que o principal motivo da escolha da Ribeira Grande residiu no fator água:

“E posto que esta ocasião [referindo-se ao saque] se poderá tratar de passar esta Cidade a outra parte mais sadia, todavia pelo sítio onde está, **ser da principal aguada**, de que se provêm todas as armadas e navios de Vossa Majestade e de seus vassallos que fazem sua rota pelo Cabo Verde, me pareceu que não devia mudar”<sup>78</sup>

Ainda relativamente ao fator água, um anónimo que passou pela cidade nos finais do século XVIII, apresenta a seguinte leitura:

---

<sup>76</sup> *O Manuscrito Valentim Fernandes*, p. 120.

<sup>77</sup> *Navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé, escrita por um piloto português*, p. 25.

<sup>78</sup> Cf. Carta do Cardeal Alberto a El-Rei de 08.03.1586, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 133-135. Negrito nosso.

“Os antigos a fundaram com pouca consideração, em uma parte baixa, junto ao mar, entre serras a pique, só pela razão de ter duas ribeiras de água corrente: uma, que vem da cerca do Convento dos Religiosos Capuchos da Província da Soledade, vindo a encontrar-se e a unir-se em uma, as duas ribeiras, passando, depois pelo meio da cidade, fora da qual, junto ao mar, vai fazer uma lagoa que não pode deixar de ser nociva e prejudicial à saúde, por estar a água doce encharcada e cheia de lodo”<sup>79</sup>.

Pela descrição do anónimo fica claro que, não obstante os contratempos presentes na Ribeira Grande, o elemento água acabou por ser determinante, na altura da eleição do lugar.

Parece-nos também que o fator porto e a função que detinha o núcleo urbano foram fundamentais para a escolha do sítio da Ribeira Grande. Com efeito, o fundeadouro deste povoado cedo começou a funcionar como escala importante para as viagens realizadas pelos navegadores portugueses e espanhóis que frequentavam as águas do Atlântico sul, nomeadamente a costa da Guiné, Mina, São Tomé e Príncipe, Congo, entre outros<sup>80</sup> e no prosseguimento de viagens para o Brasil e Índia<sup>81</sup>. O porto e o burgo são utilizados igualmente como entrepostos mercantis e escravagistas, estabelecendo uma ligação com o mundo exterior e possibilitando uma relação próxima entre “porto/ribeira, mar/terra, água doce/água salgada” e “agricultura/comércio”<sup>82</sup>.

No entanto, o porto do primeiro aglomerado urbano das ilhas de Cabo Verde apresentava algumas fragilidades e, em consequência disso, houve sempre

---

<sup>79</sup> *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, Notas e Comentários por António Carreira, Lisboa, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985, p. 23.

<sup>80</sup> António Correia e Silva, *ob. cit.*, p.12.

<sup>81</sup> Por ela passaram grandes viajantes ibéricos, como por exemplo, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Afonso de Albuquerque, Colombo, Duarte Pacheco Pereira, Vespucci e Sebastião El Cano. Sobre a atividade comercial realizada na Ribeira Grande consultar de entre outros, André Teixeira, Maria Manuel Torrão, “A Economia – o Comércio: do Resgate no Litoral Africano ao Comércio Transatlântico. A Recolecção, a Pecuária e a Agricultura. A Tributação e as Finanças” in *ob. cit.*, pp. 83-172; Maria Manuel Torrão, “Colonização de Cabo Verde: Meios e Objetivos” in *Portugal no Mundo*, vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 150-170.

<sup>82</sup> António Correia e Silva, *ob. cit.*, p.15

vozes discordantes de moradores e mareantes a sugerirem a necessidade de mudar a capital para a então vila da Praia, localizada a duas léguas para sul. De fato, pela documentação escrita e iconográfica dos séculos XVI e XVII, pode-se perceber que a orla costeira do aglomerado, não revelou ser “um bom porto”<sup>83</sup> como referiu o já mencionado piloto anônimo português.

Em 1582, e no contexto da guerra pela soberania portuguesa, Diego Florez de Valdez aconselhava o rei de Portugal, Filipe I a “passar o trato deste porto de Santiago [Ribeira Grande] para o da Praia, por ser muito melhor porto e grande, e abrigado de todo o temporal, e lugar donde, se o inimigo [referência a D. António, Prior do Crato] se apoderasse, seria senhor da Ilha e podia fazer-se forte [...] e é lugar mais sã”<sup>84</sup>. Volvidos poucos anos, mais precisamente em 1604, com a chegada da missão dos Jesuítas à Ribeira Grande, o Padre Baltasar Barreira informa-nos das condições existentes no porto deste núcleo urbano, não obstante ter sido numa ocasião de mau tempo, registrando que os “recifes de pedra que tem o porto” destruíram um navio, que acabou por ser engolido pelo mar, “com grande mágoa de toda a gente”<sup>85</sup>. O mesmo religioso, em 1606, em carta dirigida ao padre João Álvares, reforçava o estado adverso do ancoradouro da Ribeira Grande, sublinhando que “o porto da Cidade é muito estreito e por causa de um recife que tem em si correm muito risco os navios que vêm a ele” e “em menos de um ano [...] se perderam nele seis e outros estiveram muito perto de fazer o mesmo”<sup>86</sup>.

Nota-se neste depoimento que o padre Barreira estava preocupado com os acontecimentos que estavam a ocorrer de forma sistemática, levando-o a acentuar a quantidade de navios perdidos num curto espaço de tempo. Em 1690-1691, é a vez de Robert Challe tecer o seu comentário sobre o porto: “não sei por que motivos a cidade foi construída no lugar onde está, não tendo a baía capacidade para albergar grandes

---

<sup>83</sup> *Navegação de Lisboa à ilha de São Tomé, escrita por um piloto português*, p.13.

<sup>84</sup> Cf. Carta de Diego Florez de Valdez a el-rei D. Filipe I de 24.01.1582, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 92-96. Para Daniel Pereira, essa era, provavelmente, a proposta mais antiga que se conhecia a sugerir uma mudança de capital da Ilha de Santiago, apontando, para isso, justificações de ordem estratégicas, física e climática. Daniel Pereira, *ob. cit.*, p. 95.

<sup>85</sup> Cf. Carta do Padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal de 22.07.1604, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 41-49.

<sup>86</sup> Cf. Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares (doc. já citado), pp. 159-174.

navios mas apenas barcas que amarram próximos da terra e que o vento levaria depressa se estivessem ao largo”<sup>87</sup>.

Outra descrição bastante elucidativa e esclarecedora das condições bastante desanimadoras oferecidas pelo porto do primeiro povoado do Arquipélago de Cabo Verde encontra-se numa redação diarística de 1699<sup>88</sup>:

“O ancoradouro situado à frente da cidade, que não é senão uma arranjada, é muito mau, tanto pelo fundo onde se encontram lodo e pedras que podem cortar cabos como pelas rajadas de vento que se recebe e que poderiam fazer garrar. Isso faz com que os navios que ali ancoram, se aproximem muito da terra e se amarrem às rochas, como o fizeram os três que encontramos ali, ou então vão à Praia que fica a 4 léguas a este da cidade onde o ancoradouro é incomparavelmente melhor, exceto a água que não é tão boa nem tão fácil de se conseguir”<sup>89</sup>.

A partir do teor dessa passagem, admite-se que a escolha da Ribeira Grande não foi nada feliz pensando na função para a qual foi projetada, a comercial e de escala, na medida em que o seu porto não dava garantias de estabilidade para os navios que procuravam a urbe, para proteção, para estabelecer novos rumos, para o comércio, entre outras tarefas. Por outro lado, esta exposição deixa entender que a baía que protegia este espaço era pouco recortada, como é perfeitamente visível na cartografia e conseqüentemente não resguardava o local “das rajadas de vento”. Contudo, pelo relato de Duplessis, percebe-se, mais uma vez, a grande importância que teve a água na ocasião da escolha, não obstante o porto da Praia ser “incomparavelmente melhor”, visto que a água desta localidade [Praia], não era “tão boa” e “nem tão fácil de se conseguir”.

O fator água foi provavelmente a grande razão que impediu a mudança da Ribeira Grande para a então vila da Praia porque, de entre outros elementos

---

<sup>87</sup> Cf. Robert Challe, *Journal d'un Voyage aux Indes Orientales (1690-1691)*

<sup>88</sup> Pela importância para o nosso estudo dessa descrição, optou-se por transcrever-la na íntegra.

<sup>89</sup> Duplessis, *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699 par Beauchesne aux îles du Cap-Vert*, Apresentação, Notas e Bibliografia de Françoise e Jean-Michel Massa, Tradução de Arlindo Barreto, Ana Maria Brito e Madalena Cruz, Rennes, Pédagogie, Cultures, Littératures Lusographes,, 2004, pp. 63-64. Sublinhado nosso.

restritivos, a capital das ilhas era insalubre e doentia, tinha um mau porto, tinha águas paradas que formavam um pântano e estava implantada numa zona baixa que estava sujeita a inundações<sup>90</sup>. Já a vila da Praia encontrava-se localizada num pequeno planalto, à beira-mar e com melhores condições de fixação e, por isso mesmo, houve vários pareceres e opiniões que sugeriram a transferência da capital Ribeira Grande para a vila da Praia, também designada vila de Santa Maria. A esse propósito, e corroborando com as notas de Diego Florez de Valdez (1582) referidas acima, o alvará régio de 1612<sup>91</sup>, ao determinar a fortificação e reconstrução da povoação da Praia e a residência nela “ora [do] governador ora [d]o bispo”, estava a criar condições para o seu crescimento em detrimento do da Ribeira Grande. Ordena ainda para esse efeito, e no sentido de desenvolver infraestruturas para a futura cidade, que fossem edificadas casas de pedra e cal e as cobrissem de telhas, e que dotasse o lugar de água, “que se diz estar daí pouco mais de um quarto de légua”, suficiente para a população que se ia fixando na vila.

Os relatos, que estabeleciam a comparação entre essas duas localidades continuaram e, em 1664, o governador de Cabo Verde, António Galvão, depois da visita que realizou ao aglomerado, ficou surpreendido pela escolha da Ribeira Grande para primeiro e principal centro urbano da ilha, apresentando o seguinte depoimento, que acaba por resumir todos os aspetos aqui apresentados sobre o sítio Ribeira Grande:

“Os antigos plantassem a cidade no lugar em que está, desacomodado em tudo para a vida e para o comércio: em um lugar muito baixo, muito doentio e pouco ou nada visitado dos ares salutíferos, com um porto muito pequeno cheio

---

<sup>90</sup> Sobre as inundações que aconteciam com frequência, escreve um anónimo, o seguinte: “E sendo estas águas o motivo que os antigos tiveram para fundarem a cidade neste sítio, não chegaram a antever os grandes danos e os notáveis prejuízos que elas viriam a causar à mesma cidade pelas inundações das muitas chuvas, que em algumas ocasiões têm destruído e derrubado os edifícios; e, em uma, no dia 18 de Outubro do ano de 1763 até chegou a levar até ao mar casas inteiras, e nelas 9 pessoas”. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 23.

<sup>91</sup> Cf. Alvará régio à vila da Praia de 14.08.1612, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 490-492. O mesmo documento encontra-se publicado no vol. VII, da mesma obra, pp. 640-642.

de baixios e com muito ruins surgidouros, causa que obriga a não virem buscar muitos navios e em certos tempos fugiram dele todos”<sup>92</sup>.

O povoado da Praia ganhou mais importância após a criação da Companhia Grão-Pará e Maranhão em 1755<sup>93</sup>, que determinou, pensando claramente nos seus interesses comerciais, “dar fundo aos seus navios no porto da vila da Praia, por ter o desta cidade [Ribeira Grande], algumas pedras que costumam cortar as amarras; e só há nela um bocado de bom fundo de areia”, contrariamente ao da Praia que “tem uma grande baía, cujo fundo é todo de areia, aonde podem surgir muitas naus, ainda de alto bordo”<sup>94</sup>.

## I. 2. 2. Aproximações Topográficas e Históricas

Os núcleos urbanos erguidos nos arquipélagos do Atlântico – Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – ao longo do século XV, não tiveram de se adaptar a qualquer estrutura habitacional ou urbana pré-existente, na medida em que as ilhas foram encontradas desertas, ao contrário do que se verificou, por exemplo, nas cidades marroquinas de Ceuta, Mazagão, Tânger, Arzila e Safim e nas feitorias e fortalezas de Arguim e São Jorge da Mina, localizadas na costa da Guiné<sup>95</sup>.

Pode-se constatar, a partir de uma análise sintetizada, que existe uma grande semelhança entre os vários espaços insulares que serviram de primeiras experiências urbanas, nomeadamente no que respeita à configuração dos lugares, do crescimento formal e até das funções para que foram levantadas e das questões

---

<sup>92</sup> Cf. Carta do governador de Cabo Verde a sua majestade el-rei de 18.06.1664, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 265-267.

<sup>93</sup> Cf. Ilídio Baleno, “Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão”, *in, ob, cit.*, p. 217.

<sup>94</sup> *Notícias Corográficas e Cronológicas de Cabo Verde*, pp. 25-26.

<sup>95</sup> Vejam-se, entre outros, os contributos de Rafael Moreira, “A Época Manuelina” *in Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 91-142 e “Arquitetura Militar do Renascimento”, *Idem Ibidem*, pp. 143-158; Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo: Espaço Atlântico*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999; Filipe Themudo Barata (Coord.), “Norte de África, Golfo Pérsico, Mar Vermelho” *in Património de Origem Portuguesa no Mundo: Arquitectura e Urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, Lisboa, FCG, 2010, pp. 21-177.

históricas<sup>96</sup>. As cidades dos arquipélagos eram estabelecidas, geralmente, em amplas baías abrigadas e protegidas por montanhas e orientadas a sul, com um porto natural que possibilitasse uma ligação rápida e segura com o mar-oceano e uma defesa eficaz, e com água em abundância, para facilitar a prática da agricultura. Estas características são encontradas, por exemplo, nas cidades de Horta e Angra do Heroísmo (Açores) e Ribeira Grande (Cabo Verde).

Por sua vez, os paralelismos no que se refere ao crescimento formal, são notados, geralmente, no desenvolvimento linear dos assentamentos ao longo da costa marítima ou no seguimento de uma ribeira, que é uma, estrutura fundamental de ordenamento do espaço. O primeiro paradigma de implantação de povoado é visível, por exemplo, nas cidades da Horta, de Ponta Delgada, do Funchal e de São Tomé. Já o segundo modelo, é encontrado, por exemplo, na cidade da Ribeira Grande (Cabo Verde).

Os aglomerados que estão mais próximos da cidade da Ribeira Grande, em termos comparativos, no que se refere aos aspetos topográficos, à organização formal e funcional, são encontrados na vila de Povoação, ilha de São Miguel, na Vila do Porto, ilha de Santa Maria, ambas no arquipélago dos Açores, e na vila do Machico, no arquipélago da Madeira.

Pela inserção topográfica e desenvolvimento da estrutura urbana, pelo menos numa fase inicial, podemos equiparar a cidade da Ribeira Grande à sua contemporânea, vila da Povoação<sup>97</sup>, na ilha de São Miguel. À semelhança do tecido urbano de Cabo Verde, a vila da Povoação foi inserida numa baía<sup>98</sup> de desenho semicircular, aberta a sul, entre “rochas e terras altas” e com “duas frescas ribeiras de

---

<sup>96</sup> As referências urbanas dos primeiros colonos foram as do continente. Contudo, os territórios estabeleceram uma linguagem própria dos espaços insulares, tanto no contexto topográfico, quanto histórico. Cf. Orlando Ribeiro, *ob. cit.*, p. 45.

<sup>97</sup> A vila da Povoação foi ocupada a partir de Quatrocentos, mais concretamente nos meados desta centúria. Trata-se do primeiro sítio onde os mareantes, capitaneados por Diogo de Silves em 1427, se estabeleceram na ilha de São Miguel. Cf. Luís Emanuel Melo Leite, *Os Lugares da Povoação*, Povoação, CMP, 2004, p. 19.

<sup>98</sup> A baía onde se fixa a vila da Povoação é uma grande depressão resultante da caldeira de um vulcão, e encontra-se localizada na costa sul da ilha: “o conjunto tem uma pendente geral norte/sul, aproveitando ao máximo a insolação”. Cf. Luís Emanuel Melo Leite, *ob. cit.*, p. 25.

claras, doces e frias águas”<sup>99</sup>. Os dois aglomerados têm inicialmente um desenvolvimento urbano perpendicular à costa, que acompanha a linha de um vale e uma ribeira em direção a norte. Trata-se de um crescimento linear, com uma aparência retangular, que parte de uma rua estruturante, dita direita, que acaba por originar duas ruas paralelas, algumas secundárias e travessas. Verifica-se nestes povoados um forte condicionamento topográfico e hidrográfico no seu desenho urbano, gerando duas zonas: uma “baixa”, instituída na cota junto ao mar, e uma “alta”, onde a primeira detinha a ocupação comercial, e a segunda a ocupação agrícola<sup>100</sup>. É curioso constatar que, como na cidade cabo-verdiana, a vila da Povoação também sofreu ao longo da sua história, devido ao relevo bastante acidentado e à sua fixação numa cota baixa, “várias enxurradas [...] provocando diversas vezes a destruição do lugar urbano”<sup>101</sup>.

As analogias são evidentes até nas reduzidas capacidades de expansão, por causa das condições geográficas, e na fraca importância que as vilas da Povoação e Ribeira Grande detinham no contexto da rede urbana portuguesa, ainda que a Ribeira Grande tenha, principalmente no decorrer do século XVI, um papel relativamente interessante a nível do comércio de escravos e de outras mercadorias, com a costa de África. Foram, mais tarde, substituídas, respetivamente, pelas cidades da Praia e de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo. Os dois núcleos populacionais continuaram com estruturas urbanas muito simples, sendo que a cidade da ilha de Santiago foi mesmo abandonada nos finais do século XVIII, como teremos oportunidade de verificar mais à frente.

Os mesmos paralelismos podem ser estabelecidos com o povoado de Machico, na Madeira. Este território caracteriza-se, em termos geomorfológicos, por uma configuração em forma de “U” e por isso aberto<sup>102</sup>, ou em “forma de boca de

---

<sup>99</sup> Gaspar Frutuoso, *Livro Quarto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977, p.18.

<sup>100</sup> Cf. José Manuel Fernandes, “O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa na Atlântico. Estudo Comparativo e de Enquadramento Histórico Estrutural” in *Atas do Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, 1986, pp. 135-136.

<sup>101</sup> Cf. Luís Emanuel Melo Leite, *ob. cit.*, p. 25. Através da documentação escrita, e fotografias recentes, podemos observar na Ribeira Grande os efeitos graves provocados pelas inundações resultantes de chuvas fortes, junto a zona “baixa” do povoado.

<sup>102</sup> Élvio Duarte Martins Sousa, *Arqueologia da Cidade de Machico. A Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Machico, CEAM, 2006, p. 52.

caranguejo com duzentos e cinquenta de largura”, como salientou Henrique de Noronha. O mesmo autor testemunha ainda que nesta “nobre vila de Machico”, que possui “um largo e fresco sítio, a quem divide uma formosa ribeira”, podem ancorar “20 navios em doze braças de fundo limpo, que pela altura da serra se faz muito abrigado dos ventos”<sup>103</sup>. Nota-se, no relato de Noronha, datado de 1772, que as razões que pesaram inicialmente no povoamento foram, tal como sucedeu na primeira urbe cabo-verdiana, um largo e um vale<sup>104</sup>, a existência de água fornecida pela ribeira que facilitava o abastecimento e a atividade agrícola, uma enseada com o seu porto, importante para os contactos comerciais com o exterior e no escoamento dos produtos e, finalmente, um espaço protegido de ventos devido às suas altas montanhas que proporcionavam, igualmente, uma defesa mais eficaz.

Do ponto de vista do desenho urbano, pode-se constatar também algumas aproximações entre estes dois povoados. Localizada na parte oriental da ilha da Madeira, com cotas inferiores a 10 metros, a vila de Machico desenvolve-se perpendicularmente à baía, ao longo da respetiva ribeira. Estamos perante uma ocupação com um traçado simples, de tipo linear, centrada numa rua Direita, hoje rua General António Teixeira de Aguiar, que percorre longitudinalmente o povoado. A rua do Ribeirinho, a rua da Amargura e a rua da Cadeia seguem paralelamente a rua Direita em direção à costa, sendo intersectadas por pequenas travessas<sup>105</sup>. Esta leitura da morfologia urbana da vila de Machico faz-nos recordar a da Ribeira Grande que ostenta igualmente uma rua estruturante, rua Direita de São Pedro, que acompanha o percurso natural da ribeira, em direção a norte, e algumas ruas paralelas a esta, nomeadamente as do Calhau e da Misericórdia, situadas junto ao porto e a oeste da ribeira, e as da Banana e da Carreira na margem este.

Pela implantação, junto à ribeira e ao longo do vale, protegida pelas encostas, a vila de Machico teve fracas possibilidades de se desenvolver em termos urbanos acabando por perder interesse, entretanto conquistado pela cidade do Funchal.

---

<sup>103</sup> Henrique Henriques de Noronha, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Transcrição de notas de Alberto Vieira, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 201.

<sup>104</sup> Orlando Ribeiro caracteriza o Vale do Machico como “o único um pouco largo que se encontra na Madeira”. Orlando Ribeiro, *A Ilha da Madeira até meados do Século XX. Estudo Geográfico*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1985, p. 23.

<sup>105</sup> Élvio Duarte Martins Sousa, *ob. cit.*, p. 65.

A Vila do Porto<sup>106</sup>, na ilha de Santa Maria, Açores, é o primeiro assentamento urbano do arquipélago. Este aglomerado que é, segundo José Manuel Fernandes, “um dos melhores exemplos de povoação linear de raiz tardo-medieval”<sup>107</sup> dá-nos argumentos válidos no quadro da comparação formal com a cidade da Ribeira Grande<sup>108</sup>.

Ao examinarmos o depoimento de Gaspar Frutuoso sobre a vila do Porto, apercebemo-nos dos fatores que determinaram a escolha desta urbe: o fato de ter “uma ribeira que, pela água que traz abastar para moendas, com que correr todo o ano do Nordeste ao Sudoeste, e pela concavidade e largura se chama Grande [com] frescas águas e fontes”, um “porto” e uma proteção natural que é proporcionada por “uma subida para um alto, ao nível com a terra, onde está situado a Vila da ilha de Santa Maria”<sup>109</sup>. Relativamente à topografia da vila madeirense, existem algumas diferenças com a sua contemporânea cidade cabo-verdiana, visto que ela se encontra inserida numa ladeira, sobre uma rocha<sup>110</sup>, enquanto que a cidade da Ribeira Grande, num primeiro momento, desenvolve-se a partir de uma cota baixa<sup>111</sup>. Entretanto, as semelhanças estão presentes no desenho urbano desses dois aglomerados

---

<sup>106</sup> A vila do Porto foi fundada por volta dos anos 50 do século XVI, era “o verdadeiro núcleo de vitalidade da ilha, dinamizando o intenso movimento de arroteia e povoamento que então se efetivava”. Luísa Noronha, *A Ermida de Nossa Senhora dos Anjos da Ilha de Santa Maria: Contributo para a sua História*, Vila do Porto, Câmara Municipal de Vila do Porto, 1992, p. 19.

<sup>107</sup> Fernandes vê na vila do Porto uma certa paridade com a vila medieval de Monsaraz: “a mesma rua direita principal, partindo das portas a sul, da qual sai a travessa que, em cotovelo, se prolonga por um arruamento paralelo ao primeiro [onde] os espaços públicos mais importantes são, normalmente os largos da igreja e da câmara [e com] uma silhueta alongada que acompanha o relevo de elevação militarmente útil”. José Manuel Fernandes, *Arquitetura Popular dos Açores* (Coord. João Vieira), Lisboa, Ordem dos Arquitetos, 2000, pp. 36-37.

<sup>108</sup> Este estudo comparativo entre os dois povoados, apoiou-se, devido a ausência de cartografia e iconografia histórica sobre a vila do Porto, em documentos coevos, fotografia aéreas e mapas atuais. Tivemos por base ainda o estudo de José Manuel Fernandes, *Cidades e Casas da Macaronésia*, Porto, FAUP, 1996.

<sup>109</sup> Frutuoso faz menção à existência de um porto velho “que foi o primeiro de que usaram os antigos habitantes da Vila” e de um porto novo “de que se agora servem” localizado num sítio melhor “bem assombrada que tem um poço, junto ao mar, de água doce”. Gaspar Frutuoso, *Livro Terceiro das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, ICPD, 1983, pp. 69-70.

<sup>110</sup> Orlando Ribeira escreve que a função defensiva das cidades determinou a “escolha da maioria dos sítios urbanos” pelo que “mesmo as aglomerações desenvolvidas ao longo da praia ou da borda dos rios procuraram em lugar alto ou escarpado, um refúgio ou um apoio”. Orlando Ribeira, “Cidade” in *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas [s.d], p. 65. Pela história, procura-se assim, justificar a fixação primária, num espaço mais elevado, na vila do Porto.

<sup>111</sup> Cf. José Manuel Fernandes, *ob. cit.*, p. 201.

populacionais. Pelo texto de Gaspar Frutuoso, redigido nos finais do século XVI, temos notícias da configuração urbana da vila do Porto:

“Tem esta Vila do Porto três ruas cumpridas, que correm direitas a esta ermida de Nossa senhora da Conceição e ao porto, as quais começam no adro da igreja principal. A rua do meio, muito larga e formosa e de boa casaria, faz um cotovelo, pelo qual se não vê do adro da igreja principal a ermida da Conceição que sobre o porto está [...]. As outras duas ruas não são tão povoadas [...] divididas estas três ruas com outras azinhagas e travessas”<sup>112</sup>.

Pelos documentos referidos conclui-se que, nos finais de Quinhentos, a Vila do Porto já apresentava uma estrutura vertical, paralela às ribeiras e perpendicular ao mar, dividida por uma rua direita com duas transversais, ligando os seus extremos o porto ao convento de São Francisco. No seu trajeto, este eixo passava pelos largos da Misericórdia e da Matriz. O mesmo desenvolvimento urbano sucedia, como já vimos, no burgo cabo-verdiano: o eixo principal ia desde o Forte do Presídio, localizado perto do ancoradouro, e direccionava-se para o interior do vale, seguindo sempre a linha de base do vale, passando pelo Hospital e igreja de Misericórdia, até ao convento e igreja dos franciscanos a norte. Outro aspeto relevante é marcado pela inacessibilidade e fraco poder defensivo que apresentavam estes dois espaços urbanizados do atlântico.

Em síntese, pode-se concluir, a partir de uma análise das características de implantação e de crescimento das quatro estruturas urbanas estudadas, todas contemporâneas, Povoação, na ilha de São Miguel, Machico no arquipélago da Madeira, vila do Porto, na ilha de Santa Maria e Ribeira Grande, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, que elas apresentam alguns pontos comuns, relacionados com a localização e topografia, configuração urbana e aspetos históricos.

No que diz respeito à localização e à topografia, verifica-se que todos os núcleos referenciados estão inseridos em zonas costeiras, expostas a sul - aproveitando ao máximo a insolação, junto a uma baía ou enseada abrigada por altas e

---

<sup>112</sup> Gaspar Frutuoso, *ob. cit.*, p. 70.

apertadas montanhas, pontos estratégicos para a defesa do território, e na confluência de uma ou mais ribeiras. A escolha recaía ainda num espaço que tivesse um bom porto natural que facilitasse ancoramento dos navios.

Do ponto de vista da configuração urbana, estes aglomerados apresentavam um desenvolvimento do tipo linear, de feição tardo-medieval, com alguma influência do continente<sup>113</sup>, fortemente limitadas pelos acidentes naturais, acima mencionados. Desta forma, estamos perante povoações que cresceram em torno de uma rua principal ou Direita<sup>114</sup> bastante irregular descrevendo “um cotovelo”<sup>115</sup> devido à sua grande adaptabilidade ao sítio que acompanhava a base da ribeira, perpendicularmente à costa. São ainda tecidos urbanos que têm uma implantação litoral, desempenhando uma função portuária que “busca o mar, o recesso, o estuário” na tentativa de encontrar uma boa dinâmica comercial e uma implantação com relevo acidentado e bipolar: uma zona “alta”, e, por isso, mais fácil de defender, assumindo geralmente uma vocação residencial; e uma zona “baixa”, localizada perto do porto, que desempenhava a função associada à atividade marítima e comercial<sup>116</sup>.

Sobre os aspetos históricos, as fundações estudadas tiveram poucas oportunidades de se desenvolverem e expandirem, o que é, segundo Nuno Portas, o “preço da limitação” das condições oferecidas pela topografia local ou da “insuficiência do *hinterland*”<sup>117</sup>. Com efeito, esses povoados costeiros que serviram de primeiro assentamento humanizado nas suas respetivas ilhas apresentavam um futuro comprometido, acabando mesmo, com exceção da vila do Porto, por serem substituídos por outros que davam mais garantias no que se refere a funções mais

---

<sup>113</sup> Entre outros estudos, consultar Orlando Ribeiro, *Aspetos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1962; Walter Rossa, “A Cidade Portuguesa” in *História da Arte Portuguesa*, vol III. Lisboa, Temas e Debates, 1995, pp. 233-323; Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1998.

<sup>114</sup> Na cidade portuguesa, a rua Direita, “as vezes tortuosa” faz a ligação “direta” entre o poder político ou administrativo, com o poder religioso e é o “coração da vida urbana” e um “traço tão forte da estrutura [...] que raras é a cidade do ultramar e do Brasil que o não possua também”. Orlando Ribeiro, “Cidade” in *ob. cit.*, p. 65.

<sup>115</sup> Gaspar Frutuoso, *ob. cit.*, p. 70.

<sup>116</sup> José Manuel Fernandes, *ob. cit.*, pp. 128-129.

<sup>117</sup> Nuno Portas, “Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas” in *Estudos de Arte e História: Homenagem a Artur Nobre Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 430-434. Para o mesmo autor, os aglomerados urbanos foram sendo criados por colonos sem o devido acompanhamento de um arquiteto ou de um engenheiro militar do reino, o que originou um “traçado, salvo alguma exceção, com base em conhecimentos tirados da cultura urbana difusa, não erudita nem especializada”.

abrangentes, nomeadamente comerciais, de defesa e da expansão da própria malha urbana. É curioso notar, a esse respeito, que os novos espaços selecionados desenvolveram-se, preferencialmente, contrariamente às já citadas, paralelamente à costa, como são os casos das atuais cidades do Funchal, na Madeira, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, nos Açores, o que nos leva a concluir que essas zonas teriam melhores condições de implantação no terreno. Para o caso da Praia, cidade principal de Cabo Verde, esse modelo não se cumpriu, porque foi fundada sobre um planalto e já sobre novas regras urbanas.

### I. 2. 3. Tecido Construído

#### I.2.3.1. O Primeiro Momento: O Largo do Pelourinho

Os primeiros portugueses que aportaram à ilha de Santiago fixaram-se na localidade denominada de Ribeira Grande, junto a duas ribeiras, situadas na zona sul da ilha, e aí construíram, provavelmente, aliás como era hábito, barracas e plantaram alguma cultura. O ponto de partida foi a boca da baía, um largo que ocupa uma cota a rondar os 5 metros relativamente ao nível do mar, mais especificamente do seu lado oriental.

Analisando a topografia existente no local, que é muito íngreme, pode-se observar que esta zona era o único sítio onde seria possível o desembarque relativamente seguro, ainda hoje em utilização pelos pescadores locais.

Em 1507, Valentim Fernandes, ao referir que na ilha do Fogo “não há casas de pedra e cal, nem de madeira, só de pedra em inosso<sup>118</sup>”, deixa entender que estaria a fazer uma comparação com a ilha vizinha, Santiago, onde, presumivelmente, as habitações seriam edificadas de pedra e cal. O certo é que, entre 1534 e 1541 na povoação já se verificava a existência, segundo o relato de um piloto anónimo, de “boas casas de pedra e cal, habitadas por infinitos cavalheiros portugueses e

---

<sup>118</sup> *Códice de Valentim Fernandes*, p. 158. A técnica de edificação em inosso (alvenaria seca), ainda hoje é utilizada na ilha do fogo.

castelhanos, contendo mais de quinhentos fogos”<sup>119</sup>. Nessa altura, a Ribeira Grande estava na génese do seu crescimento urbano, arquitetónico e económico, registando uma população constituída por escravos trazidos da costa africana e alguns brancos.

Pelas informações de que dispomos, sabe-se que, para além de António de Noli, o principal impulsionador do povoamento da Ribeira Grande, a localidade foi habitada no seu início de ocupação por vários degredados, dos quais pode-se referir, a título de exemplo, João Rodrigues<sup>120</sup>, Gomes Eanes<sup>121</sup> e Rodrigo Afonso<sup>122</sup> e alguns homens bons, como eram os casos do escudeiro Sebastião Gonçalves<sup>123</sup> e o rendeiro Fernão Gomes<sup>124</sup>.

Segundo o depoimento do corregedor das ilhas, Pero de Guimarães, no ano de 1513 a vila apresentava a seguinte relação de habitantes:

“Vizinhos homens honrados brancos são cinquenta e oito moradores. E os vizinhos negros dezasseis. E os que ora são estantes estrangeiros cinquenta e seis. E quatro mulheres brancas solteiras. E negras umas dez, e assim esta outra gente forasteira que logo nos navios que aqui estão se partiam. E clérigos, com o vigário da dita ilha, são doze, frades três, entre os quais são dois pregadores”<sup>125</sup>.

Pela contagem, que não abrange nem as crianças, nem os escravos (grupo maioritário) e nem as mulheres brancas casadas, estavam nessa época, entre residentes e estrangeiros, na cidade 159 habitantes. Esse número é um reflexo das dificuldades iniciais de povoamento da então vila.

---

<sup>119</sup> *Navegação de Lisboa à ilha de São Tomé, escrita por um piloto português*, p. 13.

<sup>120</sup> Cf. Carta de perdão a João Rodrigues que fora degredado para a ilha de Santiago de 6.08.1472, publicada *in HGCV-CD*, vol. I, pp. 29-30.

<sup>121</sup> Cf. Carta de perdão a Gomes Eanes que fora degredado para a ilha de Santiago de 14.10.1472, publicada *in HGCV-CD*, vol. I, pp. 31-333.

<sup>122</sup> Cf. Carta de perdão a Rodrigo Afonso degredado para as ilhas de Cabo Verde de 14.03.1476, publicada *in HGCV-CD*, vol. I, pp. 47-48.

<sup>123</sup> Cf. Carta de escudeiro a Sebastião Gonçalves morador na ilha de Santiago de 28.11.1472, publicada *in HGCV-CD*, vol. I, p. 35.

<sup>124</sup> Cf. Alvará da Infanta D. Brites ordenando aos moradores de parte da ilha de Santiago que obedeam a Fr. João, dominicano, encarregado da vigaria de 15.10.1473, publicado *in HGCV-CD*, vol. I, p.43

<sup>125</sup> Cf. Carta de Pero de Guimarães, corregedor de Cabo Verde, ao rei dando conta do exercício do seu cargo de 22.05.1513, publicada *in HGCV-CD*, vol. I, pp. 219-223.

A implantação inicial teve origem, tal como em São Tomé, num largo situado numa zona baixa, junto à praia, e por isso sujeita a inundações frequentes, e seguiu um modelo orgânico e irregular muito simples, com edifícios religiosos e assistenciais, como a Misericórdia e o Hospital, administrativos, a Câmara e alfândega, e finalmente instrumentos de justiça e poder, a cadeia e o pelourinho. Esse núcleo tinha um porto, localizado a sul, e um largo central, denominado Largo do Pelourinho que era delimitado a nordeste pela Câmara, pela cadeia e pelo almoxarifado e noroeste pelo lago resultante das águas da ribeira Maria Parda<sup>126</sup>.

Sobre o porto da Ribeira Grande sabe-se pela documentação de 22 de Maio de 1513, que não se encontrava “feito nem começado”, existindo apenas “três penedos que estavam a duas passadas da terra e rochas, onde os navios se amarram e estavam em grande perigo”.

Fica claro, com base nos dados, que nessa época o povoado não disponha de cais, não obstante ter recebido ordem para a sua construção. O documento, redigido pelo corregedor Pero de Guimarães, informa-nos dos perigos que ofereciam o porto e que para a sua resolução e construção a coroa teria

“muita despesa porque há-de ser entupido entre a rocha e os penedos de pedra e assim a redor dos penedos por onde o mar entre; e sobre o entupimento em cima dele feita parede forte, com sua argamassa, onde possam chamar as argolas em que os navios sejam amarrados”.

Apresenta ainda outra solução: nos penedos

“se pode fazer cabeças picando os penedos de arredor, nas quais cabeças se podem pôr cadeias grossas e fortes em que os navios possam ser amarrados e seguros [e] se [as] cabeças das ditas cadeias não se expedirem por que não sejam

---

<sup>126</sup> Cf. Fernando Pires, *ob. cit.*, p. 37.

grande fortaleza será os penedos, [que] depois de assim serem feitas, por serem de rocha”<sup>127</sup>.

A partir desta explicação bastante detalhada de como seria edificado o porto, obra possivelmente nunca concretizado devido à sua grande envergadura, nota-se um grande conhecimento, não somente do território em causa, mas também de engenharia. Percebe-se igualmente a importância que a Ribeira Grande já detinha em 1513, enquanto porto de escala, de comércio e de comunicação com outras paragens, nomeadamente com a costa de África, São Tomé, Madeira, Açores e Brasil.

Este largo foi o espaço escolhido pelos povoadores da ilha para se fixarem, sendo igualmente uma área reservada às atividades comerciais relacionadas com o porto e o primeiro contacto com a então povoação. Aqui se localizavam, segundo Iva Cabral, as casas sobradadas com “loges” e armazéns no piso térreo<sup>128</sup>. Refere-se a título de exemplo, o mercador e dono de uma “logea”, Afonso Antunes, que residia, em 1598 na “Praça Velha desta cidade”<sup>129</sup>. Aqui também seria, segundo um relato anónimo, o local de residência dos recém-chegados, ao que tudo indica judeus, cuja “limpeza do sangue” ainda não estava comprovada<sup>130</sup>. Fernando Pires acrescenta que nessa zona encontravam-se os bordéis e os albergues utilizados pela população local e os marinheiros que estariam de passagem<sup>131</sup>.

Pelo estudo das plantas da cidade de António Carlos Andreis (1769 e 1778)<sup>132</sup>, nota-se a existência, nessa zona mais antiga da Ribeira Grande, de algumas ruas irregulares e de reduzidas dimensões, nomeadamente as ruas contínuas do Porto, do

---

<sup>127</sup> Cf. Carta de Pero de Guimarães, corregedor de Cabo Verde, ao rei de 22.05.1513, publicada in *HGCV-CD*, vol. I, pp. 219-223.

<sup>128</sup> Cf. Iva Cabral, *ob. cit.*, pp. 226-227.

<sup>129</sup> Cf. Auto contra o capitão da Praia Gaspar Fernandes Lucas de 10.06.1598, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 408-427. A denominação do Largo do Pelourinho como “Praça Velha” indica que a cidade se encontrava um processo de expansão, o que pode ser facilmente descortinado na cartografia existente.

<sup>130</sup> *Notícias Corográficas e Cronológicas do Bispado de Cabo Verde*, p. 67.

<sup>131</sup> Fernando Pires, *ob. cit.* p. 55.

<sup>132</sup> Engenheiro António Carlos Andreis, Planta da Cidade da Ribeira Grande da Ilha de Cabo Verde (1769), AHU Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 119; Engenheiro António Carlos Andreis, Planta da Cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago de Cabo Verde (1778), AHU Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 123 ; Engenheiro António Carlos Andreis, Planta da Cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago de Cabo Verde (1778), GEAEM, Engenheiro António Carlos Andreis, Planta da Cidade da Ribeira Grande (1778), 1198/1 – 9- 13.

Calhau e da Misericórdia, vias que ligavam o porto ao terreiro da Misericórdia, e por último, a rua da Praça. O largo era ainda contemplado por dois becos perpendiculares às ruas, o beco da Ilha e o beco da Confraria. A toponímia é o reflexo das funções iniciais do povoado, das condições topográficas do território e dos principais edifícios existentes que se traduzem, nas ruas do Porto e da Praça, rua do Calhau e a rua da Misericórdia, respetivamente.

O primeiro conjunto urbano da Ribeira Grande apresenta, na sua configuração, um tecido bastante irregular e orgânico, ainda visível, resultante da topografia local, constituída por várias habitações, com frente para as ruas, inseridas em cinco quarteirões irregulares e com dimensões distintas, impostos pelo convergência entre as ruas do Porto, do Calhau, da Misericórdia, da Praça e os becos da Ilha e da Confraria<sup>133</sup>, que se desenvolvem de forma oblíqua relativamente à baía, prolongando-se até à nascente da ribeira.

A rua do Porto, encaixada no início de uma ravina e, devido a esse fator natural, pouco profunda, formava o eixo original do tecido urbano e desenvolvia-se paralelamente ao forte do Presídio, tendo como limite o beco da confraria. Seguiu-se a rua do Calhau, contínua à primeira e que correspondia ao segundo quarteirão, delimitada a sul pelo beco da Confraria e a norte pelo beco da Ilha. A elas veio juntar-se depois a rua da Praça estabelecida a partir dos edifícios da prisão (finais do século XV) e da câmara (c. de 1512).

A completar a estrutura primitiva, temos a rua da Misericórdia, a maior de todas, que se desenvolvia perpendicularmente à rua da Praça e ao beco da ilha. Era constituída, entre outros, pelo complexo formado pela Santa Casa da Misericórdia (c. 1556-1558), com a sua igreja e hospital. António Correia e Silva menciona, sem contudo indicar a fonte, uma outra construção, a capela de São Sebastião, santo protetor das doenças, situado na colina, a poente do povoado<sup>134</sup>.

Para finalizar a descrição da área correspondente ao largo do Pelourinho, a assinalar mais um quarteirão, sem qualquer referência toponímica, localizada nas

---

<sup>133</sup> Fernando Pires, *ob. cit.* p. 138-140.

<sup>134</sup> Cf. António Correia e Silva, “Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades”, in *ob. cit.*, vol. III, p. 21.

traseiras das ruas do Calhau e da Misericórdia, não sendo, contudo possível datar o seu surgimento.

Essa primeira experiência urbana da Ribeira Grande equivale a uma organização muito simples, formada, num primeiro momento, pela rua do Porto e pela rua do Calhau, originando um largo imposto pelas condições geográficas locais, e, numa segunda fase, pelas ruas da Praça e da Misericórdia, que geraram mais dois pequenos largos: um localizado à frente da prisão e da câmara, e outro, situado à frente da Misericórdia. Pela localização, junto ao porto, símbolo de entrada e saída de mercadorias, bens e homens do mar, este pequeno aglomerado urbano inicial foi sempre o espaço central da cidade, mantendo nos dias de hoje essa mesma função.

### I. 2. 3. 2. O Bairro de São Pedro e a Expansão Urbana

Foi com naturalidade que a cidade de Ribeira Grande se expandiu e conquistou novos espaços. Esse fato é justificado pela importância que a urbe foi adquirindo ao longo do século XVI, sendo vários os relatos coevos que demonstram a sua relativa riqueza. Por outro lado, houve um aumento exponencial da população<sup>135</sup>, fazendo com que o conjunto urbano e arquitetónico se estendesse à margem direita da ribeira que nasce no lugar conhecido como Maria Parda. Pela documentação disponível, sabe-se que em 1555 residiam 500 vizinhos na localidade<sup>136</sup>. Esse número manteve-se inalterado durante alguns anos, visto que em 1582, o sargento-mor, Francisco de Andrade relatava que a cidade tinha “508 vizinhos”<sup>137</sup> e em 1606 o padre da Companhia de Jesus, Baltasar Barreira, refere que o aglomerado possuía entre 500 à 600 vizinhos<sup>138</sup>.

---

<sup>135</sup> As oscilações demográficas de Cabo Verde estiveram sempre dependentes dos períodos de secas e de fomes. Sobre este tema consultar António Carreira, “Secas e Fomes em Cabo Verde”, in *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, [s.n], 1985, pp. p. 135-150.

<sup>136</sup> Cf. Iva Cabral, “Ribeira Grande: vida urbana, gente, Mercancia, Estagnação”, in *ob. cit.*, p. 230.

<sup>137</sup> Cf. Relação de Francisco de Andrade Sobre as Ilhas de Cabo Verde de 26.01.1582, in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 97-107.

<sup>138</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao padre João Álvares de 01.08.1606, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 160-161.

É aqui, na margem direita da ribeira, que se funda o primeiro bairro de expansão da Ribeira Grande e, com quase toda a certeza, do arquipélago de Cabo Verde.

Essa segunda fase de crescimento ocupa praticamente todo o interior do vale no sentido nordeste, circunscrita pelas altas montanhas que dificultavam, por um lado, o desenvolvimento do aglomerado e, por outro, obrigam os ocupantes a terem como acesso único o porto e as antigas portas da cidade, localizadas a noroeste e sudeste.

Se o primeiro centro urbano da Ribeira Grande exerceu uma função maioritariamente comercial, já o bairro São Pedro, também designado de Figueira de Portugal, teve uma função essencialmente habitacional, sendo alguns dos seus ocupantes funcionários régios e homens ricos “que se acomodam mediamente”<sup>139</sup>. Por exemplo: na rua direita de São Pedro morava em 1558, o escrivão da Correção, Gaspar Rodrigues<sup>140</sup> e em 1577, o ouvidor e mordomo das confrarias de São Nossa Senhora da Conceição e de São Pedro<sup>141</sup>; na rua da Carreira viveu, nos primeiros anos de seiscentos, o capitão Diogo Ximenes Vargas<sup>142</sup>; e na rua da Banana, o moço mulato chamado António, mais tarde clérigo, recebeu de herança do capitão Diogo Ximenes Vargas umas casas<sup>143</sup>, e o procurador do bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, o chantre Inácio Martins Gordo, era proprietário também de umas casas na mesma rua, entretanto confiscadas em 1774<sup>144</sup>.

Os Jesuítas possuíam também algumas propriedades nesse bairro, nomeadamente algumas casas que, segundo esses religiosos, “melhor se poderiam chamar choupanas” e localizavam-se “quase fora da cidade”<sup>145</sup>. Nota-se, pelo teor da informação que os padres tentam mostrar, não obstante algum exagero, e em resposta à carta da Câmara, com a qual estava em conflito aberto, que referia que

---

<sup>139</sup> Cf. Carta da câmara da ilha de Santiago a el-rei D. Filipe II de 15.04.1626, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 154-155.

<sup>140</sup> Cf. Iva Cabral, “Ribeira Grande: vida urbana, gente, Mercancia, Estagnação”, *in ob. cit.*, p. 227.

<sup>141</sup> Cf. Legado a duas confrarias da Ribeira Grande de 16.07.1577, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 80-81.

<sup>142</sup> Cf. Rol dos bens dos padres Jesuítas em Santiago de Cabo Verde de 10.03.1627, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 170-173.

<sup>143</sup> Cf. Resposta dos padres da Companhia de Jesus ao libelo da Câmara de Cabo Verde de 01.12.1626, publicada *in Nuno da Silva Gonçalves, ob. cit.*, pp. 362-370.

<sup>144</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 62.

<sup>145</sup> Cf. Ver nota 137.

esses detinham “muitas casas, foros e propriedades”, que as acusações da Câmara eram absolutamente falsas<sup>146</sup>.

Nessa época, a cidade possuía ainda “umas casas de moradas duas torres com seu pomar e pertenças e suas casas térreas”, propriedades do morgado e fidalgo Fernão Fiel de Lugo<sup>147</sup> e era vista, segundo o contador André Rodrigues, como uma urbe muito produtiva, chegando mesmo a referir que “tirando a cidade de Lisboa, nem duas cidades do reino rendem tanto como ela, porque vai em muito crescimento, por razão que toda a navegação de Brasil e de Peru e das Antilhas e da ilha de São Tomé, para todos é reparo”<sup>148</sup>.

O bairro de São Pedro, o maior de todos, encontra-se implantado numa cota a rondar os 5 a 10 metros de altura e corresponde à primeira área de expansão do conjunto urbano<sup>149</sup>. Não dispomos de dados, nem escritos, nem iconográficos e tampouco cartográficos que nos permitam traçar com segurança a evolução dos diferentes espaços construídos nesse bairro. Contudo, se pensarmos que a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi erguida, pelo menos numa primeira fase, em 1495, na margem direita da ribeira, pode-se deduzir que as primeiras ruas a serem estabelecidas foram as da Carreira e da Banana que se encontram orientadas para noroeste. De fato, pela análise cartográfica observam-se essas duas ruas, que eram habitadas, como já se viu, por grandes morgados e comerciantes, a convergirem para o terreiro da igreja.

Nessa altura, a igreja de Nossa Senhora da Conceição estava igualmente construída, mas parece-nos que, pela sua implantação topográfica mais acidentada, não exerceu o mesmo papel urbano que a igreja de Nossa Senhora do Rosário, tendo sim uma maior importância numa fase posterior, provavelmente nos finais do século XVI e princípios do seguinte, quando surge o beco da Majaja, a rua dos Conventos e a rua da Horta Velha. Nessa zona do bairro localizavam-se, para além da igreja de Nossa

---

<sup>146</sup> Cf. Libelo da Câmara de Cabo Verde contra os padres da Companhia de Jesus de 1626, publicado in Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 359-361.

<sup>147</sup> Cf. Instituição do morgado de Fernão de Lugo na ilha de Santiago de 25.06.1540, publicada in MMA, 2ª série, vol. II, pp. 327-339.

<sup>148</sup> Cf. Carta do contador André Rodrigues a el-rei D. João III de 27.03.1549, publicada in MMA, 2ª série, vol. II, pp. 395-397.

<sup>149</sup> Cf. Fernando Pires, *ob. cit.* p. 93.

Senhora da Conceição, o hospício que, segundo a tradição, terá pertencido aos jesuítas, a igreja do Monte Alverne e a igreja e convento de São Francisco, mais a norte.

A descrição da cidade da Ribeira Grande realizada pela câmara local documenta, no ano de 1625, que os jesuítas compraram a Aldeia dos Sapes<sup>150</sup> “em que se agasalham a metade da gente pobre da desta cidade”<sup>151</sup>. A utilização do termo aldeia, e não conjunto de habitações ou bairro, deixa entender nas entrelinhas que, em primeiro lugar, era pouco estruturada e organizada; segundo, estava um pouco retirada do centro e, finalmente, as casas eram muito pobres. Provavelmente, seriam edifícios de planta circular ou retangular, construídos de pedra e cobertos de colmo, talvez semelhantes às residências localizadas nos dias de hoje nas ruas da Banana e da Carreira. A esse respeito, a Companhia, em sua defesa, afirma que essas casas “melhor se podiam chamar choupanas as quais estão no bairro de São Pedro quase fora da cidade”<sup>152</sup>.

A localização mais provável desta aldeia seria a zona ocupada pela igreja de São Pedro que fica inserida num dos extremos do núcleo construído na medida em que, e para além dos relatos coevos, praticamente todos os espaços arquitetónicos estão devidamente referenciados. Trata-se, provavelmente de áreas configuradas para receber determinados grupos étnicos, saliente António Correia e Silva<sup>153</sup>. Alinhando nessa hipótese, tem-se de referir contudo que, pelo atual estado de conhecimento, analisados a partir das memórias descritivas e cartografia urbana, não é possível avançar com toda a certeza esse cenário.

A expansão do bairro progride, desta vez, na margem esquerda da ribeira, dando lugar a um conjunto de construções sem qualquer expressão arquitetónica, denominada na planta de António Carlos Andreis (1778), de Figueira de Portugal.

---

<sup>150</sup> Sobre o “Reino dos Sape”, situada na região do Senegal, consultar entre outros, C. Wondji, “Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné” in *História Geral de África V: História do Século XVI ao XVIII*, Brasília, UNESCO, 2010, Capítulo 13, pp. 437-473. Inclui mapas de localização.

<sup>151</sup> Cf. Carta da câmara da ilha de Santiago a el-rei D. Filipe de 15.04.1626, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 154-155.

<sup>152</sup> Cf. Resposta dos padres da Companhia de Jesus ao libelo da câmara de Cabo Verde de 01.12.1626, publicado in Nuno da Silva Gonçalves, ob. cit., pp. 362-370.

<sup>153</sup> Cf. António Correia e Silva, “A Construção do Atlântico e as Cidades-Porto Cabo-verdianas”, in *Oceanos: A Construção do Brasil Urbano*, Lisboa, CNCDP, 2010, Nº 41, p. 199.

Trata-se de um pequeno núcleo edificado no seguimento da primitiva câmara e cadeia, tendo como início o terreiro da Misericórdia. Quanto à sua datação, não poderá ser antes de 15 de Abril de 1626, na medida em que, numa descrição da cidade feita nesse período, é referida a existência do bairro de São Pedro, São Brás e São Sebastião<sup>154</sup>, não se verificando qualquer referência a Figueira de Portugal.

A acompanhar a evolução dos diferentes espaços do bairro esteve sempre a rua Direita de São Pedro. Esta, que começa no porto, faz um percurso ao longo da ribeira Maria Parda em direção a norte e perpendicularmente à costa. Constitui um eixo fundamental de conquista do território, o maior de todos, ligando áreas de ocupação inaugurais, constituído pelo largo do Pelourinho, casas de senhores influentes e instituições, designadamente a casa do capitão João Freire, a nova casa da câmara (a primeira localizava-se no largo do Pelourinho), a casa da Companhia do Grão Pará e Maranhão e, finalmente, a ermida de São Pedro, situada no extremo deste percurso. No início da rua direita de São Pedro, observa-se que as ruas da Banana e da Carreira, por sua vez interrompidas por duas travessas, desenvolvem-se paralelamente à primeira, originando, desta forma, uma malha com regras de regularidade, marcada pelas vias paralelas e perpendiculares. O conjunto urbano constituído pelas estruturas localizadas na rua da Carreira e a rua da Banana formam três quarteirões de dimensões distintas e ambos orientados perpendicularmente à baía no sentido norte.

Mais a poente, a rua Direita de São Pedro, cruza com a zona ocupada pelo hospício dos jesuítas e com o beco de Majaja que se apresenta obliquamente à praia e perpendicularmente à dita rua. Trata-se de uma área em que se pode verificam quatro quarteirões. Os quarteirões ostentam mais do que uma frente e são bastantes irregulares, bem como a malha deste espaço<sup>155</sup>, que é, sem dúvida a mais orgânica de toda a cidade, porque teve de se adaptar à ribeira.

Perto do convento, a rua do Convento e a rua da Horta Velha, estruturam-se perpendicularmente e paralelamente à rua Direita de São Pedro, respetivamente, e perpendicularmente à costa. Essa organização perfaz um tecido urbano, como afirma

---

<sup>154</sup> Cf. Carta da câmara da ilha de Santiago a el-rei D. Filipe II de 15.04.1626, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 154-155.

<sup>155</sup> Cf. Fernando Pires, *ob. cit.*, p. 146.

Fernando Pires, tendencialmente regular<sup>156</sup>. São visíveis nesta zona três quarteirões, dois muito alongados e um outro de aspeto retangular irregular. Na margem esquerda da ribeira, para quem caminha do interior do vale em direção ao porto, encontra-se mais um quarteirão que se implanta no percurso da rua Direita de São Pedro e perpendicularmente à baía.

### I.2.3.3. O Bairro de São Brás e a Presença dos Jesuítas: Conquista de Novos Espaços.

Depois da consolidação do largo do Pelourinho e posteriormente do bairro de São Pedro ou Figueira de Portugal no decorrer do século XVI, a cidade expande-se, no século XVII, para novos espaços que estavam na altura vagos, designadamente o bairro de São Brás e o bairro de São Sebastião.

Perceber com precisão a evolução histórica do bairro que veio a ser denominado de São Brás é uma tarefa bastante difícil. Sabe-se, contudo, que este conjunto urbano, está intimamente relacionado com a presença e missão dos jesuítas em Cabo Verde, ocorrida entre os anos de 1604<sup>157</sup> e 1642<sup>158</sup>, que adquiriu e impulsionou o desenvolvimento do Bairro, através de uma ação construtiva sistemática, embora marcada pela ausência de um colégio, constituindo-se num grande pólo de dilatação e atração da cidade no século XVII, como sucedeu, por exemplo, no Bairro Alto de Lisboa<sup>159</sup>, e em Salvador da Baía<sup>160</sup>, ambas na centúria de Quinhentos.

---

<sup>156</sup> Cf. Fernando Pires, *ob. cit.*, p. 119.

<sup>157</sup> O padre Baltasar Barreira relata que os jesuítas foram recebidos na cidade da Ribeira Grande “com grande aplauso e alegria de toda a terra”. Carta do padre Baltasar Barreira ao provincial de Portugal de 22.07.1604, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 41-49.

<sup>158</sup> Durante este período passaram pelas ilhas, segundo Nuno da Silva Gonçalves, vinte e um religiosos, tendo este sido o último espaço missionário aceite pelos jesuítas portugueses. *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1640-1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996.

<sup>159</sup> Para mais informações sobre o papel dos jesuítas no incremento do Bairro Alto de Lisboa, consultar por exemplo, Hélder Carita, *Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, CML, 1993; José Augusto França, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 5ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2005 e Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *O Urbanismo Português: Séculos XIII-XVIII – Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

A passagem dos jesuítas pelo arquipélago, confunde-se muito com a concretização de um colégio para a Ribeira Grande. Já em 1570, durante o reinado de D. Sebastião, a edificação de um seminário tinha sido equacionado, pelo que foi recomendado ao bispo D. Francisco da Cruz, a realização dessa missão, bem como a fixação de uma renda anual para este fim de 200 mil réis<sup>161</sup>. A partir de 1604, gerou-se uma grande discussão à volta da ereção deste espaço, o que pode ser constatado através das várias correspondências trocadas entre a metrópole e a diocese da Ribeira Grande. A título de exemplo, citem-se documentos de 1605<sup>162</sup>, 1606<sup>163</sup>, 1608<sup>164</sup> e 1622<sup>165</sup>.

Através da carta do padre Baltasar Barreira, escrita em 1610<sup>166</sup>, percebe-se que foi então que a companhia de Jesus se mudou para o Bairro de São Brás. Ao analisarmos a relação dos bens dos religiosos, sobretudo das casas, hortas e igreja, constata-se que estas estariam localizadas, ao que tudo indica, no bairro de São Pedro<sup>167</sup>, e seriam alugadas<sup>168</sup>. Refere o padre Barreira que “o sítio em que agora moramos [Bairro de São Brás] está sobre o mar e é também arejado e fresco que até agora nenhum de nós sentiu nele calma<sup>169</sup>”. Informa igualmente, apesar de algum exagero, que “tomaram casas [...] as quais depois compramos, e acomodamos de maneira que com razão podemos não ter saudades dos colégios e casas da Europa”, e acrescenta que possuíam uma horta “que serve de recreação”, localizada não muito longe da cidade, “muito fresca, e de muita água” utilizada para a rega de um “grande

---

<sup>160</sup> Ver entre outros, Américo Simas Filho (Coord.), *Evolução Física de Salvador*, Salvador da Baía, Universidade Federal da Baía, Faculdade de Arquitectura, Centro de Estudos da Arquitectura na Baía, 2 vols. 1979; Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, *ob. cit.*

<sup>161</sup> Cf. Carta de D. Sebastião sobre a fundação do seminário de Cabo Verde de 12.01.1570, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 7-11.

<sup>162</sup> Cf. Regimento do governador de Cabo Verde Francisco Correia da Silva de 09.11.1605, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 81-87.

<sup>163</sup> Cf. Consulta do conselho de Portugal de 16.03.1606, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 147-150.

<sup>164</sup> Cf. Carta do vice-provincial dos jesuítas sobre o seminário geral da Guiné de Março de 1608, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 312-316.

<sup>165</sup> Cf. Apontamentos de Manuel Severim de Faria sobre a fundação de seminário para a Guiné, Janeiro de 1622, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 666-690.

<sup>166</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao provincial de Portugal de 06. 05. 1610, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 406-408.

<sup>167</sup> Cf. Rol das coisas que pertencem a residência do Cabo Verde 1606(?) publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp.200-201.

<sup>168</sup> Cf. Carta do padre Manuel de Almeida ao provincial da Companhia de Jesus de 11.06.1607, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 278-282.

<sup>169</sup> Febres.

bananal, muitas laranjeiras, figueiras, coqueiros, tamareiras, canas-de-açúcar e outras plantas, e de toda sorte de hortaliça”<sup>170</sup>.

Esse relato é confirmado em 1626 quando, por carta escrita num clima de protesto sobre as heranças que terão recebido os jesuítas<sup>171</sup>, a câmara da Ribeira Grande informa que os padres se fixaram no Bairro São Brás, onde tinham algumas casas, “sendo o melhor sítio fresco e dos melhores ares que tem a cidade e de muito boa vista<sup>172</sup>”. A realidade acima mencionada demonstra claramente uma valorização daquela área, por estar localizado num espaço que detém um maior privilégio visual, relativamente ao território ocupado. Contrariando esta leitura, a companhia de Jesus expõe que, “onde dizem que o sítio dos padres é o melhor, fresco e dos melhores ares [...], é falso, porque nem é o melhor, nem tem frescura alguma, pois tudo é sequeiro e a ribeira lhes fica longe”. Referem ainda que as ondas do mar batiam de forma contínua nas casas e “quebrando nas pedras, quebram também cabeças”<sup>173</sup>. Esta situação de conflito de interesses constituiu, mais tarde, um dos fatores que determinou o fim da missão dos jesuítas em Cabo Verde (1642).

Para além dos jesuítas, nesse bairro habitaram também, entre outros, o ouvidor-geral de Cabo Verde e da costa Ocidental de África, Manuel Dias Calheta<sup>174</sup>, o reverendo cónego Diogo Calado, o cónego António Dias de Andrade<sup>175</sup> e o almoxarife da fazenda real Aleixo Pinheiro<sup>176</sup>.

### O Traçado urbano

Em 1629, o padre Sebastião Araújo, quando enviado à Ribeira Grande para efetuar o levantamento do local onde deveria ser construído o colégio dos jesuítas dá-

---

<sup>170</sup> Cf. Carta anual da missão de Cabo Verde do ano de 1610 até Julho de 1611 de 17.07.1611, publicada in *MMA*, 2ª série, IV, pp. 438-469.

<sup>171</sup> Sobre este tema consultar Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria, principalmente o capítulo “Da estagnação ao encerramento”, pp. 195-238.

<sup>172</sup> Cf. Libelo da Câmara de Cabo Verde contra os padres da companhia de Jesus de finais de 1626, publicado in Nuno Silva Gonçalves, *ob. cit.* pp. 359-361.

<sup>173</sup> Resposta dos padres da companhia de Jesus ao libelo da câmara de Cabo Verde de 1 de Dezembro de 1626, publicado Idem *Ibidem*, pp. 362-370.

<sup>174</sup> Cf. Iva Cabral, “Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação” *ob. cit.*, p. 228.

<sup>175</sup> Cf. Rol dos bens dos padres jesuítas em Santiago de Cabo Verde de 10.03.1627, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 170-173.

<sup>176</sup> Cf. Relatório infausto da Expugnassem das fortalezas e cidade de Santiago de Cabo Verde feita por monsieur Casar General francês de 05.05.1712, publicada in Daniel Pereira, *ob. cit.*, pp. 229-249.

nos uma leitura pormenorizada do Bairro de São Brás. Informa-nos que esse bairro era atravessado por uma rua, a Rua da Cidade ou Direita de São Brás, com 25 palmos de largo, que o dividia em duas áreas, a da “banda da terra”, situada a norte, e uma outra, “da banda do mar”, situada a sul, junto de uns rochedos do lado nordeste do burgo. Documenta ainda, que, a parte que fica a norte, onde os jesuítas tinham umas casas alugadas, “consta ao comprido de 180 palmos, e de largo 109”, o qual poderia acrescentar mais 71 palmos “por serem de rocha”, e que a parte que fica para sul, local em que a companhia vivia em casas próprias, media de “comprimento 158, entrando toda a ermida de São Brás: e de largura até à rocha em cujo pé bate o mar, 135”. Sublinha que a sul, não será possível “ter maior largura”<sup>177</sup>.

Através dessa descrição realizada pelo padre Sebastião Araújo, nota-se que, para além das reduzidas dimensões do bairro, facilmente comprovadas na cartografia antiga e atual, houve o cuidado em estabelecer os limites desta área em concreto, visando futuras construções e expansão urbana, a favor da Companhia de Jesus, deixando uma clara intenção em continuar com a missão, mesmo que fosse com poucos missionários.

O bairro de São Brás desenvolveu-se provavelmente nos finais do século XVI, mas, pouco se conhece dos assentamentos então aí implantados, com exceção do Forte de São Lourenço, da casa dos jesuítas<sup>178</sup>, da capela de Santa Luzia e o forte de São Brás. Pela documentação de 1626, conclui-se que nessa ocasião esse bairro encontrava-se bastante consolidado, com “casas em que vivem [os padres da companhia] com uma ermida”<sup>179</sup>.

Essa área, localizada a oeste do conjunto urbano da cidade, organiza-se em três quarteirões paralelos separados por duas ruas. O quarteirão implantado perto da ravina afigura-se muito alongado, comparativamente com os dois restantes<sup>180</sup>. O desenvolvimento do bairro é paralelo à costa, sendo assim a única malha da cidade

---

<sup>177</sup> Cf. Residência da Companhia em Cabo Verde de 30.05.1630, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 244-249.

<sup>178</sup> António Correia e Silva, *Os ciclos Históricos da Inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica*, Lisboa, Tese de Doutoramento apresentada à FCSH-UNL, 2008, p. 166.

<sup>179</sup> Cf. Carta da Câmara da ilha de Santiago a El-Rei D. Filipe III de 15.04.1626, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 154-155.

<sup>180</sup> Cf. Fernando Pires, *ob. cit.*, pp. 149-150.

que apresenta essa disposição. Tratando-se de uma área que teve origem nos finais do século XVI e princípios de Seiscentos, numa época em que já se conhecem as regras de fazer cidade planeada, a configuração aparentemente irregular, prende-se não com a intenção do desenho, mas sim com imposições da topografia do local.

A rua Direita de São Brás ou a rua da Cidade é uma via que se estrutura paralelamente à praia e estabelece a comunicação entre a porta e forte do Presídio, inserido no largo do Pelourinho, e a porta e forte de São Lourenço, situado no extremo do bairro de São Brás. Se o desnível da rua é desigual - baixo junto ao largo (5 metros acima do nível do mar) e relativamente elevado junto ao forte de São Lourenço (c. de 10 metros) -, há a notar que a trajetória apresenta-se praticamente reta, registando apenas algumas curvas, sobretudo no seu início.

#### I. 2. 3. 4. O Bairro de São Sebastião e a Consolidação Urbana

O bairro de São Sebastião, fixado a este da cidade de Ribeira Grande, nasce nos meados do século XVI, em consequência das obras da Sé e do palácio Episcopal, (c. de 1556) incrementadas pelo 3º bispo da diocese de Cabo Verde, D. Francisco da Cruz. Inicialmente, este bairro, implantado num planalto, foi considerado periférico, de maneira que a sua dilatação terá acontecido de forma muito lenta, consolidando-se ao longo de Seiscentos, à medida que as obras da Sé iam sendo implementadas<sup>181</sup>. O fato de estar assente numa achada íngreme comparativamente aos outros bairros, aliado às condições adversas da economia local que nesse período se ia degradando, certamente não contribuiu para o seu desenvolvimento rápido. Outro aspeto importante que pôs em dúvida a viabilidade do projeto de urbanização desse espaço, foi a sua relação urbana e militar, a partir da construção da fortaleza Real de São Filipe (1587-1593), no cimo do bairro. Na verdade, o evento levantou uma série de questões relacionadas com a segurança do lugar, levando mesmo os jesuítas, por ocasião da seleção do melhor local para fazer erguer o seu colégio, a terem o cuidado de garantir

---

<sup>181</sup> O desenvolvimento do bairro São Sebastião foi praticamente neutro durante o interregno das obras da Sé, pelo que se optou por realizar o seu estudo após a análise do bairro de São Brás.

que da “forma do edifício e sítio [não] resulte prejuízo à fortaleza”<sup>182</sup>, Inversamente, o padre Sebastião Gomes refere que o bairro se poderia tornar perigoso “nas ocasiões da entrada dos inimigos”<sup>183</sup>.

Não obstante aos vários contratempos encontrados para não estabelecer mais um núcleo urbano, pelo menos nessa parte da cidade, aqui residiram alguns proprietários ricos, dos quais pode-se citar, a título de exemplo, Duarte Rodrigues<sup>184</sup>, Francisco Gomes que possuía uma habitação na achada do bairro vendida depois ao capitão Diogo Ximenes Vargas que a deixou em herança ao já mencionado rapaz chamado António, mais tarde o padre António Fernandes Xemenes<sup>185</sup> e Guiomar Lopes, pequena comerciante<sup>186</sup>. Todos contribuíram para a consolidação e expansão do tecido construído. Cristiano Sena Barcelos salienta que, em 1774, o chantre Inácio Martins Gordo e o cónego Gregório Freire de Andrade conservavam umas casas na rua de São Sebastião<sup>187</sup>. Ao que podemos apurar através de documentação contemporânea e cartografia histórica, não há, na toponímia local, qualquer referência a uma rua designada de São Sebastião, pelo que o autor citado, pode estar a fazer alusão à rua Direita ao forte, localizada no bairro de São Sebastião.

### Traçado Urbano

Para a história do urbanismo português em Cabo Verde, o bairro de São Sebastião representa um momento de viragem. Contrariamente aos bairros já analisados, que apresentam malhas algo orgânicas, fruto das imposições territoriais, o bairro de São Sebastião exhibe uma linguagem própria das cidades modernas que já

---

<sup>182</sup> Cf. Provisão régia sobre a fundação do colégio em Cabo Verde de 1606(?), publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 182-186.

<sup>183</sup> Cf. Carta do padre Sebastião Gomes ao padre Geral da Companhia de 27.04.1617, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 611-617.

<sup>184</sup> Cf. AHN, “Registo dos títulos do vínculo da Nora”, Livro de Registo dos Vínculos da Ilha de Santiago.

<sup>185</sup> Cf. Rol dos bens dos padres jesuítas em Santiago de Cabo Verde de 10.03.1627, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 170-173.

<sup>186</sup> Cf. Iva Cabral, “Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação”, *ob. cit.* p. 229.

<sup>187</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 62.

tinham sido incrementadas por D. Manuel<sup>188</sup>. De fato, o bairro que nasceu, como vimos, a partir das obras da Sé e do palácio Episcopal, desenvolve-se sobre uma metodologia que tem como preocupação o ordenamento do território planeado, característica do urbanismo moderno. Esse planeamento é visível na disposição dos quarteirões e dos lotes que se exibem de forma mais regular, apresentando, em alguns casos, mais do que uma frente<sup>189</sup>. É aqui também que se encontram os edifícios de maior volumetria e monumentalidade da cidade, a Sé e o palácio Episcopal.

A malha encontra-se orientada, não somente numa direção, como acontece noutras paisagens edificadas da Ribeira Grande perpendicular à costa e em direção a nascente da ribeira, no largo do Pelourinho e no bairro de São Pedro, e paralela à costa e em direção a porta de São Lourenço localizada no bairro de São Brás, mas em duas, paralelamente e perpendicularmente à costa. O eixo principal da área denomina-se rua Direita ao Forte e tem a sua génese junto à Sé, e corta o tecido em linha reta, sempre a subir, e termina, já com uma via bastante sinuosa, na porta da fortaleza de São Filipe. É curioso constatar que nesse bairro, implantado em cotas entre os 20 e os 40 metros de altitude<sup>190</sup>, para além da rua principal, as ruas, os becos e as travessas não têm designação. Pensamos que as razões para tal podem ser encontradas na situação económica, militar e social menos favorável, em que vivia a cidade na época da construção do espaço, com reflexos diretos na atuação das autoridades locais, porque a mesma realidade é verificada no bairro de São Brás, seu contemporâneo. À frente do edifício da Sé, surge um grande largo, ladeado a sul pelo palácio Episcopal e o forte São Veríssimo. No seguimento do forte de São Veríssimo, erguia-se, a oeste, o forte de São João dos Cavaleiros e ainda mais a oeste, o forte e a ermida de Santo António.

---

<sup>188</sup> Sobre as regras do urbanismo manuelino consultar, entre outros, Helder Carita, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

<sup>189</sup> Uma das normas do urbanismo moderno consistia em projectar aglomerados com ruas, todas “de frente”, onde a sua hierarquização é conseguida a partir das arquitecturas, das funções das infra-estruturas urbanas e das relações dos diferentes componentes do centro construído. Manuel Teixeira e Margarida Valla, *ob. cit.*, p. 53.

<sup>190</sup> Cf. Francisco Pires, *ob. cit.*, p. 94.

**II PARTE**

**ARQUITECTURA**

## II – Arquitetura Religiosa

Concluída a análise da prática urbana desenvolvida na cidade da Ribeira Grande, que, teve como resultado a formação de quatro zonas construídas - o Largo do Pelourinho fixado junto ao porto, o bairro de São Pedro implantado ao longo das duas margens da ribeira, e finalmente os bairros de São Brás e São Sebastião localizados em extremos opostos do aglomerado -, inicia-se o estudo sobre a arquitetura, que logicamente, se encontra diretamente relacionada com a problemática do urbanismo.

O objeto principal do capítulo II, intitulado “Arquitetura Religiosa”, será a análise da arquitetura sacra pensada para a cidade da Ribeira Grande no decorrer dos séculos XV, XVI (principalmente), XVII e XVIII. Com a evolução da leitura desse património nesse assentamento urbano, perceber-se-á a sua génese, encomendantes, evolução tipológica, assim como dificuldades várias nos processos construtivos entre as quais aquelas relacionadas com a fundação, consolidação e conclusão das obras.

### II.1. As Primeiras Experiências

#### II. 1.1. Igreja de Nossa Senhora da Conceição<sup>191</sup>

A igreja de Nossa Senhora da Conceição, anteriormente designada de Espírito Santo<sup>192</sup> é considerada, segunda a tradição histórica agora apoiada em resultados arqueológicos<sup>193</sup>, um dos primeiros templos construídos em Cabo Verde. A acreditar em Sena Barcelos, a data da edificação dessa igreja, situa-se entre 1466 e 1470, sendo

---

<sup>191</sup> Infelizmente a documentação referente a igreja é escassa e fragmentada, o que dificulta a sua análise.

<sup>192</sup> A invocação do Espírito Santo é o reflexo da importância que o culto tinha na ilha de Santiago e nas outras ilhas assistidas pela Ordem de Cristo.

<sup>193</sup> Em resultado de escavações arqueológicas, ocorridas em 2005 e 2006, realizadas na área de implantação da igreja de Nossa Senhora da Conceição foram descobertos restos de azulejos do século XV e princípios do século XVI. Christopher Evans, Marie Louis Sorensen, *Cidade Velha, Cape Verd, Archaeological Excavations (Preliminary Project Reports)*, 2006. Documento cedido pelo IIPC.

responsável pela sua materialização o infante D. Fernando<sup>194</sup>. Em 1502, a igreja de Espírito Santo ficou de receber uma capela<sup>195</sup>. Contudo, em 1515, as obras dessa capela ainda não tinham começado<sup>196</sup>.

A 22 de Maio de 1513, essa igreja abriu as suas portas para receber a visita do corregedor de Cabo Verde, cumprindo assim a vontade do monarca, o que deixa entender que se tratava, nesse período, do principal templo erguido no povoado<sup>197</sup>. O corregedor informa o rei que a igreja foi construída “a custa do povo”, com exceção da “capela e sacristia que Vossa Alteza mandou fazer”. Dela fez uma leitura bastante detalhada:

“a dita igreja está muito bem consertada, a saber, a capela maior, muito bem olvelada e telhada, e posto no altar-mor um retábulo, e assim a cabo do arco [de triunfo] da dita capela, dois altares, cada uma de sua parte, com cada um seu retábulo, todos muito bronzeados, e assim a igreja toda acafelada e caiada de cal branca e telhado novo, e assim é feita uma sacristia na ilharga da capela maior”.

Informa ainda que o edifício não dispõe de ornamentos, de vestimentas e de cálices, pelo que pede ao rei, “prever no que vir que é serviço de Deus e seu”. O corregedor parece estar satisfeito por encontrar na Ribeira Grande, uma igreja “muito bem consertada”, onde não faltavam retábulos e paredes acafeladas e caiadas, e por isso, não deixou de fazer esses comentários a respeito do edifício.

Desconhece-se o período em que a construção mudou de invocação. Sabe-se contudo que, pelo menos até 1520, a igreja conservava o nome original, visto que Bertolameu Gomes Fogaça era então beneficiário da igreja do Espírito Santo<sup>198</sup>. A primeira menção à igreja de Nossa Senhora da Conceição, ao que pudemos apurar, é

---

<sup>194</sup> Cf. Cristiana Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, partes I e II, pp. 41-42.

<sup>195</sup> Cf. Carta de D. Manuel a Estêvão Pimentel de 16.02.1508, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 31-37; *HGCV-CD*, vol. I, pp. 173-178.

<sup>196</sup> Cf. Carta Régia aos Juízes de Santiago e Fogo de 25.05.1515, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 99-102; *HGCV-CD*, vol. I, pp. 251-253.

<sup>197</sup> Cf. Carta de Pero de Guimarães, corregedor de Cabo Verde, ao rei dando conta do exercício do seu cargo de 22.05.1513, publicada *in HGCV-CD*, vol. I, pp. 219-223.

<sup>198</sup> Cf. Certidão de Bertolameu Gomes Fogaça, beneficiário da Igreja do Espírito Santo da Ribeira Grande de 12.03.1520, publicado *in HGCV-CD*, vol. I, pp. 303-304.

de 1572, ocasião em que o proprietário rural, Duarte Rodrigues declara em testamento que queria ser sepultado nesse templo, na mesma capela onde estava enterrada a sua mulher, Catarina de Andrade e sua filha Polónia<sup>199</sup>. Pensa-se que se trata da mesma construção, porque na igreja de Nossa Senhora de Conceição, celebrava-se todos os sábados, missa denominada do infantado<sup>200</sup>, situação que acontecia antes na Igreja do Espírito Santo<sup>201</sup>.

Só voltamos a ter notícias do templo em 1774, ano em que se achava em ruínas. Esta pode ser a razão por que a igreja não é representada nas diferentes plantas da cidade. Essa realidade é confirmada pelo governador António do Vale de Sousa Menezes (1777-1781), ao dar-nos conta do “estado desgraçado a que chegara a ermida, a ponto de os cônegos celebrarem o culto na Sé, tendo ido [para lá] a imagem de Nossa Senhora do Rosário”. O referido governador tentou ainda, numa atitude saudosista contudo sem sucesso, a reedificação da igreja, recuperar a “memória e devoção dos moradores da ilha, aquele templozinho, que fora muito rico, pelas ofertas e doações dos devotos, especialmente de peças de ouro”<sup>202</sup>.

Atualmente, os vestígios arqueológicos da igreja se encontram subterradas.

## II.1.2. Igreja de Nossa Senhora do Rosário

### II. 1.2.1. História

Muito diferente era a imagem arquitetónica que se poderia ter, nos finais do século XV (c. de 1495), da igreja de Nossa Senhora do Rosário<sup>203</sup>. Por essa altura, essa construção religiosa, sede da confraria dos homens pretos da cidade da Ribeira

---

<sup>199</sup> Cf. António Correia e Silva, “A sociedade Agrária. Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros”, in *HGCV*, vol. II, p. 342.

<sup>200</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, partes I e II, p. 62.

<sup>201</sup> Cf. Disposição Testamentárias Gerais do Infante D. Henrique, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. I p. 403.

<sup>202</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 74.

<sup>203</sup> Daniel Pereira, *ob. cit.*, p. 67.

Grande<sup>204</sup>, seria apenas uma pequena capela de estilo manuelino, sendo posteriormente ampliada e transformada, com algumas alterações consequência do tempo, na traça atual<sup>205</sup>. Os trabalhos de alargamento terão acontecido, pelos vestígios patentes, nomeadamente no portal de gosto clássico e nos azulejos que cobrem parte do interior do templo, a partir da segunda metade do século XVI. Nos anos 80 de Seiscentos, durante o bispado de D. Frei António de São Dionísio (1675-1684), levantou-se a hipótese de realizar novas obras de ampliação e beneficiação do edifício, no sentido de o elevar à categoria de Catedral, visto que a atual Catedral não acolhia as devidas condições para exercer condignamente essa função<sup>206</sup>.

Esta construção, onde o padre António Vieira pregou em 1652, aquando da sua curta estada na cidade depois de partir de Lisboa e rumando para Brasil<sup>207</sup>, serviu de local de enterramento de vários bispos, de que se podem citar D. João de Paiva (1546), D. Sebastião da Ascensão, sepultado junto ao altar de São Sebastião (1614) e D. António de São Dionísio (1658)<sup>208</sup>. Ainda hoje são visíveis ao longo da nave da igreja, várias lápides de boa qualidade feitas em pedra mármore vindas de Lisboa. Para além de uma lápide de um bispo não identificada nem datada, entre outras, pode-se apontar as lápides de Dona Brígida da Gouveia, mulher de Fernão de Melo, que faleceu a 8 de novembro de 1543; de Amador de Almeida falecido no dia 8 de novembro de 1568; de Manuel Barbosa, falecido em novembro de 1598 e de Cristóvão Leitão Cabral e a sua mulher Dona Beatriz, datada de 1608.

O costume de enterramento na igreja mostra a preferência por esse espaço sacro, e uma condição de *status* social dos homens detentores de poder,

---

<sup>204</sup> Cf. Maria Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, *in ob. cit.*, p. 473. Em 1577, existiam na cidade, para além das confrarias de Nossa Senhora do Rosário e da Misericórdia, pelo menos as confrarias de Nossa Senhora da Conceição e de São Pedro. Cf. Legado a duas confrarias da Ribeira Grande de 16.07.1577, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 80-81. As confrarias eram, nos territórios dominados, estruturas de enquadramento religioso da população, “organizadas em torno da veneração de um santo patrono, suportavam as obras nas ermidas, capelas ou igrejas, e promoviam as formas de culto entre a população [...] através da celebração das missas [e] da realização de procissões próprias no dia do santo patrono [e] *Corpus Christi*”. Francisco Bethencourt, “A Igreja” *in História da Expansão Portuguesa*, vol. I, Navarra, Círculo de Leitores, 1998, p. 385.

<sup>205</sup> Através de uma foto de 1929, observa-se que a igreja manteve a mesma aparência que transmite hoje.

<sup>206</sup> Cf. Maria João Soares, “A Igreja em Tempo de Mudança Política, Social e Cultural”, *in ob. cit.*, p. 345

<sup>207</sup> Cf. Carta do padre António Vieira ao Príncipe D. Teodósio de 25.12.1652, *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 21-23; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, partes I e II, p. 244.

<sup>208</sup> Cf. *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, pp. 40-47.

eventualmente, entre os séculos XV e XVIII, o mais rico e bem conservado de toda a cidade, aliás como se verifica hoje. A esse propósito, podem-se sublinhar ainda os benefícios que recebia a igreja por parte dos locais. Nos princípios do século XVII, por exemplo, no testamento da Catarina Fernandes, mulher do proprietário rural Diogo Ximenes, ela determinou que as escravas forras, Theodósia e Maria, mãe e filha respetivamente, ficariam responsáveis - caso contrário poderiam perder a liberdade - por varrerem e guardarem a construção. Ficariam igualmente encarregadas de “dar todas as segundas feiras do ano, um vintém de azeite para se alumiar a lâmpada de Nossa Senhora do Rosário”<sup>209</sup>. O próprio Diogo Ximenes Vargas deixou como herança, quando faleceu em 1624, a quantia de 120.100 réis ao templo para o retábulo, 40.000 réis para a lâmpada de prata e 28.000 réis para os vestidos das imagens de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Conceição<sup>210</sup>.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário, para além de função religiosa poderá ter exercido a função de torre militar ou posto de vigia, situação bastante comum no quadro dos territórios ocupados ou sob influência portuguesa. Curiosamente, na Ribeira Grande não se conhece qualquer referência à existência de uma residência do capitão, pelo que é de admitir que a igreja tenha desempenhado tal função, e pode haver alguns indícios disso mesmo. Com efeito, na capela denominada de manuelina vê-se, paralelamente aos símbolos manuelinos e da Ordem de Cristo, um escudo que pode representar as armas de uma figura nobre, neste caso o senhor da torre. É de salientar igualmente a existência de duas gravuras alusivas à cidade de Ribeira Grande, gravuras essas que mostram a igreja de Nossa Senhora do Rosário sob a forma de uma torre militar que se destaca no bairro de São Pedro. A primeira, datada de 1655<sup>211</sup> e disponível no atlas do Marqués de Heliche, exhibe uma torre de dois módulos ameados.

---

<sup>209</sup> Cf. António Correia e Silva, “A Sociedade Agrária. Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros”, in *ob. cit.*, p. 349.

<sup>210</sup> Cf. Memória do Padre António Dias sobre a herança de Diogo Ximenes Vargas de 08.06.1647, publicada in Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit.*, p. 395-399.

<sup>211</sup> Leonardo Ferrari, Rubio Rocío Sánchez, Isabel Testón Núñez, Carlos Sánchez Rubio, *Imágenes de un Imperio Perdido - Atlas del Marqués de Heliche [Material cartográfico]: Plantas de Diferentes Plazas de España, Italia, Flandes y las Indias*, Mérida, Junta de Extremadura, 2004, Imagem 55.

A segunda, da autoria de Duplessis e produzida em 1699<sup>212</sup> mostra-a com a mesma configuração.

#### II.1.2.2. Implantação Urbana

Localizada no bairro São Pedro, na rua da Carreira e num patamar elevado e isolado, cujo acesso se faz por intermédio de uma escadaria formada por pedras tumulares epigrafadas, a igreja de Nossa Senhora do Rosário é uma das construções mais bem conservadas do aglomerado.

Provavelmente, não houve dificuldades na escolha do sítio para a edificação da igreja, pois a primeira zona de assentamento humano, o largo do Pelourinho, já se encontrava ocupada por obras que desempenhavam atividades económicas relacionadas com a vida marítima. Por outro lado, a área que precede o porto era muito perigosa no que dizia respeito à saúde devido a proximidade de um pântano, pelo que os responsáveis por esse edifício tiveram de optar por um espaço mais afastado e resguardado, periférico à época, não só da agitação social e comercial, como também de águas paradas, fonte de doenças. Daí estarmos perante uma fixação prática e estratégica, tendo em conta as condições naturais e cívicas oferecidas pelo território.

A localização da igreja de Nossa Senhora do Rosário foi importante na dilatação do aglomerado. Assim sendo, a par da igreja de Nossa Senhora da Conceição, essa construção criou uma nova zona de expansão da Ribeira Grande, desempenhando a função de pólo de atração da então vila. A ela convergiram a rua da Carreira, constituindo o seu limite e, paralelamente a essa via, a rua da Banana e a rua Direita de São Pedro. Desta forma, o templo assumiu um papel determinante no crescimento e configuração da urbe, nomeadamente no surgimento de novas ruas, novas áreas

---

<sup>212</sup> Duplessis, *Veue de la Ville de S. Iago Capitale des Isles du Cap Vert (1699)*, *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699 par Beauchesne aux îles du Cap-Vert*, p. 59.

abertas (o adro da igreja), e no adensamento do povoado com uma história ainda recente.

### II. 1.2.3. Arquitetura

A sua fachada principal, rematada em empena triangular, é de linhas clássicas muito simples, de gosto renascentista. O pano central do edifício encontra-se ladeado por cunhais de cantaria à vista e por uma torre de sinos, inserida no alinhamento da fachada, de secção quadrangular de estilo manuelino, muito densa e rústica, com porta e 4 vãos de volta perfeita.

Em termos de linguagem arquitectónica, pensamos que esta torre sineira mostra alguns paralelismos com a torre da igreja de Santiago de Palmela<sup>213</sup>, nomeadamente, a mesma estrutura quadrada e a mesma organização das ventanas, pelo menos num dos lados. Observam-se ainda na fachada, um portal<sup>214</sup> em cantaria lisa, de arestas chanfradas, de arco de volta plena, com impostas salientes, sobrepujada por cornija, duas janelas de verga reta, rematadas por um vão com mesmo traço e coroada por um pequeno óculo.

Nas paredes do flanco visível, rasgam-se duas portas de moldura reta com cornija que comunicam com a nave, mais simples que a principal e separadas por dois contrafortes, inseridos no murro lateral para garantir uma maior estabilidade da estrutura. Nota-se também, nessa fachada lateral, duas pequenas janelas estremadas, situadas na parte superior do edifício.

---

<sup>213</sup> A construção da igreja de Santiago de Palmela, de três naves, deveu-se ao infante D. João, filho de D. João I, por volta de 1443, tendo sofrido várias intervenções ao longo dos séculos XV e XVI. Sobre esta igreja consultar entre outros, António Matos Fortuna, *Monografia de Palmela*, Palmela, 1982; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal: o Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002; Pedro Dias, *Manuelino. À Descoberta da Arte do Tempo de D. Manuel I*, Lisboa, Civilização Portugal, 2005.

<sup>214</sup> Para Pedro Dias, o “belo portal maneirista” da igreja é uma adaptação de Sérlio. Pedro Dias, *ob. cit.*, p. 117.

A igreja, de planta retangular simples, com uma acentuada horizontalidade das massas, e com cobertura de duas águas em telha marseilha, é constituída por quatro corpos diferentes: nave, capela lateral, capela-mor e sacristia.

O interior tem apenas uma nave (o corpo mais extenso da igreja), que tem de comprimento 20 metros por 11 metros de largo.

A iluminação natural é conseguida por meio dos vãos laterais com capialço, e também com o auxílio de outras aberturas existentes na frontaria principal, nomeadamente duas janelas, um óculo e uma porta, que serve igualmente de articulação entre o exterior e o interior da igreja.

Quanto à capela lateral, sobre o qual se ergue a torre quadrangular, pelos elementos artísticos que ostenta, não deixa qualquer tipo de dúvidas que se trata de uma capela<sup>215</sup> ao estilo tardo-gótico, mais especificamente de estilo manuelino, construída nos finais de Quatrocentos. Esse espaço, porventura o elemento mais interessante do conjunto arquitetónico, principalmente pelo seu significado artístico, erguido no lado do Evangelho, contacta com a nave única através de um pequeno arco quebrado em cantaria de pedra calcária, ladeada por dois relevos com motivos vegetalísticos. Tem uma planta quadrada (6,02 X 6,02 metros), com a respetiva cobertura constituída por uma abóbada de nervuras, policromada, que nasce em mísulas com motivos geométricos no soco e cordas entrelaçadas na zona intermédia. As chaves das nervuras, quatro no total, são em pedra policromada ornamentada com símbolos manuelinos, sobretudo a representação da Cruz de Cristo e da Ordem de Avis, simbolizada pela Cruz de Avis. Tal como nas chaves das nervuras, nos panos da abóbada notam-se a presença de restos de pintura, talvez de tema vegetalista.

Para José Manuel Fernandes e Fernando Pires, essa capela poderá ter sido a capela-mor da primitiva igreja que deveria ter uma disposição perpendicular ao corpo atual<sup>216</sup>. É assim possível aceitar, embora com algumas reservas, que o arco quebrado

---

<sup>215</sup> No interior da capela, observa-se a existência de uma pia baptismal, epigrafada com o nome de Cristo, e proveniente da Sé, de suporte alto e taça hemisférica, com arestas chanfradas no remate.

<sup>216</sup> José Manuel Fernandes, Fernando Pires, "Igreja de Nossa Senhora do Rosário", in *ob. cit.*, p. 311.

cego<sup>217</sup>, localizado no seguimento da capela manuelina, fosse inicialmente, a antiga sacristia.

Por sua vez, a capela-mor, outrora com retábulo dedicado a Nossa Senhora do Rosário, como se pode verificar a partir de documentação relativa à herança de Diogo Ximenes Vargas, falecido à 5 de janeiro de 1624<sup>218</sup> e iluminada através de uma pequena janela situada no lado da epístola, é de planta retangular (10,11 X 6,46 metros). Estabelece comunicação com a nave, através de um desnível de cinco degraus, não apresentando como já referimos, arco triunfal. Se por um lado, o exterior da capela-mor, em empena triangular, é bastante rústico, sem reboco e cego, há a assinalar a existência de cunhais de cantaria de pedra calcária à vista que quebram uma certa monotonia dessa fachada.

Por fim, a sacristia, uma construção com pouca expressão arquitetónica, foi edificada entre 1967 e 1969 em planta retangular.

## II.2. A Igreja e o Hospital da Misericórdia

### II.2.1. História

A data da fundação da Misericórdia de Cabo Verde situa-se entre 1556-1558<sup>219</sup>, durante o bispado de D. Francisco da Cruz (1547-1574)<sup>220</sup>, e a sua igreja já se

---

<sup>217</sup> Esse arco, correspondente a uma antiga entrada, foi emparedado possivelmente em 1940, informação disponível em [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt).

<sup>218</sup> Cf. Memória do Padre António Dias sobre a herança de Diogo Ximenes Vargas de 08.06.1647, publicada in Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 395-3999.

<sup>219</sup> Daniel Pereira, *ob. cit.*, p. 88. A Misericórdia de Cabo Verde já era considerada em 1589, segundo Cristiano Sena Barcelos, uma das mais privilegiadas confrarias das conquistas. Cristiano José Sena Barcelos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira, 2ª Edição, vol. I, Partes I e II, Praia, IBNL, 2003, pp. 157-158. Para a sua construção foram disponibilizadas por parte dos moradores da ilha, “copiosas esmolos” e heranças. Cf. *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu Princípio até ao Estado Presente*, p. 24.

<sup>220</sup> O bispo D. Francisco da Cruz foi sepultado na igreja da Misericórdia, junto ao altar de São Francisco. Fortunato de Almeida, p. 685; *Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu Princípio até ao Estado Presente*, p. 41.

encontrava acabada pelo menos em 1574<sup>221</sup>, altura em que servia de Sé, já que a construção desta estava muito atrasada<sup>222</sup>. Por alvará régio, de 19 de Outubro de 1594, a Misericórdia da Ribeira Grande passa a gozar dos mesmos privilégios e liberdades que a confraria de Lisboa<sup>223</sup>.

Sabe-se que esta estrutura recebeu vários recursos económicos, nomeadamente em 1575 (duas vezes)<sup>224</sup>, 1584<sup>225</sup> quando o rei concebe 200 cruzados para reformas necessárias, depois do saque dos franceses, e em 1620<sup>226</sup>, altura em que a confraria arrecada uma concessão por seis anos de ordinária de 100 cruzados, entretanto renovada, a 10 de Fevereiro de 1629, para obras de reparação, já que estava “muito pobre, por razão das muitas doenças que aqui há, e que as casas das enfermarias dela estão quase arruinadas e não há rendimento algum com que se lhe acuda”<sup>227</sup>. No ano de 1641, a confraria volta a ser beneficiada, desta vez com 100 cruzados durante seis anos, para “reparos e remédio”<sup>228</sup>.

Anos antes, em 1619, somos informados de que a igreja da Misericórdia de Santiago tinha os ornamentos “velhos e rotos”. O mesmo se verificava nos livros de

---

<sup>221</sup> Quando comparada com outras Misericórdias fundadas e construídas na costa ocidental africana (Angola, c. 1611; Salvador do Congo, c. 1617), constata-se que a de Cabo Verde foi muito prematura e as razões podem ser encontradas no fato da Ribeira Grande ser, nos meados de 1500, um grande porto de escala e comércio de escravos e sede de bispado, fazendo a Misericórdia de Sé. Isabel Guimarães Sá, “As Misericórdias no Império Português [1500-1800]”, in *Catálogo de Exposição 500 anos das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, 2000, p. 108.

<sup>222</sup> Cf. Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade” in *HGCV*, vol. II, p. 390.

<sup>223</sup> Cf. Misericórdia da Ribeira Grande de 19.10.1594, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 223-224 e Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, partes I e II, pp. 157-158.

<sup>224</sup> Cf. Alvará de privilégios à Misericórdia de 05.07.1575, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 70-71; *Portugaliæ Monumenta Misericordiarum*, vol. IV, p. 234 e Alvará de D. Sebastião concedendo privilégios de abastecimento de carne nos açougues à Misericórdia de Santiago de Cabo Verde de 09.07.1575, publicado in *PMM*, vol. IV, pp. 235-236.

<sup>225</sup> Cf. Alvará à confraria da Misericórdia da ilha de Santiago de 17.01.1584, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 123-124. Neste mesmo ano (1584), o rei D. Filipe I já havia determinado, para as despesas, que a Misericórdia poderia importar da Guiné até 10 quintais de cera anuais durante três anos, com total isenção de direitos pagos ao Estado. Alvará à Misericórdia de Santiago de 17.01.1584, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 125-126.

<sup>226</sup> Cf. Alvará à Misericórdia de Santiago de 30.10.1620, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 656-657. Esse privilégio foi concebido depois de uma petição dirigida ao rei, realizada pelos juizes e vereadores da ilha, pedindo auxílio para a confraria e irmandade da Santa Casa da Misericórdia. Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, partes I e II, p. 192.

<sup>227</sup> Cf. Alvará à Misericórdia de Santiago de 10.02.1629, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 211-212.

<sup>228</sup> Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, partes I e II, p. 226.

“canto chão, e canto de órgão” que, para além de estarem rotos, tinham ainda muitas folhas em falta<sup>229</sup>.

A igreja da Misericórdia da Ribeira Grande foi várias vezes contemplada nos testamentos sendo, provavelmente, o caso mais flagrante o do rico mercador Diogo Ximenes Vargas que intencionava, para além de doar bens às Misericórdias de Lisboa e da Madeira, edificar uma capela para a sua sepultura na Misericórdia da ilha de Santiago, oferecer alfaias e ornamentos litúrgicos e obras de melhoramento dos templos e um legado de cerca de 100 000 réis.<sup>230</sup>

Ao longo de Setecentos, a Misericórdia entra em decadência, acompanhando assim a tendência da cidade que a acolhia. Exemplificando, em 1700, não estava em condições para celebrar ofício por falta de Capelins<sup>231</sup>; em 1737, achava-se em miserável estado e os seus devedores arruinados de tal forma que não era possível realizar culto, curativo e auxílio aos pobres e cumprimento dos legados dos benfeitores<sup>232</sup>; em 1784, tinha “falta de tudo, até do próprio sustento”, e as casas e enfermarias ameaçavam ruir<sup>233</sup>. Nesse sentido, foi com naturalidade que surgiu a proposta, em 1819<sup>234</sup>, para transferir a Santa Casa da Misericórdia para a então vila da Praia, confirmada em 1833<sup>235</sup>.

Antes da construção da igreja e Casa da Santa Misericórdia, já havia notícia da existência de um hospital na Ribeira Grande<sup>236</sup>. Esse complexo, com as suas

---

<sup>229</sup> Cf. Certidão da Câmara da Ribeira Grande de 11.10.1619, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 645-646; *PMM*, vol. V, p. 572.

<sup>230</sup> *Arte de Bien Morir*, 2º tratado, cap. V, *apud*, Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade” in *HGCV*, vol. II, p. 499.

<sup>231</sup> Cf. Carta da Misericórdia de Cabo Verde informando o motivo por que não fizeram ofícios pela alma da Rainha Maria Sofia de 10.06.1700, publicada in *PMM*, vol. VI, p. 447.

<sup>232</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, partes I e II, p. 452-453.

<sup>233</sup> Daniel Pereira, *ob. cit.* p. 165.

<sup>234</sup> Segundo Sena Barcelos, os rendimentos da Misericórdia rondavam os 4 000 \$000 reis, provenientes de 1:100\$000 reis de foros das terras concebidas pelo rei, de juros de dinheiro e divisas activas, e com essa importância seria possível edificar um novo hospital com a sua ermida. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, p. 214.

<sup>235</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição vol. III, p. 15.

<sup>236</sup> As Misericórdias são o resultado de uma herança deixada pelos hospitais medievais, e o Hospital de Todos-os-Santos em Lisboa, instituída entre 1491 e 1501 resumiu e simultaneamente “transformou essa tradição, balançando-a para o futuro”, frisa José Ferrão Afonso. José Ferrão Afonso, *A Igreja Velha da Misericórdia de Barcelos e Cinco Igrejas de Misericórdias do Entre-Douro-e-Minho: Arquitectura e Paisagem Urbana*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia, 2012, p. 22.

enfermarias<sup>237</sup> e botica, foi instituído em 1497, através de um documento que nos informa que o rei D. Manuel I determinou que todos os bens das pessoas que falecessem na localidade sem deixar herdeiros e testamento, seriam “entregues ao ministrador ou recebedor do hospital que ora mandamos fazer na dita ilha, na parte da Ribeira Grande”, aplicados depois nas “obras e ornamentos [do hospital] e coisas que lhe pertencerem”. Ao deliberar que os bens e as fazendas teriam de ser o “mais proveitosos e rendosos” possível, deixa entender que as obras do hospital estariam em andamento, e que havia por parte da coroa um grande empenho e urgência na construção do edifício, ao mesmo tempo que dotava o hospital de maior autonomia financeira<sup>238</sup>.

## II. 2. 2. Implantação Urbana e Arquitectura

De modo a estabelecer um paralelo entre a Igreja e a Misericórdia de Cabo Verde com as suas congéneres do além-mar português, procurou-se seguir as linhas de investigação apresentadas por Rafael Moreira<sup>239</sup>, referentes à localização dos templos em relação aos restantes elementos pertencentes às Misericórdias, a escolha do sítio e aos aspectos artísticos, intitulado pelo historiador de “Invenção de uma tipologia”. Sobre a localização dos templos, o autor frisa que, à semelhança da de Lisboa, a igreja inseria-se no complexo arquitectónico formado pela Casa de Despacho, Hospital e residência dos funcionários, ficando o templo, geralmente, com a fachada voltada para a rua principal.

Por sua vez, a escolha do lugar recaía sobre espaços centrais e com uma boa visibilidade e importância na paisagem urbana, ocupando para o efeito “eixos viários, largos, praças e rossios”, que reflectia territorialmente todo o seu carácter social e

---

<sup>237</sup> Duplessis refere, em 1699, que na enfermaria, custeada pelo rei de Portugal, havia entre “25 a 30 camas destinadas às suas tropas”. *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699 par M. de Beauchesne aux Îles du Cap-Vert*, p. 63.

<sup>238</sup> Cf. Carta de D. Manuel ao Hospital de Santiago de Cabo Verde de 30.06.1497, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. I, pp. 584-586; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, pp. 60-61; *HGCV-CD*, vol. I, pp.109-111.

<sup>239</sup> Rafael Moreira, “As Misericórdias: um património artístico da humanidade”, in *Catálogo de Exposição 500 anos das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, 2000, pp. 134-215.

jurídico, localizando-se longe da Sé, matriz e paróquias, mas perto da Câmara e do pelourinho<sup>240</sup>.

Sobre os aspectos artísticos, não dispomos de fontes suficientes, (iconográficas, memórias descritivas ou sobrevivências físicas) dado o estado em ruínas do edifício, o que nos impede de avançar com uma análise arquitectónica. No entanto, pode-se arriscar uma hipótese sobre o que terá sido a obra se nos apoiarmos na tradição construtiva da Ribeira Grande.

Da igreja restam apenas as ruínas da torre sineira de secção quadrada, com cunhais em cantaria e ostentando um vão de volta perfeita, que foram consolidadas em 2012 por iniciativa dos Conservadores Sem Fronteiras. Ela seria marcada por um corpo modesto, com pouco volume, de planta longitudinal e nave única, apresentando uma cobertura de duas águas. Numa fotografia de princípios do século XX<sup>241</sup>, pode-se observar não só uma torre coroada por um coruchéu, como também, um pequeno muro de forma triangular, no interior, com um espaço aberto, que indicava provavelmente, a presença de um janelão e a marcação da existência de um piso interno, possivelmente o coro-alto<sup>242</sup>. A envolver as ruínas da igreja, observa-se um conjunto de muros caídos, que representam eventualmente as enfermarias.

Sabe-se, porém, segundo o depoimento do padre Baltasar Barreira, de 22 de Julho de 1604, que o edifício era “muito capaz” e com “muitas janelas”, sendo precedido por “uma varanda com escada para fora por onde se sobe à cadeia”<sup>243</sup>. Temos conhecimento de um outro depoimento que nos auxilia na nossa tentativa de descrever o programa artístico da Misericórdia da Ribeira Grande. Trata-se de um documento datado de 26 de junho de 1649, quando o provedor da Santa Casa da Misericórdia, Pedro de Barros, nas argumentações que apresenta para realizar obras no complexo pertencente a confraria, mais concretamente o encerramento de uma porta que estabelecia ligação com o coro, refere que a igreja dispunha de escadas,

---

<sup>240</sup> Cf. Idem *Ibidem*, p. 143.

<sup>241</sup> IAHN, Catálogo de postais antigos, Cidade Velha.

<sup>242</sup> Na litografia de Travassos Valdez de 1864, a Misericórdia não é representada com grande rigor, pelo que se resolveu, não utiliza-la como uma fonte importante. No mesmo desenho destaca-se a Sé, o palácio Episcopal, a fortaleza Real São Filipe arruinada, algumas casas, um piso nobre e casas térreas. Antiga Ribeira Grande, litografia de Travassos Valdez, 1864, AHU, ICON – 024, D446.

<sup>243</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal de 22.07.1604, publicada in MMA, 2ª série, vol. IV, pp. 41-48.

varandas ladrilhadas em tijolos, balaústres e uma tribuna com capacidade para receber o provedor e os irmãos.

Relativamente à disposição dos espaços construídos, sabemos que de um lado se encontrava a igreja, e do outro o hospital, entretanto, separados por dois lanços de escada que, com a casa do despacho “que de ordinário se chamava dos cavalos”, formavam um grande retângulo alinhado em forma de “U” que dava para um pátio central, utilizado na assistência dos necessitados<sup>244</sup>. Se por um lado, a planta de 1778, do engenheiro António Carlos Andreis, embora elaborada um século mais tarde, não apresenta, na sua memória descritiva, todos os elementos citados pelo provedor Pedro de Barros, por outro, apresenta-nos no seu mapa, o complexo da Irmandade com uma aparência de um grande retângulo.

Prosseguindo nessa nossa tentativa de aproximar a uma descrição arquitectónica, e considerando as informações dadas pelo bispo D. Frei António S. Dionísio, a igreja da Santa Casa da Misericórdia mediria 76,5 palmos de comprimento por 37 de largo<sup>245</sup>.

Relativamente a localização do templo, vê-se que na cidade de Ribeira Grande, a Misericórdia era formada pela união entre a igreja, a Casa da Santa da Misericórdia e o hospital<sup>246</sup>, sendo que a igreja tinha a fachada principal virada para a rua da Misericórdia, não muito longe do terreiro principal como era norma, segundo Moreira. Desta forma, as Misericórdias assumiam uma relação íntima com o espaço público, expressada não somente no plano físico do núcleo construído, mas também, como “um *continuum* vivo”, agregando os habitantes, a história e a cidade, salienta José Ferrão Afonso<sup>247</sup>.

Em relação à escolha do sítio, observa-se que a Misericórdia de Santiago procurou enquadrar-se afastada da Sé, sua contemporânea, e relativamente perto da Igreja paroquial Nossa Senhora do Rosário. Pela observação da planta da cidade da

---

<sup>244</sup> AHN-CV, RPRF, Livro de Acórdãos da Santa Casa da Misericórdia, Setembro de 1768 [n.º 1], fl. 3 V.º-11 V.º de 26.06.1649.

<sup>245</sup> Cf. Informação do Bispo de Cabo Verde sobre a Sé da Ribeira Grande de 21.05.1681, publicada in MMA, 2ª série, vol. VI, pp. 465-468. Cristiano José Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 121.

<sup>246</sup> Cf. Carta do Padre Baltasar ao Provincial de Portugal de 22.07.1604, publicada in MMA, 2ª série, vol. IV, pp. 41-49.

<sup>247</sup> José Ferrão Afonso, *ob. cit.*, pp. 18-19.

Ribeira Grande, de António Carlos Andreis de 1778, constata-se que o complexo formado pelos edifícios pertencentes à Santa Casa da Misericórdia encontravam-se implantados junto ao terreiro da Misericórdia que tinha o aspecto de um pequeno retângulo, aberto para o norte e não muito afastado do largo do pelourinho<sup>248</sup>, símbolo do poder municipal, da alfândega<sup>249</sup> e do porto. Essa política de inserção urbana tinha como grande objetivo marcar uma posição forte na vida da urbe, fixando-se o mais próximo possível do que realmente era importante, isto é, do porto e da alfândega, que representavam a atividade comercial, de onde conseguiam não só acolher os doentes, como também defender as donzelas, os escravos, os presos, os roubados, os marinheiros e os herdeiros<sup>250</sup> e a câmara, cadeia e pelourinho, símbolos do poder judicial e municipal.

Essa mesma organização urbana, ligada à Santa Casa da Misericórdia, verifica-se, por exemplo, em São Tomé (c. 1519), onde a Misericórdia com o seu hospital, interligava-se num primeiro momento, finais do século XV e princípios do século XVI, com a torre do capitão, a Sé, e mais tarde a alfândega, a câmara e a cadeia, erguidas ao longo de Seiscentos, ambos localizados num amplo terreiro<sup>251</sup>; em Luanda (c. 1575), onde a igreja e o edifício da instituição formavam, conjuntamente com o palácio dos Governadores, um largo e importante núcleo na cidade alta<sup>252</sup>; na ilha de Moçambique, cuja Misericórdia, igreja e hospital, fundados desde o século XVI, estabelecem comunicação com o largo do pelourinho, também denominado largo do teatro e com a alfândega, considerados ainda hoje um espaço central da cidade.

---

<sup>248</sup> Para Fernando Pires, enquanto o terreiro da Misericórdia funcionava como uma zona virada para dentro, ou seja, para o núcleo urbano, o Largo do Pelourinho assumia um papel essencialmente marítimo, virado para o exterior. Fernando Pires, *ob. cit.*, p. 161.

<sup>249</sup> Não ficava mais próximo ainda, devido a zona de alagamento.

<sup>250</sup> Cf. Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade” *HGCV*, vol. II, p. 492.

<sup>251</sup> Teresa Madeira, “Estudo Morfológico de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa” in *Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 254-255.

<sup>252</sup> Isabel Maria Nunes da Silva Martins, *Luanda a Cidade e a Arquitectura*, dissertação de doutoramento apresentada à FAUP, Porto, 2000; Luís da Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, 1956.

## II. 3. Os Jesuítas e o Seu Projeto Arquitetónico não Concretizado

### II. 3. 1. História

O Bairro de São Brás foi o local escolhido pelos jesuítas para viver, e aí pensaram construir a sua igreja e colégio. Chegaram mesmo a elaborar um projeto para esse fim. Contudo, este nunca chegou a ser materializado.

Tudo começa no ano de 1604, período em que a Companhia de Jesus iniciou a sua missão em Cabo Verde, e desde logo surgiu o desejo de fundar um colégio ou casa na Ribeira Grande. Para a sua realização, o rei D. Filipe II de Portugal, definiu uma série de condições. Com efeito, o monarca disponibiliza para despesas de manutenção de doze religiosos da Companhia, um conto de réis em cada ano, pagos à custa da fazenda, bem como duzentos mil réis que estavam destinados ao seminário para formação religiosa. Em termos de bens, os padres poderiam ter, para além da casa, apenas uma quinta para convalescença e recolhimento dos enfermos, estando proibidos de adquirir propriedades por compra, doação ou disposição testamentária. Os doze religiosos teriam a missão de converter “gentilidade, e reformação dos costumes”, junto dos cristãos e dos pagãos das ilhas e da costa que lhe ficava defronte<sup>253</sup>. Tratava-se, não de um colégio propriamente dito, mas sim de uma casa que teria como objetivo central a miscigenação de escravos “daquelas partes de África”, conforme afirma Francisco Rodrigues<sup>254</sup>.

Em 1607, o padre Baltasar Barreira, um dos grandes entusiastas da fundação da Companhia de Jesus em Cabo Verde, comunica que caso se faça um colégio na ilha de Santiago, deve-se optar, não pela cidade da Ribeira Grande, por ser muito doentia, mas pela localidade de São Domingos “que fica duas léguas pela terra dentro”, sendo sítio mais saudável, com alguma população, fértil e livre dos “rebates e sobressaltos

---

<sup>253</sup> Cf. Provisão régia sobre a fundação do colégio em Cabo Verde de 1606(?), publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 182-186.

<sup>254</sup> Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo II, vol. II, Porto, 1939.

que tem a cidade”<sup>255</sup>. Para o padre, era preferível a edificação de um colégio e não de uma casa professa, porque seriam necessários cerca de vinte sacerdotes para que seis deles se ocupassem da “conversão da Guiné e conservação dos convertidos, que é o principal fruto desta fundação”<sup>256</sup>. Pelos conteúdos das cartas, fica patente a determinação do padre Barreira na materialização de um colégio na ilha, garantindo, na escolha da sua localização boas condições de saúde, segurança e solo fértil.

O projeto da fundação de um colégio na ilha debateu-se com pelo menos dois grandes constrangimentos. Primeiro, o rei estabeleceu que os religiosos não poderiam adquirir bens de raiz, para além de uma quinta para recolhimento. Os padres não concordaram e pediram que “fique[m] no direito comum e da Ordenação”, como acontecia com os outros religiosos<sup>257</sup>. Segundo, o clima da ilha de Santiago, e principalmente da cidade de Ribeira Grande, era muito doentio, os religiosos “morriam todos muito em breve”<sup>258</sup>, chegando a ser designada de “sepultura dos religiosos”<sup>259</sup>.

Em 1596, a Companhia de Jesus já havia recusado o convite do rei para aceitar o “Colégio com os duzentos mil reis, destinados para o Seminário”<sup>260</sup>, alegando que a ilha de Santiago “é tão enferma que dizem os que lá estiveram, que se forem vinte, metade deles morrerão, logo”<sup>261</sup>. A esses dois motivos, pode-se acrescentar ainda a dificuldade em reunir material suficiente para efetivação de uma estrutura que albergasse uma missão da Companhia, aumentando significativamente os custos da empresa. A esse respeito, em 1608, o Vice-Provincial dos jesuítas relata que, caso se venha a fundar casa, deve-se ter a noção que as “obras naquelas partes [ilha de

---

<sup>255</sup> Referia-se claramente aos constantes conflitos, quer internos, quer fruto dos ataques externos, que aconteciam na Ribeira Grande. Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal de 09.03.1607, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 229-240.

<sup>256</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal de 06.05.1610, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 406-408.

<sup>257</sup> Cf. Resposta do Provincial dos Jesuítas às condições propostas por el-rei de 15.12.1610, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 422-424.

<sup>258</sup> Cf. Carta do padre Francisco de Gouveia ao vice-rei de Portugal do ano 1613, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 551-553.

<sup>259</sup> Cf. Carta do vice-provincial dos Jesuítas sobre o Seminário Geral da Guiné de Março de 1608, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 312-316.

<sup>260</sup> Cf. Carta Régia sobre o Colégio de Cabo Verde de 06.05.1596, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 385-386.

<sup>261</sup> Cf. Carta do padre Francisco de Gouveia ao Padre-Geral da Companhia de 18.12.1596, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 400-403.

Santiago], custam muito mais que nestas [Portugal] ”<sup>262</sup>. O padre Baltasar Barreira confirmava essa mesma conjuntura desfavorável, ao realçar que para a construção do colégio seria necessário vir do reino, “a pedra toda lavrada de cantaria e toda a cal, telha e madeira, de maneira que feita a traça terão de lavar lá [em Portugal] os portais e janelas [...] e as portas de madeira”<sup>263</sup>.

A situação de avanço e recuo manteve-se até ao fim da missão dos Jesuítas em Cabo Verde, em 1642. Segundo Francisco Rodrigues:

“Por mais de quarenta anos se travou uma luta entre a Companhia de Jesus e o rei e ministros reais, para se estabelecer e fundar, sólida e duravelmente naquela cidade [Ribeira Grande], a Casa central das missões desse arquipélago e das regiões da Guiné, mas todos os esforços forma sempre de balde”<sup>264</sup>.

### II. 3. 2. O Projeto

Do exposto, ficam-se a conhecer as grandes dificuldades diárias com que se debatia a companhia para manter a sua missão nas ilhas e construir o seu colégio. No entanto, em 1629, a Companhia de Jesus envia para a ilha de Santiago, como visitador, o padre Sebastião de Araújo, com o intuito de seleccionar o sítio<sup>265</sup>, e elaborar a planta do edifício<sup>266</sup> que iria albergar o colégio dos religiosos em Cabo Verde<sup>267</sup>.

---

<sup>262</sup> Cf. Carta do vice-provincial dos Jesuítas sobre o Seminário Geral da Guiné, de Março de 1608, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 312-316.

<sup>263</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao padre André Alvares de 09.05.1609, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 348-353.

<sup>264</sup> Francisco Rodrigues, *ob. cit.*, tomo III, vol. II, pp. 198-199.

<sup>265</sup> A Companhia de Jesus tinha por hábito seleccionar os melhores sítios para construir, sendo que na maioria das vezes, eram locais elevados, facilitando desta maneira a organização defensiva, e próximos de vias de comunicação naturais.

<sup>266</sup> Sobre os preceitos de construção da Companhia de Jesus e da existência ou não de um estilo jesuíta, consultar entre outros, Fausto Sanches Martins, “Arquitectura dos Jesuítas, Portugal nos séculos XVI e XVIII, Critérios, Articulação Espacial. Intérpretes do Modo Nostro” in *Portugal Brasil/Brasil Portugal, Duas Faces de uma Realidade Artística*, Lisboa, CNCDP, 2000; Rudolf Wittkower, Irma Jaffe, *Baroque Art: The Jesuit Contribution*, Nova Iorque, Fordham University Press, 1972 e Eusebio Rey, *Leyenda y Realidade en la Expression “Estilo Jesuítico”*, Razón Y Fe, 1995.

<sup>267</sup> Cf. Residência da Companhia em Cabo Verde de 30.05.1630, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 244-249.

A obra seria implantada no bairro de São Brás, onde já viviam, como já tivemos oportunidade de referir, os jesuítas. São apresentados “três modos de edificar”, sendo que o “primeiro é melhor que o segundo, e ambos piores que o terceiro”. A opção do primeiro modo passaria por unir as duas partes do bairro que estavam separadas pela rua Direita da Cidade, ou seja, o lado norte – que fica da “banda da terra” – com o lado sul – “banda do mar”<sup>268</sup>, através de dois arcos que encimassem a rua que “atravessava por ambos, os quais ficasse servindo de corredores”. Por seu turno, no segundo modo, a opção seria construir apenas na “banda do sul, que da rua fica para o mar”.

O primeiro modo apresentava, segundo o visitador Sebastião de Araújo, vantagens relativamente ao segundo na medida em que possibilitava a concepção de uma quadra perfeita para os aposentos futuros, o que não seria de todo possível no segundo; depois, esta opção permitia a construção de uma cerca, “da banda do mar”; e finalmente, as casas pertencentes à Companhia e a do Chantre estariam em esquadria, pelo que não seria necessário “derrubar nenhuma, ficar servindo para a direitura do corredor, ou cubículos, em boa parte”. Fica patente a atenção dada pelo visitador às questões relacionadas com o aproveitar das casas já construídas ou ocupadas pelos jesuítas, da possibilidade de reservar terreno para as futuras áreas conventuais, e por último, a oportunidade de projectar um espaço regular, com a forma de um quadrado.

Quanto ao terceiro modo, que ficaria localizado do lado norte, somente “da banda da terra [era] melhor que ambos os [outros] dois”, por várias razões. Em primeiro lugar, tinha no meio da quadra, “um formoso pátio, que em nenhum outro, cabe”. Depois, a igreja ficava “sem subida na serventia da parte de fora (que é muito grande, inconveniente em qualquer dos dois modos acima, por em ambos, ficar esta serventia, costa acima)”. Em terceiro lugar, a fachada da igreja estaria localizada num terreno à nascente, para onde fica a porta principal, comprimento de 130 palmos, e de largura o mesmo, e mais, junto a igreja 850 palmos no mais afastado; para razão da parede de um quintal que faz ressaca para o tal terreno, o qual quintal não é muito rendoso [...] se compraria quando necessidade fosse”. Deste modo, as pessoas que

---

<sup>268</sup> Boa parte das construções erguidas no bairro de São Brás encontram-se fixadas na zona norte. São os casos da capela de Santa Luzia e da porta e forte de São Lourenço.

quisessem frequentar a igreja teriam um “formoso terreno e tabuleiro” que os convidava a permanecer no espaço. Em quarto, com a edificação na banda do norte, “fica a do sul para uma muito boa cerca, e para moradas térreas dos nossos escravos, ainda que sejam casados: com portas para a rua nas oficinas dos que forem oficiais [...]. Digo moradas térreas porque as de sobrado alto não servem para não tirarem a vista aos novos cubículos, desta banda do norte que se farão”. Quinto, porque o primeiro modo, “como há-de ter dois arcos que saiam à rua, não é tão decente, segundo por se deixar ver: além de haver de surgir alguma inquietação com a cidade, por impedirem a vista a algumas casas da mesma rua [...]”. Sexto, o sítio seleccionado para a construção do projeto do terceiro modo estaria “mais reparado das bombardas do mar, se caso houver, em algum tempo, combate de piratas, na direitura do porto, por ficar diante a rocha de São Brás [...], por ficarmos mais afastados”. Por fim, a sétima razão centra-se na localização, “por assim estarmos muito mais isentos de estrondos do mar, que a tempos é muito grande, e se sente muito dos que vivem vizinhos [...] como hoje vivemos, e em qualquer dos outros dois modos ficaríamos vivendo”.

É interessante constatar que em cada motivo avançado pelo visitador Sebastião de Araújo há um objetivo prático na projecção da proposta do colégio da Ribeira Grande. Todos os motivos aqui citados mostram um certo cuidado, por parte da Companhia, na forma de projectar o colégio. O primeiro motivo relaciona-se com a possibilidade de erguer um pátio central<sup>269</sup>; o segundo realça o fato de a igreja estar acessível para a comunidade local, porque iria localizar-se num sítio plano, o que era bastante difícil tendo em conta a paisagem envolvente<sup>270</sup>; o terceiro mostra-nos a preocupação em conseguir um espaço livre que possa albergar e receber as pessoas com toda a comodidade, com o objetivo de cativá-las e aproximá-las da fé e dos companheiros de Inácio de Loyola<sup>271</sup>; o quarto e o quinto motivos preocuparam-se

---

<sup>269</sup> Nas construções dos Jesuítas, o pátio, geralmente quadrangular e rodeado de arcarias, tinha a função, entre outros, de estabelecer a ligação as salas de aulas, de recreio e de protecção da comunidade residente no verão e no inverno. Exibia uma fonte no seu centro que detinha, segundo Fausto Martins várias utilidades: prática, porque fornecia água para os residentes; simbólica, representando a sabedoria; e cénico, visto que era um lugar destinado a representações teatrais e eventos literários, comumente abertos ao público exterior. Fausto Sanches Martins, *ob., cit.*, pp. 937-940.

<sup>270</sup> Para perceber o território edificado, Ribeira Grande, vide o subcapítulo “Escolha do Lugar”.

<sup>271</sup> Os religiosos da Companhia de Jesus procuravam sempre estabelecer uma relação muito estreita com os habitantes dos territórios onde realizavam missões. Em Cabo Verde, por exemplo, essa realidade

com as normas urbanísticas, arquitectónicas e estéticas, procurando alcançar uma boa relação com a natureza, conseguindo “vistas” desimpedidas de toda a cidade, alcançando um lugar destacado do resto da paisagem, e respeitando as habitações já existentes<sup>272</sup>; e finalmente o sexto e sétimo motivos que se debruçam sobre as questões alusivas à segurança da construção, quer no aspecto de contacto com o ambiente, nesse caso, com a acção do mar, quer no aspecto bélico e de “combate de piratas”.

A exposição das razões da escolha do terceiro modo para a construção do colégio em detrimento dos dois outros modos, é seguida da indicação das medidas do projeto que teria um total de 180 palmos. As paredes da estrutura teriam de largura três palmos, e o pavimento dos cubículos “para o alicerce” poderiam ser de quatro palmos nas zonas onde fossem necessárias “para mais fortificação”. No que toca à dimensão do pátio “é de 80 palmos para todos os 4 lados”.

A igreja dos religiosos ficaria pelos 73 palmos de comprimento, “pouco mais ou menos”, e de largura e altura 42. Essas medidas eram suficientes visto “a cidade não ser mais do que uma freguesia”. Entre as paredes do templo e o pavimento dos cubículos deveria haver “3 até 4 palmos de vãos, para esconderijo, havendo rebate de inimigos [...] com portinha falsa [...], onde se possa meter o que a pressa não deixar mudar para a serra”.

---

é comprovada pelo teor do Memorial da população da ilha de Santiago, que pedia, depois da retirada dos jesuítas do arquipélago em 1642, o regresso dos religiosos que doutrinavam e ensinavam, “não só as letras, mas a verdade”, os moradores da cidade de Ribeira Grande. Cf. Memorial do povo da ilha de Santiago ao Geral da Companhia de Jesus de 1648 (?), publicado *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 538-539; Francisco Rodrigues, *ob. cit.*, tomo III, vol. II, pp. 470-471. Também, em 1653, o padre António Vieira, depois de ter passado 4 dias na cidade de Ribeira Grande, e de muita insistência dos habitantes para que a companhia voltasse, recomenda, através de uma carta endereçada ao padre Provincial, que se “acuda a este extremo desamparo, e não se dilate uma tão grande glória de Deus e da Companhia, como da missão de todas aquelas ilhas e terra firme [costa da Guiné]”. Cf. Carta do padre António Vieira ao padre Provincial do Brasil de 25.05.1653, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 27-30.

<sup>272</sup> Os Jesuítas desempenharam, segundo Walter Rossa, um papel importante na concepção arquitectónica e urbanística desse período, através do ensino, principalmente da Matemática, que decorria nos “espaços abertos à cultura científica”, designadas de colégios. Walter Rossa, “A cidade portuguesa”, in *História da Arte Portuguesa: do Barroco à Contemporaneidade*, vol. III, Lisboa, Temas e Debates, 1995, p. 269.

Os cubículos<sup>273</sup> mediriam de comprido e de largo “25 palmos todas as 4 faces; que como a terra peca de quente, são necessários cubículos desabafados”.

Concluimos assim que a proposta arquitectónica foi pensada para dar resposta a diferentes posições que se relacionam com a estabilidade do edifício, respeitando as normas fundamentais da “*firmitas*”, através do reforço das fundações; com as dimensões da igreja, que teria de ter em conta a escala da cidade e da sua população, ou, como acentua o documento, a “freguesia”; com situações de eventual ataque, quando seriam necessárias soluções rápidas, visando a protecção dos bens materiais; finalmente com a resolução dos problemas relacionadas com o clima local, e da adaptação ao território, demonstrando um grande sentido prático.

Após a “declaração do petipé, largura das paredes, vão do pátio e habitações”, o documento informa-nos das funções de cada cómodo nos dois andares do edifício.

Primeiro, o piso térreo: “as 3 habitações que se seguem na fachada da igreja da banda do Oriente, podem servir para as classes”, sendo a do meio “para casa [...] do prefeito e da confraria”, ladeada pelas casas das classes de latim e casos. Para aceder à “portaria comum” seria necessário “subir escada de 10 ou 12 degraus, para o recanto do corredor de cima”, localizada em frente a capela. Na outra ponta da “banda Oriente” ficaria a casa do porteiro.

No lado norte, encontra-se um “lanço do corredor (que não tem rocha), tudo o mais é rocha até o outro lanço do corredor [...] cuja altura fica no andar do pavimento das habitações superiores; e assim nos serve muito”. Nota-se que houve uma clara intenção em aproveitar a altura da rocha e sobre ela erguer as estruturas residenciais situadas no segundo piso.

Os cinco compartimentos que se localizam na ala ocidental, a que fica no cunhal norte, destinavam-se a “recolher cal, telha etc.” Logo a seguir, depois de atravessar um corredor cujo vão é a “portaria do carro”, que se liga à “portaria comum”, isto é, a porta do porteiro, implantada a oriente, encontra-se a oficina para receber madeira. Os três espaços seguintes acolhiam, respetivamente, vinho e azeite,

---

<sup>273</sup> É frequente encontrar na documentação, a utilização do termo cubículos (*cubare*, repousar) em vez de celas, porque para os jesuítas, esse espaço destinava-se para o estudo e para o descanso, salienta Fausto Sanches Martins, *ob. cit.*, p.883.

farinha e milho e por fim o do canto sul, “latrinas com sacada para baixo da rua”, desaguando diretamente no mar, demonstrando, desta forma, a atenção dada às condições de higiene e de saúde pública.

No lado sul do colégio situa-se a casa dos “despejos da sacristia e igreja” e, “imediatamente à capela-mor”, ficaria a sacristia e capela secundária virada a sul, com uma porta num dos lados da dita capela para auxiliar, entre outras funções, o sacristão e nas missas.

Localizado no centro da planta, “o pátio da quadra há-de ter no meio, uma fonte”. A envolvê-lo [o pátio], estariam as colunas que iriam suportar as varandas do segundo módulo que albergava os corredores e os cubículos.

A igreja do colégio “há-de ser por cima, [...] em seu tamanho, como São Roque de Lisboa, com traves de coqueiro atravessadas, em que se pregue o forro”. Empregaria ainda, mais algumas traves a três ou quatro palmos acima, que serviriam de esconderijo. Sebastião de Araújo salienta que na ilha existem boas traves de coqueiro, medindo entre 80 a 100 palmos, “fortíssimas e de muita dura”, permitindo assim aproveitar o material existente no local, aliás como era norma. O templo teria duas portas travessas, fincadas uma sobre a rua da cidade, estabelecendo comunicação com o exterior, e outra defronte, que ligava a igreja aos corredores e ao pátio. Para a comunidade e os crentes acederem à porta principal, situada no frontispício da igreja, foi sugerida um lanço de escadas, com 3 ou 4 degraus “para um terraplano em largura competente, calçado de seixos sobre parede de pedra e cal, de altura de 7 ou 8 palmos, para a serventia das classes e portaria”. Esta solução permitia um acesso mais fácil, na medida em que eliminava a “subida ao entrar” no templo, ao contrário do que acontecia com as habitações das classes, que teriam vãos altos.

A igreja teria três altares: a capela-mor - pouco profunda -, e duas capelas laterais. O púlpito ficaria do lado da Epístola, “sobre o cruzeiro, por baixo das grades” com acesso pelo pátio central. A porta principal “é uma só, por haver duas travessas, mas, se for necessário, não é dificultoso pôr-se aos lados [...] mais outras duas”. Os confessionários “para os homens e mulheres, vários lugares podem ter” e o oratório “para o quarto de recolhimento pode ficar no lado da capela-mor que não tem porta, da face de fora”, onde se poderia “abrir uma janela com grades e vidraças: assim para

correspondência da porta por onde as missas hão-de sair como para as visitas da casa do Santíssimo”.

Segue-se a descrição do piso superior: o “cubículo do cunhal para o nascente para capela; o que se segue para despensa ordinária e para despejos do refeitório: o mais adiante para refeitório: outro para cozinha: o do cunhal para ocidente salvo o corredor para forno”. As estruturas do troço norte, exceptuando a das pontas, teriam “o pavimento sobre a rocha [...] e uma parede da banda de fora em todo o lanço para os despejos, limpeza etc.”. A cozinha, o refeitório, e a casa dos despejos e despensa comunicavam entre si através de portas.

Contornando a ala norte para o ocidente, “um destes cubículos que se segue para a livraria. Os outros 11 cubículos [pela nossa leitura são 10] [...], 8 para os padres e mestre de Latim e 3 para os irmãos, que como os cubículos são grandes, bem podem estar dois a dois, mormente irmãos, coadjuvadores, quando vivêssemos aqui 12 e mais e em aperto de hóspedes [...] 4 a 4”.

As habitações que se encontravam localizadas nos cunhais teriam “duas janelas, não falando na porta, à imitação do cubículo do topo da varanda do Cardeal em Évora que olha para a Senhora do Espinheiro”, conseguindo assim uma vista privilegiada para dois lados e um melhor arejamento do espaço. Os restantes cubículos “ficam com uma só janela fronteira à porta, para o vão de 25 palmos dar capacidade a tudo”.

O campanário, com o máximo de três sinos e torre relógio, “fica na direitura do recanto do corredor, entre a capela e o cubículo que se segue no lanço do norte”, ou seja a despensa e despejo do refeitório. Seria este o local adequado, na medida em que possibilitaria facilmente a sua auscultação ao longe, onde o “sancristão pode acudir com facilidade, quando quiser tanger às missas, pois em subindo a escada, dá logo com a cadeia do sino” e “que menos perturbem em casa”, o que revela um bom conhecimento da acústica.

O coro-alto, “como a igreja não é muito larga, pode estribar sobre uma trave bem lavrada de um coqueiro ao entrar na porta principal. O coro estaria programado

também para habitação e como “é habitação larga, bem pode servir de classe (quando esta classe for necessária) e mais, ter escada para o coro”.

O visitador Sebastião de Araújo não chegou a projectar as escadas que fariam a comunicação entre os dois andares, apontando que “ pôr-se-á onde a arte parecer melhor”, porque havia vários lugares onde isso poderia ser feito. Não faltavam sítios também para os lavatórios.

A proposta arquitectónica sublinha que os dois altares laterais do cruzeiro “podem ser de abóbada e arcos” com 3 nichos “à feição da igreja de Braga”, com arcos de 12 palmos de vão, “dez na ressaca da pestana de cima, embasamento e de degrau que em todo o comprimento da igreja sai do corpo dela”. Cada nicho poderia receber o seu retábulo “e ser como capela, que para jazigo se comprara bem”. Todos os nichos das capelas poderiam albergar confessionários, sendo numa “parte, os das mulheres, e para outra, os dos homens”.

Pela descrição bastante detalha e precisa que se acaba de apresentar pode-se concluir que o projeto foi bem pensado, debruçando-se sobre aspectos relacionados com a melhor distribuição dos cómodos pelos andares, tendo sempre em atenção as condições oferecidas pela topografia e o clima, e, preservando-se a possibilidade de expansão do espaço a ser construído.

Sobre a distribuição das divisões habitacionais sabe-se que, na zona reservada à comunidade, o refeitório, cozinha, casa de despejos e despensas localizavam-se habitualmente no piso inferior<sup>274</sup>. No entanto, nesta proposta essas áreas situam-se no segundo piso. Tal fato deve-se, eventualmente, à falta de espaço no andar térreo, na medida em que uma boa parte do lanço norte estava assente, como já tivemos oportunidade de constatar, sobre uma rocha que serviria de fundação do andar superior. Continuando no segundo registro, vamos encontrar, aliás como era norma, expostos paralelamente sobre a quadra, e todos com a mesma dimensão, os cubículos de habitação, capela da casa e livraria. Entretanto, não é mencionado a existência de enfermaria, a botica e a rouparia<sup>275</sup>.

---

<sup>274</sup> Fausto Sanches Martins, *ob. cit.*, p. 885.

<sup>275</sup> Pela ausência de espaços próprios para as enfermarias e as boticas poder-se-ia optar pela adaptação dum cubículo para desempenhar essa função, salienta Fausto Sanches Martins. *Ob. cit.*, p. 903.

No piso térreo, observa-se, para além da presença das salas de aula, a latrina, adegas, armazéns, casa do porteiro, a sacristia, a igreja e os respetivos depósitos.

A igreja, que ocupava um espaço reduzido em relação ao empreendimento no seu todo, era de nave única e com três capelas, sendo uma principal, pouco profunda e separada da nave por arco cruzeiro, e duas laterais. Estas encontravam-se separadas da capela-mor, por um gradeamento de madeira, e nelas poderia constar um jazigo. Sabe-se que era tradição dos missionários jesuítas a construção do túmulo dos fundadores dos colégios na capela-mor<sup>276</sup>. Para o caso de Cabo Verde, o projeto faz menção a um jazigo que poderia localizar-se, não na capela-mor, o local mais sagrado, mas sim numa das capelas laterais, não esclarecendo contudo se se tratava do túmulo destinado ao fundador e nem dos motivos da sua localização no espaço indicado.

Sobre os modelos utilizados para erecção do “3º modo de edificar”, assinalam-se os casos dos colégios de São Roque de Lisboa<sup>277</sup>, do Espírito Santo de Évora<sup>278</sup> e de São Paulo de Braga. Do colégio de São Roque de Lisboa devia-se copiar a solução das traves utilizadas na estrutura da cobertura, e provavelmente uma tipologia simplificada da fachada. Ao Espírito Santo de Évora foi-se buscar, como já se viu, o exemplo da colocação de duas janelas nos cubículos que ocupam os cunhais. Por último, o colégio de Braga foi mencionado como modelo que poderia ser seguido para os altares sobre o cruzeiro, ou seja, 3 nichos escavados superficialmente em arco pleno, nos quais se embutiam os altares em talha, visíveis assim a partir da nave<sup>279</sup>, sem dúvida a melhor opção para igrejas com reduzidas dimensões, como é o caso.

Apesar da qualidade do projeto, considerado pelo seu autor como “muito competente”, e da dedicação patente na sua elaboração, onde se procurou, não só, seguir as condições geográficas, topográficas e históricas locais, mas também, modelos

---

<sup>276</sup> Fausto Sanches Martins, *ob. cit.*, p. 971-973.

<sup>277</sup> Veja-se, António Lopes, *Roteiro Histórico dos Jesuítas em Lisboa*, Braga, Editorial A.O., 1985.

<sup>278</sup> Sobre o Colégio do Espírito Santo de Évora ver entre outros, Túlio Espanca, “Noticias dos Edifícios do Colégio e Universidade do Espírito Santo de Évora”, in *Cadernos de História da Arte Eborense*, vol. XX, Évora, Livraria Nazareth, 1959 e José Filipe Mendeiros, *Roteiro Histórico dos Jesuítas em Évora*, Braga, Editorial A. O., 1992.

<sup>279</sup> Outro modelo de concepção de altares nas capelas laterais foi a construção de um espaço de certa forma profundo onde se inseria uma capela com seu altar, tendo como vantagem a possibilidade de abrir uma passagem estreita entre as capelas. Os colégios de Jesus de Coimbra, do Espírito Santo de Évora e de Santo Antão de Lisboa, são exemplos disso mesmo. Fausto Sanches Martins, *ob. cit.*, pp. 975-976.

erguidos pelos Jesuítas, ao nosso ver, toda a proposta arquitectónica do colégio da Ribeira Grande, não passou de uma grande encenação política, levada a cabo pela Companhia de Jesus, no intuito de convencer o rei – pela documentação consultada, conclui-se que era o grande impulsionador dessa empresa - de que os missionários estavam atentos e dedicados relativamente à missão em Cabo Verde. As explicações são muito simples. Logo depois da sua concepção, a proposta foi avaliada numa reunião em Lisboa e os consultores chegaram a um consenso que não se deveria avançar com “aquela residência”, sendo contudo “necessário dissimular por então, e esperar alguma ocasião, com que sem escândalo de Sua Majestade, se pudessem os Nossos vir dela [Cabo Verde] ”. Afirmavam ainda que “os reis dar com quê fizesse a obra do edifício do dito colégio, não tem feito [...] e que não se podem bem sustentar com a renda [...], quanto mais fazer obras a que el-rei era obrigado como fundador”<sup>280</sup>.

Os Jesuítas sempre contestaram a intenção dos monarcas, apresentando constantemente “uma razão” para não fixar uma missão forte e consistente nas ilhas, e uma das principais justificações centrou-se nas condições de saúde e do clima oferecidos no território, o que pode ser facilmente comprovada através da vasta documentação.

O fato de apresentar, não uma, mas três propostas de construção do colégio na ilha de Santiago - na medida em que o 1º e o 2º modos, eram de todo inviáveis -, foi uma forma de não criar nenhuma “suspeita” e serem acusados de falta de zelo na edificação do colégio.

Uma das fundamentações citadas pelos missionários, para não continuar com o projeto, e torná-lo realidade, foi a carência de materiais de construção que teriam de vir da metrópole. Prova disso, pode ser encontrada num documento que faz menção aos materiais em falta, bem como a respetiva quantidade, entre os quais, telhas, portais de janelas e portas, chafariz para o meio do pátio, vários retábulos e grades<sup>281</sup>, entre outros, sem os quais não seria possível a obra. Para mais, era preciso pagar os “fretes destas coisas” e “não havendo navios (como agora se vê) mal se poderá

---

<sup>280</sup> IAN/TT, Inventário do Cartório dos Jesuítas, Maço 80, nº 17.

<sup>281</sup> IAN/TT, Inventário do Cartório dos Jesuítas, Maço 53, nº 50.

efetuar”<sup>282</sup>. No entanto, este fato sempre foi conhecido nas ilhas e nem por isso deixou de se construir bons exemplares arquitectónicos.

Por fim, pode-se afirmar que as ilhas não eram tão aliciantes como outras missões, entre os quais o Brasil e a Índia. Essa realidade é bem patente no documento redigido pelos responsáveis da Companhia, ao relatar que “tirado os nossos deste lugar, se poderá com eles, acudir ao Maranhão com mais fruto do gentio, e cómodo dos nossos, per razão da melhoria do clima”<sup>283</sup>.

Apesar de não ter sido concretizada, a planta projectada pelo visitador Sebastião de Araújo assume um relevo importante nas produções artísticas da Ribeira Grande na medida em que a proposta arquitectónica do colégio teve em conta as condições encontradas no território, seguindo assim de perto as ideais determinadas depois de 1575 que tinham como princípios básicos de arquitectura a flexibilidade e adequação ao meio, os hábitos edificatórios do sítio e aos fatores económicos<sup>284</sup>.

Contudo, esta não foi a única traça de um colégio projectado para a missão jesuítica em Cabo Verde. Na verdade, logo nos primeiros anos da chegada dos jesuítas à ilha de Santiago, mais precisamente a 11 de Maio de 1609, o padre Baltasar Barreira já havia delineado uma outra<sup>285</sup>. Entretanto, o lugar para a sua edificação não seria propriamente a Ribeira Grande mas sim uma localidade próxima, chamada Ribeirão Correia, sobre o mar, pertencente à fazenda de São Martinho. Segundo depoimento de Baltasar Barreira, e em linhas gerais, pode-se concluir que o edifício deveria erguer-se em torno de um pátio quadrado com varandas ao redor, “de maneira que o lanço que cair sobre o mar tenha cinco ou seis cubículos”. O frontispício da igreja “se faça para a banda da cidade, que fica a oeste-noroeste”.

---

<sup>282</sup> Cf. Parecer do padre Sebastião Gomes sobre a Companhia em Cabo Verde, ano 1637, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 324-328; Francisco Rodrigues, *ob. cit.*, tomo III, vol. II, pp. 452-455.

<sup>283</sup> Francisco Rodrigues, *ob. cit.*, tomo III, vol. II, pp. 452-455

<sup>284</sup> Fausto Sanches Martins, *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759, Evolução Cronológica, Intervenção Artística e Articulação Espacial*, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1994.

<sup>285</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao padre André Álvares de 11.05.1609, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 354-357. Não apresenta a respetiva planta, possivelmente porque a “caravelinha de António Gomes que há-de levar esta e as demais cartas está já fora do porto, a pique para se partir hoje”.

Na proposta apresentada, o padre tem o cuidado em dividir os diferentes espaços de modo a que “a gente de fora” não entrasse nas áreas internas, nomeadamente no pátio e casas. O colégio teria ainda, para além de oficinas destinadas a agasalho “da gente do nosso serviço”, cozinha e despensa, uma cerca “em que possamos fazer horta” que serviria não só de sustento como também impedimento de passagem ao longo dos cubículos, “porque as vezes as negras não estão bem compostas”. Escreve igualmente, que do reino devem vir um pedreiro e um carpinteiro “que serão mestres” e alguns oficiais.

É interessante verificar que Baltasar Barreira tem o cuidado, - e pensando no tipo de clima oferecido pelas ilhas -, de informar que a mão-de-obra deve “ser de Alentejo, porque provam cá melhor”<sup>286</sup>.

É de realçar que em todos as localizações apresentadas pelos jesuítas para erguer o colégio na ilha de Santiago, houve sempre o cuidado de verificar se o lugar possuía uma fonte que fornecesse água para os religiosos. Tal fato aconteceu por exemplo no sítio Ribeirão Correia, local onde existia “uma fonte permanente de muito boa água” que poderia ser usada “não somente para beber, mas também para regar alguma hortaliça”<sup>287</sup> e também no bairro de São Brás, visível na planta de 1778.

## **II. 4. A Igreja e o Convento de São Francisco**

### **II. 4. 1. História**

A História da Igreja no arquipélago de Cabo Verde durante os primeiros anos de ocupação é parca em informações. Segundo a tradição, decorria o ano de 1466 quando dois religiosos, Frei Rogério e Frei Jaime, ambos franciscanos e naturais da Catalunha, do convento de São Bernardino de Atougua, aportaram na ilha de Santiago,

---

<sup>286</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao padre André Álvares de 11.05.1609, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 354-357.

<sup>287</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao Provincial dos Jesuítas de 12.02.1609, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 336-338.

juntamente com os primeiros povoadores do arquipélago<sup>288</sup>. Fizeram logo, como era hábito, uma casa de ramos e terra e junto dela construíram uma pequena capela, utilizando os mesmos materiais, para evangelizar os escravos trazidos da costa de África e rezar pelas almas dos primeiros colonos. A passagem dos dois frades foi muito tribulada, porque frei Rogério foi assassinado e frei Jaime foi acusado do homicídio, eventualmente cometido por Bartolomeu de Noli<sup>289</sup>.

A presença dos franciscanos em Cabo Verde, depois de uma passagem difícil dos jesuítas, volta a acontecer apenas em 1640<sup>290</sup>, altura em que uma viúva rica, de nome Joana Coelho, residente na cidade, doou verbas para que aí se edificasse um convento franciscano pelos religiosos da província da Piedade. No entanto, as condições para a fixação estável, só vieram a concretizar-se 17 anos mais tarde, quando foi cedido pelo Morgado dos Mosquitos um terreno cujo administrador recebeu em troca a zona designada de colégio, propriedade da fazenda real<sup>291</sup>. Esse interregno deveu-se, a nosso ver, não aos conflitos entre os padres e a família Noli, mas às condições adversas encontradas no território, nomeadamente, um clima insalubre e a falta de recursos naturais.

Sabe-se, contudo, que em 1636 estiveram na ilha três religiosos, designadamente, frei João da Esperança, como responsável máximo da missão, frei Manuel do Espírito Santo e frei Vicente da Conceição. Essa comitiva, que estaria autorizada a avançar com as obras do convento entretanto frustradas, acabou por ocupar a igreja da Nossa Senhora da Conceição<sup>292</sup>.

Para a construção do convento e da igreja foi necessário reunir algumas condições, nomeadamente financeiras, e o compromisso não apenas dos governantes da metrópole mas igualmente da população residente na cidade. Com efeito, o monarca D. João IV, antes de morrer, determinou que fosse entregue, para a

---

<sup>288</sup> Cf. Ângela Domingues, “Administração e Instituições: Transplante, Adaptação, Funcionamento” *in ob. cit.*, p. 120.

<sup>289</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, parte I, p. 40.

<sup>290</sup> Cf. Fundação dos terceiros franciscanos na ilha de Santiago (1636-1640), publicada *in MMA*, 2ª série, vol V, pp. 303-310.

<sup>291</sup> Cf. Carta da Junta das Missões de 04.07.1657, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 111-112; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, parte II, p. 252.

<sup>292</sup> Cf. Fundação dos Terceiros Franciscanos na ilha de Santiago (1636-1640), publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 303-310.

edificação e despesas do convento, 4 mil cruzados<sup>293</sup>. Segundo a documentação consultada, a iniciativa de D. João IV deveu-se ao príncipe D. Teodósio, que, após auscultar o padre António Vieira, informou o pai da necessidade de religiosos na ilha de Santiago<sup>294</sup>. Depois da morte do rei, em 1656, a rainha D. Luísa Francisca de Gusmão, empenhou-se na materialização do convento, ordenando que todos os trabalhos fossem “feitos na forma de minhas ordens e regimentos, mostrando de tudo, papéis correntes aos ditos oficiais de que conste com clareza o que se tem despendido na dita obra”<sup>295</sup>. Nota-se, por um lado, que a governante estava preocupada com o valor antes destinado à construção e quis verificar a sua aplicação na íntegra, procurando evitar possíveis desvios das verbas, muito comuns nessa época na cidade, pois vivia-se um período de crise profunda. Por outro lado, queria também a manutenção da missão.

Inicialmente, a ilha recebeu, com grande “aplausos”, oito religiosos<sup>296</sup> da província da Piedade<sup>297</sup>, “os quais foram providos de todo o necessário para [...] poderem celebrar os ofícios divinos e administrar Sacramentos”. O governador Pedro Ferraz Barreto responsabilizou-se de imediato pela escolha do melhor sítio, onde os padres poderiam ficar e mais tarde construir o convento<sup>298</sup>. Por carta régia de 1662, D. Afonso VI ordena ao governador Francisco de Figueiroa que entregasse a cada um desses religiosos 25.000 réis de esmola anual e 8.000 réis do direito sobre o pescado, para cobrir as suas necessidades<sup>299</sup>. Anos antes, em 1657, o ouvidor e provedor da fazenda das ilhas, Baltazar Teixeira Cabral pedira autorização ao rei para que fosse

---

<sup>293</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, parte II, p. 252.

<sup>294</sup> Cf. Carta da junta das missões de 04.07.1657, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 111-112; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, parte II, p. 252.

<sup>295</sup> Cf. Carta régia sobre a construção do convento da Ribeira Grande de 20.09.1657, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, p. 120.

<sup>296</sup> Os 8 religiosos eram: António de Braga; Domingos de Braga; Luís de Chaves; Manuel de Borba; Sebastião de Vicente da Beira; Constantino de Amarante; Sebastião de Redondo; e Gonçalo de Vila Real. Cf. Fr. Francisco de Santiago Barcellense, *Chronica da Provincia de Nossa Senhora da Soledade*, tomo II, 1762, p. 409.

<sup>297</sup> A Província da Piedade, pertencente a Ordem dos Franciscanos, foi fundada em 1517 e extinta no ano de 1834. Era formada por um grupo de casas que surgiram a partir das fundações do religioso espanhol, Fr. João de Guadalupe, tendo como sede o convento de Nossa Senhora da Piedade, localizada na Vila Viçosa. José Mattoso e Maria do Carmo Dias Farinha (coord), *Inventário: Ordens Monásticas/Conventuais*, Lisboa, IAN/TT, 2002, p. 344.

<sup>298</sup> Cf. Carta da Junta das Missões de 04.07.1657, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 111-112.

<sup>299</sup> Cf. Carta régia ao governador de Cabo Verde de 19.10.1662, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, p. 162.

entregue aos padres capuchos o púlpito da Sé “por serem pobres e lhe ser necessária esta ajuda”, acção que deixa bem explicita o quanto a missão era importante para os moradores da cidade<sup>300</sup>.

Por iniciativa da rainha D. Luísa, a missão volta a receber mais franciscanos, designadamente 12 religiosos da Província da Piedade, liderados por Frei André de Faro, nesse mesmo ano (1657). Devido às condições de saúde encontradas no território, era realmente indispensável, para sobrevivência da empreitada, o envio constante de padres para a Ribeira Grande. Frei André de Faro, por exemplo, sofreu de febres, logo à chegada, e teve, segundo Sena Barcelos, de “levar nos pés e braços quarenta sangrias”<sup>301</sup>. Em 1670, salienta Fortunato de Almeida, os religiosos franciscanos passavam por grandes dificuldades financeiras, e o governador, depois de ordens do monarca, resolve conceber, para o sustento dos padres, uma esmola de 65.000 reis anuais<sup>302</sup>.

Anos mais tarde, concretamente em 1674, a Província da Piedade deu lugar à Província da Soledade<sup>303</sup> e o convento, anteriormente designado de Nossa Senhora da Piedade, passou a ser denominado de São Francisco<sup>304</sup>. A missão da Província da Soledade em Cabo Verde<sup>305</sup>, tal como sucedia com a Província da Piedade, abrangia, para além das ilhas, o território da Guiné que se estendia “acima de cem léguas desde

---

<sup>300</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 28.06.1657, publicada in MMA, 2ª série, vol. VI, 110.

<sup>301</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, parte II, p. 260.

<sup>302</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, Nova Edição, preparada e dirigida por Damião Peres, 1968, p. 269.

<sup>303</sup> A Província da Soledade teve a sua origem na subdivisão da Província da Piedade, de acordo com as determinações do Capítulo Provincial de 9 de Maio de 1671, aprovada pelo Ministério Geral da Ordem e pelo Vaticano através da bula *Ex iniuncto nobis* de 21 de Julho de 1673, durante o pontificado de Clemente X, sendo extinta em 1834. Ficou determinado, que todos os conventos localizados a norte do Tejo passariam para a Soledade. É nesse quadro, que o convento da Ribeira Grande converte para a mais recente província. José Mattoso e Maria do Carmo Dias Farinha (Coord.), *Inventário: Ordens Monásticas/Conventuais*, Lisboa, IAN/TT, 2002, p. 347; Fernando Félix Lopes, *Fontes Narrativas e Textos Legais para a História da Ordem Franciscana em Portugal*, Madrid, 1949, p. 132.

<sup>304</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 271.

<sup>305</sup> Pelo fato de ser um território periférico e devido a isso pouco aliciente, o estatuto da Ordem de São Francisco, Província da Soledade, ordenava, constituindo-se numa excepção, que a missão de Cabo Verde teria de ter um Comissário que desempenharia as funções de um Provincial, “com superioridade a todos religiosos dela e ainda ao mesmo Guardião e aos Presidentes dos hospícios”. Por outro lado, quando o Provincial mandava frades para a missão não poderia dar patente de “confessor ou pregador a qualquer deles, nem consinta que se lhe dê, senão depois de lá chegar e dando sê-lhe no reino, damos a tal patente por nulas, para com isto evitarmos a ocasião de fugirem com elas”. Fr. Boaventura de Barcellos, *Compilação dos Estatutos da Provincia de Santa Maria da Soledade da Ordem do N.P.S. Francisco da Regular Observancia dos Descalços no Reyno de Portugal*, Porto, Oficina Episcopal de Manuel Pedro Coimbra, 1751, pp. 109-112.

o rio Senega ou Senegal, até topar com a própria Guiné e uma distancia considerável pela terra dentro”<sup>306</sup>.

Apesar dessa alteração, a empresa cabo-verdiana chegou a receber, nesse mesmo ano, 10 capuchos da Província da Piedade, da Beira e do Minho, tendo como responsável máximo, Frei Vicente de Celorico<sup>307</sup>. Na sequência desse envio, o rei recomendou expressamente ao governador “para lhes dar agasalho e bom tratamento”, o que deixa entender a grande importância que tinha a missão para Cabo Verde e para a Costa de África, numa altura em que a região estava profundamente afectada pela falta de missionários focados na conversão e no apoio religioso aos locais<sup>308</sup>. A missão da nova província começa com o envio para a ilha de Santiago de 6 religiosos, recebendo cada um 35 000 réis para a viagem<sup>309</sup>.

Quanto à construção do convento franciscano, pode-se deduzir, a partir da interpretação da documentação consultada, que teve pelo menos dois sítios diferentes. Logo à chegada, os padres ficaram instalados nas casas anteriormente pertencentes ao Morgado dos Mosquitos, sítio onde teriam de “fabricar casa” e edificar oito celas e algumas oficinas<sup>310</sup>. No entanto, pelas condições oferecidas por esse local, perto de “umas alcaçarias, que lhes fazem muito mal [aos franciscanos], por causa do mau cheiro e ainda aos navios, pela comunicação das águas, quando se vão prover naquele sítio”, seria de todo importante acomodá-los noutra zona, pois estavam naquela missão com o intuito de servir Deus e “conversão das almas”<sup>311</sup>.

Não conseguimos apurar a localização exacta das propriedades do morgado dos Mosquitos mas através da análise do documento, percebe-se que a área se encontrava junto à costa, próximo do porto e da zona de abastecimento dos barcos. Provavelmente, os padres da Ordem de São Francisco não estavam interessados nessa

---

<sup>306</sup> Fr. Manuel da Mealhada, *Coronica da Provincia da Soledade da mays Estreita Observancia no Reyno de Portugal*, tomo II, 1789, p. 679.

<sup>307</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 271.

<sup>308</sup> De 1646 a 1672 (ano da confirmação do bispo D. Frei Fabião dos Reis), a colónia não esteve sem bispo, fato que terá acarretado uma grande necessidade evangélica no território, e os locais viram nos capuchos, uma via para solucionar essa problemática. Sobre o assunto, ver Maria João Soares, “A Igreja em Tempo de Mudança Política Social e Cultura”, in *HGCV*, vol. III, pp. 327-406.

<sup>309</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 271.

<sup>310</sup> Cf. Carta da Junta das Missões de 04.07.1657, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 111-112.

<sup>311</sup> Cf. Carta da rainha D<sup>a</sup>. Luísa de Gusmão ao governador Pedro Ferraz Barreto de 02.05.1658, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 124-125.

primeira zona escolhida pelo governador, até porque tinham preferência por zonas mais retiradas, e serviram-se da rainha D. Luísa de Gusmão como intermediária para tentar solucionar o problema.

De acordo com a *Crónica da Província da Soledade*, foi em 1661 que se iniciou a erecção do convento de São Francisco da Ribeira Grande e em pouco tempo edificaram a igreja e o dormitório<sup>312</sup>, situação confirmada por frei André de Faro na sua relação sobre as missões da Guiné, ao referir “que os frades da primeira missão tinham aí, há três anos edificado um convento”. A obra teve grandes custos, pois todos os materiais essenciais para a sua construção tiveram de ser importados de Portugal “como a cal, madeira, telha, partais e cantarias”<sup>313</sup>. A esse propósito, frei Manuel de Monforte relata-nos que “não havendo na terra materiais para se principiar e prosseguir o Convento, veio naquela ocasião uma caravela de Mondego carregada de madeira e juntamente outra de Lisboa, que trazia cal e telha”<sup>314</sup>.

Logicamente que essa conjuntura aumentava os custos da obra. Com o objetivo de minimizar os elevados valores, os religiosos tiveram a preciosa ajuda dos moradores que acudiram “com tudo o necessário para as obras, como para o sustento dos religiosos”<sup>315</sup>. O grande afecto demonstrado aos franciscanos é certificado na crónica da Província da Soledade: “entrou-se a trabalhar na obra com tal ardor, que além dos ricos, concorreram para ela com semanas inteiras de jornada, as mulheres, e mesmo os meninos, andavam à porfia, a quem serviriam no carroto dos materiais”<sup>316</sup>. Se a concretização do convento teve ajuda de todos, culminando na sua conclusão, há a sublinhar, igualmente, que causou um grande desfalque nas finanças da capitania, já por si débil, deixando os governadores e os restantes funcionários reduzidos à miséria, devido a falta de verbas para pagar os ordenados<sup>317</sup>.

---

<sup>312</sup> Cf. Fundação do convento da Soledade na cidade da Ribeira Grande de 20.09.1657, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 121-122.

<sup>313</sup> Cf. Relação de frei André de Faro sobre as missões da Guiné (1663-1664), publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 178-191.

<sup>314</sup> Cf. *Chronica da Provincia da Piedade*, p. 768.

<sup>315</sup> Cf. Relação de frei André de Faro sobre as missões da Guiné (1663-1664), publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 178-191.

<sup>316</sup> Cf. Fundação do convento da Soledade na cidade da Ribeira Grande de 20.09.1657, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 121-122.

<sup>317</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p.288.

Apesar das notícias de elevação do convento, possivelmente ainda uma pequena obra, sabe-se através de uma carta de D. Pedro II que a estrutura encontrava-se, anos depois, em estado avançado de deterioração, sendo de assinalar a falta de agasalho, porque não tinha “dormitório, claustro, capítulo de enfermaria”, causando doenças e mortes. Nessa época, aponta o mesmo documento que os moradores “não podem dar mais remédio por muita pobreza”, pois já haviam “concorrido com largas esmolas para decoração da igreja e capela e sacristia, que tem acabado”, pelo que a solução, visando “acudir as ditas obras”, passaria por retirar dos direitos dos navios castelhanos de passagem para abastecer de escravos, 300.000 réis em dois anos e “fazer-lhes mercê”<sup>318</sup>. Coincidindo com a informação acabada de transcrever, o bispo franciscano D. Frei António Dionísio<sup>319</sup> relata, em 1677, não obstante um certo exagero, (pois o convento tinha na altura poucos anos de vida), que ordenou a alguns religiosos para reedificarem o edifício que se encontrava em ruínas. A descrição depreciativa da construção tem de ser analisada a partir de um quadro bastante perturbador da Igreja no arquipélago, levando o bispo a afirmar que o cabido enviou como visitantes “clérigos ambiciosos, pondo a cidade em tal estado, que a igreja [Sé], mais parecia choupana de pastores, do que templo de cristãos, roubando os cálices e vestimentas, a ponto de haver visitador que dos ornamentos sagrados mandou fazer casacos para negros”<sup>320</sup>.

A acreditar na informação disponível na crónica da Província da Soledade, o edifício só recebeu portadas e retábulos em 1680, altura em que as obras ficaram definitivamente concluídas<sup>321</sup>, e daí a dúvida, se estaríamos numa situação de degradação ou de interrupção da construção do templo. Sobre essa problemática, Sena Barcelos salienta que no ano de 1681, o convento encontrava-se inacabado e

---

<sup>318</sup> Cf. Andrade e Silva, *Colecção Cronológica da Legislação Portuguesa*, 1675-1683, p. 341, *apud* Fortunato de Almeida, *ob. cit.*, p. 269.

<sup>319</sup> Foram vários os bispos pertencentes a Ordem de São Francisco que serviram Cabo Verde, fato que contribuiu para uma relação próxima e de cooperação com os seus companheiros. Pode-se citar, por exemplo, para além de D. frei António Dionísio (1675-1684), D. frei Vitorino Portuense (1688-1705), D. Francisco de Santo Agostinho (1709-1719), D. frei João de Faro (1738-1741), e D. frei Pedro Jacinto Valente (1752-1774). Para aprofundar esse tema, consultar as seguintes obras: Nuno da Silva Gonçalves, “A Igreja e a Cultura”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – A Colonização Atlântica*, Lisboa, Editorial Estampa, vol. III, tomo II, 2005, pp. 204-220; Henrique Pinto Rema, “Diocese de Cabo Verde”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 280-284.

<sup>320</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 279.

<sup>321</sup> Cf. *Crónica da Província da Soledade*, pp. 706-707.

pensou-se ceder aos franciscanos a pedreira destinada à Sé, mas com o novo impulso da construção desta igreja, o projeto ficou frustrado<sup>322</sup>. Por sua vez, a *Chronica da Província da Piedade* indica que “está hoje [1693] o Convento em boa forma, mas não acabado”<sup>323</sup>.

Na passagem pela cidade da Ribeira Grande, no ano de 1699, o engenheiro francês Duplessis afirmou que o convento capucho era uma estrutura “recentemente construída”<sup>324</sup>, levando-nos a referir que a obra ficou acabada definitivamente, depois de várias fases de edificação/crescimento e interrupções, entre os anos 80 e 90 de Seiscentos. Nessa mesma data, o que acaba por reforçar o ponto de vista avançado acima, foi celebrado o culto da Semana Santa na igreja<sup>325</sup>.

Até à extinção das ordens religiosas em 1834, o convento e a igreja dos padres pertencentes a Ordem de São Francisco passaram por períodos conturbados, acompanhando desta forma a conjuntura que se vivia na ilha de Santiago. Com efeito, em 1754, um grande temporal que se abateu sobre a cidade destruiu o dormitório<sup>326</sup>; em 1762, o convento seria um dos poucos edifícios resistentes na Ribeira Grande<sup>327</sup>; em 1823, o bispo D. frei Jerónimo, pede ao “soberano congresso” que lhe fosse entregue o convento, incluindo cerca e horta para servir de seminário<sup>328</sup>.

Hoje, a igreja encontra-se em razoável estado de conservação, graças às intervenções realizadas em 2001 e 2002, com o apoio da cooperação espanhola. Já o convento, está em ruínas, contudo estabilizadas.

---

<sup>322</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 285.

<sup>323</sup> Cf. *Chronica da Província da Piedade*, p. 768-769.

<sup>324</sup> Cf. *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699 para M. Beauchesne aux île du Cap-Vert*, p. 62.

<sup>325</sup> Cf. *Programa de Intervenção para a Recuperação do Património Histórico Arquitectónico e para o Desenvolvimento Turístico e Agrícola da Cidade Velha*, IIPC/AECI, [S. d.].

<sup>326</sup> AHU, Cabo Verde, cx.25, doc. 46. Se é inédito, deve constar de um apêndice documental.

<sup>327</sup> AHU, Cabo Verde, cx. 27, doc. 46. Se é inédito, deve constar de um apêndice documental.

<sup>328</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p.277-278.

## II.4.2. Normas de Construções Franciscanas e a sua Percepção na Ribeira Grande

A Província da Piedade, pertencente aos capuchos e que chegou a ter (até 1672) quarenta e um conventos e dois hospícios, um na Ribeira Grande, Cabo Verde sobre a invocação de Nossa Senhora da Piedade e outro em Lisboa localizado na casa do palácio do Duque de Cadaval<sup>329</sup>, tinha regras específicas de construção e localização dos seus edifícios. Em Cabo Verde, sabe-se que, logo a seguir a subdivisão da província em duas, em 1672, o território passou para a responsabilidade da província da Soledade<sup>330</sup>. Contudo, os estatutos utilizados para as edificações da Província da Soledade eram os mesmos da Província da Piedade<sup>331</sup>, e ambas seguiam de perto as da Arrábida, província fundada com o auxílio de um religioso ligado à Província da Piedade, sendo por isso normal que tivessem seguindo as mesmas premissas ideológicas<sup>332</sup>. Tais estatutos eram estabelecidos para a erecção das igrejas e dos conventos.

Uma das primeiras determinações da Província ordenava que todos os conventos deveriam ser “pobres, pequenos e recolhidos, situados longe das vilas e cidades, para que os religiosos neles moradores, não fossem molestados com visitas de pessoas seculares”<sup>333</sup>. Os estatutos mais completos que se conhecem foram realizados pela Província da Arrábida, e definiam para a igreja uma largura de 26 palmos - próximo de seis metros -, e o cumprimento não deveria ultrapassar os 80 – cerca de 17

---

<sup>329</sup> Victor Joaquim Fialho Medinas, “Arquitectura Capucha da Piedade”, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada a UNL-FCSH, 1994, vol. I, p. 47. Sobre a origem dos capuchos, ver o mesmo autor, pp. 22-46.

<sup>330</sup> Cf. Frei Manoel de Monforte, *Crónicas da Província da Piedade. Primeira Capucha de Toda a Ordem, e Regular Observância de Nosso Seráfico Padre São Francisco*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1751, p. 769.

<sup>331</sup> Cf. Os estatutos da Província da Piedade que se conhece são datados de 1726. Porém eles foram aprovados em 1522, acrescentados em 1560 e reformulados em 1639. Ana Paula Valente Figueiredo, *Os Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição: Análise Histórica, Tipológica, Artística e Iconográfica, Tese de Doutoramento em História, Arte, Património e Restauro*, apresentada à ULFL, 2009, p. 108.

<sup>332</sup> Cf. Victor Joaquim Fialho Medinas, *ob. cit.* p. 85.

<sup>333</sup> Cf. *Crónicas da Província da Piedade*, p. 26.

metros -, contados a partir da porta de acesso ao interior do templo, até ao arco triunfal, ficando o coro por cima da galilé. Teria o máximo de três altares<sup>334</sup>.

Fialho Medinas concluiu, no seu trabalho relativamente aos conventos capuchos da Piedade<sup>335</sup>, que todas as igrejas apresentavam uma só nave, e as plantas encontravam-se estruturadas a partir de um duplo quadrado, ao qual se junta uma capela-mor retangular cujo comprimento corresponde aproximadamente à medida da largura do corpo da construção. Os altares das igrejas eram três, sendo o principal, localizada na capela-mor, onde se expunham as imagens de São Francisco e Santo António e uma tribuna, e os dois restantes, colaterais, situados nos lados do arco triunfal. Das várias divisões da igreja, destacam-se uma grade de madeira que separava a área dos frades da do público e o coro, colocado por cima da galilé, sendo o acesso feito através do corredor dos dormitórios. A nave, o coro e a capela-mor apresentavam uma cobertura em abóbada de berço, sustida numa cornija que percorria as paredes laterais, e estavam destituídas de decoração.

De acordo com Medinas, as fachadas das igrejas exibem características próprias dos religiosos, seguindo de perto os votos de pobreza e humildade. Baseando-se nesses dados, o autor realça que o frontispício das igrejas projectava-se através de um quadrado rematado por um triângulo isósceles. A galilé abria-se geralmente por meio de um portal de três arcos<sup>336</sup>, podendo ser de volta plena ou abatidos. Na zona central, a encimar a galilé, observa-se um janelão, que poderia ser rematada por um nicho, e em alguns casos por dois nichos ou duas janelas cegas. A coroar a fachada encontra-se uma empena triangular, envolvida simetricamente por dois campanários. Finalmente, o edifício é marcado por dois cunhais rústicos<sup>337</sup>.

---

<sup>334</sup> Cf. *Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida*, apud Victor Joaquim Fialho Medinas, *ob. cit.* pp. 36-37.

<sup>335</sup> Cf. Victor Joaquim Fialho Medinas, *ob. cit.* pp. 71-72.

<sup>336</sup> Poderiam ser também de um só arco.

<sup>337</sup> Cf. Victor Joaquim Fialho Medinas, *ob. cit.* pp. 73-74.

#### II.4.2.1. Arquitetura e Caracterização Tipológica

A igreja de São Francisco da Ribeira Grande, tal como a conhecemos hoje e cientes da existência de algumas alterações efetuados na sua traça, é um reflexo dos princípios construtivos da Província da Piedade. Com eles o templo partilha uma qualidade formal austera e humilde, e exerce um forte apelo à simplicidade sobre o observador, características típicas da arquitectura dos capuchos, expressas na sobriedade e clareza da organização dos templos, articulando-se deste modo também com as condições de vida insular.

As dimensões da igreja ficam-se pelos 8,53 metros de largura, por 16,50 metros de comprimento, contabilizados desde a porta de acesso, até à parede que corresponde ao início do arco de triunfo, logo próximo dos 7 X 17 metros encontrados por Medinas. Esta nave é coberta por uma falsa abobada de berço, que se alonga da fachada principal até à parede que dá início à capela-mor, espaço com 6,65 metros por 5,45 de largura. Se, à semelhança de outras igrejas pertencente aos capuchos, a obra exhibe uma única nave, configurando-se num duplo quadrado, há a assinalar que como também era regra, o comprimento da capela-mor (6,65 metros), não corresponde a largura do corpo principal do edifício (8,53 metros).

A partir de um documento publicado por José Conrado Carlos de Chelmicki e Francisco Adolfo de Varnhagen em 1841, sabe-se que a igreja tinha “três altares, inclusive o mor”, sacristia encostada à capela-mor que era “menos mal”, e um coro<sup>338</sup>. O relato assevera o cumprimento das premissas construtivas da Província da Piedade que estabelece três altares, sendo o principal, destinado a receber a imagem de São Francisco ou Santo António, colocada na capela-mor, e outros dois inseridos nos extremos do arco triunfal. Essa informação é confirmada no edifício, pois ainda é perfeitamente visível a demarcação de um pequeno altar de secção retangular no lado do Evangelho<sup>339</sup>, bem como dois nichos rematados em arco de volta plena, rasgados

---

<sup>338</sup> José Conrado Carlos de Chelmicki, Francisco Adolfo de Varnhagen, *Corografia Cabo-verdiana ou Descrição Geográfica-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, tomo I, Lisboa, Tipografia L. C. da Cunha, 1841, p. 256.

<sup>339</sup> Provavelmente terá existido também um altar no lado da epístola.

nas paredes da nave, destinados a receberem os seus respetivos santos<sup>340</sup>. A invocação que vigorou em Santiago foi a de São Francisco. O patrono da igreja era o capitão Luís de Abreu, empregando, por escritura de 10 de Julho de 1662, “para a fábrica dela [...] 50.000 reis cada ano”<sup>341</sup>. O mesmo trecho menciona a existência de um coro.

A parte exterior correspondente à fachada principal, de pano único, apresentava um portal axial retilíneo, entretanto desaparecida. Na área central, a rematar o portal, nota-se um grande vão retangular com grades em ferro que se encontrava, como era comum, sobrepujada por um nicho, observável a partir de uma fotografia feita nos anos 90<sup>342</sup>. A coroar o frontispício do edifício, observa-se uma empena triangular, envolvida por um pequeno campanário<sup>343</sup>, com janela em arco de volta perfeita encimada por uma cornija e sobrepujada por um pequeno frontão triangular. Na fachada actual do templo, não é visível aquele que é um dos elementos mais característicos das construções realizadas pelos capuchos: a simetria. Os antigos frontispícios dos conventos de Nossa Senhora da Esperança, Portimão (c. 1541), de Santo António, Loulé (c. 1547)<sup>344</sup> e Santo António de Redondo (c. 1609), todos pertencentes a Província Piedade, exibem uma estética próxima da igreja de Cabo Verde.

Em resumo, a igreja da Ribeira Grande, juntamente com os conventos referenciados, seguiram de perto, o modelo projectado pela arquitetura capucha, ou seja, uma fachada marcada, por um arco, uma janela central, encimada por um nicho destinado a receber uma imagem possivelmente de barro, e um frontão triangular, com a sua cruz, existência de pelo menos uma torre sineira e dois cunhais de pedra.

A fachada lateral da igreja, correspondente à epístola, possui quatro janelas de verga reta, sendo uma na zona do já desaparecido coro-alto, duas no corpo da nave e a última na capela-mor. Por sua vez, o pano do lado do evangelho é praticamente cego, apenas rasgado por uma única janela retilínea, com maiores dimensões. A parte

---

<sup>340</sup> Infelizmente não pudemos apurar as suas identidades.

<sup>341</sup> *Coronica da Provincia da Soledade*, pp. 706-707.

<sup>342</sup> Disponível em [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<sup>343</sup> Trata-se de um elemento posterior a construção original, pois o material utilizado na sua materialização, ao contrário do resto da fachada, é o tijolo.

<sup>344</sup> Sobre os conventos de Loulé e Portimão, consultar, Catarina Almeida Marado, *Antigos Conventos do Algarve: um Percurso pelo Património da Região*, Lisboa, Edições Colibri, 2006.

traseira do edifício é rasgada um por janelão de arco de volta redonda, encimada por uma empena reta.

Já para os espaços conventuais, pelo estado de ruínas em que se encontram, não nos é possível analisá-lo a partir dos modelos produzidos pelos conventos dos capuchos. De acordo com Medinas, as instalações correspondentes aos dormitórios, eram ocupados por 15 a 20 celas, todas de pequenas dimensões e localizando-se no piso nobre<sup>345</sup>, cumprindo assim as normas patentes no estatuto da Província de Arrábida que recomendava entre 16 a 18<sup>346</sup>. Através dos relatos de Carlos de Chelmicki, fica-se a saber da existência de um dormitório situado num registo superior com “doze celas”. Existiam ainda, segundo a mesma fonte, um lavatório – com “uma pia de pedra mármore” - uma livraria, uma cozinha, duas salas de aula, “uma de Teologia Moral e outra de Gramática Latina”<sup>347</sup>, e uma casa do capítulo que foi entregue em 1686 a Manuel Correia de Lacerda<sup>348</sup>. Por indicação de uma lápide colocada precisamente no centro da sala do capítulo, sabe-se que o sargento-mor Manuel Correia Lacerda, cavaleiro, professo da Ordem de Cristo, falecido em 1689, fora o padroeiro desse espaço. A sala apresenta uma planta retangular à qual se acedia através de uma porta num corredor. No seu interior encontram-se bancos que serviam de acentos aos franciscanos na altura das reuniões e que percorrem praticamente toda a sala, e um altar, ambos de pedra.

Nos documentos não são referenciados outros cómodos que terão constado no complexo, como sendo, entre outros, a enfermaria e hospedaria. Porém, é visível na construção a presença daquilo que terão sido os antigos lavatório, casa de guarda, algumas celas, corredores de acesso aos diversos espaços do convento, aberturas das celas e muro exterior.

---

<sup>345</sup> Cf. Victor Joaquim Fialho Medinas, *ob. cit.* p.75.

<sup>346</sup> Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida, 1698, p. 79.

<sup>347</sup> José Conrado Carlos de Chelmicki, *ob. cit.*, pp. 254-256.

<sup>348</sup> *Chronica da Provincia da Soledade*, pp. 706-707.

#### II.4.2.2. Urbanismo e Paisagem

Geralmente, os conventos franciscanos na metrópole, nas cidades insulares atlânticas e na colónia brasileira, estavam localizados fora do núcleo populacional, mas próximos da implantação urbana existente, em zonas de acesso fácil, tendo por trás as cercas, respeitando assim as normas presentes nos estatutos<sup>349</sup>. Privilegiavam ainda uma localização contígua a cursos de água ou de nascentes, condições que favoreciam a aposta em plantações, utilizada não apenas como fonte de alimentação mas também para o desfrute das comunidades de religiosos. As construções funcionavam por um lado como pólos de atividade missionária, por outro, de desenvolvimento e expansão urbana.

Na cidade da Ribeira Grande, o convento dos franciscanos, “um belo e vasto edifício”<sup>350</sup>, localizado no bairro de São Pedro, insere-se nessa tipologia. Sendo assim, trata-se de uma construção que foi instalada a nordeste do aglomerado, no interior do vale, numa inclinação acentuada, entre 16 a 25 %<sup>351</sup>, não muito distante do porto, possibilitando uma ampla vista, mas já numa zona considerada, na altura, rural, no extremo do povoado. O acesso é feito através de uma calçada e escadaria que tem como elemento de ligação um pequeno átrio situado a frente da igreja estabelecendo, deste modo, a ligação com o resto da paisagem urbanizada.

Impunha-se como fator marcante na paisagem, não só pelo seu valor simbólico e religioso, mas também como elemento de proteção, em caso de eventuais conflitos. Não obstante a sua localização, ela foi saqueada, - juntamente com as outras igrejas -, pelos homens do general francês Cassard, no decorrer do ano 1712<sup>352</sup>. Aquando desse assalto à cidade, o convento e o bosque envolvente foram utilizados como um dos pólos de organização da defesa, área que deveria receber 50 homens, “todos de zagaia”, na ausência de armas de fogo, prontos para atirar. Foi também um dos

---

<sup>349</sup> Cf. *Corónicas da Província da Piedade*, p. 26.

<sup>350</sup> *As Ilhas de Cabo Verde no Principio do Século XIX*, Memórias de António Pusich, publicadas e anotadas por Orlando Ribeiro, in *Separata de Garcia de Orta*, vol. IV, Nº 4, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1956, pp. 606-636.

<sup>351</sup> Cf. António Manuel Xavier, *Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Soledade*, [S. L], Editora Licorne, 2011, p. 111.

<sup>352</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. II, parte II, p. 409.

espaços escolhidos para a proteção dos moradores do aglomerado<sup>353</sup>. A registrar ainda, a título exemplificativo que, em 1728, o ouvidor Sebastião de Bravo Botelho, numa tentativa desesperada de salvaguardar a sua integridade física, procurou refúgio no convento dos padres capuchos, acabando por ser morto, bem à frente dos padres e do irmão, nas escadas de acesso ao edifício, por intermédio dos soldados do governador Francisco Manuel da Nébrega<sup>354</sup>. Tempos antes, em 1688, ao chegar à cidade para assumir o cargo de bispo de Cabo Verde, D. Frei Vitoriano Portuense, num claro acto simbólico, realizou uma visita ao convento, tendo solicitado uma cela ao guardião<sup>355</sup>.

Para Chelmicki, o local onde se veio a construir o convento, “*no fundo a bordo da ribeira*”, era “*o sítio mais delicioso talvez de todo o Archipelago*”<sup>356</sup>, o que simboliza uma busca pelo contacto com a natureza e uma valorização da ideia de contemplação, tão apreciada pelos franciscanos. Esta relação próxima com a natureza era ainda conseguida através “de um grande bosque”, onde constavam laranjeiras, coqueiros, vinhas, nogueiras, figueiras bravas, goiabeiras, pinheiros e hortaliças, “tudo isso dentro da cerca”<sup>357</sup>.

Essa realidade foi anteriormente referida pelo Frei Manuel de Mealhada ao salientar que no interior da cerca “tem uma grande mata de árvores silvestres para lenha, e bons pomares de pereiras, figueiras, laranjeiras, limoeiros, bananeiras, pinheiros, e outras fruteiras próprias do país”<sup>358</sup>.

O local da fixação dos espaços conventuais, “na costa de uma ladeira a sul da cidade e com perspectiva para ela”, assumia especial destaque no contexto urbano da cidade, pois estava cercado de rochas de onde brotava “uma fonte, cuja água pode ir a todas as oficinas do convento”<sup>359</sup>; encontrava-se longe das zonas de inundação; as árvores proporcionavam repouso à “sombra de ramagem que torna impenetrável [os]

---

<sup>353</sup> Cf. Relatório infausto da Expugnassement das fortalezas e cidade de Santiago de Cabo Verde feita por monsieur Casar General francês de 05.05.1712, publicada in Daniel Pereira, *ob. cit.*, pp. 229-249.

<sup>354</sup> Sobre esse conflito local, ver Maria João Soares, “A Igreja em Tempo de Mudança Política Social e Cultural”, in *ob. cit.*, p. 327-412 (consultar principalmente o subtítulo “D. Fr. José de Santa Maria de Jesus (1721-1736): a Igreja entre uma sociedade levantada”, pp. 375-389).

<sup>355</sup> Padre Manuel Pereira Gonçalves, *A Missionação dos Jesuítas e dos Franciscanos nos “Rios de Guiné” no século XVII*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à FLUL, 1991, p. 224.

<sup>356</sup> José Conrado Carlos de Chelmicki, *ob. cit.*, pp. 67-68.

<sup>357</sup> José Conrado Carlos de Chelmicki, *ob. cit.*, pp. 255-256.

<sup>358</sup> Cf. *Coronica da Provincia da Soledade*, p. 706.

<sup>359</sup> Cf. *Coronica da Provincia da Soledade*, pp. 706-707.

raios do sol” e assim, gozar do clima ameno do lugar<sup>360</sup>, comparativamente com o resto do núcleo urbano. Possuía também grandes porções de terra, as maiores do aglomerado.

Os aspetos favoráveis referidos acima são confirmados por Duplessis através das suas memórias descritivas, ao afirmar que o convento dos franciscanos encontrava-se “situado sobre um pequeno planalto que domina a cidade, com muitos jardins à volta, o que torna agradável à vista”<sup>361</sup>. Para o sustento dos religiosos, havia uma horta, regada a partir de uma nascente e da Ribeira Grande que, de acordo com Chelmicki, ficava a “um tiro de bala de espingarda”, e nela cultivava-se laranja, banana, papaia, mamão, mandioca e cana-de-açúcar<sup>362</sup>.

Actualmente é possível notar a existência de muitas canalizações de água que tinham como função a rega dos produtos cultivados na horta, como também abastecer o lavatório e o consumo. Sobre essa realidade, frei Manuel de Monforte avança que o convento dispõe de “5 fontes que lançam água não só bastante para regar uma competente horta, mas também para dar à cidade, que toma a um canto da cerca, em bica para isto feita na parede dela: sendo entre estas a mais celebre uma, que de alta rocha cai em lágrimas em tanta abundancia que logo no princípio forma um copioso regato”<sup>363</sup>.

Se por um lado, o complexo conventual tinha como referência principal o espaço urbano, pois o frontispício estava para ele direccionado, estabelecendo assim uma ligação próxima com a urbe, por outro, há que notar a existência de um muro divisório nas construções franciscanas. Esse espaço, com desenvolvimento perpendicular à igreja, delimitava uma área reservada às atividades agrícolas, nomeadamente ao cultivo do pomar e horta.

A cerca do convento da Ribeira Grande, designada na planta do engenheiro Carlos Andreis de cerca dos padres, perfeitamente visível e definida, é marcada por uma arcaria que precede a parede exterior dos cubículos, exibindo grandes vãos com espaçamento regular de volta perfeita, e envolve praticamente todo o espaço

---

<sup>360</sup> José Conrado Carlos de Chelmicki, *ob. cit.*, pp. 67-68.

<sup>361</sup> *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699 par M. de Beauchesne aux îles du Cap-Vert*, p. 62.

<sup>362</sup> José Conrado Carlos de Chelmicki, *ob. cit.*, pp. 255-256.

<sup>363</sup> Cf. *Chronica da Provincia da Piedade*, p. 769.

religioso. Atravessada por um das ramificações da ribeira, a cerca é igualmente observável no plano da cidade da autoria de Duplessis. De acordo com Manuel Monforte, a cerca foi ampliada “com uma horta vizinha, que lhe agregaram; não tanto pela dilatarem, como por tirarem a ocasião de ser devassado o Convento pelos moradores dela, que lhe ficava contigua”<sup>364</sup>.

Era frequente que os complexos edificados dos professos franciscanos, pela sua monumentalidade e importância religiosa e social dos frades, exercessem nos aglomerados populacionais uma capacidade de atracção capaz de criar novas dinâmicas de construção na sua direcção, abrindo novos percursos e transformando-se, mais tarde, eles próprios em centros da vida da cidade. Na Ribeira Grande tal não se concretizou, ou seja, o desenvolvimento urbano continuado e esperado junto do convento nunca aconteceu, devido, a nosso ver, à profunda crise económica e social dos séculos XVII-XVIII e às condições topográficas do território. O primeiro motivo levou à estagnação do programa arquitetónico e urbano, acabando a igreja e o convento por serem uma das últimas obras projetadas. Por sua vez, o segundo motivo originou várias barreiras físicas à construção, designadamente as rochas que envolviam a área, a ribeira, a altitude e a plantação, a que se podem associar as dimensões reduzidas da cidade, fato perfeitamente observável nos dias de hoje, ou seja, trata-se de uma zona praticamente despovoada.

Tanto a situação de crise, como a topográfica do lugar, possibilitaram, ao contrário do que aconteceu com outros conventos localizados em diversos pontos sobre o domínio português, a manutenção das características originais da paisagem humanizada circundante.

Os frades capuchos de Santiago terão provavelmente construído também, no bairro de São Pedro, junto a igreja de Nossa Senhora da Conceição e da casa que terá pertencido aos jesuítas, a igreja de Monte Alverne<sup>365</sup>, da qual apenas restam alguns panos de parede. Quanto à data da sua edificação, sabe-se que pelo menos em 1671 ainda estaria por erguer, pois não é mencionada no relatório do estado da diocese de

---

<sup>364</sup> Cf. *Chronica da Provincia da Piedade*, p. 769.

<sup>365</sup> Não há nada nas crónicas que explique porque é que os franciscanos construíram duas igrejas ao mesmo tempo, nem para que servia esta última.

Cabo Verde<sup>366</sup>. No entanto, a sua construção deve situar-se nos anos 70 ou 80 de seiscentos, sendo por isso coeva da edificação da igreja e convento de São Francisco. Devido à completa ausência de fontes documentais escritas sobre essa obra, não é possível traçar uma leitura aprofundada. Deve-se, porém, fazer menção à planta da cidade da Ribeira Grande, de 1769, da autoria de António Carlos Andreis, que projecta a igreja de Monte Alverne com a cabeceira orientada a este, como sendo um templo de estrutura retangular alongada e estreita. Procurando estabelecer uma comparação com os outros edifícios religiosos de pequena grandeza, observa-se, socorrendo-se da mesma planta, que a igreja de Monte Alverne, apresentava maiores dimensões do que as capelas de São Pedro, de Santa Luzia e de São Roque.

## II.5. A Sé: Conturbada e Monumental

A responsabilidade de evangelização, organização e manutenção dos templos erguidos nas colónias do Atlântico, pelo menos até à fundação das dioceses, recaiu na Ordem de Cristo, com sede na cidade de Tomar, representada pelo rei, na sua qualidade de governador e administrador perpétuo dessa instituição religiosa<sup>367</sup>.

Embora Ribeira Grande nunca tenha tido um desenvolvimento físico correspondente à categoria de cidade, por conveniência, atribuiu-se-lhe este estatuto, em 1533, quando o Rei D. João III pressionou Roma para criar o bispado de Cabo Verde<sup>368</sup>. O principal objetivo era facilitar a ordenação de sacerdotes nativos; uma melhor coordenação das tarefas de evangelização da costa africana fronteira e

---

<sup>366</sup> Cf. Provanças de D. Frei Fabião dos Reis para o Bispo de Cabo Verde de 26.02.1671, publicada in *MMA*, 2ª Série, vol. VI, pp. 298-305.

<sup>367</sup> Sobre esse assunto consultar Francisco Bethencourt, "A Igreja", in *História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570)*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 369-386.

<sup>368</sup> A diocese foi criada pelo Papa Clemente VII pela bula *Pro excellenti praeminentia* e teve como primeiro bispo D. Brás Neto. A nova diocese compreendia, para além do arquipélago de Cabo Verde, toda a costa ocidental africana, desde o rio da Gâmbia até o rio de Santo André, actual Costa do Marfim. Cf. Apresentação do bispo de Cabo Verde de 20.05.1532, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 235-236.

proporcionar uma conjuntura que facilitasse uma maior dinâmica urbana e económica, surgindo de imediato e com naturalidade a necessidade da fundação de uma Sé.

Localizada no bairro de São Sebastião, numa das zonas de expansão e mais elevadas da cidade, sobranceira ao porto e afastada da ribeira, por vezes pestilenta, a Sé, que constituiu entre a época de descobrimento e ocupação ao século XVIII a maior empresa construtiva do aglomerado e de todo o arquipélago de Cabo Verde, é uma obra que assumiu, à escala local e não só, proporções de monumentalidade, ocupando, segundo as medições de Fernando Pires, uma área total de 1408 m<sup>2</sup><sup>369</sup>. Visando encontrar uma justificação para o título avançado neste capítulo “A Sé: Conturbada e Monumental”, pode-se sublinhar que se está perante uma construção que se arrastou por longos anos – iniciadas por volta de 1556, as obras decorriam ainda em Setecentos –, teve inúmeras interrupções, levantou dúvidas relativamente à sua localização, e desafiou as várias fases de crises económicas, religiosas, políticas e sociais, ou seja, faz eco da história da própria cidade.

Por outro lado, a monumentalidade do projeto pode estar relacionada com uma tentativa de projecção da Igreja e fama pessoal póstuma, comandada pelo bispo D. Francisco Cruz e pela elite local, numa altura em que a cidade vivia um dos seus períodos económicos mais positivos, fruto da prosperidade do mercado de escravos. Está relacionada também com as políticas arquitetónicas dos portugueses para as sés.

Cronologicamente, o plano inicial da Sé da Ribeira Grande enquadra-se nas novas sés joaninas edificadas na metrópole em Miranda do Douro, Portalegre e Leiria. Para além desses templos, devem-se considerar ainda as sés ultramarinas de Goa (1562 - 1631), Angra do Heroísmo (1570 - 1640) e de São Tomé e Príncipe (1576), construções iniciadas durante o reinado de D. Sebastião, mas cujos bispados foram fundados nos anos 30 do século XVI, ainda em vida de D. João III.

---

<sup>369</sup> Cf. Fernando Pires, *ob. cit.*, p. 159.

## II. 5.1. História e Construção

A primeira Sé das ilhas de Cabo Verde<sup>370</sup> teve, ao longo da sua vida, momentos conturbados, podendo-se distinguir a partir dos dados disponíveis quatro conjunturas distintas, correspondendo a quatro fases: a primeira relaciona-se, naturalmente, com a fundação da diocese (1533) e conseqüentemente, a necessidade de haver Sé na sua área de jurisdição religiosa; a segunda é marcada pelo grande interregno na construção dessa empresa, acompanhando o clima de crise vivido no território; o terceiro, a sua efetiva edificação; e por fim, a sua vida efémera e abandono/ruína.

### II. 5.1.1. A Sé de Bispo D. Francisco da Cruz

Com a criação da diocese de Cabo Verde, a igreja da Misericórdia da Ribeira Grande foi de imediato erguida à categoria de Catedral. Anos depois, em 1549, Frei Gaspar da Silveira relatava ao monarca que a população da ilha de Santiago mostrou-se disponível e determinada na construção de uma nova Catedral, constituindo-se numa ajuda essencial visto que a obra representava uma grande despesa para os cofres da metrópole. Para tal, reclamavam 500 cruzados, pertencentes à sua fábrica, e que estariam na posse de dois comerciantes do trato da Guiné<sup>371</sup>. Frei Gaspar da Silveira volta a insistir junto do rei sobre as verbas destinadas à construção da Sé pois estavam a ser utilizadas como “ganho em Guiné”, logo sem qualquer benefício para a obra. Com o objetivo de solucionar esta questão, o religioso informa ao rei da

---

<sup>370</sup> Actualmente, Cabo Verde conta com duas sés: a Sé com invocação a Nossa Senhora da Graça, que veio substituir a antiga Sé da Ribeira Grande, localizada na cidade da Praia, tendo como zona de jurisdição as ilhas de Sotavento (Santiago, Fogo, Maio e Brava), e a mais recente Sé do Mindelo (antiga igreja paroquial de Nossa Senhora da Luz), situada na cidade com a mesma denominação, Ilha de São Vicente, erguida a 9 de dezembro de 2003, representando as ilhas de Barlavento (São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Sal e Boavista), tendo como primeiro bispo D. Arlindo Gomes Furtado.

<sup>371</sup> Cf. Carta de Frei Gaspar da Silveira a El-rei de 27.10.1549, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 401-403.

necessidade de se ter um responsável para controlar o depósito, evitando assim possíveis desvios que serviriam pelo menos “para uns retábulos para o cruzeiro”<sup>372</sup>.

Passados cerca de dois anos, o Bispo D. Francisco da Cruz (1551-1574), será uma figura importante na fase de fundação da Sé da Ribeira Grande, pois é considerado o grande arquitecto e mentor desse projeto. Assim sendo, no ano de 1558, durante o seu bispado, o rei D. Sebastião concebe uma esmola de 100 000 réis anuais, a ser entregue ao recebedor da obra pelo almoxarifado da ilha de Santiago, Rui Dias Castelo Branco, para as “despesas da fábrica da [...] Sé [...] por tempo de três anos”<sup>373</sup>. A Sé irá receber em 1564, mais benefícios ao longo de três anos, desta feita originários dos valores, em dinheiro, das penas pecuniárias dos moradores condenados das ilhas de Santiago e do Fogo<sup>374</sup>. Quatro anos volvidos, deparamos com uma situação idêntica. Desta feita, o rei determina que fosse entregue para à fábrica da Sé da Ribeira Grande, 100 000 réis anuais, durante três anos. Na mesma data, é determinado também, que fosse pago anualmente, como ordenado, à custa dos rendimentos da Fazenda Régia, 30 000 e 5 000 réis, respetivamente, para o cura e ajudador<sup>375</sup> e porteiro da Sé<sup>376</sup>.

Os documentos de 1558, 1564 e 1568 referidos, pela soma em dinheiro e em tão pouco tempo (c. 10 anos), deixam transparecer algum interesse e determinação na construção da igreja, não só por parte do Bispo D. Francisco da Cruz, como também do monarca, o que deve ter contribuído para o andamento rápido das obras<sup>377</sup>. Por outro lado, o fato de pagar ordenados aos colaboradores dessa empresa terá originado um clima de satisfação, facilitando ainda mais o processo de edificação da Sé.

---

<sup>372</sup> Cf. Carta do Deão de Cabo Verde a El-rei de 09.12.1549, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 407-409.

<sup>373</sup> Cf. Alvará à Sé de Cabo Verde de 02.04.1558, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 464-465.

<sup>374</sup> Cf. Obras da Sé Catedral de Cabo Verde de 02.11.1564, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 516-517; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 136-137.

<sup>375</sup> Cf. Mercê ao cura e ajudador da Sé de 02.04.1568, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 545-546.

<sup>376</sup> Cf. Alvará ao porteiro da maça da Sé de 02.04.1568, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 547-548.

<sup>377</sup> Cf. Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, *ob. cit.*, vol. II, pp. 359-508.

Mais tarde, durante o período da união das coroas ibéricas, o monarca português D. Filipe II mandou dar, em alvará, 3 000 cruzados, pelo tempo de três anos, para as obras da igreja episcopal de Cabo Verde<sup>378</sup>.

Não apenas de beneficências da coroa viveu a Sé. Deverão ser poucas as ocorrências, mas sabe-se, a partir de um documento datado de Julho de 1577, que um morador da ilha de Santiago, para além de outros legados destinados a outras igrejas da ilha, deixou em testamento 20 000 réis à Sé da Ribeira Grande<sup>379</sup>.

Independentemente das acções régias assinaladas pelos valores significativos e a periodicidade em que foram empregues nessa construção, o fato de ser “um grandioso templo”<sup>380</sup>, como mencionou um anónimo, terá contribuído para a sua interrupção, pois uma obra deste tipo implicaria uma disponibilidade financeira sem precedentes nas ilhas, o que a situação económica não permitia. Tão-pouco a população tinha capacidade para colaborar com montantes suficientes para cobrir os custos.

Sobre a zona de fixação, em 1586, o rei informa “que se fará no sítio em que está começada e não se mudará dele”, pelo que parece ter-se colocado a hipótese de abandonar as obras e recomeçá-las num outro espaço<sup>381</sup>. Por outro lado, percebe-se por intermédio dos mesmos dados, que o bairro de São Sebastião era na altura bastante periférico, pouco desenvolvido e com moradores pobres e sem qualquer poder.

No entanto, em 1592, D. Filipe II de Portugal, possivelmente pressionado pelos homens ricos da ilha que não estariam dispostos a contribuir financeiramente para uma empresa dispendiosa, ordena que a construção da Sé, “se não proceda”, adiantando como justificação, para além da “demasiada grandura”, o lugar, por estar longe da cidade e numa encosta, e que em caso de ataque de corsários, estes “poderão fazer fortificar na mesma Sé e dela fazerem muitos danos à cidade, que é

---

<sup>378</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p.149.

<sup>379</sup> Cf. Legado a Sé Catedral de Cabo Verde de 15.07.1577, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 78-79.

<sup>380</sup> Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 24.

<sup>381</sup> O rei determinou ainda que a Sé beneficiasse de uma soma de “três mil cruzados para se acabarem as obras”. Cf. Construção da Sé de Cabo Verde de 12.06.1586, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 138-139. Nesse mesmo ano, pedia-se a Lisboa o envio de ornamentos para as igrejas, desfalcadas depois do saque levado a cabo por Manuel Serradas (1585) e que se acabasse a construção da Sé. Cf. Carta do Cardeal Alberto a el-rei de 08.03.1586, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, p. 133.

matéria de muita consideração”<sup>382</sup>. Pela análise do testemunho, e pelas dúvidas levantadas pelo monarca, procurando saber as razões da escolha do local, pode-se supor que os decisores políticos locais, nomeadamente o capitão Brás Soares, e tendo em conta a conjuntura militar da época, valorizou, como era o recomendado, em primeiro lugar a defesa do território, em detrimento dos interesses religiosos, pelo que se opunha a construção da Sé nessa zona. O arranque das obras dá-se cerca de 1556, tendo a desmesura e localização do projeto logo suscitado objeção por parte do cabido que o teria embargado por volta de 1590<sup>383</sup>.

De acordo com Sena Barcelos, até à altura da morte do bispo D. Francisco da Cruz, a construção apresentava avanços significativos, deixando, para além dos alicerces, a capela com as paredes meio erguidas. Esta capela tinha 22 palmos de alto, ou seja 4,84 metros, enquanto a parede da nave ficava pelos 3,30 metros<sup>384</sup>. A capela-mor media de vão 16,50 metros de comprimento por 7,81 metros de largo. O cruzeiro tinha 28,16 metros de comprimento por 6.16 metros de largo e ainda se deu início a três arcos em cada parte do cruzeiro, correspondendo a três altares. O edifício seria levantado apoiando-se num plano de três naves com o comprimento de 29,26 metros do cruzeiro para baixo e com 16,72 metros de largura<sup>385</sup>.

No dia 24 de janeiro de 1582, o capitão Diego Flores de Valdez escreve uma carta para o rei Filipe II e comunica-lhe que a cidade “tem falta de templo onde se administra o ofício divino”, e que apresenta alicerces há muitos anos (desde 1556) e “convém o Nosso Senhor e vossa Majestade” a sua construção. Transmite-lhe ainda que a estrutura mostrava algumas deficiências que deveriam ser melhoradas<sup>386</sup>.

---

<sup>382</sup> Cf. Carta régia ao bispo de Cabo Verde de 18.10.1592, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 213-214.

<sup>383</sup> Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 41; Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, in *ob. cit.*, vol. III, p. 384.

<sup>384</sup> Valores convertidos: cada palmo equivale a 22 cm.

<sup>385</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 121.

<sup>386</sup> Cf. El Marqués de La Fuensanta Del Valle, D. José Sancho Rayon, , D. Francisco de Zabáburu, *Coleccion de Documentos Inéditos Para la Historia de España*, tomo XCIV, Madrid, M. Ginesta Hermanos, Impresores la Real Casa, 1889, pp. 540-544.

## II. 5.1.2. Um Longo Interregno

A partir de 1590, a construção da Sé entra num período de interregno que se estende para lá de um século, marcado por muitas tentativas frustradas no sentido de a continuar, marcado também por desvios constantes das quantias que estariam destinadas às obras da mesma. Os conflitos de interesses entre a sociedade local e o bispado também fizeram parte desse período da construção, ou interrupção da Sé.

Assim, por carta do monarca, de 15 de outubro de 1603, solicitava-se que fosse retirada ao Bispo D. Frei Pedro Brandão a quantia de 9 000 cruzados ou o “que resta deles”, e que o montante fosse entregue “à pessoa que o capitão [Brás Soares] daquela ilha nomear”. Informa ainda que nem o tesoureiro nem o provedor dos defuntos, ou outros oficiais teriam direitos sobre o valor, para que a “obra da Sé vá por diante conforme ao que está assentado”<sup>387</sup>. Essa exigência, que resulta da intervenção da consulta da Mesa da Consciência (1601), é consequência das várias ações negativas praticadas pelo citado bispo, entre as quais o desvio de cerca de 9 000 cruzados, arrecadados para as obras da Sé, e que foram destinados a um comerciante como crédito<sup>388</sup>.

As insistências para que a construção do templo fosse uma realidade, continuaram, e no local de sempre. Com efeito, em 1608, o monarca decide ofertar para os trabalhos e ornamentos da igreja 40 000 réis cada ano, quantia que seria adicionada ao depósito anteriormente realizado de 8 000 cruzados. Chama atenção ainda para que a doação fosse conservada “em mão de pessoa secular, segura e abonada” e escolhida pelo Bispo D. Luís Pereira de Miranda, procurando evitar as más utilizações verificadas anteriormente<sup>389</sup>.

---

<sup>387</sup> Cf. Obras da Sé de Cabo Verde de 15.06.1603, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, p. 25. Em 1605, ainda o processo do depósito permanecia indefinida. Regimento do governador de Cabo Verde Francisco Correia da Silva de 09.11.1605, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 81-87.

<sup>388</sup> Cf. Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, *in ob. cit.*, vol. II, p. 396. Estamos perante um caso flagrante de aproveitamento da situação de embargo das obras da Sé e sabendo de antemão que dificilmente o montante seria de fato empregue na igreja, acabou por utiliza-lo para o seu enriquecimento pessoal.

<sup>389</sup> Cf. Carta régia sobre o clero de 30.09.1608, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 326-328.

Nova ordem para se avançar com os trabalhos após notificações sobre o estado da Sé, apresentadas pelo bispo D. Frei Sebastião de Ascensão, surge no ano de 1612<sup>390</sup> e mais uma vez sem qualquer consequência. Em 1615, Filipe II ordena, sem resultados práticos, que se “limite tempo em que esta obra [da Sé] com efeito e que não se acabando dentro dele, se não deem mais para ela os [...] nove mil cruzados e se arrecadem para minha fazenda] ”<sup>391</sup>.

Numa atitude mais firme, em 1620, o governante manda continuar as obras da Sé, assegurando que havia dinheiro suficiente para tal e encarrega o Bispo D. Manuel de Afonso Guerra “de se acabar a dita Sé”, e que lhe fosse comunicado o andamento da empreitada<sup>392</sup>. Nesse mesmo período é solicitado a presença de um arquiteto para dar seguimento à obra, não obstante a eterna carência de materiais e oficiais especializados na arte de construir<sup>393</sup>.

Procurando uma maior transparência no seguimento e gestão dos trabalhos da Catedral, em 1626 o rei ordena que fosse o Bispo D. Lourenço Garro o responsável pela supervisão e conclusão da igreja, utilizando para esse fim, o “dinheiro que estiver em depósito pertencente a dita obra”<sup>394</sup>. Não obstante esse novo empenho régio, aliando-se ao poder religioso, sabe-se que em 1645, por determinação do reino, “o dinheiro [...] depositado para as obras da Sé,” foi tomado “por empréstimo, para se fazer com ele a fortaleza de Cacheu, visto a necessidade que há dela”, contra a promessa de devolver a quantia retirada a partir dos rendimentos dos direitos dos escravos da referida fortaleza<sup>395</sup>. Como consequência direta, mais uma interrupção na construção e mantendo-se o percurso nebuloso, em detrimento de uma estrutura militar fora do território mas dentro da sua zona de jurisdição e influência.

Em 1663, apesar dos vários desvios e contratemplos, o templo tinha nos seus cofres duas somas: uma de 1 705 012 mil réis; e uma outra de 188 500 réis, que deveriam ser imediatamente aplicadas nas obras, sendo o responsável, o Padre Gaspar

---

<sup>390</sup> Cf. Carta régia sobre Cabo Verde de 28.09.1612, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, p. 493.

<sup>391</sup> Cf. Construção da Sé de Cabo Verde de 30.06.1615, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, p. 643.

<sup>392</sup> Cf. Construção da Sé de Cabo Verde de 15.10.1620, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, p. 655.

<sup>393</sup> Cf. Mesa da Consciência e Ordens (consultas) de 05.12.1623, publicada *in Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, ob. cit., vol. II, p. 405.*

<sup>394</sup> Cf. Obras da Sé de Cabo Verde de 21.10.1626, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, p. 165.

<sup>395</sup> Cf. Carta de el-rei D. João IV ao bispo de Cabo Verde de 26.06.1645, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, p. 395.

Vogado<sup>396</sup>. Em 1673, a Sé de Cabo Verde tinha em depósito, 4 000 cruzados, guardados na fortaleza Real de São Filipe, valor muito abaixo do orçamento projectado para a construção - 80 000 cruzados -, circunstância que impossibilitava a continuação dos trabalhos, visto estar-se perante um valor insustentável para a economia local que vivia dias de penúria<sup>397</sup>.

Na gravura do Atlas de Van de Verenigde, de 1646<sup>398</sup>, observa-se no espaço da Sé uma imensa estrutura da qual se destaca uma grande porta lateral com paredes meias erguidas e sem qualquer cobertura<sup>399</sup>. Cerca de quatro anos depois (1650), a fábrica da Sé beneficia de um empréstimo de 5 000 telhas que foram empregues na sua cobertura<sup>400</sup>. Trata-se de um dado que indicia o fim dos trabalhos primários que terão permitido a celebração pontual de cerimónias religiosas básicas, pelo menos num pequeno espaço arquitectónico, fato que pode ser comprovado na vista da cidade da Ribeira Grande em 1655, no Atlas de Heliche<sup>401</sup>, onde é possível ver uma pequena construção acabada e coberta, e uma outra ainda em edificação, no espaço ocupado pela Catedral.

No entanto, não deixa de ser uma informação bastante contraditória, pois, sabe-se através de uma consulta ao Conselho Ultramarino, datado de 12 de outubro de 1673 que as obras da Sé estavam “paradas há muitos anos, sem se começarem mais que os alicerces, e esses mesmos já arruinados”, por não haver material para essa construção<sup>402</sup>. A considerar esse fato como verosímil, e com muitas reticências, pode-se avançar, que possivelmente estaríamos perante a cobertura de uma das capelas do edifício.

---

<sup>396</sup> Cf. Carta de Manuel da Costa Palma de 26.06.1663, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, p. 167.

<sup>397</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 16.10.1673, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, p. 349-350.

<sup>398</sup> Sanct Jago, auf derselben Insel, c. 1646, in Gunter Schilder, Isaak de Graaf, Gerrit Knaap, *Grote Atlas van de Verenigde Oost-Indische Compagnie* [cartographic material], Nationaal Archief en Explokart, 2006-2010.

Disponível em <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/imagePopUp.php?details=1&id=52560>.

<sup>399</sup> Pub. por Gunter Schilder, Isaak de Graaf, Gerrit Knaap et al, 2006-2010. *Grote Atlas van de Verenigde Oost-Indische Compagnie* [cartographic material]

<sup>400</sup> Cf. Provisão régia aos Jesuítas de 10.06.1650, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 578-579.

<sup>401</sup> Leonardo de Ferrari, et al, *Imágenes de un Imperio Perdido : el Atlas del Marqués de Heliche* [Material cartográfico (c. 1655)], Mérida, Junta de Estramadura, 2004.

<sup>402</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 12.10.1673, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 347-348; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, vol. I, parte I, p. 270-271.

Contudo, é provável que não tenha existido qualquer espaço coberto e minimamente equipado, já que em 1679, a Sé encontrava-se em estado de ruínas com “umas paredes pouco levantadas [...], e não tinham nenhum serventia e só havia uns cunhais de pedra que continuamente caíam”, pelo que as pedreiras teriam melhor utilização no convento de São Francisco<sup>403</sup>.

### II. 5.1.3. A Sé do Bispo D. Frei Vitorino Portuense

Durante o reinado de D. Pedro II (1683-1706) e nos bispados de D. Frei António de S. Dionísio (1675-1684) e de D. Frei Vitorino Portuense (1685-1705), a Sé da Ribeira Grande conheceu um novo impulso, acabando por culminar na sua efetiva edificação. Foi no período de regência do reino, que D. Pedro<sup>404</sup> ordenou a conclusão da igreja, reduzindo para isso, os custos e elevando-a “com brevidade e com a decência conveniente”<sup>405</sup>. Aproveitando essa nova conjuntura possibilitada pelo regente, o Bispo D. Frei António de S. Dionísio, resolve apostar na materialização da Sé. Pelo caminho encontra várias dificuldades porque, se por um lado a igreja da Misericórdia que servia de Sé, era excessivamente pequena para albergar os fiéis em constante crescimento, por outro havia que considerar a monumentalidade do projeto, associada à pobreza da cidade da Ribeira Grande e aos poucos recursos financeiros disponibilizados pela metrópole<sup>406</sup>.

Por isso, foi com naturalidade que surgiram, junto dos moradores e de alguns religiosos, sugestões quanto a localização, forma e extensão, visando a materialização da catedral.

Assim sendo, a Misericórdia de Cabo Verde, apoiada pelos homens ricos do aglomerado, apresenta uma proposta que passaria por criar áreas de expansão na sua

---

<sup>403</sup> Cf. Carta régia ao governador das ilhas de Cabo Verde de 09.10.1679, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, p. 455; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, parte II, p. 283.

<sup>404</sup> D. Pedro começou a exercer as funções de regente de Portugal desde 1668, devidas as perturbações psíquicas do irmão D. Afonso VI (1656-1683).

<sup>405</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 16.10.1673, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 349-350 (documento à margem com assinatura do regente D. Pedro de 23.10.1673).

<sup>406</sup> Cf. Carta do cabido ao rei e 21.05.1681, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 463-464.

igreja, “para poder acomodar mais gente” mantendo-se, desse modo, o estatuto de Sé que já vinha tendo até a data. Para a Misericórdia, essa premissa seria importante porque a igreja “não tem capacidade para coisa nenhuma, nem para recolher o povo, nem para nela se poderem celebrar os ofícios divinos como convém”. Era intensão da confraria, “mandar vir um retábulo com tribuna, em que estivesse o Santíssimo Sacramento com a decência e veneração devida e ficasse servido de sepulcro”<sup>407</sup>. Para concretização do projeto, a Misericórdia propôs-se receber os seguintes bens: 900 réis da parte do bispo; dos mordomos 600 réis; de um legado pio, mais 220 réis; da confraria do Rosário, “que é hoje muito rica”, pretendiam tirar mais de 1000 cruzados; e finalmente, escravos e esmolas do povo.

Por sua vez, a confraria de Nossa Senhora do Rosário apresenta a hipótese de se realizarem obras de beneficiação e ampliação na sua igreja. Já o bispo pretendia que a Sé se mantivesse na mesma área, ou seja, no bairro de São Sebastião.

Com o intuito de resolver essa problemática e votar na melhor solução para a diocese, “acrescentar a igreja da Misericórdia: acabar a Sé principiada: fazer uma capela no Rosário para ser Sé”, o Bispo D. Frei de S. Dionísio, de uma forma diplomática, convoca uma reunião a ser realizada na igreja da Misericórdia, sendo os convidados, o cabido, os representantes da câmara, da Misericórdia e do povo<sup>408</sup>.

Num primeiro sufrágio, sai vencedora, por 31 votos a favor e 25 contra, a proposta de extensão da igreja da Misericórdia. Perante esse resultado, o bispo resolve argumentar, aludindo que a igreja da Misericórdia não poderia servir de Sé, pois tratava-se de um espaço pertencente a uma confraria, pelo que os seus membros poderiam expulsar o cabido, como aliás já havia acontecido, e por duas vezes. Por outro lado, “nunca a dita igreja se chamaria Sé” e a irmandade ambicionava realizar obras “sem condição alguma das que lhe propusemos [o bispo]”.

Passa-se então a uma nova votação, sendo o grande vencedor e de forma definitiva, a ideia inicial do bispo que parece procurar afastar-se do centro da cidade e da pressão das confrarias e dos homens de poder. Contudo, o plano iniciado por D.

---

<sup>407</sup> Cf. Informação do bispo de Cabo Verde sobre a Sé da Ribeira Grande de 21.05.1681, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 465-468.

<sup>408</sup> Cf. Informação do bispo de Cabo Verde sobre a Sé da Ribeira Grande de 21.05.1681, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 465-468.

Francisco da Cruz em meados do século XVI, deveria ser simplificado de modo a acompanhar a conjuntura social e económica não só do arquipélago e da cidade da Ribeira Grande, mas também de toda a colónia e das zonas de influência portuguesa<sup>409</sup>. Mesma após a grande disputa sobre onde e como construir a Sé, a realidade é que o projeto apresentado pelo prelado teve pouco impacto, e as obras mantiveram-se praticamente paradas até a sua morte, ocorrida em 1685<sup>410</sup>.

Em 1681, num documento enviado para Lisboa, o bispo começava por referir o ano de 1571, como data de interrupção das obras do edifício que era "muito sumptuoso e de grande fábrica, que ficou [com a morte do Bispo D. Francisco da Cruz] ao desamparo, e no estado em que hoje a vemos, e se tem conservado até agora", confirmando a importância do terceiro bispo de Cabo Verde, quando a notícia é a Sé. O documento é de muito interesse, visto esclarecermos o real estado dos trabalhos realizados até então:

"E está a Capela com as paredes meias feitas, que tem vinte e dois palmos de alto, e nesta forma e altura está, e o cruzeiro dela e a mais parede do corpo da Igreja tem 15 palmos de alto. E este é o estado, e altura em que estão. Tem a Capela-Mor de vão no comprimento 75 palmos, e de largo 35 palmos e meio; e a grossura das paredes de cinco palmos e meio de largura. O cruzeiro tem de comprimento 128 palmos, e de largo 28, com três arcos principiados em cada parte dele para três altares. A igreja fundada de três naves, e tem de comprimento do cruzeiro para baixo 123 palmos, de largura 76 palmos"<sup>411</sup>.

Transpondo essas indicações métricas e considerando que cada palmo mede 22 cm<sup>412</sup>, verifica-se que correspondem a realidade actual da obra, tanto a nível de planimetria, como também do alçado. A altura do edifício em vida do bispo D. Francisco da Cruz, assinalado no documento como sendo de 22 palmos, é perfeitamente visível no aparelho construtivo do templo. Na parte mais baixa, vê-se

---

<sup>409</sup> AHU, Cabo Verde, cx. 6, doc. 161 de 21.05.1681.

<sup>410</sup> Ficou sepultado na igreja de Nossa Senhora do Rosário.

<sup>411</sup> Cf Informação do Bispo de Cabo Verde sobre a Sé da Ribeira Grande de 21.05.1681, publicada in MMA, 2ª série, vol. VI, pp. 465-468.

<sup>412</sup> Cf. Alexandre Braz Mimoso, *ob. cit.* p. 23.

uma linha horizontal que parte do cunhal mais denso, sobrepujada por três janelas, que percorre toda a capela-mor, um pano em alvenaria diferente de um outro, localizado logo acima, efetuado nos finais de seiscentos durante o prelado de D. Frei Vitoriano Portuense, ou seja a informação disponibilizada pelo bispo estava correta.

Na tentativa de encontrar uma solução para a problemática da Sé, o Bispo D. Frei António de S. Dionísio apresentou três projetos e todos em sítios diferentes. Depois, foca numa única proposta, aprovada por todos os habitantes considerados influentes. Segundo a mesma, a referida construção deveria ser levantada no mesmo lugar mas a partir de um novo plano, muito mais modesto. Passaria por “acabar a Capela-Mor e sacristia no mesmo estado em que está principiada” enquanto o corpo da igreja seria drasticamente reduzido, exibindo agora “uma nave sem cruzeiro, com três capelas por cada parte”. Essa nova conjuntura apresentava algumas vantagens, pois segundo o bispo podiam-se reduzir as despesas, “muito menos da terça parte”, porque as dimensões eram consideravelmente menores e depois poderia aproveitar a pedreira da antiga estrutura “e sobejar muita pedra”.

Esse novo projeto, mais equilibrado face às condições económicas do aglomerado, mediria “cento e dez palmos de comprimento e cinquenta de largo” e seria “muito capaz e bastante para esta Ilha [Santiago], com que se poderão acomodar todos” pois, como referia o bispo, tais dimensões ultrapassariam as da Misericórdia, que servia na altura de Sé<sup>413</sup>.

Na mesma correspondência, o Bispo D. Frei António de S. Dionísio solicitava à metrópole, aproveitando os navios de “passagem para o Brasil ou nos da carreira” e sabendo das dificuldades relacionadas com a aquisição dos materiais de construção e de pessoal especializado em determinadas tarefas laborais, “cal bastante, telha, tijolo, tabuado de bordo para forros, pregarias e algumas madeiras para frechais e o principal é, virem dois ou três oficiais mestres de pedreiros, para a cantaria e outros tantos carpinteiros”. Provavelmente aconselhado por um arquiteto ou um engenheiro militar de visita ou residente (?), informa ainda, da necessidade em dispor de

---

<sup>413</sup> Cf. Informação do Bispo de Cabo Verde sobre a Sé da Ribeira Grande de 21.05.1681, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 465-468.

“quatro linhas de ferro, logo para acabarmos a Capela-mor e hão de ter de comprido cada linha, quarenta e oito palmos, porque a Capela tem de vão 35 1/2 como digo, e as paredes tem cinco e meio de largo de cada parte, e é força que as ditas linhas tomem o vão da Capela e paredes, porque por fora delas hão de meter as chavetas nas ditas linhas, para que fiquem bem fixas e seguras”.

Mostra-se empenhado em concluir a capela-mor, relegando para mais tarde a conclusão do resto da Sé: “as mais linhas necessárias para a Igreja virão mais devagar em outros navios, que hão-de ser de 61 palmos de compridas para se fixarem também nas paredes”. Chamava também atenção para que fosse enviado apenas tabuado para os forros, e madeiras para frechais, visto que o demais material “será de coco que se acha aqui na terra”. Para finalizar, antecipando uma resposta positiva dos pedidos feitos, o religioso ambicionava que os mestres trouxessem consigo “um mastro, cabos e roldanas e os mais aparelhos que os mesmos mestres dirão ser necessários” para transportar os materiais, “acima as pedras, e mais coisas necessárias para o trabalho, porque são coisas que aqui [Ribeira Grande] não se acham”.

Era sem dúvida uma boa forma de ultrapassar a carência de materiais que sempre dificultaram o desenvolvimento do parque edificado da ilha. Para além disso, os custos poderiam ser mais facilmente suportados pelos locais. No entanto, o programa para o novo templo não levaria em linha de conta todo o trabalho e esforço empregado até a data. Por outro lado, não respeitava as verdadeiras razões do plano original: a construção monumental ao serviço da Igreja Cristã.

Foi precisamente essa visão que terá impulsionado o Bispo D. Frei Vitoriano Portuense a empenhar-se na construção efetiva da Sé da Ribeira Grande a partir do plano criado pelo Bispo D. Francisco da Cruz, nos meados do século XVI<sup>414</sup>. Contudo, o cenário que o Bispo Portuense encontrou quando chegou à sua diocese em 1688, não era positiva.

---

<sup>414</sup> O bispo chega ainda a pedir autorização ao Conselho Ultramarino para “estreitar o [...] o edifício principiado afim de se acabar com menos custos”. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 21.02.1688, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 104-105.

De acordo com Maria Emília Madeira Santos, a edificação da Sé enfrentou durante longos anos uma oposição forte da sociedade local, que procurava conservar a todo o custo a Sé na igreja da Misericórdia, facilitando, deste modo, o controlo sobre o bispo e o cabido, e apenas uma pessoa determinada poderia inverter o rumo da situação<sup>415</sup>. Essa pessoa foi sem dúvida o Bispo D. Frei Vitorino Portuense.

Depois de manifestar a intensão em concluir a Sé por parte do bispo, surgiram de imediato, reações. Por exemplo, em 1690, a câmara queixa-se contra o bispo, porque segundo esta, D. Frei Vitoriano Portuense aplicou “o dinheiro das fábricas de outras igrejas, na construção da Sé Nova e uns três ou quatro mil cruzados, que um cônego havia deixado para a igreja de Nossa Senhora da Penha de França [Ribeira Grande, ilha de Santo Antão]”<sup>416</sup>.

A concretização de uma obra dessa envergadura, em Cabo Verde, num período profundamente marcado pelas adversidades financeiras era vista por todos, moradores locais, governadores e metrópole, como algo desproporcionado e inviável.

Apesar desse fato, que parecia inicialmente intransponível, D. Frei Vitoriano Portuense não desiste, e perante as dificuldades, resolve virar-se para os bens materiais disponíveis nas igrejas da ilha, na Sé, no palácio Episcopal, nas fábricas e nas irmandades, originando, como seria de esperar, conflitos com as autoridades. Da Sé, apropriou-se e vendeu o “grandioso serviço de prata que a Sé [...] possuía desde o ano de 1635 para ornato”. Das igrejas e irmandades, retirou dinheiro, escravos e objetos de ouro e prata e outros, “não perdoando nem ainda as lâmpadas”, sendo vendidos de seguida à população local ou enviados para o reino onde seriam recebidos pelo procurador do religioso, o Cônego Manuel da Silva Cardozo. Caberia ao procurador enviar para o bispo, a partir dos valores arrecadados no reino, “30 pipas de cal e 50 dúzias de tabuado que eram para dar fim a obra da Sé”<sup>417</sup>.

Para Sena Barcelos, esse procedimento, que resultou em desfalque no património eclesiástico do arquipélago, “é o maior saque, de que temos notícia,

---

<sup>415</sup> Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, *in ob. cit.*, vol. III, p. 349.

<sup>416</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 306.

<sup>417</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 18.01.1690, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 161-164.

sucedido em Cabo Verde<sup>418</sup>, o que não deixa de ser significativo, pois as ilhas sofreram ao longo da sua história vários saques efetuados pelos piratas e corsários. D. Frei Vitoriano Portuense conseguiu ainda amealhar para a construção o legado de 3 000 cruzados provenientes do Bispo D. Frei António de S. Dionísio, aplicar na obra o valor da sua cômputa de 1 000 cruzados,<sup>419</sup> 400 000 réis entregues pelo cabido, e finalmente algum dinheiro resultante de esmolas<sup>420</sup>. A juntar a esses valores, pede o rei que dos “sobejos da alfândega da ilha da Madeira se pague todos os anos 2 000 cruzados”, parte dos 9 000 cruzados que estavam depositados para a construção da Sé, e mais 1 000 cruzados derivados da venda de escravos aos castelhanos, quando fossem da ilha de Santiago<sup>421</sup>. Por fim, solicita, através de uma petição, o recebimento de 60 000 réis para o pagamento das fretes “atendendo ser para a condução dos materiais da obra”<sup>422</sup>.

Toda a ação, sublinhe-se, bastante radical e persistente, levada a cabo pelo bispo tinha como grande objetivo a conclusão da Sé, designada agora de Sé Nova, e para tal seria necessário pagar as despesas de uma obra anteriormente orçada em 80 000 cruzados<sup>423</sup>. Também seria necessário trazer do reino os materiais e os oficiais mecânicos.

Em 1690, sob a supervisão atenta de D. Frei Vitoriano Portuense, as obras da Sé começaram, e no ano de 1694, o cabido transferiu da igreja da Misericórdia para a nova Sé a celebração de ofícios divinos. Na mesma data, o prelado manda retirar da Misericórdia todos os ornamentos e alfaias litúrgicas que pertenciam a igreja episcopal<sup>424</sup>. Em 1690, o bispo informa o monarca de que o valor a pagar aos oficiais que trabalhavam na construção “com todo o zelo e dispêndio”, desde março,

---

<sup>418</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 307.

<sup>419</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 21.02.1688, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 104-105.

<sup>420</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sobre o Bispo de Cabo Verde de 29.11.1689, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 151-155.

<sup>421</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a construção da Sé de 06.11.1690, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 181-182; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 307.

<sup>422</sup> O Conselho Ultramarino apresentou um parecer favorável junto do rei sobre esse assunto. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a construção da Sé de 08.01.1689, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 120-126.

<sup>423</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 16.10.1673, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VI, pp. 349-350.

<sup>424</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 09.12.1694, AHU, Cabo Verde, cx. 8, doc. 15.

rondavam os 700 000 réis, quantia que seria retirado dos 9 000 cruzados pertencentes a fábrica da Sé, entretanto depositados nos cofres da Fazenda Real. É de realçar, o que demonstra a importância dessa empreitada, que os oficiais partiram da metrópole propositadamente para fazer erguer a igreja<sup>425</sup>. No ano seguinte (1691) os trabalhos estavam a decorrer, e o bispo afirma que tinha chegado “a ocasião de se finalizar este [...] Santo templo”. Nessa altura, “o cruzeiro fica telhado, sacristia e casa do Cabido, e na capela-mor ficam assentadas três grades”. O bispo relata que a capela principal não ficou finalizada porque faltou cal. Porém, até o natal as paredes estariam terminadas<sup>426</sup>. Três anos mais tarde, a capela-mor encontrava-se concluída<sup>427</sup>.

Os trabalhos progrediram com normalidade, até que por volta de 1696, verificou-se um novo interregno devido à falta de dinheiro. Em 1697, por meio de uma petição, o Bispo D. Frei Vitorino Portuense, e o fabriqueiro da obra, o Cónego José da Mota, apresentaram as despesas. Todos os anos pagavam-se 40 000 réis do rendimento da alfândega “e por este não ser bastante para satisfação da folha dela, se está a dever à mesma desde Agosto de 1664, até dezembro de 1685, a quantia de 854 000 réis, além das faltas que tem nos mais anos sucessivos até o ano de 1696, que tudo importa 1 139 364 réis”. Essa realidade causa “muitos inconvenientes”, nomeadamente na falta de adereços necessários para os altares e o culto divino. Pedia-se ao rei a resolução da questão, que se resumia na “gravíssima falta” de paramentos e na “dívida até aqui vencida”<sup>428</sup>.

O retomar das obras aconteceu, após arrecadação de pequenas somas adquiridas de inúmeras providências, tendo continuado as obras<sup>429</sup>. Por exemplo, em 1698, o bispo pediu ao monarca que autorizasse a câmara a lançar, “por via de finta ou

---

<sup>425</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a construção da Sé de 06.11.1690, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 181-182.

<sup>426</sup> D. Frei Vitorino Portuense, agradece ao monarca, numa clara política de proximidade com o exterior, o que lhe convinha muito, visto que as relações internas eram no mínimo conflituosas, pelas “reais mercês de V. Majestade me obrigaram a dar parte desta obra”, afirmando mesmo que o rei “tem nela a maior parte”. Cf. Carta do bispo de Cabo Verde a S. Majestade el-rei de 12.08.1691, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 185-186; Consulta do Conselho Ultramarino sobre a construção da Sé de 10.12.1691, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 183-184.

<sup>427</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 09.12.1694, AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 15; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 309.

<sup>428</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sobre pagamento para a Sé de 07.12.1697, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 408-410.

<sup>429</sup> Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, *in ob. cit.*, vol. III, 2001, p. 350.

subsídio aos fregueses”, a quantia de 1000 cruzados destinados aos trabalhos da Sé, e em contrapartida a câmara ficaria com direito a acento nas cadeiras da igreja<sup>430</sup>.

Estavam ainda por terminar, em 1698, as torres, a fachada principal, o coro e faltava cobrir a nave da igreja<sup>431</sup>. Parte do problema foi resolvido com recurso a materiais disponíveis no território, como por exemplo pedra de cantaria da ilha do Maio<sup>432</sup> e madeira de coqueiros da ilha de Santiago, ficando a obra praticamente concluída<sup>433</sup>. Porém, esta informação não é corroborada pelo engenheiro Duplessis. Na sua passagem pela cidade, refere que a Sé “ainda não se encontra acabada” e sublinha precisamente, esta realidade no seu plano que concebe sobre a cidade<sup>434</sup>.

Numa longa carta datada de 13 de junho de 1700, o bispo regista que a Sé, “parada há 130 anos, acha-se praticamente acabada, por se ficar trabalhando já nas torres, para as quais mando vir as grimpas este ano, com a qual estou empenhado”. Se a construção da Sé de Cabo Verde se encontrava na sua reta final, é verdade também que ela tinha “tanta falta de ornamento para a decente celebração dos Ofícios Divinos”. No mesmo documento, o bispo deixa claro que o edifício não estava terminado e pedia, pois havia grandes necessidades religiosas em Cabo Verde, nomeadamente carência de clérigos, “para se continuar com as obras da Sé”<sup>435</sup>.

O bispo morre passados três anos e a ausência de documentação referente à continuação das obras de conclusão da Sé, até porque foi o grande impulsionador da Igreja do arquipélago, e tendo em conta a morosidade das questões que afectavam todas as áreas da sociedade ribeira-grandense, leva-nos a considerar seriamente a

---

<sup>430</sup> Cf. Nesse sentido, o rei pede um parecer a Câmara no sentido de averiguar a possibilidade de implantar esse imposto. Infelizmente não se conseguiu apurar a resposta. Carta de el-rei D. Pedro II, à Câmara de Cabo Verde de 18.03.1698, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VII, p. 436; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, pp. 343-344.

<sup>431</sup> Cf. Carta do bispo D. Frei Vitoriano ao rei de 18.03.1698 e Carta da Câmara da Ribeira Grande ao rei de 20.07.1698. AHN, Secretaria Geral do Governo, 004, A1, fls. 31-32 e fls. 53-54.

<sup>432</sup> A pedra de cantaria poderia vir igualmente da ilha do Maio. Contudo, o obstáculo residia mais uma vez no transporte que era “coisa muito dificultosa”. Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 21.02.1688, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 104-105.

<sup>433</sup> A cidade da Ribeira Grande era muito rica neste aspeto.

<sup>434</sup> Cf. *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699 par M. de Beauchesne aux îles du Cap-Vert*, p. 62.

<sup>435</sup> Cf. Carta do bispo D. Frei Vitoriano Portuense de 13.06.1700, publicada in Daniel Pereira, *A Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII*, Praia, Alfa-Comunicações, 2ª edição, 2004, pp. 117-122.

hipótese do templo episcopal nunca ter sido finalizado, pelo menos nos seus acabamentos e ornatos.

Sabe-se, por seu turno, o que reforça ainda mais a nossa suspeita, que o bispo, nos últimos anos, dedicou-se exclusivamente à edificação de outras estruturas religiosas, das quais destacamos as igrejas de São Lourenço dos Órgãos, na localidade do mesmo nome, de Santa Catarina do Mato, na Assomada e São Salvador do Mundo, na povoação dos Picos<sup>436</sup>. Se a Sé não conheceu a sua conclusão durante o bispado de D. Frei Vitoriano Portuense, mais difícil é considerar a sua finalização nos anos seguintes visto que, logo em 1712, a cidade, bem como praticamente todos os seus imóveis, foram assaltados e roubados.

Ainda no que respeita à questão de ornamentação, tem-se conhecimento de que no dia 22 de dezembro de 1705 foi celebrado um contrato com um entalhador de Lisboa chamado de José Rodrigues Ramalho - na altura um dos melhores no ramo a residir na capital – para a realização de um conjunto de “retábulo e tribuna e trono para a capela-mor da Sé de Cabo Verde, de obra de talha, toda revestida na forma que hoje se usa, e de madeira de bordão”<sup>437</sup>. O projeto realizado por José Rodrigues Ramalho com auxílio do irmão, Francisco Rodrigues Ramalho, também ele entalhador, foi previamente enviado ao bispo para apreciação. Depois de acertadas as devidas medidas e com o contrato assinado pelo irmão do bispo, um religioso de São Bento, a empreitada começou. De acordo com o contrato, o retábulo estender-se-ia “do chão do pé do Altar-mor até ao teto da dita capela-mor” e teria “quatro colunas e quatro nichos, e seu banco cimalthas e volta e casa da tribuna trono glória de anjos sobre o trono”. Depois de acabada “com toda a perfeição”, a obra seria “entregue para ir na primeira ocasião de frota próxima, que vem para a dita cidade de Cabo Verde”. Para a execução do trabalho, o mestre recebeu uma avultada quantia, 900.000 réis em

---

<sup>436</sup> Cf. Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, *in ob. cit.*, vol. II, pp. 362-363. A igreja de São Salvador do Mundo ficou por concluir quando o bispo morreu, sendo acabada pelo Chantre António Soares Vieira cumprindo o acordo estabelecido com o prelado antes do seu falecimento. Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 48.

<sup>437</sup> Cf. Contrato notarial celebrado entre António Gomes da Costa e os mestres entalhadores, José Rodrigues Ramalho e seu irmão Francisco Lopes Ramalho, a fim destes executarem o retábulo-mor da Sé de Cabo-Verde de 22.12.1705, publicado *in* Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva Ferreira, “A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os Artistas e as Obras”, Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro), apresentada à FL-UL, vol. II, 2009, pp. 403-406.

“moedas de ouro e prata correntes neste reino [Portugal]”, o que demonstra, por um lado, a grande riqueza artística da obra, e, por outro, o prestígio do seu autor<sup>438</sup>.

Os trabalhos da Catedral da Ribeira Grande realizados em vida do Bispo D. Frei Vitoriano resultaram num edifício de três naves, mantendo-se desse modo o plano original projetado pelo prelado D. Francisco da Cruz e, segundo as inspeções arqueológicas efetuadas no local, chegaram mesmo a serem acrescentadas uma construção anexa à Sacristia e uma capela lateral erguida junto a nave lateral sul<sup>439</sup>.

A imagem que teria a Sé, erguida pela vontade do Bispo Vitoriano, é possivelmente a representada na gravura de Joannes Van Keulen<sup>440</sup>, realizada nos princípios do século XVIII<sup>441</sup>. Esse dado, por nós avançado, encontra apoio na vista da cidade produzida por Duplessis, concebida anos antes, em 1699, numa altura em que a Sé ainda estava em construção. Nela é perfeitamente visível o corpo do templo, a torre do cruzeiro, capelas laterais implantadas no lado virado para o mar e a capela-mor e o arranque dos panos correspondentes à casa da tribuna.

Numa data que não conseguimos apurar, a Sé da Ribeira Grande, conheceu obras de melhoramento, pelo menos na zona esquerda da capela-mor. Nela, ainda são perfeitamente visível agulheiros, pequenos buracos na parede onde se introduzia a

---

<sup>438</sup> O leitor interessado em consultar as principais obras executadas pelo mestre entalhador José Rodrigues Ramalho, ver, para além da tese de Silva Ferreira, Maria João Pereira Coutinho, “José Rodrigues Ramalho (c. 1660-1721). Um Artista do Barroco Lusófono na Casa Professa de São Roque”, in *Separata da Revista Brotéria*, vol. 159, Lisboa, Agosto/Setembro de 2004 e Vergílio Correia, “Entalhadores de Lisboa (Séculos XVII, XVIII). Para a História da Obra de Talha em Portugal”, in *Águia*, n.º 14, Porto, 1918.

<sup>439</sup> Cf. Clementino Amaro, “Escavações arqueológicas na Cidade Velha” in *Oceanos: Sagres-Cabo Verde*, nº 5, Lisboa, CNCDP, 1990, pp. 85-87

<sup>440</sup> Joannes van Reulen, “*Gezigt van de reed voor de Stadt S. Iago (...)*”, AHU, Cabo Verde, Iconografia Imprensa, 024, I, D. 450.

<sup>441</sup> Como observa Alexandre Braz Mimoso, essa gravura, normalmente datada de 1635, foi provavelmente realizada nos princípios de setecentos, na medida em que o seu autor, Joannes Van Keulen nasce em 1654 e morre em 1715. Por outro lado, por volta de 1635 nem a Sé, nem o convento de São Francisco (obra iniciada em 1656) se encontravam construídos. Ainda deve-se considerar que a bandeira vermelha e com cinco quinas, hasteada na fortaleza Real de São Filipe, surge apenas no reinado de D. João V (1706-1750). Pode-se atribuir ainda a autoria da gravura a Joannes Van Keulen neto (1706-1755) que exercia a mesma profissão do avô. Cf. Alexandre Braz Mimoso, “Interpretação e Consolidação da Sé Catedral da Cidade Velha” in *Revista de Estudos Cabo-verdianos*, Praia, Edições Uni-CV, 2013, pp. 1-57. Curioso é notar que Daniel Pereira, na primeira edição (1985) da sua obra “*Marcos Cronológicos da Cidade Velha*” data a gravura do século XVIII (1985, p. 48) e na segunda já o considera como sendo de 1635 (2005, 181). Aceita-se de que se trata de uma representação fiel, pois existem, apesar do estado de ruínas, nítidas semelhanças com o monumento atual.

ponta do travessão do andaime, ocultados por marcas com as letras A e X, aplicadas sobre uma argamassa distinta da envolvente<sup>442</sup>.

#### II. 5.1.4. A Sé: uma Construção Efémera

O viajante que chegasse à Ribeira Grande nesse período, observaria a cidade e a Catedral a uma distância de vários quilómetros. O projeto foi conduzido inicialmente pelo Bispo D. Frei Francisco da Cruz e depois herdada, mais tarde, pelo enérgico e apaixonado Bispo D. Frei Vitoriano Portuense, considerado por Sena Barcelos, “um dos mais ilustres prelados da diocese”<sup>443</sup>. Os responsáveis possivelmente procuravam que a igreja transmitisse uma imagem de uma cidade-catedral, à semelhança dos grandes centros urbanos da Europa Medieval. O fato é que, comparativamente com os outros empreendimentos arquitetónicos coevos erguidos no tecido construído, quer se trate de obras militares, privadas ou sacras, nota-se que a Sé se fez traçar a uma escala impressionante e dominante. Tal interpretação torna-se mais curiosa se pensarmos que a igreja episcopal foi edificada num território pobre e completamente dependente da metrópole no que diz respeito a finanças, mão-de-obra e materiais.

O grande esforço financeiro empregado na construção da Sé da Ribeira Grande, que constitui o último edifício marcante da urbe, contribuiu para o reforço da crise económica da colónia, fazendo com que surgissem outros pólos alternativos de atracção na ilha de Santiago, nomeadamente a vila da Praia, Tarrafal e Calheta<sup>444</sup>. O paradoxo é que depois desse longo percurso, diríamos doloroso e agitado, a Sé enquanto estrutura viu-se em francas dificuldades que acabaram por conduzi-la a uma decadência prematura e abandono continuado. Pode-se afirmar mesmo que a Sé, pronta em vida de D. Frei Vitoriano Portuense, exceptuando algumas obras de melhoria, pereceu com a morte do bispo em janeiro de 1705<sup>445</sup>.

---

<sup>442</sup> Cf. Alexandre Braz Mimoso, *ob. cit.*, p. 38.

<sup>443</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 370.

<sup>444</sup> Ilídio do Amaral, *ob. cit.* p. 183.

<sup>445</sup> D. Frei Vitoriano Portuense foi sepultado na capela-mor da Catedral, na sepultura que fez para os bispos. Contudo, nenhum outro bispo foi enterrado ali. Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, pp. 48-49.

Em 1712 a cidade da Ribeira Grande foi saqueada pelos homens comandados por Jacques Cassard que da Sé roubaram, entre tantas outras coisas, uma cruz com uma relíquia do Santo Lenho, três sinos grandes e um pequeno, uma custódia e meia dúzia de vestimentas e frontões vermelhos<sup>446</sup>. Entre finais dos anos 20 e princípios dos anos 30 do século XVIII, a Sé mantinha muitas vezes as suas portas fechadas, pois o chão era em terra batida, sendo a pavimentação do mesmo a prioridade naquele momento. Sendo assim, o Bispo D. Frei José de Santa Maria e o Cabido solicitavam madeira e outros materiais de construção para realização do pavimento, relegando para segundo plano, as intervenções a serem feitas no corpo do templo<sup>447</sup>.

Essa situação já se vinha arrastando desde que o Bispo D. Frei Vitoriano Portuense reiniciara os trabalhos construtivos e pelos vistos iria continuar assim, na medida em que na cidade não havia pessoal devidamente treinado para o efeito, pelo que “a poeira do chão iria continuar a cobrir de pó as alfaias e vestes litúrgicas, bem como as imagens”<sup>448</sup>. Em 1729 a igreja ainda chegou a receber algumas obras de beneficência por determinação do bispo Frei José de Santa Maria de Jesus<sup>449</sup>.

Entretanto, por volta de 1735, o templo encontrava-se em mau estado de conservação, chegando mesmo a chover dentro dele<sup>450</sup>, evidência que é reafirmada volvidos poucos anos. Em 1738, oficiais da câmara local narravam que a urbe vivia dias de pobreza e “mesmo a Sé Catedral desta cidade acha-se bem arruinada, não se repara por falta de dinheiro e os moradores não podem acudir cada um com sua esmola, como muitos fizeram quando ela se fez”. Assinala-se pelo conteúdo da carta, que os seus autores procuram mostrar, provavelmente para sensibilizar a metrópole, a grande decadência da cidade, ao escreverem que “mesmo a Sé” não escapava da situação de deterioração<sup>451</sup>.

---

<sup>446</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, parte II, p. 422; Daniel Pereira, *ob. cit.*, p. 151.

<sup>447</sup> Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja, Missionação e Sociedade”, *in ob. cit.*, vol. III, p. 385. Cristiano Sena Barcelos documenta que em 1729, o bispo fez algumas obras de beneficiação na sua igreja, utilizando para tal os seus próprios recursos, pelo que o governador Oliveira Grans ordenou ao bacharel Costa Ribeiro que pagasse ao religioso as despesas feitas. *Ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 439.

<sup>448</sup> Cf. Carta do cabido de Cabo Verde de 25.04.1747, AHU, Cabo Verde, cx. 21, doc. 54.

<sup>449</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 439. Desconhecemos em que consistiu tais obras.

<sup>450</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 450.

<sup>451</sup> Cf. AHN, Livros nº 42, fls. 84 e 84v.

Antes de partir da metrópole para a sua diocese, o Bispo D. Frei João de Faro reuniu materiais diversos e ricos ornamentos destinados ao bom funcionamento da Sé e de outras igrejas. Infelizmente, o navio em que viajava juntamente com outros religiosos naufragou-se nos baixios do rio Casamansa, na Costa da Guiné, no dia 22 de janeiro de 1741 e com ele os ornamentos e os materiais tão necessários para a ilha de Santiago<sup>452</sup>. Como desfecho, mais um adiamento para as obras de melhoria da igreja episcopal.

O bispo que se seguiu, D. Frei João de Moreira, chegou à cidade no ano de 1744 e logo se empenhou nos reparos da sua igreja episcopal, tendo conseguido, de acordo com um testemunho anónimo, cobrir todo o tecto do corpo do edifício<sup>453</sup>. Os trabalhos ocorreram sob a supervisão do Chantre João Gomes de Oliveira e de um frade leigo especialista em ofícios mecânicos que acompanhou o bispo, visto não haver na ilha mão-de-obra suficientemente preparada para tal empreitada. Sabe-se, contudo, que as obras não foram concluídas, aliás uma realidade sempre presente, pois o material importado da metrópole foi insuficiente para forrar o telhado da capela-mor e o frade, após a morte do prelado retornou à metrópole<sup>454</sup>.

As peripécias relacionadas com a Sé e o seu continuado processo de degradação são reforçadas pela longa ausência de qualquer bispo nas ilhas, entre a morte de D. Frei João de Moreira ocorrida no dia 13 de Agosto de 1747<sup>455</sup> e a eleição do novo bispo, D. Frei Pedro Jacinto Valente a 12 de dezembro de 1752. Este chegou a Cabo Verde no dia 13 de Maio de 1754.

No entanto, o mais recente bispo, ainda com pouco tempo na ilha de Santiago, resolve embarcar primeiro para a ilha de São Nicolau e depois para a ilha de Santo Antão, onde veio a residir até a sua morte em 1774<sup>456</sup>. Tendo abandonado da cidade

---

<sup>452</sup> Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, pp. 54-56. Para saber mais sobre essa viagem, que resultou na morte o bispo D. Frei João Faro, depois de um naufrágio, cativo e resgate e doença, consultar entre outros, António Martins Pereira, *Relação da Viagem que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo D. Frei João de Faro para a sua Sé da Cidade da Ribeira Grande, Ilha de Santiago de Cabo Verde*, Lisboa, Oficina Manescal da Costa, 1741.

<sup>453</sup> Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 57;

<sup>454</sup> Cf. Carta do cabido de Cabo Verde de 25.04.1747, AHU, Cabo Verde, cx. 21, doc. 54.

<sup>455</sup> Foi sepultado na Sé.

<sup>456</sup> Foi enterrado no adro da pequena igreja de Nossa Senhora da Penha de França, localizado no bairro do mesmo nome, conforme havia solicitado no seu testamento. Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 59.

da Ribeira Grande, à época ainda a sede da diocese, o bispo decidiu construir uma nova Sé, desta vez na vila da Ribeira Grande de Santo Antão sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, utilizando para tal um desenho simplificado da então Sé<sup>457</sup>. Este episódio terá impulsionado, e de que maneira, o acelerar da deterioração da igreja episcopal, pois os únicos responsáveis e interessados na manutenção do edifício quase sempre foram os bispos.

A transferência da sede do governo para a vila da Praia, em dezembro de 1769 autorizado pelo governador Joaquim Salema Saldanha Lobo<sup>458</sup>, terá contribuído ainda mais para a penúria da Sé.

Já no século XIX, o que restava da Sé era pouco mais do que saudosismo de um passado conturbado mas monumental. É assim compreensível a expressão utilizada por Charles Darwin, quando visitou a ilha de Santiago em 1832: “Após uma hora de viagem [desde a Praia], chegámos à Ribeira Grande e fomos surpreendidos por uma grande ruína de uma fortificação [fortaleza Real de São Filipe] e de uma catedral”. Pela análise do trecho apercebe-se, que o viajante não estaria à espera de encontrar “neste lugar recôndito”, no dizer de Charles Darwin, um edifício com essa grandeza. Contudo, ao visitar a Sé relatou que esta não era tão rica em ornamentos<sup>459</sup>.

Por volta de 1838, surge através do governador Joaquim Pereira Marinho uma proposta de demolição da Sé e que os seus materiais fossem enviados para a então vila do Mindelo, ilha de São Vicente, onde seriam utilizados para uma nova catedral, pois era intenção do governador converter esse núcleo em capital de Cabo Verde<sup>460</sup>. Tal aspiração não teve força e poucos anos volvidos (c. 1841), a Sé é descrita, por José Conrado Carlos de Chelmichi, como um “belo monumento” não obstante estar “destelhado no meio”<sup>461</sup>. O oficial da marinha portuguesa, Joaquim Lopes Lima partilha

---

<sup>457</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 23. A intenção em transferir a sede, pelo menos de forma oficial, num se efetivou.

<sup>458</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, 2ª edição, p. 162.

<sup>459</sup> Cf. Charles Darwin, *A Viagem do Beagle: Viagem de um Naturalista à Volta do Mundo*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2009, pp. 22-23. A versão portuguesa foi escrita a partir do *Journal of Researches into the Natural History and Geology of the Countries Visited During the Voyage*, Londres, 1845 (a primeira edição é do ano de 1839).

<sup>460</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, 2ª edição, pp. 167-168.

<sup>461</sup> Cf. José Conrado Carlos de Chelmichi, *ob. cit.*, p. 67.

do mesmo juízo e numa atitude provavelmente otimista, salienta que a Catedral necessitava apenas de alguns reparos e continuava a ser uma bonita construção<sup>462</sup>.

Em 1875 o diretor das Obras Públicas de Cabo Verde levanta a hipótese de demolir a Sé da Ribeira Grande, aproveitando os materiais para construir edifícios na cidade da Praia. Tal proposta não teve seguimento, pois o Bispo D. José Dias Correia de Carvalho opôs-se<sup>463</sup>. No entanto, a igreja foi vista como uma autêntica pedreira, sendo-lhe retiradas alvenarias, trabalhadas e esculpidas para serem empregues em lintéis, cunhais ou degraus de novos edifícios<sup>464</sup>.

Analisando os conteúdos dos relatos feitos ao longo de Oitocentos<sup>465</sup>, conclui-se que a Sé despertava, e ainda desperta, sentimentos de admiração, não deixando ninguém indiferente. Por outro lado, alguns dirigentes viram nela uma oportunidade de aquisição de materiais de construção de grande qualidade e únicos no território, trazidos do reino durante longos períodos, dando-lhes uma utilidade prática, na medida em que o templo se encontrava visivelmente abandonado e apareciam outros espaços urbanos mais capazes, como sendo a Praia e o Mindelo.

## II.5.2. Descrição Arquitetónica e Artística

Após a menção ao edifício de Setecentos, realizada a partir da discussão da gravura de Joannes Van Keulen, apresentamos uma leitura mais completa, socorrendo-nos para tal da reprodução da obra feita pela Universidade de Coimbra, Faculdade de Arquitetura<sup>466</sup>, e nos estudos concebidos pelo arquiteto João Bento de Almeida<sup>467</sup>, que se basearam na referência supracitada, bem como noutros elementos iconográficos,

---

<sup>462</sup> Cf. Padre António Brásio, “Monumentos sacros de Santiago”, in *Cabo Verde*, ano 9, nº 130, 1960, pp. 28-31.

<sup>463</sup> Cf. Padre António Brásio, “Monumentos Sacros de Santiago”, in *Cabo Verde*, nº 130, 1960, pp. 28-31.

<sup>464</sup> Cf. Clementino Amaro, “Escavações Arqueológicas na Cidade Velha”, *Oceanos*, nº 5, Lisboa, 1990, p. 85-87.

<sup>465</sup> Segundo Cristiano Sena Barcelos, já em 1679 os religiosos capuchos pediram para que lhes fosse ofertado a pedreira das paredes da Sé em construção, visto que estavam pouco erguidas e em estado de ruínas, para serem utilizadas nas obras do convento visando a sua conclusão. Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 283.

<sup>466</sup> Resultados publicados in Konstantino Alexandre Richter, *ob. cit.*, Apêndices.

<sup>467</sup> Resultados publicados in Álvaro Siza Vieira, Helena Albuquerque, *Cidade Velha, 2ª fase de requalificação da Sé: Anteprojecto, Memória Descritiva*, Praia, IIPC/IPPAR, 2006.

nomeadamente na litografia produzida por um anónimo e publicada na obra de Francisco Travassos Valdez<sup>468</sup>, em fotografias antigas (1929) e acuais<sup>469</sup> e nos levantamentos arquitetónicos efetuados em 1983 por Jean-Pierre Wieczorek<sup>470</sup>. Procuraremos aproximar-nos, da melhor forma possível, da aparência que tinha a Sé nos princípios do século XVIII, imediatamente antes do seu abandono definitivo.

A igreja tem 62,70 metros de comprimento, três naves de desenvolvimento longitudinal, com cinco tramos, transepto onde se abrem duas capelas laterais profundas de cada lado, uma capela-mor bastante alongada, de remate reto e uma sacristia no topo.

A partir da litografia anónima de c. 1864, pode-se formar uma ideia geral da fachada principal do edifício. Organizada segundo um eixo de simetria, encontrava-se dividida em três secções verticais por meio de pilastras, correspondendo, no interior, às três naves da construção. No eixo rasgava-se uma porta de verga reta rematada por um pequeno frontão triangular, ladeado por uma moldura em relevo-alto. Acima do portal rasgavam-se dois vãos em arco de volta perfeita ladeando uma rosácea. A catedral era coroada por um frontão reto, assente numa cornija, cujo tímpano mostrava um pequeno vão dos sinos emoldurado. Havia uma cruz no vértice.

As secções laterais eram marcadas por duas torres sineiras que acrescentavam a verticalidade ao edifício. As torres, com cunhais formadas por pilastras, eram de planta quadrangular e estavam divididas em dois registos através de uma cornija. O primeiro registo, de maiores dimensões, exibia três aberturas alinhadas verticalmente para a iluminação da escada, de tamanhos distintos, abrindo-se primeiramente uma fresta, seguindo-se uma janela de verga reta emoldurada e finalmente um pequeno óculo. No segundo registo, abria-se, em cada uma das quatro faces, vãos sineiros, fechados em arco de volta plena. As torres apresentavam na parte superior, coruchéus coroados por pináculos, nos ângulos e no centro.

A fachada lateral sul é interpretada a partir do levantamento arquitetónico realizado pelo Arquiteto João Bento de Almeida e os trabalhos desenvolvidos pela

---

<sup>468</sup> Cf. Francisco Travassos Valdez, *África Ocidental*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864.

<sup>469</sup> Feitas pelo autor, entre 2008/2014.

<sup>470</sup> Cf. Jean-Pierre Wieczorek, *Programme de Sauvegarde du Site de Cidade Velha*, UNESCO, 1989.

faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra<sup>471</sup>. Ostenta um desenvolvimento horizontal, que mostra, ao longo do pano correspondente à nave, dois registos. No primeiro, observam-se três aberturas, um portal de verga reta com cercadura em relevo-alto, sobrepujada por uma cornija, suportada por mísulas no nível inferior e duas pequenas janelas retangulares de verga reta colocadas no nível superior. No segundo, vêm-se três janelas retangulares colocadas na área que pertence ao clerestório. As capelas laterais, de frontão triangular, exibem três aberturas de verga reta num nível superior. Nessa mesma zona, implanta-se o cruzeiro que se encontra mais atrasado em relação ao resto da fachada.

No extremo da fachada lateral sul ergue-se a capela-mor, formando no interior o coro e o altar-mor, e a casa da tribuna. Nesse espaço sobressai uma janela retangular de peito, ladeada por duas pequenas janelas quadrangulares de peito, colocadas junto a um friso, iluminando o interior. No nível inferior, há uma porta de verga reta com vão oblíquo e uma janela entaipada de arco abatido no lado direito.

Por fim, a casa da tribuna exhibe apenas uma única abertura quadrada, de verga reta, que se rasga num nível superior.

A fachada lateral norte é simétrica em relação à fachada oposta, exceptuando a zona da capela-mor, visto exhibir aí apenas as janelas no nível superior.

Finalmente a fachada traseira é cega.

Ao penetrar pela Sé da Ribeira Grande, o visitante depara imediatamente com um interior amplo, constituído por três naves que formam um duplo quadrado, sendo a central mais alta e mais larga do que as laterais. As naves são interrompidas por um duplo transepto. Verificam-se duas capelas laterais em cada um dos lados. A capela-mor tem planta retangular, bastante profunda. A separar a nave da capela-mor existe, a nível do pavimento, um desnível marcado por um degrau em cantaria, coroado pelos restos do arco triunfal.

Como já se anunciou, baseando-me mais uma vez na gravura de Joannes Van Keulen, as três naves do templo mostram alçados e volumes distintos. Essa leitura é reforçada por uma fotografia de princípios do século XX, da autoria de Frank, que

---

<sup>471</sup> Resultados publicados in Konstantino Alexandre Richter, *ob. cit.*, Apêndices.

mostra as marcas do arranque da cobertura da nave lateral, podendo-se constatar que era muito baixa, comparativamente, por exemplo, com a da capela-mor e a do cruzeiro<sup>472</sup>. Na imagem publicada em Travassos, observa-se também que a fachada lateral é muito baixa, não obstante algumas reservas, pois nessa época a cidade encontrava-se já bastante arruinada.

### II.5.3. Aproximações arquitetónicas

O edifício da primeira Catedral de Cabo Verde insere-se no quadro dos templos erguidos pelo monarca D. João III, tanto na metrópole como também nos vários domínios portugueses, localizados em África, América do Sul e Ásia. Ela é considerada, por unanimidade, uma grande obra arquitetónica e a nível tipológico, se encontra, próxima das sés, suas contemporâneas de Miranda do Douro (c. 1552), Portalegre (c. 1556) e Leiria (c. 1559), todos projetos despojados, abertos, contínuos, amplos, uniformes e símbolos do seu tempo. Chamamos atenção que as comparações serão feitas a partir dos planos Quinhentistas e não das alterações posteriores.

Iniciando o percurso comparativo pela implantação urbana das sés, temos a salientar que as sés de Miranda do Douro, de Portalegre e da Ribeira Grande constituem pontos de referência e podem ser avistadas a longa distância. Encontram-se abrangidas por construções militares – intramuros em Miranda e Portalegre e pelos baluartes de São Veríssimo e São João dos Cavaleiros em Ribeira Grande. Por sua vez, a Sé de Leiria situa-se fora das muralhas medievais e numa cota baixa, realidade que facilitou a expansão extramuros da cidade<sup>473</sup>.

---

<sup>472</sup> Infelizmente as paredes que suportavam a altura do corpo central já não existem, o que dificulta uma melhor análise.

<sup>473</sup> Cf. Cátia Margarida Jorge dos Santos, “As Sés Joaninas: Arquitetura Episcopal na Segunda Metade do Século XVI”, Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Coimbra, Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2009, p. 119.

Na Sé de Cabo Verde, a situação é mais complexa, porque o território insular apresenta uma geografia irregular, reduzida e desprovida de muralhas contínuas. Assim, a escolha do sítio deve-se à disponibilidade de um terreno plano capaz de dar resposta as proporções pretendidas para a construção, e relativamente afastado da costa.

Essas construções, com exceção de Leiria, substituída pelo castelo Gótico, mas igualmente importante, constituem pontos de referência e observação nos espaços urbanos onde nasceram, visíveis a longas distâncias. Em termos de orientação das fachadas, Leiria orienta-se a noroeste, Miranda do Douro orienta-se a sudeste, Portalegre e Ribeira Grande a noroeste. No campo da planimetria, as quatro construções que fazem parte do nosso estudo comparativo, apresentam “um ar de família”<sup>474</sup>, assinalada pela dimensão, e desenvolvimento dos diferentes corpos – naves, transepto e cabeceira. Todas as sés ostentam desenvolvimento longitudinal e praticamente com as mesmas dimensões.

No entanto, enquanto as sés localizadas em Portugal contêm naves da mesma altura, ou seja, são igrejas-salão, na Sé de Cabo Verde as coberturas das naves erguem-se a alturas distintas, sendo a nave principal mais alta que as laterais. Neste aspecto, aproxima-se antes da Sé de Angra do Heroísmo, começada um pouco mais tarde, em 1570, e finalizada por volta de 1642<sup>475</sup>. As diferenças também estão patentes ainda no número de tramos, pois, contrariamente a Leiria, Miranda do Douro e Portalegre, que exibem quatro tramos cada, o edifício religioso da ilha de Santiago mostra cinco tramos, próximos das construções sacras levantadas em cruz latina, erguidas na Baixa Idade Média ou no tempo de D. Manuel como as sés do Funchal, de Coimbra ou do Porto.

As capelas principais das sés metropolitanas joaninas são todas retas e com alguma profundidade, sendo que a de Leiria é mais profunda porque a igreja não apresenta coro alto. Convém alertar que essa empreitada aconteceu mais tarde, no decorrer do século XVII<sup>476</sup>. Por sua vez, a Sé da Ribeira Grande mostra uma capela-mor

---

<sup>474</sup> Cf. Alexandre Brás Mimoso, “Interpretação e Consolidação do Sé Catedral da Cidade Velha”, *in ob. cit.*, p. 15.

<sup>475</sup> Cf. Pedro Dias, *ob. cit.*, p. 252-254.

<sup>476</sup> Cf. Cátia Margarida Jorge dos Santos, *ob. cit.*, p. 71.

de grande profundidade, em duplo quadrado. Trata-se, de um modelo que segue a típica capela-mor em túnel<sup>477</sup>. Essa linguagem artística é visível também na igreja de Santa Maria de Belém, atribuída ao arquiteto Jerónimo de Ruão, que começou a ser erguida em 1565 e concluída em 1572<sup>478</sup>, na igreja de São Salvador de Grijó, Vila Nova de Gaia (começada em 1572), na igreja de São Vicente de Fora, Lisboa (primeira pedra em 1582) e na igreja de Santo Antão-o-Novo, Lisboa (iniciada pelos jesuítas em 1591).

Relativamente à estética e organização das fachadas, incluindo aqui a Sé de Angra do Heroísmo, e cientes das alterações, fruto do tempo, fato limitador ao estudo, todas elas apresentam divisões correspondentes as naves dispostas no interior. O elemento que marca a distinção dos vários módulos das fachadas são as pilastras, visíveis em Leiria, Mirando do Douro e Portalegre e Angra do Heroísmo. As semelhanças são mais fortes, nesse aspeto, entre as Sés da Ribeira Grande e de Angra do Heroísmo, pois exibem uma cornija que percorre na horizontal a fachada, servindo de marcação separadora entre os frontões e o pano principal das igrejas e a divisão das torres.

## **II. 6. Pequenas Igrejas**

A cidade da Ribeira Grande chegou a conhecer, dos séculos XV a XVIII, várias obras de cunho religioso contudo com pouca expressão artística e histórica. A Ermida de São Brás, a capela de Santa Luzia, a capela de São Roque, a capela de São Sebastião, a ermida de São Pedro, a igreja de Monte Alverne, a capela de São João e a ermida de São Gonçalo enquadram-se nessa conjuntura.

A ermida de São Brás, da qual dispomos de pouca informação, foi erigida, segundo documentação consultada, na década de 40 do século XVI. Localizava-se no bairro São Brás, à época sem qualquer assentamento urbano. A construção da ermida

---

<sup>477</sup> Cf. Termo utilizado por George Kubler para designar essa nova tipologia de capelas. George Kubler, *A Arquitetura Portuguesa Chã: entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)*, 2ª edição, Lisboa, Veja, 2005.

<sup>478</sup> Cf. Vítor Serrão, *ob. cit.*, p. 194.

de São Brás pode ter sido o acontecimento responsável pelo nome dado ao bairro que tem a mesma designação.

A partir da planta do engenheiro António Carlos Andreis, constata-se que o templo, hoje sem qualquer vestígio, erguia-se junto ao forte São Brás<sup>479</sup> e próximo da costa. O contexto do seu surgimento é muito peculiar, estando associado às doenças da garganta que afetavam a população da cidade, tanto que, após a sua construção “deu saúde na terra [Ribeira Grande]”<sup>480</sup>. Em 1626, a câmara local, ao comunicar que o templo onde os jesuítas “exercitem os ofícios divinos é muito largo e espaçoso”<sup>481</sup>, deixa transparecer que este edifício passou a ser propriedade dessa Companhia. No entanto, a obra não terá sido nem larga, nem espaçosa e, a acreditar nos companheiros de Inácio de Loyola, a ermida seria “tão pequena que não tem onde estar”<sup>482</sup>. Essa ermida foi o primeiro e único templo usado pelos jesuítas em Cabo Verde, pois, como já tivemos oportunidade de referir, não chegaram a edificar a sua própria igreja.

Em 1644, sabe-se pela documentação que o ouro e a prata da ermida, não contabilizando os ornamentos, eram avaliados em mil cruzados<sup>483</sup>. Não se sabe a altura em que a ermida desaparece e nas plantas do Engenheiro António Carlos Andreis (1769 e 1778) já não é representada.

As notícias sobre a capela de Santa Luzia são praticamente inexistentes. Sabe-se contudo que, em 1610, quando foi mencionado pelo padre Baltasar Barreira como estando localizado no bairro de São Brás, numa “ladeira íngreme de pedra”<sup>484</sup>, achava-se já em ruínas. Sabe-se também que era de planta longitudinal e cabeceira simples. A

---

<sup>479</sup> O forte de São Brás (meados do século XVI) é uma obra posterior à ermida de São Brás.

<sup>480</sup> Cf. Carta de Jorge Vaz a el-rei de 10.06.1542, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 343-346. Cristiano Sena Barcelos sublinha, erradamente e entrando em contradição sobre o que já havia referido (ver página 41-42), que a igreja de São Brás “foi sem dúvida a primeira da Ribeira Grande, pondo de parte as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora do Rosário, das quais se ignoram as datas da construção”. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, partes I e II, p. 116.

<sup>481</sup> Cf. Libelo da Câmara de Cabo Verde contra os padres da Companhia de Jesus de 1626, publicado *in* Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 359-361.

<sup>482</sup> Cf. Resposta dos padres da Companhia de Jesus ao libelo da Câmara de Cabo Verde de 01.12.1626, publicada *in* Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 362-370.

<sup>483</sup> Cf. Carta do Irmão Manuel Álvares ao padre Muzio Vitelleschi, Gerla da Companhia de Jesus, pedindo a reabertura da missão de Cabo Verde de 06.01.1644, publicado *in*, Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 392-394.

<sup>484</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao Provincial de Portugal de 06.05.1610, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 406-408.

capela de Santa Luzia é referida na planta de Leonardo Ferrari (1655), na planta de Duplessis (1699) e nas plantas de António Carlos Andreis (1769 e 1778).

Sobre a capela de São Roque, fixada numa achada íngreme e no prolongamento da rua Direita ao Forte, são também poucas as referências históricas de que dispomos. Contudo, a partir do inventário dos bens do Chantre Diogo Calado, redigido em 1643, apercebemo-nos que o templo já havia sido erguido uma vez que aí se diz que o sino para a igreja tinha custado 10.300 réis<sup>485</sup>. A existência da construção é confirmada de forma oficial através da relação do estado da Diocese de Cabo Verde, publicada em 1671<sup>486</sup>.

Trata-se de uma pequena capela de planta retangular, bastante modesta, e que se insere na tipologia de igrejas que apresentam uma organização espacial simples, com nave única, e sacristia adoçada à capela-mor, onde os volumes do interior são visíveis a partir do exterior. O frontispício exhibe apenas um pano que é rasgado por uma porta axial de verga reta, responsável pela iluminação, juntamente com uma pequena porta colocada na fachada lateral esquerda, encimada por um frontão triangular reto.

A acrescentar a estas construções, junta-se a capela de São Sebastião, hoje também inexistente, e que se localizava na encosta que abrange o largo do Pelourinho; a ermida de São Pedro e a igreja do Monte Alverne, ambas em ruínas, inseridas no bairro de São Pedro; a capela de Santo António, entretanto desaparecida, fundada perto do forte com a mesma denominação; e, finalmente, a ermida de São Gonçalo, implantada no interior da fortaleza Real de São Filipe, da qual só restam as fundações e o piso. A capela de Santo António, destinada ao corpo da guarda, é observada na planta do engenheiro José Soares Rocha para o novo baluarte de Santo António (1702). Por sua vez, ermida de São Pedro e a igreja de Monte Alverne estão projetadas nas plantas do engenheiro António Carlos Andreis (1769 e 1778). Nas plantas da fortaleza Real de São Filipe de autoria do engenheiro António Carlos Andreis, são

---

<sup>485</sup> Cf. Inventário dos bens do chantre Diogo Calado de 20.08.1643, publicado *in* Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit.*, pp. 385-391.

<sup>486</sup> Cf. Provanças de D. Frei Fabião dos Reis para Bispo de Cabo Verde de 26.02.1671, publicada *in* MMA, 2ª série, vol. VI, pp. 298-305.

visíveis a sinalização da ermida de São Gonçalo (1770 e 1778). Esse templo era reservado para o governador e os homens do corpo da guarda residentes na fortaleza.

## **Capítulo III – Arquitetura Militar**

### III.1. Os Ataques de Pirataria e de Corso e as Primeiras Obras Militares

O povoamento da Ilha de Santiago, mais concretamente da Ribeira Grande, foi incrementado inicialmente, sem qualquer preocupação com a defesa, devido ao seu isolamento no meio do Atlântico. Nessa altura, as ações do corso e da pirataria não se faziam sentir junto das ilhas cabo-verdianas. Ao contrário da costa africana, onde era necessária uma defesa terrestre efetiva, na Ribeira Grande tal prática resumia-se à segurança dos navios ancorados na baía.

Se nos primeiros tempos de ocupação territorial, Cabo Verde e sobretudo a Ribeira Grande beneficiaram de alguma estabilidade política e militar, tal situação não continuou a vigorar a partir dos meados do século XVI. Por esta altura, os moradores das ilhas começaram a ser fustigados pela presença ofensiva, primeiro por parte dos franceses, depois os ingleses e finalmente os holandeses, e de uma forma acentuada<sup>487</sup>.

Uma estratégia utilizada pelos franceses para contrariar o poder dos portugueses nos mares e a política de *Mare Clausum*<sup>488</sup>, estabelecida entre Espanha e Portugal em 1494, através do tratado de Tordesilhas, foi atacar diretamente os interesses de Lisboa por meio da pirataria e corso<sup>489</sup>. De acordo com Teixeira da Mota, eram três as áreas de ação de corso e pirataria levada a cabo pelos franceses: o Canal da Mancha; o triângulo entre as Canárias, o sudeste da Península Ibérica e os Açores; e finalmente o triângulo formado pelas ilhas de Cabo Verde, o Cabo Verde e o Cabo das Palmas, visto ser nessa zona que teriam de passar as embarcações que se dirigiam para a Guiné, Golfo da Guiné, Brasil e Índia, tanto na ida como no regresso<sup>490</sup>.

---

<sup>487</sup> Cf. António Carreira, *ob. cit.*, p. 321.

<sup>488</sup> Sobre esse tema ver, António Vasconcelos de Saldanha, “Mare Clausum” *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. II, Lisboa, Caminho, pp. 685-686.

<sup>489</sup> Sobre as relações diplomáticas entre França e Portugal ao longo do reinado de D. João III (1502-1557), consultar entre outros, Ana Isabel Buescu *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

<sup>490</sup> Cf. Teixeira da Mota, “As Rotas Marítimas Portuguesas no Atlântico de Meados do Século XV ao Penúltimo Quartel do Século XVI”, *Do Tempo e da História*, vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura/Centro de Estudos Históricos, 1970, p. 13.

É nesse quadro que se iniciam os ataques à Ribeira Grande. Com efeito, entre 1537 e 1538, são registados os primeiros assaltos verificados nas ilhas e na costa da Guiné<sup>491</sup>. Volvidos poucos anos (1542), o escrivão da ilha de Santiago, Jorge Vaz escrevia ao rei, dando conta do perigo que representavam os franceses nas águas que envolviam o território. Documentava, também, que a “cidade e porto dela está sem ter nenhuma resistência que só uma nau avante dela certa a porá por terra e a porão a saque”, tendo, devido a isso, “necessidade de ter artilharia e munição” para criar dificuldade na aproximação e desembarque na urbe.

Nessa mesma ocasião, Jorge Vaz relata-nos que os inimigos franceses “toparam entre estas ilhas [Cabo Verde] e Guiné, uma nau que vinha de Sevilha tomar escravos para as Antilhas, a qual tomaram, sem lhe fazerem mal nenhum em pessoas, [...] somente [...] vinhos e biscoitos a troco de farinha em barris”. Os franceses notificaram a tripulação de que o objetivo, em termos de perdas humanas, era apenas contra os portugueses<sup>492</sup>. Esse relato muito curioso e elucidativo, deixa bem claro as reais intenções dos franceses: focar-se no desgaste psicológico, territorial e económico dos portugueses.

Quase uma década depois do último ataque, a cidade da Ribeira Grande volta a sofrer com os corsários franceses, tendo o resultado sido o roubo de dois navios. Porém, essa nova armada constituída por três naus não fez qualquer dano ao aglomerado<sup>493</sup>.

Com a intenção de defender os povoados de Cabo Verde e a região da Guiné das investidas dos corsários franceses, a metrópole opta por proteger as costas e os portos, utilizando navios de patrulha. Em 1552, por exemplo, ficou acordado entre Castela e Portugal, que este último deveria armar 25 navios “para guarda-costas, sendo dez para as ilhas e sete para Arguim, Cabo Verde, Guiné e Brasil”<sup>494</sup>. No entanto, essa medida revelou-se infrutífera, porque a área marítima era muito vasta para ser

---

<sup>491</sup> Cf. António Carreira, *ob. cit.*, pp. 322-323.

<sup>492</sup> Cf. Carta de Jorge Vaz a el-rei de 10.06.1542, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 343-346; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 116.

<sup>493</sup> Cf. Carta de João Afonso Cedofeita a el-rei de 20.11.1551, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 420-425.

<sup>494</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 128.

vigiada e patrulhada por um número reduzido de embarcações. Prova disso mesmo, foram os ataques que se seguiram.

Em maio de 1567, os franceses tentaram tomar uma embarcação espanhola que estava a transportar escravos com destino às Antilhas, mas esta intenção não se concretizou, pois tiveram alguma resistência a partir de terra<sup>495</sup>. Este acontecimento, não obstante alguma precariedade do sistema defensivo, indica-nos que por esta altura a Ribeira Grande já estaria munida com algum equipamento militar capaz de fazer frente aos assaltantes que aportavam no aglomerado.

Aos franceses seguiram-se os ingleses. Por volta de 1566, por exemplo, o comandante John Lovell assaltou quatro navios nas águas das ilhas, sendo prejuízos avaliados em 28 000 ducados<sup>496</sup>. Mais tarde, em 1578, a ilha de Santiago e a cidade conheceram outro ataque. Essa empresa esteve a cargo do almirante Francis Drake que chegou à ilha no dia 31 de janeiro e aí “deu caça a dois navios portugueses, tomando a um deles um carregamento de vinho”. Seguiu viagem, depois de passar pelas costas das ilhas do Fogo e da Brava, juntamente com o capitão Nuno da Silva, considerado um traidor, rumo ao Brasil, pois este era um “bom conhecedor” desse território<sup>497</sup>.

Durante o período compreendido entre a descoberta (1460) e 1580, o arquipélago de Cabo Verde não conheceu grandes obras militares. Assim, compreendem-se as reclamações dos moradores da Ribeira Grande, ao afirmarem que o burgo não tem “reparos nos portos onde os franceses vêm tomar os navios e não há com que lhes resistir”, embora fosse uma cidade “em muito grande crescimento”<sup>498</sup>. Estávamos no ano de 1549.

---

<sup>495</sup> Cf. Ilídio Baleno “Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria”, *in ob. cit.*, p. 130.

<sup>496</sup> Cf. Teixeira da Mota, *ob. cit.*, p. 33.

<sup>497</sup> Cf. Van Tenac, *Histoire Générale de la Marine*, Paris, Typographie D’ Alexandre Bailly, tomo II, 1847. Sobre a relação dos pilotos portugueses com os piratas e os corsários ver Ilídio Baleno, “Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria”, *in ob. cit.*, pp. 125-188; Teixeira da Mota, “Alguns aspetos da colonização e do comércio marítimo dos Portugueses na África Ocidental nos séculos XV e XVI”, *in Anais do Clube Militar Naval*, vol. CVI, tomos 10 a 12, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1976, pp. 677-710.

<sup>498</sup> Cf. Carta do contador André Rodrigues a el-rei D. João III de 27.03.1549, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 395-397.

Nessa época, outras regiões do atlântico - e o documento acima tem de ser analisado a partir desse quadro, nomeadamente os arquipélagos da Madeira e dos Açores - já dispunham de um sistema de defesa implantado. A título exemplificativo, pode-se salientar que a primeira estrutura militar da Madeira é datada de 1528-1540<sup>499</sup> e a dos Açores, ilha de São Miguel, Ponta Delgada (forte de São Brás) é de 1551<sup>500</sup>.

Ora, para os habitantes de Santiago, a cidade era igual ou até mais importante que outro território pois, embora com muito exagero, “tirando a cidade de Lisboa, nem duas cidades do reino rendem tanto como ela [Ribeira Grande]”<sup>501</sup>, e mesmo assim, encontrava-se desprotegida. Trata-se, sem dúvida, de um relato que questiona a política de segurança adotada pelo rei D. João III.

As primeiras ações levadas a cabo para a defesa da urbe, concretamente a construção de estruturas militares - insuficientes, tendo em conta a quantidade de fluxo de mercadorias movimentadas na ilha -, acontecem no reinado de D. Sebastião, já nos finais dos anos 60 do século XVI. Tratam-se de pequenas obras de proteção, nomeadamente o baluarte de São Brás, o baluarte da Vigia e o baluarte da Ribeira. O Corregedor Manuel Andrade foi, segundo Ilídio Baleno, o responsável por essa iniciativa. Para além dessas construções, fez erguer uma fortificação de madeira, com bases sólidas o suficiente para aguentar as peças de artilharia<sup>502</sup>. As quatro infraestruturas mencionadas estavam implantadas junto ao ancoradouro, estabelecendo contacto por meio de um pequeno pano de muralha.

A existência dessas primeiras experiências de obras militares na Ribeira Grande, é confirmada em 1582, na relação referente ao arquipélago, produzida pelo sargento-mor, Francisco de Andrade. Nela o militar informa que a cidade tem três baluartes: “o

---

<sup>499</sup> Cf. Rui Carita, *A Arquitetura Militar na Madeira nos séculos XV a XVII*, vol. I, Lisboa, Oficinas Gráficas do Exército, 1998, pp. 92 e ss.

<sup>500</sup> Cf. Rui Carita, “A Fortaleza de São Brás em Ponta Delgada no Século XVI” in *Arquitetura Militar do Conhecimento Histórico à sua Função Atual*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2005, p. 107.

<sup>501</sup> Cf. Carta do contador André Rodrigues a el-rei D. João III de 27.03.1549, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 395-397.

<sup>502</sup> Cf. Ilídio Baleno, ““Pressões Externas. Reações ao Corso e à Pirataria”, in *ob. cit.*, pp. 147-148.

baluarte de Vigia, o baluarte da Ribeira e o de São Brás, que são as três partes por onde a cidade pode ser cometida”<sup>503</sup>. Apresenta-nos ainda uma leitura das carências:

“tem necessidade os três baluartes dessa cidade de doze colubrinas reforçadas, quatro para cada um, por estarem com pouca artilharia e miúda, com suas munições e reparos, arcabuzes e piques e quatro bombardeiros mais, por não haver ao presente mais que três e o condestável, que são quatro”.

Da primeira linha de defesa projetada para a cidade fazia parte ainda, ao que tudo indica, o forte do Presídio, visto tratarem-se de construções de reduzidas dimensões e costeiras. Localizado junto à praia e no lugar onde se situava o porto, o forte do Presídio (do qual restam somente quatro muros que faziam parte, provavelmente, de uma das estruturas do antigo complexo) é hoje um pequeno parque infantil. A partir da planta projetada pelo engenheiro António Carlos Andreis<sup>504</sup>, pode-se observar o baluarte em planta trapezoidal alongada, sendo constituído por um calabouço, corpo da guarda, alojamento do oficial e bateria alta.

Por sua vez, o baluarte de São Brás exibia uma planta ovalada, formada por três canhoneiras e áreas para os oficiais.

A construção deste sistema abaluartado de defesa da costa já se enquadra na nova visão de guerra terrestre, cuja base se encontra na Itália a partir dos finais do século XIV. Isso é, o método do “flanqueamento, o da defesa mútua ou cruzamento de fogos”, onde cada baluarte auxilia o vizinho pelo mecanismo de fogo cruzado e rasante a curta distância. Segundo Rafael Moreira, essa nova conjuntura militar só começa a dar os primeiros passos em Portugal, em 1530, embora fosse

---

<sup>503</sup> Cf. Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde de 26.01.1582, publicada in MMA, 2ª série, vol. III, pp. 97-107.

<sup>504</sup> Engenheiro António Carlos Andreis, “Planta dos Fortes de S.Veríssimo e do Presidio, A.H.U. Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 121.

numa perspetiva “das ideias na esfera da cultura”<sup>505</sup>, ao que não estão alheios os tratados de arquitetura militar divulgados no país, nessa época<sup>506</sup>.

A nova forma de atuar militarmente está diretamente relacionada com o surgimento de modernas táticas de ataque que deixaram de ser corpo a corpo ou de ataque terrestre direto. Agora, os assaltos passam a ser feitos a partir dos navios dotados de uma cada vez maior capacidade de fogo<sup>507</sup>, distribuídos ao longo da costa, concentrados principalmente junto à zona dos portos, utilizando para esse efeito artilharia embarcada<sup>508</sup>.

### **III.2. A União Dinástica Ibérica e a Necessidade Crescente de Fortificação (1580-1640)**

#### **III. 2. 1. Os Assaltos Continuados ao Porto e as suas Consequências**

Se a situação no Atlântico e nas suas ilhas, antes da União Ibérica, em termos de segurança oceânica e das costas, já era por si problemática, ela torna-se ainda mais intensa a partir de 1580, com a junção dos impérios, agora governados por um só monarca, Filipe II de Espanha. Assim sendo, os ataques, agora realizados na sua maioria por ingleses e holandeses, vão ocorrer com muito mais frequência<sup>509</sup>.

É essa a realidade que se passa a verificar em Cabo Verde e, sobretudo, na cidade capital, Ribeira Grande. É nesse quadro que se deve entender o teor da carta

---

<sup>505</sup> Cf. Rafael Moreira, “A arte da guerra no Renascimento”, in *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 149.

<sup>506</sup> Cf. Manuel Teixeira e Margarida Valla, *ob. cit.*, pp. 121 e ss.

<sup>507</sup> Cf. Miguel Sanches de Baêna, “A artilharia moderna”, in *ob. cit.*, pp. 79-80. Sobre a artilharia transportada dos navios e depois empregada nos assaltos as costas, primeiro no Atlântico e seguidamente o Índico, ver o mesmo artigo, pp. 73-90.

<sup>508</sup> Cf. Francisco José Sousa Lobo, “Técnica, Engenharia e Artilharia na Cidade Velha”, in *ob. cit.* p. 112.

<sup>509</sup> Sobre esse tema, consultar duas contribuições publicadas na obra *História da Expansão Portuguesa – Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri: Joaquim Romero Magalhães, “Os limites da expansão asiática”, pp. 8-81; Kirti Chaudhuri, “A concorrência holandesa e inglesa”, pp. 82-111.

do capitão Diego Florez de Valdez<sup>510</sup>. Escreve em 1582, depois de aportar em 1581 na cidade da Ribeira Grande, de onde seguia para o Rio de Janeiro, informando o monarca Ibérico que procurou estudar o território, na tentativa de perceber as “partes, onde se pode deixar gente fazer-se forte nela inimigos ou fazer dano aos que residem nela”. Já prevendo um possível ataque dos apoiantes de D. António Prior do Crato, aliás, opinião também partilhada pelos moradores locais, Valdez chama atenção para a necessidade de conseguir verbas e estabelecer um modelo de fortificação, aproveitando para tal a mão-de-obra do engenheiro Baptista Antonelli e do general Pedro Sarmiento que seguiam a bordo. O técnico e o militar marcaram, mediram e levantaram todos os aspetos topográficos, “de acordo com o seu lugar”, e os “inconvenientes para fortificá-lo”<sup>511</sup>. Dessa reunião técnica, deve ter surgido a ideia de conceber um adequado levantamento topográfico, o que respeitava as regras do tratadismo moderno ensinado nas escolas especializadas<sup>512</sup>. Concluíram ainda que a urbe possuía uma grande quantidade de artilharia, não obstante os postos de defesa construídos serem de traçado deficitário.

Mais tarde, o capitão Valdéz envia um modelo de fortes e baluartes que poderiam ser

“feitos por muito pouco custo, porque se podem fazer com pedras toscas e sem argamassa, sem que sejam de cantaria lavrada, porque não há razão para que a tenham, porque não hão-de ser batidas de nenhuma parte, senão apenas para defender as portas; e far-se-ão com facilidade porque há

---

<sup>510</sup> Cf. Carta de Diego Florez de Valdez à Filipe II de 24.01.1582 in El Marqués de La Fuensanta Del Valle, D. José Sancho Rayon, D. Francisco de Zabálburu, *Coleccion de Documentos Inéditos Para la Historia de España*, tomo XCIV, Madrid, M. Ginesta Hermanos, Impresores la Real Casa, 1889, pp. 540-544.

<sup>511</sup> Noticias de Baptista Antonelli, copiadas de la relacion manuscrita, que escribió en Río Janeiro á 1.º de junio de 1583, publicado in Graziano Gasparini, Giorgio Antei, *La Medida de El Dorado: vida y empresas de Emiliano-romaños en las Américas. Los Antonelli – Arquitectos de Gatteo*, Bolonha, Editado por Maria Crsitina Turchi, [s.d], p. 193.

Disponível em <http://www.provincia.fc.it/cultura/antonelli/esp/index> a 21.09.2014.

O trabalho de levantamento do sistema de defesa realizado na Ribeira Grande, foi igualmente executado, à época, na vila da Praia. Pelas declarações dos técnicos, essa localidade era a melhor, em termos de porto, perdendo para o primeiro Ribeira Grande, apenas na questão água, p. 194.

<sup>512</sup> Uma das ferramentas adquiridas nas escolas de fortificação, era precisamente a forma de conciliar a teoria à prática. Desta forma, os frequentadores seriam capazes, no terreno, de realizarem medições, levantamentos topográficos, desenho e edificação de elementos militares. Manuel C. Teixeira, Margarida Valla, *ob. cit.*, p. 129.

abundância de pedra, e com isso me parece estará a ilha segura, porque ela em si é áspera e forte”<sup>513</sup>.

Analisando este documento, conclui-se que o capitão estudou convenientemente o local e concebeu um sistema defensivo suficientemente capaz de proteger a cidade de uma grande investida, visto que tinha conhecimento de um hipotético ataque dos inimigos, extensivo agora aos portugueses. Apostou num modelo que aproveita as vantagens do lugar, utilizando pedra pobre e sem argamassa, cujo objetivo era apenas proteger as portas. O resto da defesa ficaria a cargo do território acidentado.

Desconhecemos se realmente esse modelo foi implantado, mas o fato é que cerca de um ano depois, a Ribeira Grande sofreu um dos seus maiores assaltos, seguido de saque, tendo sido incapaz de se proteger. Os responsáveis por essa empresa foram precisamente os partidários de D. António Prior do Crato, anteriormente referidos como um dos principais inimigos da dinastia Habsburgo, pois queriam restituir a independência de Lisboa. Com efeito, no dia 13 de janeiro de 1583, o comandante Emanuel Serradas, acompanhado por piratas franceses, desembarcou na vila da Praia e, seguidamente, acometeu a cidade da Ribeira Grande<sup>514</sup>. O resultado foi o roubo de “toda a riqueza” da urbe, principalmente os ornamentos das igrejas, como sendo cruzes e cálices. Para além disso, levaram toda a “artilharia que acharam na fortaleza”.

---

<sup>513</sup> Carte de Diego Florez de Valdez à Filipe II de 24.01.1582, publicado in *Coleccion de Documentos Inéditos Para la Historia de España*, tomo XCIV, pp. 540-544.

<sup>514</sup> Cf. Partidários de D. António em Cabo Verde de 13.01.1583, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 111-118. O ataque à ilha de Santiago não era, inicialmente, o desfecho pretendido. O objetivo seria reunir apoiantes para a causa de D. António Prior do Crato, e organizar, a partir de Cabo Verde e dos Açores, as bases para reconquistar a coroa agora na posse dos monarcas castelhanos. Para isso, o pretendente ao trono português enviou, através de Manuel Serradas, cartas para as autoridades eclesiásticas e civis, informando das intenções de reconquista. No entanto, tal intenção não se concretizou na ilha de Santiago, pois os moradores viam na união dos dois reinos uma oportunidade de expansão comercial para além da costa africana e do Brasil, abrangendo agora as Antilhas e as Índias de Castela. Como vingança, destruíram a urbe e os interesses dos seus ocupantes. Já na ilha do Fogo, a segunda ilha a ser povoada, a armada foi melhor recebida, provavelmente com medo de represálias, pelo que a vila de São Filipe acabou por não sofrer consequências. Mais tarde, os habitantes do Fogo, considerados traidores, receberam carta de perdão de D. Filipe I de Portugal. Cf. Partidários de D. António em Cabo Verde de 13.01.1583, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 111-118; Carta de Perdão aos habitantes do Fogo de 15.11.1583, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 119-122.

Não deixa de ser interessante a referência à existência de uma fortaleza na cidade. Trata-se, possivelmente, de uma construção projetada pelo capitão Diego Flores de Valdez, porque na altura em que foi feita a relação do aparelho militar (1582), não foi mencionada a existência de qualquer fortaleza. Apenas pequenos baluartes costeiros, designadamente os baluartes de Vigia, Ribeira e São Brás. Contudo, pensamos que a referida “fortaleza”, não seria mais do que uma obra com maiores dimensões que os baluartes citados. Esse edifício saqueado terá sido a de Santa Marta, localizada no bairro de São Brás, na margem direita da ribeira, que Cristiano Sena Barcelos frisa na ocasião do ataque perpetuado por Francis Drake em 1585. O mesmo autor sublinha que o pirata inglês encontrou essa construção erguida de pedra solta e mal artilhada<sup>515</sup>.

Dois anos passados após o ataque de Manuel Serradas, a cidade volta a ser destroçada. Desta vez pelos ingleses, liderados pelo comandante Francis Drake<sup>516</sup>. Devido ao curto espaço de tempo entre os dois ataques, é possível que os homens de Drake não tenham lucrado muito com essa empresa, na medida em que a urbe ficou desprovida de riquezas por causa da anterior investida. Contudo, os estragos foram bastante negativos para o lugar, resumindo-se a igrejas, retábulos, altares e casas dos moradores “que se queimaram”<sup>517</sup>.

As reações a esses dois assaltos, que realçaram a precariedade do sistema de defesa e dos soldados da Ribeira Grande, não se fizeram esperar. Em 1586, o Cardeal Alberto, procurando socorrer os moradores da cidade, comunica ao monarca a urgência na “reedificação das igrejas, retábulos e altares que se queimaram”<sup>518</sup>. A nível militar, informa da necessidade de “mandar fortificar o porto da cidade e levantar os baluartes, que na entrada dela estavam”. Seria ainda importante, para além da edificação de um forte na achada “que está mais alto” - lugar que veio a receber, logo em 1587, obras da fortaleza Real de São Filipe -, construir um baluarte no porto de São

---

<sup>515</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 149.

<sup>516</sup> Cf. Mary Frear Keeler, *Francis Drake's West Indian Voyage, 1585-86*, Londres, 1981.

<sup>517</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, 2ª edição, p. 100. Após o ataque à Ribeira Grande, Francis Drake e o capitão Carleill deslocaram até a localidade de São Domingo, a fim de encontrarem alguma riqueza na residência do Bispo D. Bartolomeu Leitão. Tal intento não se concretizou, e em consequência, incendiaram o sítio, bem como a vila da Praia, antes de partirem para outras possessões espanholas na América, no dia 29 Novembro. Cf. *Francis Drake's West Indian Voyage, 1585-86*, Londres, p. 28.

<sup>518</sup> Cf. Carta do Cardial Alberto a el-rei de 08.03.1586, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 133-135.

Martinho, “por onde a primeira vez a esta se entrou na ilha”. Opina igualmente sobre as probabilidades de mudança da capital para a vila da Praia, avançando a esse propósito o seu desacordo, embora reconheça que “a outra parte [Praia] é mais sadia” porque a cidade é “a principal aguada de que se provêm todas as armadas e navios de vossa majestade e de seus vassalos, que fazem rota pelo Cabo Verde”. A melhor aposta seria, para o cardeal, a sua fortificação.

Em 1582, o capitão Diego Florez Valdez, no seu relatório sobre as condições de defesa do aglomerado, já tinha manifestado preferências pela localidade da Praia em detrimento da Ribeira Grande, pois considerava a vila da Praia o “melhor porto e grande, e abrigada de todo o temporal, e lugar donde, se o inimigo se apoderasse, seria senhor da ilha, e podia fazer-lhe forte com muita facilidade e a pouco custo, e é lugar mais sã”. Pelos vistos tais argumentos não convenceram o Cardeal Alberto<sup>519</sup>.

Devido aos fatos expostos, é com naturalidade que analisamos as resoluções adotadas pelas autoridades. Com efeito, logo em 1586, o Cardeal Alberto envia para as ilhas o Capitão Gaspar Luís de Melo (permaneceu poucos dias no território) com o intuito de realizar um estudo de segurança e “fortificação do Cabo Verde”<sup>520</sup>.

Mas foi com o mestre João Nunes<sup>521</sup>, especialista em fortificações, que se conheceu uma nova fase de construções militares, após as estruturas erguidas a partir de 1567 a mando do corregedor Manuel Andrade, e mais tarde pelo capitão Diogo Flores de Valdez (1582). Chegando à ilha de Santiago, em 1587/1588, o fortificador oficial João Nunes, auxiliado possivelmente pelos dados do capitão Gaspar Luís de Melo, ocupou-se imediatamente de conceber o levantamento dos melhores espaços para receber obras militares<sup>522</sup>.

---

<sup>519</sup> Cf. Carte de Diego Florez de Valdez à Filipe II de 24.01.1582, publicado in *Coleccion de Documentos Inéditos Para la Historia de España*, tomo XCIV, pp. 540-544.

<sup>520</sup> Cf. Carta do Cardial Alberto a el-rei de 22.03.1586, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 136-137.

<sup>521</sup> Trata-se, provavelmente, do mesmo mestre que esteve a dirigir as obras da cidade de Tânger, cargo que terá exercido até 1617. Acompanhou ainda, em 1578, o rei D. Sebastião na sua viagem ao Norte de África, juntamente com Nicolau de Frias, António Mendes e Filipe Terzi. Cf. Fernando Pires, *ob. cit.*, p. 205.

<sup>522</sup> Cf. Carta do Cardeal Alberto a el-rei de 12.07.1586, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 140-141.

Na posse, possivelmente, de planos de Filipe Terzi, o mestre-de-obras das ilhas<sup>523</sup> acrescentou, a partir de 1588, ao sistema militar já existente, constituído pelos baluartes de São Brás, da Vigia, de Santa Marta e do Presídio, a fortaleza Real de São Filipe, o forte de São Veríssimo, o forte e porta de São Lourenço, o forte São João dos Cavaleiros e o forte de Santo António. O responsável nomeado pelo rei D. Filipe I, para receber as verbas destinadas às obras, foi António Marques<sup>524</sup>. A 18 de outubro de 1592, somos informados que as obras da fortificação da ilha ainda estavam por acabar<sup>525</sup> o que demonstra uma certa urgência na sua conclusão. Cerca de um ano depois, já estariam praticamente levantadas<sup>526</sup>.

O forte de São Veríssimo, localizado no bairro de São Sebastião e numa altura balizada entre 10 a 20 metros, moldou-se na sua totalidade ao recorte da costa, ostentando por isso mesmo, uma planta poligonal bastante irregular. Enquadrado pelas pequenas construções militares de características marítimas observadas, por exemplo, nos arquipélagos do Atlântico português, mostra dois baluartes direcionados para o porto, situado a oeste, bateria alta, bateria baixa e cortina de tiro. A entrada, que constituía igualmente uma das portas da cidade, fazia-se pelo lado norte, através da qual se estabelecia contacto com duas esplanadas reservadas ao corpo da guarda.

O forte e a porta de São Lourenço, no bairro de São Brás, numa encosta localizada a uma cota de 20 metros de altitude, encontram-se ligados a uma muralha que constituía o limite ocidental da cidade. A nível artístico, a construção ergue-se em planta poligonal irregular devido à sua adaptação fiel à topografia local, e era formada por bateria alta, bateria baixa, alguns cómodos utilizados para o corpo da guarda e porta de acesso rasgada a este. Embora em ruínas, ainda são visíveis partes do

---

<sup>523</sup> A vila da Praia que tinha durante muito tempo, apenas um único baluarte para a proteção do seu largo porto, fato que justifica a preferência dos piratas, aquando do desembarque na ilha antes do ataque, terá recebido trabalhos de remodelação levados a cabo pelo mestre João Nunes. Ainda, como responsável pela fortificação de Cabo Verde, terá deslocado para a vizinha ilha do Fogo, com a intenção de inspecionar os dois baluartes ali existentes pelo menos desde 1582. Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde de 26.01.1582, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. III pp. 97-107; Cf. Carta do Cardeal Alberto a el-rei de 12.07.1586, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 140-141.

<sup>524</sup> Cf. Ilídio Baleno, "Pressões externas: reações ao corso e à pirataria", *ob. cit.*, vol. II, p. 170.

<sup>525</sup> Cf. Carta régia ao capitão de Cabo Verde de 18.10.1592, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 207-210.

<sup>526</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, 2ª edição, p. 105; Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, vol. I, 2ª edição, parte I, p. 193.

baluarte, das quais se destacam o alto e forte muro exterior<sup>527</sup> e o arco abatido que formava a porta, de razoáveis dimensões, construída esta com ladrilhos de cerâmica, rebocada com argamassa de cal e também de barro.

Quanto aos fortes de São João dos Cavaleiros e de Santo António, o primeiro desaparecido e o segundo em ruínas, encontravam-se a oriente da cidade, relativamente longe do porto e constituíam, a par dos baluartes do Presídio e do São Brás, estruturas muito reduzidas, marítimas e com pouca capacidade de fogo.

Embora na cidade da Ribeira Grande tenha sido instalado um programa de defesa nos finais do século XVI, este nem sempre foi capaz de resistir de forma eficaz aos constantes ataques, de que são exemplos os de 1598<sup>528</sup>, de 1613<sup>529</sup> e de 1628<sup>530</sup>, todos levados a cabo por esquadras holandesas. É interessante constatar que durante esse período, os assaltos diretamente efetuados contra as povoações diminuíram, não obstante o aumento considerável de navios holandeses nas águas territoriais cabo-verdianas<sup>531</sup>. A rota era o Brasil.

### III.2.2. A Fortaleza Real de São Filipe

#### III. 2.2.1. História e Crónica Construtiva

A fortaleza Real de São Filipe constitui uma das grandes obras arquitetónicas levantadas em Cabo Verde durante o período filipino, tendo como responsável o

---

<sup>527</sup> Nos últimos anos de 1960 o pano oeste foi cortado ao meio, para dar lugar a estrada que estabelece o contacto entre a cidade e a localidade de Santa Marta, colocando em perigo a estrutura, pois, ficou praticamente suspenso na encosta. Para resolver esse problema, foi, nos finais dos anos noventa, construído um muro de contenção, localizado junto à estrada.

<sup>528</sup> Cf. Sentença contra Manuel Moreno de 20.10.1598, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 433-439.

<sup>529</sup> Cf. Carta do padre Sebastião Gomes ao Provincial de Portugal de Outubro de 1613, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 511-542.

<sup>530</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 212. Nessa ocasião, os holandeses chegaram mesmo a ambicionar edificar uma fortaleza, sendo expulsos por uma companhia de milícias que se organizou, liderados pelo soldado Luís de Olivares.

<sup>531</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, pp. 138-139.

arquiteto-engenheiro João Nunes, sendo, contudo, o projeto inspirado provavelmente em desenhos de Filippo Terzi<sup>532</sup>.

Iniciada por volta de 1587 e concluída possivelmente em 1593<sup>533</sup>, esta estrutura foi edificada num lugar cimeiro que permitia uma visão estratégica de todo o território limítrofe, incluindo a área terrestre e a área marítima. Em 1586, a escolha da localização já havia recaído “no lugar da Achada que está mais alto que a cidade e é o caminho que vai desde porto para ela [Achada]”<sup>534</sup>.

De acordo com Sena Barcelos, logo nos finais do século XVI (1596) a fortaleza foi capaz de combater piratas ingleses que tencionavam roubar cinco navios aportados na cidade. Por essa ocasião, a construção tinha cinco bombardeiros que auferiam de um salário de cerca de 20 mil réis ano e o capitão já residia na fortaleza<sup>535</sup>. Quem chegou também a residir na fortaleza, mas temporariamente, foi a missão jesuíta, quando começou a trabalhar na ilha, pois para os religiosos a zona de implantação do forte era mais “eminente, bem arejado e sadio”, em comparação com o resto da cidade. Para melhorar a estadia, os religiosos edificaram “logo uma capela para dizer missa e administrar sacramentos”<sup>536</sup>. Tratava-se certamente de um pequeno templo, construído com materiais pobres e da terra e sem qualquer ligação com a ermida de São Gonçalo, erguida no interior da fortaleza, visto não ser um dos santos devotos dos jesuítas<sup>537</sup>. Tais dados demonstram que, pelo menos nessa data, o edifício militar encontrava-se organizado e com algumas infraestruturas de auxílio.

Em 1605, D. Filipe II recomenda ao novo governador das ilhas, Francisco Correia da Silva (c. 1606-1610), fidalgo da casa do rei, que ao aportar na cidade da Ribeira

---

<sup>532</sup> Cf. Filippo Terzi, arquiteto e engenheiro italiano que viu os seus serviços contratados por D. Sebastião em 1576, seguiu no ano seguinte, na companhia do monarca, para Alcácer onde foi preso, juntamente com outros arquitetos, entre os quais Nicolau de Frias e João Nunes. Em 1579 já estaria de volta ao reino, chegando a receber na altura 20 réis. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. III, p. 93-101; Rafael Moreira, “A arte da guerra no Renascimento”, *in ob. cit.*, p. 155.

<sup>533</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, p. 105. Sabe-se por carta régia de 1592, dirigida ao capitão Brás Soares, que a fortaleza e as outras construções de cariz militar estavam ainda inacabadas. Cf. Carta régia ao capitão de Cabo Verde de 18.10.1592, publicada in MMA, 2ª série, vol. III, pp. 207-210.

<sup>534</sup> Cf. Carta do Cardeal Alberta a el-rei de 08.03.1586, publicada in MMA, 2ª série, vol. III, pp. 133-135.

<sup>535</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 167.

<sup>536</sup> Cf. Carta do padre Baltasar Barreira ao provincial de Portugal de 22.07.1604, publicada in MMA, 2ª série, vol. IV, pp. 41-49.

<sup>537</sup> Sobre essa problemática consultar o artigo de Fausto Sanches Martins, “Culto e devoções das igrejas jesuítas” in *Espiritualidade e Cultura*, Porto, vol. I, FL-UP, 2004, pp. 90-115.

Grande fizesse um inventário das coisas necessárias para o bom funcionamento da defesa, designadamente a verificação de estruturas danificadas (visando a sua reparação), dos armazéns e tercenas e da artilharia. Esse relatório deveria ser entregue ao antigo governador Fernão de Mesquita Brito (c. 1602-1605) que estava de viagem para a metrópole. Notifica ainda ao novo governador que residisse “continuadamente na cidade de Santiago [Ribeira Grande]” e que pusesse dentro da fortaleza todos os equipamentos que fossem precisos para a sua defesa, nomeadamente para “habitação do capitão e soldados”, embora tivesse informação credível de que a construção estava “toda acabada”<sup>538</sup>. Está-se perante um documento que nos mostra a preocupação do monarca Ibérico relativamente à situação de defesa da cidade, acabando por refletir a importância do território, ao deixar indicações claras a serem adotadas, com vista à salvaguarda dos interesses da ilha de Santiago.

Em 1606, a fortaleza principal da colónia é classificada de “bom tamanho e bastante provida e fabricada de boas casas de pedra e cal”<sup>539</sup>.

Nos anos seguintes, a fortaleza passou a necessitar constantemente de reparos e remodelações, fato que indica as fragilidades construtivas e de manutenção da estrutura militar. Daí que, em 1610<sup>540</sup> e 1612 fosse recomendável a continuação de obras no edifício<sup>541</sup>. Em carta datada de 1619, o governador de Cabo Verde, Francisco de Moura salientava que a fortaleza “está muito arruinada, por ser [...] de pedra e barro”. Para a correcção desse problema, o governador aplicou cal, com a qual “reformou um lanço de muro da banda do mar [sul] e se reparará o que mais poder ser”. Tencionando resolver a situação da carência de cal, material fundamental na edificação das estruturas defensivas e não só, Francisco de Moura manda “fazer na ilha, fornos de cal” e o armazenamento de muita pedra<sup>542</sup> “para continuar a obra”.

---

<sup>538</sup> Cf. Regimento do governador de Cabo Verde Francisco Correia da Silva de 09.11.1605, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 81-87.

<sup>539</sup> Cf. Daniel Pereira, *in ob. cit.*, 2ª edição, p. 113; Relação da Costa da Guiné de c. 1606, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 160-161.

<sup>540</sup> Cf. Ficou estabelecido, a pedido da câmara, entregar para a fortificação, 600 réis anuais. Consulta do Conselho da Índia de 19.08.1610, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 637-639.

<sup>541</sup> Cf. Carta régia sobre Cabo Verde de 28.09.1612, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 493.

<sup>542</sup> Nota-se, atualmente, que a área de implantação da fortaleza é marcada por uma grande quantidade de pedra de várias qualidades, dos quais se destacam pedra vermelha e negra.

Relata ainda que os 1000 cruzados destinados à empresa são manifestamente poucos<sup>543</sup>.

A reforma da fortaleza, levada a cabo pelo governador Francisco de Moura, é confirmada na mesma data pelo cabido de Cabo Verde, ao afirmar que logo que chegou à ilha, o governador “ocupou em fortificar e reparar a fortaleza [da] cidade, por ser de pedra e barro e estar arruinada”, empenhando-se pessoalmente, e com o apoio dos moradores, em carregar grande quantidade de pedras destinadas às construções dos baluartes. Reformou igualmente as vigias de fora<sup>544</sup>. É curioso verificar que para esses trabalhos não era necessária a presença de um arquiteto pois o edifício encontrava-se “traçado por João Nunes que el-rei mandou para a sua construção”<sup>545</sup>.

Embora o governador Francisco de Moura tenha realizado grandes obras na fortaleza, no parecer de Francisco Leitão, redigido no ano de 1624, a cidade carecia de verbas para apostar nas infraestruturas necessárias para defesa dos moradores e dos seus bens<sup>546</sup>. Pela análise do conteúdo do documento pode-se deduzir que o processo de degradação da fortaleza foi bastante acelerado, fato que levanta duas hipóteses: ou houve ausência de adequada manutenção, ou então a qualidade das obras efetuadas em 1619 não foram as melhores. Inclino-nos para a primeira opção, pois era problemático encontrar especialistas em ofícios em Cabo Verde, e os materiais eram escassos e caros. Nesse sentido, o governador Francisco Moura trouxe da metrópole cal para a fábrica da fortaleza Real de São Filipe.

Nos finais dos anos 30 do século XVII, o governador de Cabo Verde, Jerónimo Cavalcanti de Albuquerque informava ao monarca que, para um projeto da dimensão da fortaleza, com “quatro redutos”, não ter “nenhum artilheiro prático” era preocupante. Afirma ainda que os baluartes do complexo encontravam-se todos arruinados, a artilharia inutilizada, os reparos eram velhos e podres e as baterias não

---

<sup>543</sup> Cf. Carta do governador de Cabo Verde a el-rei D. Filipe II de 11.07.1619, *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 631-635.

<sup>544</sup> Cf. Certidão do cabido de Cabo Verde de 11.07.1619, *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 636-637.

<sup>545</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 193; Consulta do Conselho da Índia de 19.08.1610, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 637-639.

<sup>546</sup> Cf. Parecer de Francisco Leitão de 23.01.1624, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 14-17.

tinham esplanadas<sup>547</sup>. A verdade é que a partir dessa época, o edifício entra numa fase de contínua degradação e desvalorização.

Assim sendo, numa imagem relativa à cidade da Ribeira Grande, datada de 1646, é visível na fortaleza a casa do governador e um outro cómodo, possivelmente a capela de São Gonçalo, e partes da construção em ruínas, nomeadamente, no lanço que se encontra virado para o tecido urbano.

Mais para o final do século XVII, Duplessis afirma ter dúvidas se o forte funcionava, e que as autoridades locais a deixaram “a fim de intimidarem os piratas”<sup>548</sup>, fato que demonstra o impacto visual que a obra causava na paisagem, igualmente observável, por exemplo, na imagem da cidade, publicada em 1671 na obra de Olgilby<sup>549</sup>. Duplessis representa ainda, através de uma planta que concebe da cidade, a fortaleza completamente em ruínas, sendo visível a interrupção dos panos de muralhas e os espaços reservados ao governador e capela. Tal declaração e plano são bastante esclarecedores da incapacidade militar dessa infraestrutura nesse período de profunda crise económica.

Mesmo assim, em 1702, o governador D. António Salgado mandou consertar “duas ruínas grandes que tinha na cortina que olha para a cidade e fazer portas para o portado que dá para a campanha”. Reparou o pano de muralha junto à porta da cidade, feita de madeira do Brasil, aumentando a largura que era de “três palmos de grosso” para “largura de dez palmos”. Para tal, teve de construir duas paredes novas, de oito a doze palmos, de pedra e cal, recebendo parapeitos por cima para a defesa da referida porta. Na altura, a fortaleza ficou com oito peças montadas em carretas, recentemente consertadas<sup>550</sup>.

No ataque de 1712, comandado pelo francês Jacques Cassard, a construção ficou praticamente em ruínas, sendo queimadas, segunda Cristiano Sena Barcelos, a casa da pólvora e um dos baluartes. Por ocasião desse assalto que resultou em

---

<sup>547</sup> Cf. Carta do Governador de Cabo Verde a el-rei de Portugal de 20.12.1638, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 330-332.

<sup>548</sup> Cf. *Relation Journalizee d'un Voyage Fait en 1699 aux Isles du Cap Vert*, p. 62.

<sup>549</sup> Cf. John Olgilby, «America being the latest, and most accurate description of the New World; containing The Original of the Inhabitants, and the Remarkable Voyages thither (...), London, 1671, p. 111. Disponível em <https://archive.org/details/America00Ogil>.

<sup>550</sup> Cf. AHU, Cabo Verde, cx. 9 doc. 24-A.

consequências graves a todos os níveis para a Ribeira Grande, o governador das ilhas, José Pinheiro da Câmara<sup>551</sup> foi acusado de desleixo, porque não havia água na fortaleza e nem alimentos armazenados, realidade que, em caso de cerco, poderia comprometer a defesa. Apresentava ainda carências nos parapeitos e nos reparos<sup>552</sup>.

A partir de 1712, a fortaleza entra definitivamente em declínio, acompanhando a tendência da cidade. Com efeito, em 1718, “as casas da Fortaleza Real de São Filipe achavam-se todas por terra”, incluindo a residência do governador, pois o governador Serafim Teixeira Sarmiento de Sá propunha a realização de trabalhos para reformar uma casa que servisse de habitação condigna aos governadores<sup>553</sup>. Contudo, em 1722, é erigida, no forte principal, uma cisterna também denominada de castelo, por iniciativa do governador António Vieira. Para o seu fabrico foram empregados 10 000 tijolos, enviados pelo rei D. João V. O mesmo monarca chegou a armar a construção militar com seis peças de artilharia de ferro, calibre 12 e os respetivos reparos<sup>554</sup>.

Em 1764, a fortaleza era descrita pelo governador Bartolomeu de Sousa Brito Tigre, como sendo uma construção arruinada. A ermida de São Gonçalo estava arrasada e nove casas não tinham portas ou tinham sido arrombadas<sup>555</sup>. Na reprodução da planta da cidade da Ribeira Grande realizada pelo engenheiro António Carlos Andreis, é apresentada uma leitura bastante deprimente do estado da fortaleza Real de São Filipe em 1769. A construção é referida como estando sem parapeitos, totalmente arruinada e os quartéis destruídos.

No ano seguinte, o mesmo autor produz uma nova planta<sup>556</sup>, agora especificamente sobre a fortaleza, onde alude ao estado de conservação dos diferentes espaços da obra, bem como dos materiais e dos valores necessários para execução dos trabalhos: o meio baluarte do norte precisa de ser reforçado com

---

<sup>551</sup> Por não fazer a devida defesa da cidade da Ribeira Grande e da Praia, foi deposto pelo Rei D. João V e remetido preso para Lisboa. Cf. Iva Cabral e Maria João Soares, *ob. cit.*, vol. III, p. 417.

<sup>552</sup> Cf. Relatório infausta da expugnassem das fortalezas e cidade de Santiago do Cabo Verde de 05.05.1712, publicado in Daniel Pereira, *ob. cit.*, 2ª edição, pp. 229-349.

<sup>553</sup> Cf. AHN, Livro nº 42 ... fls. 56v e 57.

<sup>554</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, p. 423. Sabe-se que qualquer conjunto de defesa não passaria sem uma infraestrutura do tipo, pelo que se deve admitir a hipótese de estarmos perante uma nova construção, possivelmente mais moderna e com maiores capacidades de armazenamento de água potável, visando a guarnição da fortaleza.

<sup>555</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 41.

<sup>556</sup> Engenheiro António Carlos Andreis, *Fortaleza Real da cidade da Ribeira Grande da Ilha de Santiago de Cabo Verde*, AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 120.

cascalhos; os parapeitos do baluarte de leste precisam ser levantados; o meio baluarte sul precisa de parapeitos no lado esquerdo; o baluarte de oeste ameaça ruína; o sobre arco da porta principal ameaça ruir; a ermida de São Gonçalo encontra-se renovada; a cisterna está em muito bom estado; o alojamento do governador renovado; os quartéis da guarnição, o calabouço e o corpo da guarda estão completamente arruinados; os armazéns de pólvora e as munições de guerra e de boca resumem-se a ruínas; e o muro de pedra solta encostado ao precipício que desce à cidade e que tinha 480 palmos de alto, precisa de ser renovado de pedra e cal. Acresce também, dado negligenciado na planta, que a cortina norte se apresentava parcialmente caída, fato que é sublinhado por Cristiano Sena Barcelos<sup>557</sup>. Todos esses trabalhos ficariam por um valor estimado de 1 187 350 réis.

Por volta de 1778, o citado engenheiro publica mais duas plantas da fortaleza Real São Filipe<sup>558</sup>, e através delas faz uma reflexão do estado da construção. Salienta que o pano de muralha, situado entre o baluarte este e o meio baluarte norte, havia sido reedificado pelo governador Joaquim de Salema Saldanha Lobo (1768-1777). Por sua vez, a ermida de São Gonçalo e casa do governador, foram reparadas pelo governador Bartolomeu de Sousa e Brito Tigre (1764-1766). Em sentido contrário, os quartéis, o calabouço, o corpo da guarda, os armazéns, munições de guerra e de boca estavam totalmente destruídos havia já 40 anos, ou seja desde 1738. Na planta ainda é visível a condição de degradação do baluarte sul, erguido junto da porta principal, não observado na planta de 1769.

Os relatos que se seguem sobre essa infraestrutura militar, até à sua reabilitação iniciada pelo arquiteto Luís Benavente nos anos 70, são precisos quanto à deterioração da fortaleza Real de São Filipe. Com efeito, em 1796, o governador Teixeira Carneiro sublinhava que a “bela fortaleza Real achava-se aberta, com seis peças de artilharia e os baluartes com trinta diferentes calibres, mas todas cobertas de ferrugem”<sup>559</sup>. Em 1832, Charles Darwin referia que Ribeira Grande exibia “uma grande

---

<sup>557</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 73.

<sup>558</sup> Engenheiro António Carlos Andreis, *Planta da Fortaleza Real da cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago em Cabo Verde*, AHU, Cartografia Manuscrita, 024, D. 125; *Planta da Fortaleza Real da cidade da Ribeira Grande na Ilha de Santiago de Cabo Verde*, AHU, Cartografia Manuscrita, 024, D. 127.

<sup>559</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 119.

ruína de uma fortificação”<sup>560</sup>. Em 1841, o engenheiro José Conrado Carlos de Chelmicki salientava que a “fortaleza real encontrava-se arruinada e algumas peças de ferro, sem reparos, encravados desde o tempo do saque dos Franceses [1712] ”<sup>561</sup>.

A consciência da necessidade de apostar no restauro do edifício, depois de anos de total abandono, surge por volta de 1921, quando o governador Filipe Carlos Dias de Carvalho não só proíbe a destruição dos monumentos da agora Cidade Velha como incentiva a conservação desse património junto dos Serviços das Obras Públicas, altura em que os panos da fortaleza continuavam a ceder<sup>562</sup>. É nesse quadro que em 1960, o arquiteto José Luís Amorim, pertencente à direção dos Serviços de Urbanismo e Habitação, efetua obras de consolidação da construção<sup>563</sup>. Foram realizados trabalhos concretamente nas muralhas, no baluarte este, na porta principal e nas áreas fronteiriças, tendo sido respeitados os elementos antigos e a integração foi harmónica<sup>564</sup>.

Entre finais dos anos 60 e princípios dos anos 70, a fortaleza conheceu, sob a orientação do arquiteto Luís Valente, obras de melhoria, nas muralhas e nos edifícios internos. O objetivo final era converter a estrutura numa pousada de juventude<sup>565</sup>. Para finalizar o percurso histórico da Fortaleza Real de São Filipe, também designada de cidadela, convém salientar que ao longo da década de 90, ela sofreu vários trabalhos de restauro e o resultado é o seu excelente estado de conservação.

### III. 2.2.2. Arquitetura

A fortaleza Real de São Filipe, o mais imponente edifício militar alguma vez erguido em Cabo Verde, eleva-se num dos pontos mais altos da cidade da Ribeira

---

<sup>560</sup> Cf. Charles Darwin, *ob. cit.*, p. 22.

<sup>561</sup> Cf. José Conrado Carlos de Chelmicki, Francisco Adolfo de Varnhagen, *ob. cit.*, tomo I, p. 66.

<sup>562</sup> Cf. Jaime Figueiredo, “A Fortaleza Real de São Filipe e o seu Restauro”, in *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, nº 113, Ano X, Fevereiro de 1959, p. 14.

<sup>563</sup> “Fortaleza Real de São Filipe” consultado em [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) a 15.06.2014. Cf. Jean-Pierre Wiczorek, *ob. cit.*, pp. 70-79.

<sup>564</sup> Cf. Jean-Pierre Wiczorek, *ob. cit.*, pp. 74-79.

<sup>565</sup> Cf. José Manuel Fernandes, “Luís Benavente e as Fortalezas de África (1956-1973)”, in *ob. cit.*, pp. 46-50.

Grande. É uma construção que ocupa um perímetro de 474 metros e uma área aproximadamente de 6000 m<sup>2</sup><sup>566</sup>.

Se é desconhecida a existência dos planos iniciais da construção da fortaleza fundada e erigida entre 1587 e 1593, é de destacar que, a partir das primeiras representações, a aparência é praticamente idêntica, pelo que se pode admitir que o aspeto do edifício hoje é o mesmo dos finais do século XVI. A título exemplificativo, cita-se a planta da cidade de Duplessis (1699), a planta da cidade e dos fortes de Santiago de autor anónimo (c. 1749) e os planos do engenheiro António Carlos Andreis (1769-1778). Nelas, vê-se uma estrutura de planta poligonal irregular, do tipo abaluartado, com dois baluartes completos e dois meio-baluartes.

O baluarte de orelhões, localizado na zona NE, denominado de São Gonçalo, que perfaz um ângulo saliente entre as cortinas norte e este, é o mais regular e o mais forte de todos. Trata-se de uma estrutura que exhibe várias canhoneiras entre os merlões, uma em cada flanco e três em cada face. O baluarte situado a SO, designado de São Bento, é bastante irregular e não apresenta merlões, nem canhoneiras. Os dois meios baluartes estão localizados nos extremos da construção, um a norte, com três canhoneiras e outro a SE.

A fortaleza possui apenas canhoneiras no alto e não são visíveis canhoneiras rasgadas no corpo das muralhas, mais precisamente nos baluartes, isto é, casamatas, para proteger as cortinas, dado que deixa entender uma certa evolução da construção, pelo menos nesse aspeto, visto que essa solução foi encontrada já no século XVII<sup>567</sup>. Pode contudo tratar-se, não propriamente de uma evolução técnica, mas antes de uma solução de adaptação às condições climáticas oferecidas pelo território, que era muito quente, pelo que lugares fechados poderiam originar ares nada saudáveis para

---

<sup>566</sup> Jorge de Juan Ares, Yasmina Cáceres Guitiérrez, “Restabelecimento do Passado: I Investigações Arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe”, *in ob. cit.*, p. 133.

<sup>567</sup> Cristóbal de Rojas, que esteve em Itália, através da sua obra intitulada *Teórica y Practica de fortificación*, datada de 1598, utiliza esse elemento que veio a ser empregado durante os primeiros anos de seiscentos, principalmente nos fortes construídos a mando de Filipe II na América, de entre os quais o baluarte de São Domingues, integrado nas muralhas de Cartagena das Índias, Colômbia. Graziano Gasparini, Giorgio Antei, *ob. cit.*, p. 40; Cristóbal de Rojas, *Teórica y Practica de fortificación*, Madrid, 1598, p. 39. Em Portugal, por exemplo, a fortaleza de São João Baptista, ilha Terceira, Açores, começada em 1594 e terminada depois de 1617, exhibe esse sistema.

os soldados. A esse fato, deve-se acrescentar o excesso de humidade carregada de pólvora e enxofre.

A fortaleza Real de São Filipe foi implantada num dos poucos espaços da cidade da Ribeira Grande, onde era possível a sua construção, tendo em conta a sua dimensão e função pretendida. Trata-se de uma infraestrutura militar que se soube adaptar de forma racional ao terreno e às situações que ambicionava defender, tendo-se instalado no espaço escolhido logo em 1586<sup>568</sup>. Obedecendo às características topográficas e funcionais, a fortaleza expõe duas fachadas viradas para a cidade e duas viradas para a área da campanha, sendo que ao longo do seu perímetro é visível um cordão em relevo pouco acentuado.

A fachada sul, perfeitamente observável do mar - como mostram, por exemplo, as representações iconográficas do atlas Blaeu (c. 1646), e de Duplessis (1699) – é a mais extensa e retilínea de todas e encontra-se direcionada ao burgo, mais precisamente virada para o bairro de São Sebastião. É constituída por um longo desenvolvimento horizontal, pelo meio baluarte, pelo baluarte de São Bento e pelo portão principal. Por sua vez o alcance visual chegava a todas as direcções da urbe. Em termos do desempenho defensivo, era eficaz, não pelo aparelho construtivo que se apresentava denso porém de altura reduzida, mas porque ficava numa cota elevada, dificultando as ações das tropas inimigas.

A fachada oeste, inserida na borda de um terreno muito acidentado e direcionada para a ribeira Maria Parda, apresenta um volume construído de pedra solta, bastante reduzida e desprotegida, dispensando artilharia em consequência do seu bom enquadramento e aproveitamento da paisagem natural pois este seria o último reduto que o inimigo queria assaltar: tendo em conta a tecnologia militar utilizada à época, era inatacável. A partir dela poderia alcançar-se todo o espaço fronteiriço da ribeira e espaços envolventes.

As fachadas mais fortes estavam situadas nos pontos menos protegidos pela geografia e condições do terreno. Assim sendo, os lados virados para uma grande planície, e por isso suscetíveis a ataques terrestres diretos resultantes de

---

<sup>568</sup> Cf. Carta do Cardeal Alberta a el-rei de 08.03.1586, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 133-135.

desembarques noutros pontos da ilha, principalmente na vila da Praia<sup>569</sup>, apresentam o sistema de polígonos dominados por muros mais altos e robustos. A fachada este exhibe um baluarte cujos flancos e faces se afastam das cortinas para reforçar a defesa no ângulo mais exposto, protegendo os planos superiores. A outra fachada, localizada a norte, mostra praticamente a mesma imponência.

Nesta área, por estar mais exposta, foram construídas obras exteriores, essencialmente um fosso seco, hoje coberto, e um antemuro ou barbacã e uma espécie de dois revelins com flancos frontais às cortinas, para dificultar a aproximação à fortaleza, do qual só restam alguns vestígios<sup>570</sup>. A primeira representação correta desse elemento, reservado a uma primeira defesa, é visível no plano do engenheiro António Carlos Andreis em 1778 e no plano do arquiteto Luís Valente<sup>571</sup>, possivelmente feito a partir trabalho do engenheiro do século XVIII. Está-se perante uma estrutura paralela aos baluartes e irregular face às cortinas da construção, diferente da aparência estrelada concebida nos planos anteriormente a 1778. A esse propósito pode-se citar a planta da cidade da Ribeira Grande, publicada por volta de 1749 e de autoria desconhecida, e a de 1769, produzida pelo citado engenheiro.

A fortaleza Real de São Filipe apresenta apenas duas portas habilitadas para cavalgadas, às quais se soma a porta da cidade, localizada no exterior da construção. As portas de comunicação entre o exterior e o interior encontram-se situadas nos vértices noroeste e sudoeste (mais trabalhada) e constituem pontos de proteção e fuga. Estilisticamente, essas aberturas inserem-se na mesma linguagem das portas da Sé da cidade, sendo obras do século XVII ou XVIII. Trata-se de portas de linhas retangulares e de verga reta com cobertura em laje plana e com jambas de cantaria de calcário.

A porta sudoeste, a mais importante por ser uma estrutura incluída numa cortina frágil e baixa, expõe um conjunto de funções de penetração e de segurança

---

<sup>569</sup> Os exemplos mais referenciados são os já sublinhados assaltos de Emanuel Serras (1583) e de Jacques Cassard (1712).

<sup>570</sup> Graças as escavações arqueológicas levadas a cabo pela cooperação espanhola, nos finais da década de 90 do século XX, ficou parte da estrutura à descoberto.

<sup>571</sup> Carlos Garcia Peña, "A Fortaleza Real de São Filipe, Chave da Defesa do Arquipélago de Cabo Verde", *in ob. cit.*, p. 100. Arquiteto Luís Benavente, Planta da fortaleza Real de São Filipe (c. 1967), IAN/TT.

militar: pequeno túnel abobadado; instalações próximas para abrigar os quartéis de guarnição; prisão; casa da guarda; e finalmente o baluarte de São Bento<sup>572</sup>. A largura do vão da porta é de 1,32 metros e a altura fica pelos 2,42 metros.

A porta noroeste encontra-se amparada pelo meio baluarte norte, por uma guarita e pelo antemuro que lhe fica defronte. Essa porta apresenta um vão de 1,10 metros de largo e 2,1 metros de altura. Ainda são visíveis o lintel em cantaria lavrada original, entretanto sobreposta por pedra calcária, resultante das intervenções do arquiteto Luís Valente nos finais dos anos 60 e princípios dos anos 70<sup>573</sup>.

A porta da cidade, protegida por uma guarita e exterior à construção, encontra-se inserida no prolongamento da fachada exposta para a cidade, mais especificamente junto ao meio baluarte sul. Está patente, nessa porta, uma linguagem arquitetónica curiosa: na parte correspondente ao interior e voltada para a urbe, o vão é rematado por um arco de asa de cesto; e no lado exterior, direcionado para a grande planície, o vão é trabalhado a partir de um arco de volta plena. Ambos são de ladrilho.

No interior desse conjunto militar, na grande esplanada, algo escarpada, encontra-se, praticamente à mesma cota, a ermida de São Gonçalo, a residência do governador, quartéis de guarnição, casa da guarda, prisão e armazéns de pólvora que se apresentam como vestígios arqueológicos. Assinala-se ainda a cisterna e os baluartes, com os seus respetivos acessos.

A ermida de São Gonçalo, uma obra reconhecida nos planos da fortaleza realizados nos finais do século XVIII pelo engenheiro António Carlos Andreis, encontra-se encostada à residência do governador e estabelece contacto com esta a partir de um vão que se rasga a sul. Nas representações do referido engenheiro é visível que o altar, que deveria acolher o Santo, estava orientado a este, fato constatado ainda hoje pelas ruínas e pelas inspeções arqueológicas. O templo exibia uma planta retangular muito elementar, de reduzidas dimensões, com 5,10 metros de comprimento e 3,65 metros de largura, ocupando uma superfície de 18,5 m<sup>2</sup>. Pelas marcas no solo, concluiu-se que o chão era em ladrilho.

---

<sup>572</sup> Era muito comum atribuir denominações de santos às portas das fortalezas, e na da Ribeira Grande é desconhecido se terá uma designação. No entanto, a porta principal da obra, por estar nas proximidades do baluarte São bento, é possível que tivesse essa mesma designação.

<sup>573</sup> Cf. José Manuel Fernandes, *ob. cit.*, pp. 46-50.

Encostado à cortina sul, foi reconstruído, durante as obras de restauro efetuadas pelo arquiteto Luís Valente, nos anos 70, um muro que se ergue a partir das fundações dos edifícios relativos à casa do governador e da guarda, quartéis e prisão. Em consequência, torna-se difícil reconhecer a aparência inicial da área sul, com exceção do pano mais a este, que preserva remanescentes originais<sup>574</sup>.

A casa do governador ocupava, segundo os trabalhos arqueológicos de 1996 (contrariando os planos da fortaleza de 1770 e de 1778), quatro divisões correspondentes a um quarto, uma sala grande, uma antecâmara e um vestíbulo. O primeiro espaço, um quadrado com cerca de 5,40 por 5,50 metros, ocupa uma área próxima dos 30 m<sup>2</sup>. O segundo compartimento era a grande sala, sítio onde o governador recebia os seus principais convidados e resolvia os assuntos oficiais. De planta retangular, exibia de comprimento 11,4 metros e de largo 4 metros. Apresenta duas aberturas, uma a oeste e outra a este. Seguem-se duas zonas de secção quadrada, ambas de 16 m<sup>2</sup> e de 4 metros de lado: a antecâmara, com dupla porta nos extremos oeste e este; e o vestíbulo que mostra uma porta a norte e uma outra a este, que estabelecia a ligação com a antecâmara<sup>575</sup>.

A acompanhar os cómodos da residência do governador observa-se a zona destinada aos quartéis. Através dos vestígios arqueológicos e das ruínas, pode-se verificar uma área que ocupa 117,9 m<sup>2</sup>, distribuídos entre quartel, aposentos, cozinha e vestíbulo.

Praticamente no centro do conjunto, e a norte do complexo, ocupado pela residência do governador e dos quartéis, encontram-se os depósitos de munições e artilharia. Nesse sítio, é possível distinguir três recintos. Assim, e no sentido oeste para este, observa-se, em primeiro lugar, um paiol de secção retangular de 9,75 metros de comprimento e 4 metros de largura, ocupando uma superfície de 39 m<sup>2</sup><sup>576</sup> e um outro paiol, mais pequeno e quadrado – de 4,5 metros de lado a lado –, em segundo lugar.

---

<sup>574</sup> Cf. Jorge de Juan Ares, Yasmina Cáceres Guitiérrez, “Restabelecimento do Passado: I Investigações Arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe”, *in ob. cit.*, p. 135.

<sup>575</sup> Cf. Jorge de Juan Ares, Yasmina Cáceres Guitiérrez, “Restabelecimento do Passado: I Investigações Arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe”, *in ob. cit.*, pp. 140-141.

<sup>576</sup> Durante as escavações de 1996 foram descobertos restos de balas de mosquete, dado que evidencia a sua função de paiol e que corrobora com as plantas do século XVIII. Cf. Jorge de Juan Ares, Yasmina Cáceres Guitiérrez, “Restabelecimento do Passado: I Investigações Arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe”, *in ob. cit.*, pp. 143.

Em ambos os casos, os vãos rasgam-se a norte. O terceiro compartimento não apresenta qualquer abertura para aceder ao seu interior, pelo que se pode deduzir que estaria colocado num patamar elevado e erigido em madeira e com carácter móvel, colocado a norte, e era reservado a armazém de pólvora, como atestam as informações de Setecentos.

Junto ao recinto onde se elevam os paióis e o armazém, e no centro da praça de armas e por isso um lugar acessível a todos, funda-se a cisterna da fortaleza. Trata-se de uma construção de configuração circular de 6,5 metros de diâmetro, com cúpula igualmente circular edificada em alvenaria de pedra irregular e rematada por um pequeno pináculo. Ao nível da base, observa-se uma estrutura envolvente em relevo alto assumindo o papel de estabilizador de toda a construção. O acesso ao interior é feito por uma porta de verga reta, emoldurada no seu módulo superior por ladrilhos de cerâmica e no módulo inferior por pedra basáltica irregular. O remate da porta ostenta uma camada de barro em relevo alto. Por sua vez, o acesso a essa entrada faz-se através de dois degraus de secção retangular.

A partir deste ponto, depara-se com um lanço de escada interior, antes com degraus feitos em calcário, com 0.55 metros de espessura, que acompanhava o seguimento das paredes da construção, mas actualmente de madeira, estabelecendo contacto com o chão da cisterna, feito de ladrilho. Já a abobada interior é revestida de tijolo com juntas argamassadas.

A cisterna descrita no plano anterior recebia as águas pluviais através de um corredor, ainda visível, que partia da zona norte do conjunto e entrava por uma pequena cavidade quadrada. Antes de ser depositada no tanque, que teria boa capacidade de armazenagem<sup>577</sup>, passava por um processo de filtragem localizado na base do edifício e anterior à pequena cavidade. Nas realizações planimétricas de 1770 e 1778 vê-se que o canal de captação de águas pluviais se prolonga até à porta noroeste.

A cisterna, de planta circular, é semelhante a estruturas edificadas na Península Ibérica desde a época do domínio islâmico, originárias da arquitetura romana, como

---

<sup>577</sup> Uma das causas apontadas para a pouca resistência da fortaleza, na altura do assalto de Cassard, foi a ausência de água na cisterna. Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.* p. 136.

são os exemplos do castelo de Salobrenha, em Granada, do castelo de Alcácer de Marchena de Carmona, em Sevilha e do castelo de Zafra, em Guadalajara. Contudo, é na cisterna circular do castelo de Cordovés de Castro del Rio, que é visível o modelo mais interessante, o qual exhibe a técnica de cobertura realizada em enfiamentos de tijolos, igualmente observável no reservatório da Ribeira Grande<sup>578</sup>.

Encostado ao muro oeste, é visível uma estrutura, disposta em três quadrados que terão correspondido ao corpo da guarda, a crer-se na representação em planta de 1770, e não de 1778.

O acesso às partes mais elevadas do conjunto militar, nomeadamente aos baluartes e às zonas de tiro, faz-se por intermédio de rampas e escadas. O baluarte de São Gonçalo, por exemplo, é ligado à praça de armas através de uma grande rampa reservada ao transporte de artilharia. Outro acesso faz-se ainda a partir de uma escada secundária<sup>579</sup> que estabelecia contacto entre a praça de armas e o baluarte São Bento, que depois de subir mais uma escada chega à zona do cavaleiro. Finalmente, verifica-se mais um acesso situado junto à porta que fica defronte à cidade, mais especificamente ao bairro de São Sebastião, ligando, através de uma rampa, a praça de armas a um corredor elevado, e seguidamente, depois de percorrer toda essa passagem, ao meio baluarte sul, por meio de uma pequena escadaria que é perfeitamente observável na planta de 1778.

Os dois meios baluartes localizados nos extremos norte e sul da fortaleza, exibem duas guaritas, elemento característico de muitas fortalezas levantadas nesse período, visíveis na planta de 1778. A guarita sul apresenta secção triangular, cobertura de três águas em telha cerâmica, e o acesso faz-se através de uma porta de verga reta, retangular, medindo 0.88 metros de largura por 1,7 metros de altura. Quanto à guarita sul, mostra uma secção quadrangular, uma cobertura de quatro águas em telha cerâmica terminada num beirado simples e uma porta na entrada, que mede c. 0.75 metros de largura e c. 1,9 de altura.

---

<sup>578</sup> Informação disponível nas placas interpretativas que se encontram instaladas no interior da cisterna da Fortaleza Real de São Filipe, elaborada pela Cooperação Espanhola. Acedido em Julho de 2014.

<sup>579</sup> No plano do engenheiro António Carlos Andreis de 1770, a escadaria encontrava-se destruída. No plano de 1778 do mesmo autor, já se encontrava restabelecida, sendo o responsável o governador Joaquim Salema Saldanha Lobo.

Tratando-se de um complexo defensivo, a sua leitura artística tem de ser analisada pensando que as obras de melhoria, extensão ou adaptação às novas regras bélicas de ataque e defesa foram constantes. Também se devem considerar os trabalhos de restauro e arqueológicos.

A fortaleza apresenta características militares assinaláveis na totalidade dos seus espaços, procurando concentrar as forças nos seus ângulos considerados mais débeis e minimizar a atividade defensiva nos pontos auxiliados pelas condições geográficas e topográficas oferecidas pelo lugar de inserção. Para finalizar a análise desta obra arquitetónica, há que acentuar que se está perante uma construção que segue de perto as suas congéneres, não apenas quanto aos aspectos cronológicos, como igualmente aos modelos e as tipologias.

### III. 2.2.3. Tipologia e Modelos

Quando se observa a fortaleza Real de São Filipe, vê-se uma construção implantada num espaço bastante elevado e dominante face à cidade e às zonas limítrofes, assumindo desta forma uma curiosa linguagem de uma cidadela, um local protetor e o último a ser tomado. Esta visão transferida para a primeira paisagem urbana do arquipélago de Cabo Verde tem de ser analisada como uma escolha estratégica e bélica, mas também como uma clara limitação de espaço a construir, pois, o território é bastante reduzido e acidentado, e quando o forte foi fundado, a cidade ocupava praticamente todas as áreas possíveis para construir. Por outro lado, e tendo em conta as dimensões da estrutura, era muito complicada a sua edificação noutra sítio que não fosse aquele onde se encontra.

A fortaleza enquadra-se nos conjuntos militares do seu tempo, ou seja, é uma obra abaluartada. Trata-se de uma construção que nasce em consequência da proliferação de tratados de arquitetura militar, produzidos um pouco por toda a Europa, principalmente em Itália.

A tratadística militar surge da grande necessidade de “conservação e defesa de impérios, reinos, estados e cidades”<sup>580</sup>, e da aposta numa nova estratégia de fazer a guerra, face ao surgimento de novas armas de fogo<sup>581</sup>.

Em Portugal, coube a D. João III a tarefa de aprofundar os conceitos da arquitetura militar que vigoravam nos outros países vizinhos, ao contratar Benedetto da Ravena para trabalhar em Mazagão e ordenar a tradução, para português, as obras de Vitruvius - *Dez Livros de Architectura* - e de Albrecht Durer – *Instruções Diversas para a Fortificação das Cidades, Castelos e Praças-fortes*<sup>582</sup>.

Os tratados de arquitetura e fortificações serviram de modelos para os engenheiros e arquitetos portugueses. Assim sendo, entre uns, mestres nas escolas de engenharia militar<sup>583</sup>, por vezes após uma passagem por Itália, contudo muito rara, e outros, teóricos, surgiram alguns mestres da arte da fortificação, dos quais se podem mencionar António Rodrigues, Nicolau Frias, Luís Frias de Mesquita e Mateus de Couto<sup>584</sup>.

Baseando-se na contratação de vários engenheiros e arquitetos e de ser forma nas produções teóricas, foram erguidas nos domínios portugueses as primeiras obras militares com as características do tipo abaluartado e regular. Para Rafael Moreira, o primeiro exemplar do designado igualmente italianismo na arquitetura militar portuguesa resultou da reestruturação, em 1541, do pequeno forte costeiro de Mazagão, na “fortaleza grande roqueira”, da autoria de Benedetto da Ravena que foi apoiado por Miguel de Arruda, Diogo de Torralva e João de Castilho<sup>585</sup>.

---

<sup>580</sup> Cf. Diego González de Medina Barba, *Examen de Fortificación*, Madrid, Imprenta del Licenciado Varez de Castro, 1599, p. 3.

<sup>581</sup> Sobre esse tema consultar entre outros, Miguel Sanches de Baêna, “A artilharia moderna”, *in ob. cit.*, pp. 73-90.

<sup>582</sup> Cf. Rafael Moreira, *A Architectura do Renascimento no Sul de Portugal: a Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Lisboa, FCSH-UNL, 1991.

<sup>583</sup> Para saber mais ver entre outros Rafael Moreira, “A Escola de Architectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid”, *in* Pedro Dias (dir.), *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos*, Coimbra, Minerva, 1987, pp. 65-77; Beatriz Bueno, “De quando serve a ciência do desenho no serviço das obras de el-rei”, Hélder Carita, Renata Araújo, *Universo Urbanístico Português: 1415-1822 - Colectânea de Estudos*, Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 267-368.

<sup>584</sup> Sobre a vida e obra destes e outros engenheiros militares, consultar Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 2ª edição, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional Casa do Moeda, Lisboa, 1988.

<sup>585</sup> Cf. Rafael Moreira, “A arte da guerra no Renascimento”, *in ob., cit.* pp. 153-155.

A esse, seguiram-se, quer nas ilhas Atlânticas, quer em África e no Brasil, várias construções erguidas sobre os novos preceitos de edificação de fortalezas. Nos arquipélagos localizados no Atlântico norte, designadamente Açores e Madeira, assinala-se a elevação da fortaleza de São Brás de Ponta Delgada, considerada por alguns historiadores uma obra totalmente abaluartada erguida nos Açores, projectada pelo engenheiro e arquiteto Isidoro de Almeida e pelo doutor Manuel Álvares e dirigida numa primeira fase pelo engenheiro Tomás Benedito de Pesaro (até a sua morte em 1568) e depois pelo engenheiro Pedro de Moeda<sup>586</sup>; e os fortes do Funchal, nomeadamente as obras atribuídas ao mestre Mateus Fernandes, a fortaleza do Morro da Pena (c. 1567) e a fortaleza de São Lourenço (c. 1572)<sup>587</sup>.

No Atlântico sul, a fortaleza de São Sebastião, situada no extremo norte da cidade de São Tomé, é representativa desse novo modelo. A obra teve o seu início de construção em 1566, por iniciativa do capitão Francisco de Gouveia<sup>588</sup> e conclusão em 1575, sendo o autor o doutor Diogo Salema, corregedor e capitão da ilha, conforme mostra a inscrição que encima a porta que dá acesso ao interior do complexo.

Em África, na costa banhada pelo oceano Índico, era erguida a fortaleza São Sebastião, ilha de Moçambique. Trata-se de uma construção cujo desenho se deve ao mestre Miguel de Arruda (c. 1546) e os inícios da empreitada aconteceram apenas em 1558, prolongando-se até por volta de 1583<sup>589</sup>.

Para o Brasil, a primeira referência que se conhece da presença de um engenheiro ou arquiteto militar é encontrada no capitão Alexandre Italiano, tendo subscrito a carta de compromisso com o rei Filipe II em 1588<sup>590</sup>. Contudo, deve-se

---

<sup>586</sup> O desenho inicial da fortaleza, datada de 1551, posteriormente alterado por Isidoro de Almeida, deveu-se ao mestre local Manuel Machado. Cf. Rui Carita, "A fortaleza de São Brás em Ponta Delgada no século XVI, in *Arquitectura Militar do Conhecimento Histórico à sua Função Actual*, Angra do Heroísmo, IAC, 2005, pp. 113-1155; Pedro Dias, *ob. cit.* pp. 248-249.

<sup>587</sup> Cf. Rui Carita, "O Atlântico: ilhas e costa africana", in *ob. cit.* pp. 190-192.

<sup>588</sup> Cf. Manuel do Rosário Pinto, *Relação do Descobrimento da ilha de São Tomé*, Fixação do texto, Introdução e Notas de Armindo Manuel Caldeira, Lisboa, CHAM- FCSH-UNL, 2006, pp. 66-67. Se por um lado é desconhecido o autor dos planos do conjunto militar, deve-se salientar que a primeira imagem alusiva a construção, de onde é possível analisar a sua regularidade, disponível no AHU, data de 1644. AHU, São Tomé e Príncipe, Cartografia Manuscrita, 070, D. 170

<sup>589</sup> Cf. José Manuel Garcia, "Breve roteiro das fortalezas portuguesas no Estado da Índia", in *ob. cit.* p. 122; José Manuel Fernandes, "Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura", in *ob. cit.* p. 199.

<sup>590</sup> O capitão Alexandre Italiano ou Itiliano seguiu para o Brasil, como fortificador, na companhia do governador Francisco Geraldez. Ficou escrito no contrato que iria receber de ordenado 300 cruzados por

assinalar que o engenheiro italiano Bautista Antonelli esteve durante uns meses no Brasil, mais concretamente no Rio do Janeiro, onde terá efetuado, segundo Walter Rossa, algum trabalho no campo urbanístico<sup>591</sup>.

Todos esses conjuntos defensivos apresentavam características semelhantes. Assim sendo, consegue-se identificar, de forma sucinta, que se tratam de estruturas que exibem muros baixos e em plano inclinado com merlões e canhoneiras. A torre de menagem, um elemento determinante na construção medieval, e as torres (de secção quadrada ou circular) nos ângulos, desaparecem, sendo substituídas pelos maciços baluartes em espigão, mais baixos, mais salientes e mais capazes de resistir e dar resposta eficaz ao fogo do inimigo. Apresentavam ainda adarve e fosso largos, bem como obras exteriores bastante funcionais e resistentes<sup>592</sup>.

A fortaleza Real de São Filipe, uma obra de desenho realizado, possivelmente, como já tivemos ocasião de sublinhar, por Filippo Terzi, segue de perto esses cânones. De fato, nela é possível observar as características acima apontadas. No entanto, o aspecto que salta à vista de todos, é a grande capacidade de adaptação ao terreno que a acolhe, adoptando, devido a essa evidência, uma planta irregular, longe da clássica planta simétrica, valorizada no Renascimento, que aproveita ao máximo os pontos fortes resultantes do contacto com o meio natural e reforçando os mais débeis, apostando para tal em baluartes salientes. Único elemento regular e simétrico de todo o complexo defensivo, o baluarte de São Gonçalo, localizado a este do edifício, é o que espelha melhor os princípios dos tratados da arquitetura militar da época.

Curiosamente, essa tipologia, de certa forma imposta pela topografia local, constitui uma das particularidades dos conjuntos militares erguidos na América, entre os quais se enquadra a fortaleza do Morro em Havana, Cuba, levantada nos finais de

---

ano, pagos quando chegasse à Baía de Todos os Santos. Cf. Francisco Marques de Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. II, p. 27; Rafael Moreira, “A arte da guerra no Renascimento”, *in ob. cit.*, p. 155.

<sup>591</sup> Walter Rossa, “O Urbanismo Regulado e as Primeiras Cidades Coloniais Portuguesas”, *ob. cit.*, p. 531.

<sup>592</sup> Cf. António Lopes Pires Nunes, *Dicionário de Arquitectura Militar*, Lisboa, Caleidoscópio, 2005, p. 81; Pedro Mora Piris, *Tratados Y Tradadistas de Fortificación: siglos XVI al XVIII*, Sevilha, Universidade de Sevilha, 2010, p. 22, disponível em <http://patrimoniomm.files.wordpress.com/2013/08/tratados-y-tratadistas-de-fortificac3b3n-xvi-al-xviii.pdf>; Rafael Moreira, “A Época Manuelina”, *in ob. cit.*, p. 91; Rafael Moreira, “A arte da guerra no Renascimento”, *in ob. cit.*, pp. 143 e ss; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Mário Jorge Barroca, *História da Arte em Portugal: o Gótico*, Lisboa, Edições Presença, 2002, pp. 81-82.

Quinhentos e reconstruída no século XVIII, da autoria de Bautista Antonelli<sup>593</sup>. Este dado é curioso porque, como já se referiu, Antonelli passou pela Ribeira Grande na companhia do general Valdez em 1581, chegando mesmo a fazer algum trabalho de terreno a pedido dos governantes. Embora sejam obras contemporâneas, tal deve ser considerado apenas como coincidência, visto que Valdez não estava convencido de que a urbe seria o melhor lugar para se apostar fortemente numa estrutura deste tipo, inclinando-se decididamente para a vila da Praia, pelo que é mais do que provável que não se tenha então elaborado qualquer plano nesse sentido<sup>594</sup>.

Nas áreas dominadas pelos portugueses, a fortaleza de São Filipe de Cabo Verde apresenta algumas aproximações em termos de desenho e localização com as fortalezas de São Filipe em Setúbal, do Pico de São João, no Funchal, de São João Baptista em Angra do Heroísmo e finalmente de Aguada em Goa.

Relativamente à localização, os conjuntos militares de São Filipe de Setúbal (obra desenhada pelo capitão Fratino e iniciada em 1583) e do Pico de São João, no Funchal, obra de princípios do século XVII, podem ser equiparadas com a fortaleza da Ribeira Grande. Ambas são construções que assumem um domínio na paisagem envolvente, ambas são erguidas em zonas relativamente afastadas do núcleo urbano principal, fato que terá dificultado o andamento dos trabalhos<sup>595</sup>, e ambas foram fortemente condicionadas pela topografia da área de inserção, razão pela qual apresentam uma linguagem bastante irregular<sup>596</sup>, embora se enquadrem na tipologia

---

<sup>593</sup> Cf. Alicia Cámara Muñoz, "Fortificaciones Y Control del Territorio", *in ob. cit.* p. 129.

<sup>594</sup> Cf. Carta de Diego Florez de Valdez a el-rei D. Filipe I de 24.01.1582, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 92-96; *Coleccion de Documentos Inéditos Para la Historia de España*, tomo XCIV, pp. 540-544.

<sup>595</sup> A propósito das dificuldades de construção, relacionadas com as condições adversas do ambiente, sabe-se, por exemplo que, o forte do Pico de São João, por encontrar-se localizado numa zona escarpada e de acesso complicado, causou transtornos no transporte dos materiais necessários para a obra e devido a isso a empreitada prolongou-se durante muitos anos. Cf. Rui Carita, "O Atlântico: Ilhas e Costa Africana", *in ob. cit.*, p. 193.

<sup>596</sup> Para alguns investigadores, entre os quais Rafael Moreira e José Custódio Vieira da Silva a fortaleza de São Filipe de Setúbal, em termos de evolução técnica, exhibe preceitos de uma obra conservadora e pesada, ao mesmo tempo que demonstra poucos desenvolvimentos estratégicos no decorrer dos tempos. Outra investigadora, Alicia Cámara Muñoz, salienta mesmo que a fortaleza não ostenta baluartes e encontra-se muito próxima, em modelo, opinião que é igualmente partilhada por Rafael Moreira, do castelo Santelmo, em Nápoles, levantada pelo arquitecto militar Pedro Luis Escrivà entre 1537 e 1547, enquanto arquitecto do imperador Carlos V. Cf. Rafael Moreira, "A Arte Militar", *in História da Arte em Portugal – o Maneirismo*, Lisboa, 1986, p. 149; José Custódio Vieira da Silva, *Setúbal*, Lisboa, Edições Presença, 1990, p. 84; Alicia Cámara Muñoz, "Do Papel à Realidade, Tratadistas e Engenheiros Militares no Século XVI no Mundo Hispano-Português", *in ob. cit.*, p. 70.

de arquitetura militar renascentista e moderna. São ainda, obras que foram projectadas para controlar um vasto território.

Quanto ao desenho, a fortaleza Real de São Filipe lembra em parte o forte de São João Baptista erguido em Angra do Heroísmo, Açores. A construção que se insere no Pico das Três Cruzinhas, primeiramente designada, de 1594 a 1642, de São Filipe e depois de João Baptista, foi projectada de forma a aproveitar as condições do terreno, sendo por isso necessário edificar uma linha defensiva que unisse “mar a mar” ou “baía a baía”, visando isolar o promontório do Monte Brasil<sup>597</sup>. Dessa intenção resultou uma fortaleza que ostenta três baluartes intermédios (baluarte de São Pedro, anteriormente São João; baluarte da Boa Nova ou da Bandeira, de Santiago, durante o domínio filipino e o baluarte do Espírito Santo, antes chamado de Santo Estêvão) e dois meios baluartes nos extremos (meio baluarte de Santa Catarina e meio baluarte de Santa Luzia, antigamente denominado de Santo António)<sup>598</sup>. As semelhanças, em termos de desenho e morfologia são nítidas entre os meios baluartes de Santa Catarina e de Santa Luzia, situados, respetivamente, a este e oeste da fortaleza de São João Baptista e os meios baluartes da fortaleza Real de São Filipe construída da Ribeira Grande. Devido às condições naturais oferecidas pelos seus respetivos sítios de implantação, apresentam-se recortados ao meio.

É igualmente interessante constatar que a fachada mais forte é aquela virada para o interior, sendo protegida, na Ribeira Grande pelo baluarte de São Gonçalo, mais pronunciado em relação à cortina, e em Angra do Heroísmo pelos baluartes de São Pedro e Boa Nova ou da Bandeira.

É curioso verificar que a configuração dos baluartes segue os modelos das primeiras obras militares modernistas, ainda pouco definidas, erigidas nos territórios controlados ou sobre influência portuguesa. Tratam-se de fortes que exibem uma estrutura abaluartada, onde os flancos são algo irregulares e perpendiculares às

---

<sup>597</sup> Cf. Francisco de Sousa Lobo, “Um olhar militar sobre o forte”, in *Revista Semestral de Edifícios de Monumentos*, nº 5, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 1996, p. 19. A aparência actual da fortaleza da ilha Terceira, pelo menos nas suas fachadas e morfologia dos baluartes, é praticamente idêntica a que foi projectada no desenho elaborado, segundo Freitas de Meneses, por António de La Puebla, em 24 de Janeiro de 1595.

<sup>598</sup> Cf. Avelino de Freitas de Meneses, “A fortaleza do Monte Brasil: os propósitos de construção de uma atalaia do atlântico”, in *ob. cit.*, p. 15.

cortinas, aproximando-se de um misto, entre as torres de secção quadrada, colocados nos ângulos dos castelos medievais e o baluarte propriamente dito. É excepção o baluarte de São Gonçalo, Cabo Verde, mais evoluído e já com traços das construções fundadas no decorrer dos séculos XVII e XVIII, exibindo “quatro lados e três ângulos exteriores, além de dois que forma com as cortinas”<sup>599</sup>, o que demonstra que o conjunto teve, pelo menos, uma fase de melhoramentos e adaptações a novos princípios bélicos.

Está-se perante obras que respeitam os cânones da arquitetura militar da segunda metade de Quinhentos, e que exteriorizam o conhecimento do tratado de Pietro Cataneo, publicado em 1554 na cidade de Veneza<sup>600</sup>. A fortaleza da ilha de Bahrein, principalmente o baluarte nordeste projectado pelo Mestre Inofre de Carvalho (1559-1560)<sup>601</sup> e a fortaleza de Ormuz após os trabalhos do mesmo mestre, nos princípios da segunda metade do século XVI<sup>602</sup>, ambas localizadas no golfo Pérsico, a fortaleza de São Sebastião, ilha de Moçambique, traçada, depois de uma existência anterior, por volta de 1558, a partir do desenho executado pelo arquiteto Miguel de Arruda<sup>603</sup>, como já foi visto, ou a fortaleza de São Brás, cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel que já se encontrava em obras em 1551, enquadram-se nessa tipologia arquitectónica. A esse leque de edifícios, pode-se acrescentar ainda a já referida fortaleza de Mazagão.

Os conjuntos avançados como exemplos são construções projectadas nos reinados de D. João III e D. Sebastião, período em que a real linguagem tratadística não tinha atingido o seu ponto máximo, ao contrário da fortaleza de Cabo Verde (1587-1593), que foi erigida numa altura em que Portugal e Espanha atingiram, na opinião de

---

<sup>599</sup> Cf. Luís Serrão Pimentel, *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, parte I, secção I, capítulo VII, Lisboa, 1680, p. 17. Infelizmente não possuímos riscos da fortaleza antes dos projectados pelo engenheiro António Carlos Andreias, que nos pode dar indicações mais precisas sobre essa hipotética evolução.

<sup>600</sup> Cf. Nicolas Faucherre citado por Rafael Moreira, “A arte da guerra no Renascimento”, *in ob. cit.*, p. 155. Para saber mais, relativamente ao tratado de Pietro Cataneo intitulado *Os Quatro Primeiros Livros de Architectura* consultar por exemplo Jan Campbell, *Pietro Cataneo, Architetto Senese*, Norwich, 1976.

<sup>601</sup> Cf. Moreira, “A arte da guerra no Renascimento”, *in ob. cit.*, p. 155; Eduardo Kol de Carvalho, “Qal’at al Bahrain [Barém]: arquitetura militar”, *in ob. cit.*, pp. 164-166.

<sup>602</sup> Cf. Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): o Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 390; Maria de Fátima Rombouts de Barros, “Hurmuz [Ormuz] (Irão): arquitetura militar”, *in ob. cit.*, pp. 149-150.

<sup>603</sup> Cf. José Manuel Fernandes, “Ilha de Moçambique (Nampula)”, *in ob. cit.*, p. 542.

Rafael Moreira “o predomínio absoluto dos técnicos italianos”<sup>604</sup>. Por outro lado, reforça esse paradoxo o fato do risco do forte ser atribuído a Filipe Terzi, um dos responsáveis, segundo o historiador acima citado, pela introdução de “uma nova vaga de italianismo” em Portugal. Sabe-se que Filipe Terzi seguiu viagem com D. Sebastião para Marrocos, tendo participado na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, acabando por ser capturado e preso<sup>605</sup>, pelo que terá recebido alguma informação sobre os fortes dessa região, entre os quais Mazagão e optou, mesmo sendo obras ultrapassadas tecnicamente, por enviar para Ribeira Grande um projeto próximo desses conjuntos. Os dados agora apresentados, obrigam-nos a colocar uma questão: o porquê da construção de uma fortaleza algo conservadora? A resposta, ainda que hipotética, pode estar relacionada com a atribuição de uma importância periférica ao território.

Finalmente, a fortaleza de Aguada em Goa, obra de inícios do século XVII, ostenta algumas semelhanças com a de Cabo Verde, na estética dos seus respetivos desenhos. Relativamente ao desenho, deve-se sublinhar que se verifica nos dois casos uma certa aproximação na forma como estão dispostos e organizados os baluartes, e pela mesma aparência, consequência dos planos topográficos, dos lados oeste da fortaleza de São Filipe e sul do forte construído na Índia, sem dúvida bastante irregulares. Por último, constata-se uma certa aproximação assinalada pela grande distância entre os baluartes, principalmente para Goa.

Fruto das inovações introduzidas pela escola militar italiana, a fortaleza Real de São Filipe segue os modelos modernos, permitindo a interligação entre os diferentes aparelhos estruturais, designadamente os baluartes e as cortinas, e uma adaptação à nova artilharia. Por outro lado, a construção surge durante o período dominado pelos Filipes, conjuntamente com uma grande produção artística de cariz militar erguida ou melhorada no espaço atlântico, arquipélago da Madeira e dos Açores, Brasil e América Espanhola. O objetivo-chave era o controlo dessa vasta área geográfica, sempre pressionada pelas outras potências europeias de então: holandesa, inglesa e francesa,

---

<sup>604</sup> Cf. Rafael Moreira, Alexandra Curvelo, “A Circulação das Formas: artes portáteis, arquitectura e urbanismo” in *História da Expansão Portuguesa*, vol II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 563-564.

<sup>605</sup> Segundo Sousa Viterbo, o Cardeal, depois rei D. Henrique, empenhou-se no resgate de Filipe Terzi, bem como de outros arquitectos e engenheiros, entre os quais, Nicolau de Frias, João Nunes e António Mendes. O negociador foi Rodrigo de Menezes e em 1579 já se encontrava em Portugal. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. III, p. 94.

conscientes das fragilidades defensivas dessas regiões. De acordo com os investigadores Carlos García Peña e Rosario Ros Larena, a fortaleza de Cabo Verde enquadra-se nos modelos de obras militares projectadas por engenheiros e arquitetos da confiança dos monarcas Ibéricos, nomeadamente Tiburcio Spanochi, João Bautista Antonelli e Cristobal Rojas, que estavam a considerar os tratados de arquitetura militar nos seus empreendimentos<sup>606</sup>.

Com a união das monarquias ibéricas, verificou-se não só um aumento significativo dos territórios, como ainda um aumento de rotas de fluxos comerciais, juntando-se agora outras mercadorias de menor expressão, ao comércio de escravos e do açúcar, originários da costa africana e do Brasil e das especiarias provenientes da Índia, ao ouro e prata das Américas, que tinham de ser protegidos a todo custo.

Nessa conjuntura, foram edificadas, ao longo do reinado de Filipe I, para além das já citadas estruturas militares, por exemplo, as fortalezas de Santiago da Barra em Viana do Castelo; de Jesus de Mombaça, actual Quénia, fundada por volta de 1593, mas, prolongando até cerca de 1639; a reconstrução do forte de Mascate, Omã, com início de construção em 1588 por determinação do governador da Índia Portuguesa Manuel Sousa Coutinho; a fortaleza de Gale, uma das mais importantes fortificações do então Ceilão, hoje Sri Lanka, começada em 1589 a mando de Matias de Albuquerque e as fortalezas erguidas nos finais do século XVI, de São Salvador da Ponta e do Morro dos Três Reis, ambas de Havana e de autoria do arquiteto italiano Bautista Antonelli.

Para concluir, deve-se sublinhar que a fortaleza Real de São Filipe é uma obra que foi criada não para fazer tiro sobre as embarcações que se dirigiam à Ribeira Grande na tentativa de a dominar, como acontecia com as suas contemporâneas, mas sim, proteger a área terrestre circundante e pronta a resistir aos inimigos vindos do porto da Praia. Contudo, a sua localização estratégica, no cimo de um planalto sobre a cidade, permitia a visualização de todo o território e das estruturas militares dispostas ao longo da costa, bem como a coordenação do complexo sistema defensivo. Por outro lado, a construção bélica tinha a função de ser o último reduto a conquistar em

---

<sup>606</sup> Cf. Carlos García Peña, Rosario Ros Larena, *“El sistema defensivo de Felipe II en Cabo Verde”*, *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, vol. 27, Departamento de Historia Moderna de la Universidad Complutense, 2002, pp. 24-25 Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/CHMC>

caso de assalto ao aglomerado, pelo que tinha de se verificar uma boa capacidade de acolhimento humano. Essa fortaleza, não obstante as diferentes tipologias construtivas (desde igreja, casa do governador, casa da guarda, armazéns, e cisterna), estarem situadas relativamente perto uma das outras, o que facilita a organização da defesa, não era suficiente para receber toda a população da urbe.

### III. 2. 3. Articulação entre os Fortes no Território

A fortaleza Real de São Filipe que acabamos de analisar, resulta de uma dinâmica entre os diferentes pontos de valor estratégico da cidade da Ribeira Grande, assimilada na ideia de unidade urbana, pois a construção integrava-se num conjunto defensivo bem mais vasto e complexo.

Essa relação, visão militar e articulação de todo o sistema foram pressionadas por dois acontecimentos marcantes, pela negativa, para a história da urbe. O primeiro tem lugar no ano de 1583 e o protagonista foi Emanuel Serradas, fiel a D. António Prior do Crato. O segundo ocorre dois anos depois, tendo como responsável o inglês Francis Drake. Estes ataques deixaram bem claras as verdadeiras fragilidades do território, as quais podem ser resumidas nos seguintes pontos: defesa precária junto ao porto e na zona sul da cidade, sujeitas a investidas de armadas inimigas; reduzidas infra-estruturas e equipamento bélicos; soldados indisciplinados, mal preparados e mal equipados; e, finalmente, défice, praticamente constante, de artilharia.

A ação empregada por Francis Drake e pelos seus homens foi devidamente registada, não só através de textos coevos, como também pela utilização de dados iconográficos, o que nos permitir efetuar uma leitura mais real das fraquezas da cidade.

Com efeito, Drake, que chegou a Cabo Verde no dia 17 de novembro de 1585, na altura em que invadiu a cidade salienta que é fácil desembarcar na zona sul da ilha e depois marchar até à Ribeira Grande, local que se torna então fácil de atacar, pois não apresenta qualquer fortificação. Avança ainda que os soldados eram mal preparados e equipados, designando-os mesmo de “homens nus”, incapazes resistir

perante soldados ingleses (acompanhados pela bandeira do país) que se encontravam, de acordo com as imagens produzidas, agrupados, disciplinados e bem armados. São visíveis também os defensores, uns à cavalo, outros à pé, em fuga, em direcção às achadas<sup>607</sup>. O mesmo teor de informação é avançado no documento que regista o ataque de Emanuel Serradas, ao salientar que, embora os defensores fossem em número muito superior às tropas invasoras, depois de um primeiro ataque levado a cabo pelos locais, do qual resultou num morto apenas, nesse caso um francês, “desampararam as trincheiras, puseram-se em desbarate, deixando a cidade e se acolheram à serra com o seu capitão-mor”<sup>608</sup>.

A urbe terá ainda organizado, aquando do ataque de Drake, segundo os registos cartográficos, duas áreas defensivas (entretanto abandonadas), representadas na legenda pelas letras r e AA<sup>609</sup>, formadas por trincheiras terrestres com cinco peças de artilharia na sua totalidade, localizadas nas margens este e oeste da ribeira, no sopé de dois montes que correspondem actualmente ao bairro de São Sebastião e à área ocupada pela igreja de Santa Luzia, respetivamente. A estrutura militar que se implantava na zona do actual bairro de São Sebastião tinha nas suas cortinas duas aberturas que assinalavam caminhos de acesso e controlo de entrada e saída da cidade. Curiosamente, foi por aí que os inimigos entraram, demonstrando todo o fracasso do sistema.

Para além disso são visíveis três pequenos baluartes marítimos, possivelmente o de São Brás, o da Ribeira e o da Vigia, situados junto à baía, todos com pouco alcance, e cada um com quatro peças de artilharia, auxiliadas por duas peças, colocadas diretamente na praia.

As imagens atribuídas a Baptista Boazio são bastante elucidativas das fragilidades da urbe, não apenas em homens capacitados, fortificações e coordenação militar, podendo ser facilmente cometida por terra, nomeadamente a sul, como já foi referido, e através do porto, igualmente aludido.

---

<sup>607</sup> Cf. *Drake's West Indian Voyages 1585-86*, p. 137.

<sup>608</sup> Cf. Partidários de D. António em Cabo Verde de janeiro a junho de 1583, publicado in *MMA*, 2ª serie, vol. III, pp. 111-118.

<sup>609</sup> Baptista Boazio, Attack at Santiago (c. de 1585), in *Sir Francis Drake's West Indian Voyage, 1585-1586*, Edited by Mary Frear Keeler, London, Hakluyt Society, 1981, p. 124;

É nesse quadro militar depreciativo, que os dirigentes responsáveis pela protecção dos moradores e dos seus bens vão tomar medidas concretas para apostar numa defesa eficaz para o conjunto urbano. Tais medidas centraram-se a nível das construções fortificadas, as suas localizações estratégicas, ao nível da organização do pessoal especializado e a nível do armamento.

Começando pelas construções e as suas respetivas implantações na cidade, foram erguidos fortes de maiores dimensões que se destinavam a desempenhar funções defensivas com alguma autonomia e capacidade para resistirem a um cerco sozinhos, quando isolados. Para além destas novas infra-estruturas de defesa (o forte de São Veríssimo, o forte de São João dos Cavaleiros ou São Sebastião, o forte de São António, o forte de São Lourenço e a fortaleza Real de São Filipe) foram restaurados e melhorados os pequenos baluartes ou baterias de tiro existentes na Ribeira, Vigia e São Brás<sup>610</sup>.

A cidade foi contemplada ainda com muralhas que abraçavam boa parte do seu perímetro, pelo menos nas áreas de possíveis desembarques e assaltos. Assim sendo, no lado poente da urbe, existia uma muralha, da qual resta ainda parte da cintura protetora<sup>611</sup> que ligava a achada sobranceira ao forte e porta de São Lourenço. Trata-se de um pano de muralha de cerca de 2,25 metros de altura, o suficiente para amparar a cidade, se pensarmos que se encontra localizado num terreno bastante inclinado. De base mais volumosa, aproveitando em certos pontos uma fundação rochosa, em relação ao remate que sustenta as ameias e os merlões a estrutura é excessivamente irregular e é erigida de pedra basáltica local miúda, disposta de forma espontânea e assente em argamassa de cal. Em termos de funcionalidade, para além da óbvia utilidade militar, a muralha exercia o papel de dividir a cidade em duas partes: extra e intramuros.

No extremo norte da baía, junto à ribeira, e relativamente perto da praia, localizava-se o baluarte de São Brás<sup>612</sup>, do qual partia um pano de muralha que

---

<sup>610</sup> Cf. Francisco José Sousa Lobo, "A fortaleza Real de São Filipe, Chave da Defesa de Cabo Verde", *in ob., cit.* p. 119.

<sup>611</sup> Por estar localizada numa encosta íngreme e envolvido por uma vegetação compacta, torna-se o seu acesso muito difícil.

<sup>612</sup> Hoje o espaço alberga uma pequena esplanada destinada ao culto religioso.

estabelecia a ligação entre este e o baluarte do Presídio, no canto sul do logradouro. Nesse percurso a muralha abria-se junto à ribeira, e continuava até à porta da cidade. Finalmente, começava um muro no baluarte de São Veríssimo, em direcção à fortaleza São Filipe, entretanto interrompido, visto que termina a sua marcha a meio do bairro de São Sebastião. A causa da interrupção deve estar relacionada com as condições da topográfica local.

Encontra-se igualmente um outro muro protetor da cidade localizado no lado noroeste do aglomerado, e numa zona inacessível a partir da cidade. Tratava-se de uma obra cuja origem se deve situar possivelmente durante o período dominado pelos Filipes. A construção abrangia na sua totalidade o sentido de este a oeste, de costa a costa, designada, em 1769, de “fortificação antiga”, pelo engenheiro António Carlos Andreis.

Para auxiliar os fortes e as muralhas, as autoridades apostaram na construção de alguns postos de vigia, situados nos pontos estratégicos do assentamento urbano. Nesse contexto, foram edificados, ao que podemos apurar, dois postos de vigia: um sobranceiro ao convento e igreja de São Francisco, junto às muralhas localizadas no extremo noroeste e um outro a encimar o bairro de São Brás, próximo do limite do muro anexo à porta e ao baluarte de São Lourenço. Nos séculos XVI e XVII, todo o complexo militar da povoação, devidamente anotado pela cartografia e iconografia, constituía uma barreira física, contudo, com pouca dimensão, resultado da sua adaptação ao espaço que era excessivamente acidentado e, por isso, com uma reduzida presença.

Neste período, as estratégias de defesa vão apoiar-se em muralhas e na distância entre o sistema de fortificação, que deveria obrigar o inimigo a recuar antes que os seus canhões pudessem atingir a cidade. Ao contrário, por exemplo, do concebido na Índia, podendo referir-se os casos de Baçaim, Damão ou Cochim, e no Norte de África, expressos, entre outros, na cidade-fortaleza de Safim e na vila-fortaleza de Mazagão, onde se verifica um sistema de muralhas contínuas que envolviam os núcleos urbanos, na Ribeira Grande observa-se apenas um sistema que se apoia em pequenas estruturas militares. Existem duas boas razões para explicar esta situação: primeiro, na Ribeira Grande não se verificava um contexto de conflito

permanente; depois, o lugar onde se encontrava localizado o burgo era muito irregular, limitando, deste modo, qualquer tentativa de introduzir um sistema militar com cortinas que abraçassem todo o território. Essa mesma realidade, ou seja, o carácter irregular da área dificultava e impossibilitava em certos pontos a penetração das tropas inimigas, assumindo-se como uma defesa natural.

Na cidade da Ribeira Grande, um porto aberto e, precisamente por isso, difícil de defender, a rede de fortificação do século XVI era muito complexa e de difícil execução, adoptando uma filosofia de fortes destacados, utilizada na Europa apenas nos séculos XVII e XVIII, quando o poder de fogo levou à dispersão dos grandes complexos de defesa e ataque<sup>613</sup>. Tal fato deveu-se, claramente, às condicionantes do território envolvente e à necessidade de se adaptar ao terreno. Por conseguinte, essas pequenas construções costeiras estavam em parte isoladas e dispersas “ao longo do mar”, o que originava uma situação mais vulnerável de segurança e reabastecimento dos fortes em caso de assalto<sup>614</sup>.

Esse sistema de fortes destacados e autónomos implicava uma maior mobilidade, disciplina e preparação adequada dos militares, com o objetivo de colmatar as fragilidades desse procedimento estratégico. Dificultava igualmente, não só o transporte do equipamento bélico como também o transporte dos materiais para as reparações.

Todo o sistema militar da Ribeira Grande era coordenado pela fortaleza Real de São Filipe que se encontrava um pouco afastada do aglomerado urbano e numa cota elevada, sendo planeada para envolver toda a defesa do povoado, tornando-se a protecção da retaguarda dos fortes litorâneos que se foram edificando e reformulando, conferindo-lhe uma estreita relação entre todo o conjunto territorial, sendo as pequenas estruturas defensivas marítimas implantadas com formas e funções distintas, consoante a sua localização. Foram projectadas para impedir a aproximação das embarcações e penetração do exército inimigo, a partir dos surgidouros aos

---

<sup>613</sup> Cf. Francisco José Sousa Lobo, “A Fortaleza Real de São Filipe, Chave da Defesa de Cabo Verde”, in *ob., cit.* p. 124.

<sup>614</sup> Na fortaleza de Aguada em Goa ou de São João Batista de Angra do Heroísmo os pequenos fortes foram completamente ligados por uma contínua cortina de muralhas, o que facilitava as manobras de defesa em caso de ataque.

ancoradouros da baía, possuindo para isso plataformas de tiro, quartéis e espaços para armazenar a pólvora.

Assim, situados junto ao porto, o forte de São Brás, o forte de São Veríssimo e o do Presídio permitiam abater diretamente o fundeadouro da costa, impedindo assim o desembarque, mantendo os inimigos à distância e protegendo as embarcações fundeadas. É de realçar que constituem o primeiro momento do sistema defensivo da cidade. O forte do Veríssimo, de planta poligonal muito irregular, consequência direta do seu acompanhamento da própria topografia, localizado à cota de 10 metros acima do nível do mar, possuía inicialmente uma plataforma de tiro, passando a ter, a partir do séc. XVII, bateria alta, bateria baixa e cortina de fogo. O forte do Presídio apresentava uma planta trapezoidal longitudinal, composta por uma bateria, calabouço, corpo da guarda e habitação para o oficial. Estas pequenas construções de defesa, junto à baía, eram limitadas porque foram concebidas apenas para fazer tiro sobre o mar, e onde os ângulos de tiro diferiam consoante a topografia do terreno, capacidade de alcance visual e dos pontos que era necessário abater.

Os fortes de São Brás e do Presídio, localizados à cota de 5 e 2 metros acima do nível do mar, respetivamente, foram construídos para fazer tiro rasante sobre o porto. Se o forte de São Brás tinha capacidade para fazer fogo flanqueado, acompanhando deste modo a aproximação e entrada dos navios na baía, o do Presídio só poderia realizar tiro frontal. Não obstante serem dois fortes de importância vital para impedir a penetração de inimigos naquele território por mar, eram muito vulneráveis ao fogo executado a partir das embarcações, visto estarem localizados mesmo junto à costa.

Relativamente ao forte de São Veríssimo, e pela sua localização, conclui-se que ele estava destinado a fazer tiro frontal sobre o mar, e flanqueado sobre a baía, situada à sua direita. O tiro flanqueado a partir do forte de São Veríssimo poderia constituir um problema devido ao recorte da orla costeira e pela implantação do forte de São Brás e de São Lourenço no extremo poente, na medida em que poderiam ser atingidos por este.

Os fortes de São João dos Cavaleiros e de Santo António, costeiros, resguardavam a praia a sudoeste da urbe, tendo ambos apenas uma plataforma e ângulos de tiro idênticos. Por estarem localizados em pequenos promontórios da

costa, teriam de efetuar fogo sobre cotas ligeiramente negativas. Havia uma coordenação de tiro entre estes dois edifícios militares devido a um contacto visual mútuo.

O forte de São Lourenço, constituído por bateria alta, bateria baixa e algumas dependências para o pessoal militar, assente no outro extremo do aglomerado urbano, a poente, tinha um papel idêntico ao de São João dos Cavaleiros e de Santo António. Tinha ainda a função de controlar a porta que dava para noroeste.

A fortaleza de São Filipe determinava a coordenação estratégica de defesa e ataque do território, não apenas pela sua maior capacidade de fogo e dimensões, mas também porque foi edificada num lugar cimeiro, sobranceiro à cidade, o que permitia uma análise visual que ia para além da frente terrestre, pois a partir dela poder-se-iam observar as embarcações que se aproximavam da costa da Praia de Santa Maria, noutro ponto da ilha, a Achada Salineiro, a nascente da urbe, e todas as estruturas militares da cidade. A muralha denominada de antiga, os postos de vigias e os baluartes de São Lourenço e de São Veríssimo detinham igualmente grandes capacidades de alcance visual, visto estarem inseridos em lugares vantajosos no que diz respeito à altitude.

Actualmente, verifica-se que, junto à zona envolvente do baluarte e porta de São Lourenço, existe uma área densamente arborizada, o que dificulta a visualização dos outros pontos ocupados pela arquitetura militar, realidade que não se constatava, provavelmente, durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

Sobre a organização do pessoal militar, responsável pela manutenção da estabilidade do aglomerado urbano, sabe-se que, em 1582, para cada baluarte (os de São Brás, da Vigia e da Ribeira) havia uma companhia de ordenança ou bandeiras,<sup>615</sup> comandadas pelos respetivos capitães<sup>616</sup>. A tendência das companhias, em número, foi sempre crescente, o que é indicativo da preocupação das autoridades em relação à segurança da cidade. Com efeito, o religioso jesuíta Baltasar Barreira indica-nos a

---

<sup>615</sup> Segundo Ilídio Baleno, desconhece-se a altura exacta da introdução do sistema de companhias nas ilhas, avançando contudo, os finais da década de setenta, como a data mais provável. Ilídio Cabral Baleno, "Pressões externas. Reacções ao corso e à pirataria" *in ob. cit.*, pp. 174-175.

<sup>616</sup> Cf. Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de cabo Verde de 26.01.1582, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 97-107.

existência de sete em 1606. Nos anos vinte do mesmo século a contagem, de acordo com um outro religioso, passa para doze<sup>617</sup>. Para completar essa organização militar, surge, em 1587 a figura de governador e capitão geral do arquipélago de Cabo Verde<sup>618</sup>, desde 1584 institucionalizada na Madeira, em substituição do capitão-donatário<sup>619</sup>.

No entanto, essas organizações militares eram bastante instáveis, em número reduzido e mal armadas, e perante um ataque, não hesitariam em pôr-se a salvo. Referindo-se à disponibilidade de armas, ou melhor, à ausência delas, temos a salientar que foram vários os relatos a tratar essa problemática. No ano de 1619, o governador das ilhas, Francisco Moura, informa o monarca que “pólvora e munições são necessárias” e que na ilha de Santiago “há poucas armas de fogo”<sup>620</sup>. O mesmo cenário negativo é sublinhado por Francisco Leitão, em 1624, ao documentar que “há tanta falta de armas e munições, que muitos soldados estão de guarda e vigia sem armas”. Recomenda o envio de armas nos primeiros navios<sup>621</sup>.

Essa conjuntura não terá mudado, na medida em que alguns anos depois, o governador Jorge de Castilho comunicava que a cidade se encontrava “desprovida de munições, apetrechos de guerra, artilharia e tudo mais necessário para a defesa”<sup>622</sup>. Num relato mais elucidativo, o governador Jerónimo Cavalcante Albuquerque traça-nos um retrato do contexto depreciativo da cidade da Ribeira Grande no que se refere à vida militar. Sobre os soldados, frisa que a infantaria “consta de gente preta, as armas [...] são azagaias de pouca consideração para fazer resistência aos inimigos de Europa”, condenando, à partida, qualquer resposta positiva perante a presença inimiga, pois verificava-se um grande distanciamento da realidade europeia no tocante

---

<sup>617</sup> Cf. Ilídio Cabral Baleno, “Pressões externas. Reações ao corso e à pirataria” *in ob. cit.*, p. 175.

<sup>618</sup> O primeiro governador nomeado para Cabo Verde foi Duarte Lopo da Gama, fidalgo da casa d’el-rei, que governou de 1588 a 1590, sendo seguido por Brás Soares de Melo (1592-1595).

<sup>619</sup> Cf. Rui Carita, *A Fortificação em Cabo Verde nos Finais do Século XVI*, Universidade da Madeira, 2010, disponível em <http://bdigital.cv.unipiaget.org:8080/jspui/handle/10964/254>.

<sup>620</sup> Cf. Carta do governador de Cabo Verde a el-rei D. Filipe II de 11.07.1619, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 631-635.

<sup>621</sup> Cf. Parecer de Francisco Leitão de 23.01.1624, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 14-17. O mesmo parecer tem a consulta do desembargo do paço, ainda nesse mesmo ano, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 18-21.

<sup>622</sup> Cf. Consulta do Conselho de Estado de 24.09.1635, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 283-285.

a armas e pessoal de combate. Alerta ainda sobre o estado em que encontrou a artilharia, bem como as esplanadas das fortificações<sup>623</sup>.

Na Ribeira Grande, todo o sistema defensivo foi pensado e concebido para impedir a entrada dos inimigos no espaço urbano. Prova disto eram as muralhas que uniam parcialmente as pequenas estruturas militares, implantadas ao longo da costa, estabelecendo as fronteiras e limitando claramente a expansão da cidade. Este fato pode ser demonstrado com toda a clareza na cartografia urbana histórica produzida sobre a cidade, dos séculos XVI a XVIII, onde não se verifica qualquer implantação urbana fora dos limites estabelecidos pela arquitetura militar, conferindo-lhe a fronteira física da urbe com a definição de portas de entrada e de saída que representavam as balizas entre o espaço urbano e o espaço rural, e de uma protecção ao mundo exterior.

Apesar da importância de uma boa implantação de estruturas militares, a cidade evoluiu com uma forma urbana que foi principalmente ajustada à configuração topográfica. Daí que o estudo de uma relação próxima entre a expansão do núcleo e a arquitetura militar leva-nos a concluir que, segundo as novas regras urbanas estabelecidas a partir do século XVI e sobretudo no século XVII, era fundamental garantir campos e ângulos de tiro desimpedidos, e esta situação veio a introduzir condicionantes no desenvolvimento da cidade.

Uma das condicionantes mais importantes ao crescimento da Ribeira Grande de Seiscentos, encontrava-se localizada a sul da fortaleza de São Filipe. Para uma boa defesa dos interesses da cidade, era necessário que esta zona se mantivesse desabitada para assegurar um bom domínio visual sobre o território e campos de tiro livres, entre a fortaleza e declive abaixo, até próximo da Catedral. Além disso, era imprescindível estabelecer o controlo total do caminho de acesso ao espaço urbano, restringindo construções ao longo do seu percurso, em direcção à achada.

Um dado elucidativo sobre essa realidade é observado a partir da já citada carta régia, de 1592, dirigida ao bispo de Cabo Verde, onde se exigia a suspensão das obras da Sé pois o espaço poderia ser ocupado, em caso de ataque, por piratas e

---

<sup>623</sup> Cf. Carta do governador de Cabo Verde a el-rei de Portugal de 20.12.1638, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 330-332.

corsários inimigos<sup>624</sup>. Constata-se que a capacidade e a necessidade de defesa regularam, num primeiro momento, a edificação da Sé e a expansão do próprio bairro de São Sebastião, onde estaria localizado o templo. Por outro lado, a fortaleza de São Filipe, que estaria a ser construída e já numa fase conclusiva, não seria capaz de defender este bairro e a sua igreja e que poderia mesmo, quando mal calculada a trajectória dos projectos, atingir esta zona urbana.

Essa mesma situação acabou por se verificar igualmente na linha de protecção constituída pelos baluartes e pequenas muralhas isoladas e descontínuas que, ao contrário de conjuntos urbanos desenvolvidos na Idade Média e depois reconvertidas na Idade Moderna (como Caminha e Chaves), não tiveram de se adaptar a elementos pré-existentes, preocupando-se unicamente com as condições geográficas e de segurança. É curioso verificar igualmente que algumas estruturas defensivas, nomeadamente a porta e forte de São Lourenço, o forte de São João dos Cavaleiros e o forte de Santo António, estão afastados do núcleo urbano, ou seja, a cidade não se expandiu o suficiente para se aproximar dessas obras, uma consequência direta da rápida decadência do aglomerado, a partir de finais de Quinhentos, o que facilitava as ações militares.

Por outro lado, a cidade da Ribeira Grande de Santiago desenvolveu-se, como já foi sublinhado, à volta de um largo e três bairros. Todos esses bairros apresentavam uma certa unidade urbana e ruas estreitas. Esta situação facilitava a defesa do burgo e estabelecia rapidamente os pontos de fuga. Todavia, a opção por este desenho surgiu devido às condições geográficas e consequente adaptação ao terreno e não por razões de defesa. Os próprios edifícios militares foram muitas vezes erigidos não tendo em conta essas razões, mas antes fatores geográficos, resultando em projetos arquitectónicos algo irregulares.

---

<sup>624</sup> Cf. Carta régia ao Bispo de Cabo Verde de 18.10.1592, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 213-214.

### III. 3. Arquitetura Militar após a Restauração e o Desempenho dos Engenheiros Militares.

O legado deixado pela dinastia filipina, no que diz respeito à arquitetura militar, resume-se a infraestruturas degradadas e com pouca capacidade de resposta em caso de ataque. Essa constatação é descrita em 1641, pelo governador de Cabo Verde, Jerónimo Cavalcanti de Albuquerque, ao sublinhar que encontrou a cidade desprovida de munições, reparos e artilheiros tendo que, para solucionar parte do problema, reparar o forte Real, fechar os baluartes de São Sebastião, do Presídio e de São Brás “que estavam abertos e sem guarda”<sup>625</sup>.

O trabalho desenvolvido por este governador foi um caso isolado pois os relatos sobre a situação negativa das fortificações erguidas na cidade da Ribeira Grande eram constantes, daí a necessidade de apostar em melhorias de fundo, no conjunto defensivo. Além do mais, os piratas estavam quase sempre à espreita. Com efeito, em 1645, perante ameaça de saque ao aglomerado por parte de três naus holandesas, o governador João Serrão da Cunha, de acordo com o documento redigido pelo Conselho Ultramarino, informava da pertinência de “levantar o muro do porto, que tudo está arruinado por ser de pedra e barro, e que meio dele se faça um baluarte que defende a embarcação”. Determinava igualmente que “se corra com um lanço de muro da porta da fortaleza São Filipe, que está principiado, até a Sé Nova e [a] casa do bispo”<sup>626</sup>.

A metrópole chegou a ordenar, nesse mesmo ano, a execução desses empreendimentos, correspondendo-se para o efeito com a Câmara e o governador João Serrão da Cunha<sup>627</sup>. No entanto, essa iniciativa, que teria como consequência o envolvimento do território por muralhas, reforçando assim a sua proteção, nunca se concretizou. Prova disso mesmo é que no ano de 1649, a partir do parecer do Conselho Ultramarino e após informação do governador Roque de Barros Rego,

---

<sup>625</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, 2ª edição, p. 142.

<sup>626</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 25.08.1645, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 402-404.

<sup>627</sup> Cf. Carta Régia à Câmara de Cabo Verde de 06.11.1645, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 413-414; Carta Régia ao governador de Cabo Verde sobre a fortificação da ilha de 06.11.1645, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 415-416.

ficamos a saber que a ilha tinha “muita falta do necessário à sua defesa e segurança”, estando, devido a esse fato, em posição de risco diante da ameaça de castelhanos e holandeses<sup>628</sup>.

Por volta de 1651, o governador Pedro Semedo Cardoso, mandou realizar um inventário do estado da atividade militar. A fortaleza Real de São Filipe e os baluartes “estavam incapazes” e inspecionando as armas, as munições e a artilharia, encontrou “mais de 60 peças, entre grandes e pequenas, quase todas de bronze, mal aparelhadas e sem reparo; 300 armas de fogo maltratadas, 125 arrobas de pólvora, 60 de morrão e poucas balas”<sup>629</sup>.

Uma outra listagem das fortificações e da artilharia foi executada pelos governadores Francisco de Figueiroa (1658-1662)<sup>630</sup> e João Cardoso Pizarro (1676)<sup>631</sup>. Este era um procedimento recorrente e com resultados semelhantes, ou seja, a percepção do estado degradado do sistema defensivo.

Se o governador Francisco de Figueiroa privilegiou a Ribeira Grande como campo principal de atuação, já João Cardoso Pizarro, provavelmente numa tentativa de pressionar a mudança da capital, deu mais importância à vila da Praia, sobre a qual teceu os melhores elogios, salientando que a vila “podia ser um dos melhores portos das conquistas”<sup>632</sup>.

O engenheiro militar José Coutinho, filho de João Coutinho, que trabalhou em Cabo Verde de 1696-1698, teve a mesma opinião, pelo que se esforçou por estabelecer um conjunto militar nessa localidade. José Coutinho, um técnico bastante experiente que prestou serviço em Pernambuco (1677-1686, sucedendo a José Paes Estêvão), em Mazagão (1690), no Alentejo e no Algarve (1691-1695), foi nomeado pelo rei D. Pedro II para trabalhar em Cabo Verde, e “mais praças subordinadas aquele governo [Costa da Guiné]” com o objetivo claro de resolver, depois de muitos contratempos e gastos, a problemática da fortificação das ilhas. O engenheiro, que veio ocupar um cargo negligenciado há mais de um século (o único registo de

---

<sup>628</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sobre os navios holandeses de 06.05.1649, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 559-560.

<sup>629</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte I, pp. 238-239.

<sup>630</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, vol. I, parte II, p. 259.

<sup>631</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, vol. I, parte II, p. 277

<sup>632</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, vol. I, parte II, pp. 277.

especialistas no território acontece em 1586, com João Nunes), iria receber para essa empreitada 25 réis por mês, pagos pela companhia de Cacheu e Cabo Verde<sup>633</sup>.

Retomando a atividade desenvolvida pelos governadores do arquipélago, Cristiano Sena Barcelos menciona que Veríssimo de Carvalho da Costa, governador entre 1686 e 1687, que chegou a abandonar o cargo alegando motivos de saúde<sup>634</sup>, para além de cumprir a prática de levantamento da situação das fortificações e das armas que encontrou em condição de ruína, empenhou-se na reedificação dos fortes, de quartéis para a infantaria e para a cavalaria, de armazéns para munições e de uma casa forte para prisão<sup>635</sup>.

Quando Veríssimo de Carvalho da Costa abandonou o cargo de governador, o bispo D. Frei Vitoriano Portuense assumiu as funções de governador. Segundo a Câmara da Ribeira Grande, essa solução não resultou pois o religioso preocupava-se apenas com “ocupações e as da visita [pastoral] que lhe levam a maior parte do tempo”. Deste modo, cessaram as obras militares iniciadas pelo antigo governador “e não obrou mais nada nelas, antes arruinaram-se muitas; as fortalezas sem um artilheiro, nem quem entenda de artilharia; as guardas ordinárias que se faziam já não as havia, por causa da fome que naquela ilha se padecia”.

A câmara queixava-se ainda da falta de zelo do bispo/governador, na medida em que se preocupava somente em reedificar as casas onde vivia, “podendo viver nelas, como viviam seus antecessores”. A solução apresentada pela Consulta do Conselho Ultramarino, passaria pela nomeação e envio, “com toda a brevidade”, de um novo governador, que fosse capaz de apostar na conservação das fortificações, percebesse do manejo das armas e em “outras coisas se achem falta”<sup>636</sup>, podendo, desta forma, “remediar as queixas que estes povos fazem do bispo”<sup>637</sup>. A escolha recaiu em António Salgado, que governou de 1698 a 1702.

---

<sup>633</sup> Cf. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. I, pp. 247-249.

<sup>634</sup> Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 68.

<sup>635</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, Parte II, p. 292.

<sup>636</sup> Cf. Carta da Câmara de Cabo Verde a sua majestade el-rei de 04.08.1689, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 131-134. Em anexo o documento remetido pelo Conselho Ultramarino datado de 03.11.89.

<sup>637</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sobre o bispo de Cabo Verde de 03.01.1690, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 158-160.

Em 1702, aquando do processo de tomada de posse do governador Gonçalo de Lemos Mascarenhas, o antigo dirigente D. António Salgado anunciou, num relatório datado de 4 de agosto, que todas as tarefas desenvolvidas tiveram como fim último a melhoria do conjunto militar. A porta de Santa Marta ou de São Lourenço foi mudada para um lugar “mais conveniente”, tendo sido feita “com os repuxos necessários para o arco de ladrilho [ainda visível] que a cobre e que tem dez palmos de largo e seu parapeito com capacidade de caberem vinte homens”. Inseriu ainda, na ladeira da montanha do reduto, um caminho para servir a referida porta, construída com chapas de ferro e fechadura, com “cento e quarenta<sup>638</sup> passos andantes de comprido e cinco de largo”. Para além de abastecer o forte com sete peças de artilharia montadas em carretas que mandou erguer com todas as suas ferragens, edificou o espaço para o corpo da guarda, a residência do capitão e os quartéis para os soldados, empregando “madeiramento telhado e rebocado por dentro e por fora”. Para concluir o trabalho, levantou os parapeitos e esplanadas, e erigiu no flanco “que olha para o porto e para a cidade” um reduto construído de pedra e cal sobre terreno natural, com intenção de defender uma praia que lhe fica defronte<sup>639</sup>.

Relativamente ao forte de São Brás, o governador D. António Salgado informa que acrescentou a sua capacidade, pelo que teve de partir uma rocha na parte interior e uma outra na parte exterior. Consertou também todos os parapeitos, “tudo rebocado por dentro e fora”, abriu novas portas de madeira e montou quatro peças de artilharia. Ligou ainda o forte de São Brás ao forte do Presídio através de uma nova muralha que media “quinze palmos de alto e dez de grossura”, sendo rebocada pela “parte do mar e pela largura superior e terraplanada desde da boca da lagoa até ao baluarte de São Brás”<sup>640</sup>.

Por sua vez, o forte do Presídio foi reedificado, calçado e rebocado “por dentro e por fora”. Construiu uma guarita nova para vigiar o porto que ostentava quinze degraus de pedra, um portão chapeado que comunicava com o mar e colocou duas

---

<sup>638</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos sublinha que terão sido 145. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 362.

<sup>639</sup> Cf. AHU, *Cabo Verde*, doc. 24-A, cx. 9, de 04.08.1702.

<sup>640</sup> Cf. AHU, *Cabo Verde*, doc. 24-A, cx. 9, de 04.08.1702.

peças de artilharia para a defesa das “lanchas que intentarem o desembarque no porto”<sup>641</sup>.

O forte de São Veríssimo recebeu mais quatro peças de artilharia: duas desencravadas e duas que foram retiradas do mar, ficando “com quinze peças” no total<sup>642</sup>.

O forte de São Sebastião ou São João dos Cavaleiros, que não chegou a ser alvo de qualquer obra arquitetónica, para além das sete peças que já detinha, beneficiou de duas novas peças de artilharia de alcance, “por ser assim conveniente naquele sítio” que se encontrava relativamente afastado do porto e numa zona muito escarpada<sup>643</sup>.

Sobre o forte de Santo António, as vicissitudes foram diferentes, pois não houve uma intervenção direta do governador. Com efeito, o forte localizado “frente da porta da igreja de Santo António” encontrava-se sob a responsabilidade do Sargento-mor Manuel Lopes Lobo que tinha sido acusado de arrombamento do Aljube e a sentença resumiu-se à reedificação da dita estrutura<sup>644</sup>.

O sargento ficou assim encarregado de “fazer a obra do baluarte desenhado sobre os dois portos” de acordo com a planta projetada pelo capitão Engenheiro José Soares da Rocha que tinha o mesmo salário e condições do seu antecessor José Coutinho, isto é, 25 réis pagos pela companhia de Cacheu e Cabo Verde<sup>645</sup>. No contrato para a realização da empresa, foram estabelecidas algumas regras. O militar era obrigado a gastar vinte e oito moios de cal e “dar pedreiros e toda mais gente para a serventia e tudo o mais necessário [...] à sua custa [...], exceptuando, algumas ferramentas de quebrar pedras”. O andamento dos trabalhos seria monitorizado pelo capitão engenheiro, que deveria também verificar os possíveis ajustes necessários à planta. Após o término da fábrica, esta seria visitada pelo provedor da Fazenda Real e pelo engenheiro “para se lhe passar certidão de como tem satisfeito com as condições e obrigação deste termo”. O novo forte deveria estar concluído no prazo de um ano e

---

<sup>641</sup> Cf. Idem, *Ibidem*.

<sup>642</sup> Cf. Idem, *Ibidem*.

<sup>643</sup> Cf. Idem, *Ibidem*.

<sup>644</sup> Cf. Idem, *Ibidem*.

<sup>645</sup> Cf. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. III, p. 66.

meio, começando em 22 de junho de 1701 e terminando por volta de 22 de dezembro de 1703<sup>646</sup>.

Para o governador D. António Salgado, a opção de desenho não era a mais adequada devido à iminência de uma guerra entre as principais potências (Inglaterra, França, Espanha e Holanda) e à presença ameaçadora de franceses na zona. Assim, quando estavam construídos dois lanços de muralha, o governador propôs, através de um novo contrato, a extensão do forte. O novo contrato determinava igualmente que a cal e a areia ficariam a cargo da Fazenda e “a pedra e todo o serviço [pessoal]” a cargo do sargento-mor. A empreitada deveria ser dirigida pelo novo governador, Gonçalo Lemos Mascarenhas e executada com a maior brevidade possível<sup>647</sup>.

A nível do desenho, no novo projeto, da autoria do engenheiro José Soares da Rocha<sup>648</sup>, as obras executadas pelo sargento-mor Manuel Lopes Lopo são assinaladas através da letra A, o acrescento pela letra B e os portos pela letra C. Construía-se um “forte quadrado com três baluartes [regulares] para a terra”, justificado pela necessidade de “defender a terra e guardar um caminho que vem de Ribeirão Correia e uma subida pela qual se pode vir de um dos [...] portinhos ou praias do desembarque até o alto da rocha, onde fica o forte”<sup>649</sup>. A única porta de acesso ao interior encontrava-se localizada no pano oeste, protegido por dois baluartes. No centro, achava-se a ermida de Santo António, de planta longitudinal simples e com a cabeceira orientada a noroeste, duas portas, uma no frontispício e uma outra na parte lateral esquerda e dois anexos colocados no lado direito.

Embora as razões apontadas pelo governador D. António Salgado fossem todas devidamente fundamentadas, o rei D. Pedro II, informado por Francisco Pimentel, não aceitou as alterações. Francisco Pimentel achava o acrescento desnecessário, apontando os seguintes motivos: em primeiro lugar, o caminho que vinha de Ribeirão Correia era apenas “um caminho de pé posto e muito áspero, que não pode vir mais que um homem atrás do outro”; em segundo lugar, a subida “pelo pé da rocha”,

---

<sup>646</sup> Cf. AHU, *Cabo Verde*, doc. 24-A, cx. 9, de 22.06.1702.

<sup>647</sup> Cf. AHU, *Cabo Verde*, doc. 24-A, cx. 9, de 04.08.1702.

<sup>648</sup> Engenheiro José Soares da Rocha, *Planta Do Novo Baluarte a Sancto Antonio. AAAA Obra aq.' o Sarg.º Mor Manoel Lopes Lobo tem dado cumprimento*, 1702, AHU, Cartografia Manuscrita, 024, D. 117.

<sup>649</sup> Cf. AHU, *Cabo Verde*, doc. 24-A, cx. 9, de 15.12.1702.

facilmente pode ser cortada. No entanto, a razão principal resumia-se no fato de o forte de Santo António ficar situado e dominado “debaixo do tiro de mosquete da cidadela de São Filipe e nestes termos, bastava o reduto, o qual pela terra ficava guardada da dita fortaleza”, realidade que comprovava o papel da construção no controlo da cidade da Ribeira Grande. Sublinha ainda que o complexo que exibia fosso e perfil ordenado, exigia muito tempo e cuidados e recomendava que a bateria que “estava começada se feche pela parte da terra, como de primeiro estava ordenado e como se obrigou a fazer o sargento-mor Manuel Lopes Lobo”<sup>650</sup>.

O capitão engenheiro José Soares da Rocha, que trabalhou em Cabo Verde de 1698 a 1710 tendo levantado, segundo Sena Barcelos, a planta da cidade e do porto<sup>651</sup> a partir das determinações do governador, idealizou um plano bastante ambicioso. Tratava-se de um plano que se não adequava à realidade económica e política da Ribeira Grande e nessa época já se verificavam intenções, mesmo que pouco firmes, de mudar a capital para a vila da Praia.

O governador relata igualmente que comprou, a uma embarcação que se encontrava na ilha, três peças de artilharia “de ferro de muito bom uso de calibre seis, oito e nove por preço de sessenta e sete mil e quinhentos reis” e concertou com o sargento-mor a extração de umas peças que estavam no fundo do porto da cidade resultantes de um naufrágio, cujo destino seria o Maranhão. O esforço valeu a pena pois desse grande sentido de oportunidade e num território onde o armamento era geralmente escasso conseguiram retirar das águas onze peças de artilharia de calibre dezoito, dezanove e vinte, e dois sinos<sup>652</sup>.

No ano de 1710, para substituir o engenheiro José Soares da Rocha, chega a Cabo Verde o engenheiro José Gomes Correia, auferindo um salário de 25 réis por mês. O referido engenheiro foi indicado pelo seu antigo professor, Domingues Vieira, tendo mantido o cargo até à sua morte, em 1716<sup>653</sup>. Durante esse período, a cidade da Ribeira Grande sofreu possivelmente o maior ataque da sua história, quando foi assaltada pelos homens de Cassart, em 1712. Todos os fortes se encontravam

---

<sup>650</sup> Cf. AHU, *Cabo Verde*, doc. 24-A, cx. 9, de 15.12.1702.

<sup>651</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 375.

<sup>652</sup> Cf. AHU, *Cabo Verde*, doc. 24-A, cx. 9, de 04.08.1702.

<sup>653</sup> Cf. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. I, pp. 224-225.

degradados e desprovidos de armamento, o que facilitou a tarefa dos inimigos, sendo um indicativo de que a política de ter sempre presente um capitão engenheiro não estava a resultar.

Contudo, em 1716, o cargo ocupado pelo entretanto falecido engenheiro José Gomes Correia, é imediatamente preenchido por Cristóvão Martins Figueira, sargento-mor engenheiro, igualmente indicado por Domingues Vieira. Responsável por desenhar as obras das fortificações em Santiago e das mais praças subordinadas ao governo de Cabo Verde, permaneceu nesse território até 1719, altura em que parte para o reino de Angola, como reconhecimento dos serviços prestados anteriormente, quer no Alentejo, onde assistiu às obras de fortificação de Estremoz, quer nas ilhas<sup>654</sup>.

A presença sem interrupção do cargo de engenheiros em Cabo Verde, é perceptível desde 1696, com a nomeação de José Coutinho. Contudo, essa presença tem o seu término em 1723, depois de um interregno de cerca de 5 anos, com a indicação do capitão engenheiro Simão dos Santos para esse posto, recomendação feita pelo brigadeiro engenheiro-mor Manuel de Azevedo Fortes. Simão dos Santos desempenhou a referida função durante cinco anos, na praça de Mazagão. Fez-se acompanhar da mulher e filhos e teria uma dupla responsabilidade: zelar pela qualidade das construções militares e ensinar engenharia aos interessados em aprender aquela ciência, recebendo para tal 26 réis por mês que “gozam os sargentos-mores das mais conquistas”<sup>655</sup>.

A situação dos redutos defensivos da Ribeira Grande antes da nomeação do referido técnico era, segundo informação avançada por Sena Barcelos, bastante lastimosa, carecendo de armas, mantimentos e reparos nas muralhas, e inclusive no forte de Santo António<sup>656</sup> que, conforme notícia salientada acima, tinha recebido obras profundas entre 1701 e 1702. Por coincidência ou não, o estado degradante dos redutos defensivos ocorre no curto período sem engenheiro no arquipélago.

Depois de Simão dos Santos, do qual não temos dados relativos à sua passagem pelas ilhas, em termos de duração e de atuação, o território ficou marcado por uma

---

<sup>654</sup> Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 362-363.

<sup>655</sup> Cf. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. III, pp. 24-25.

<sup>656</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, p. 424.

longa ausência de engenheiros, prolongando-se de 1723 a 1765, data em que é designado o sargento-mor de infantaria, Manuel Germano da Mata, para desempenhar essa função. Em consequência, o estado de conservação das fortificações era cada vez mais deprimente.

Com efeito, no ano de 1724, o ouvidor Sebastião Bravo Botelho dizia, de forma sarcástica, que a cidade da Ribeira Grande era incapaz de se defender, “ainda que venha governar um Viriato”<sup>657</sup>. Impressões idênticas foram transmitidas pelo governador Francisco de Oliveira Grans em 1732<sup>658</sup> e pelo ouvidor João Vieira de Andrade passados 40 anos (1762)<sup>659</sup>.

É no ano de 1764 que temos uma relação mais detalhada, enviada para a metrópole, o que nos permite entender a dimensão do problema do sistema militar do conjunto edificado, apresentada pelo governador Bartolomeu de Sousa Brito Tigre, acabado de chegar à ilha, cumprindo assim uma tradição antiga. Segundo o governador, as fortalezas encontravam-se em estado de ruínas, incluindo a fortaleza Real de São Filipe. O forte de Santo António exibia quatro velhos pardieiros e era guarnecido por quatro peças de calibre 18, contudo, incapacitadas.

Sobre o forte de São João dos Cavaleiros adianta que, para além de sete peças atiradas ao chão, tinha “4 casas e 4 peças de calibre 10 e uma de 18, todas velhas e montadas em reparos também velhos”. Relativamente ao forte de São Veríssimo, que recebia a bandeira, salienta que ostentava três pequenas estruturas cobertas de telha, seis peças de 18 montadas em reparos velhos e incapazes, e sete peças igualmente ineficazes e desmontadas. Por sua vez, o forte do Presídio expunha um calabouço coberto de telha, sete peças de artilharia, quatro de calibre 5 e três de calibre 2 aparelhadas em reparos velhos. O forte de São Brás não passava de um pardieiro e era protegido apenas por duas peças, sendo uma pequena e outra de calibre 10 assente em reparos velhos. Finalmente, sublinha que o forte de São Lourenço mostrava três

---

<sup>657</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.* 2ª edição, p. 140.

<sup>658</sup> Cf. AHN, Livros nº 42, fls 77.

<sup>659</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.* 2ª edição, pp. 159-160.

pardieiros demolidos, duas peças de calibre 10 montadas em suportes velhos e uma peça apeada<sup>660</sup>.

Através de uma carta escrita pela Câmara em 1769, sabemos que o governador Bartolomeu de Sousa Brito Tigre chegou a realizar obras no forte de São Lourenço e de São Veríssimo, entre 1764-1766<sup>661</sup>. Contudo, esta era a fotografia profundamente negativa da Ribeira Grande antes de dois acontecimentos importantes que marcaram a história da cidade e aceleraram de forma definitiva o já iniciado abandono da primeira capital de Cabo Verde. O primeiro relaciona-se com a mudança da sede do governo para a vila da Praia, e o segundo confronta-se com o desempenho dos engenheiros que passam novamente a ser designados para prestarem serviços de fortificação em Cabo Verde e em zonas subordinadas.

A vila da Praia, que já vinha fazendo sombra à cidade da Ribeira Grande, não tinha uma fonte de água muito próxima<sup>662</sup>, mas apresentava melhores condições de defesa, de porto e de saúde, e isso constituía um ponto assente. A partir de meados de Setecentos, adquire uma importância crescente, afastando-se a nível de ocupação territorial e institucional da primeira urbe do arquipélago. O pólo de atração passa a ser agora a Praia, realça Ilídio do Amaral<sup>663</sup>.

Com isso, em 1757, a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, portadora do exclusivo do comércio internacional de Cabo Verde, fixa o seu armazém junto ao poço do Pacheco, numa achada perto do porto e da capela de Nossa Senhora da Esperança. Para assegurar os seus interesses, a Companhia restaura o forte do Presídio e as várias baterias distribuídas pela baía<sup>664</sup>. De seguida, no ano de 1762, o ouvidor João Vieira de Andrade estabelece residência na Praia<sup>665</sup>. Em 1769, é a vez da sede do governo se

---

<sup>660</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, pp. 41-42.

<sup>661</sup> Cf. AHU, doc. 24-A, cx. 9, 24.10.1769

<sup>662</sup> Cf. Em 1699 Duplessis anotou, no seu plano da Praia, uma fonte na zona noroeste, atual Várzea.

<sup>663</sup> Cf. Ilídio do Amaral, *ob. cit.*, p. 183.

<sup>664</sup> Essa achada forma o ponto génese da atual cidade da Praia, antes de galgar alguns metros acima, fixando definitivamente na zona conhecida de *Plateau*, hoje o centro histórico. O leitor interessado em saber mais sobre a vida urbana da Praia, consultar entre outros, António Correia e Silva, "A construção do Atlântico e as cidades-porto cabo-verdianas, in *Oceanos – A Construção do Brasil Urbano*, Lisboa, CNCDP, Número 41, 2000, pp. 192-207; António Correia e Silva, "Praia: a lenta emergência de uma capital", in *Revista Cultura – Cabo Verde*, Praia, Nº 2, 1998, pp. 189-201 e Lourenço Gomes, *Urbe, Memória e Crítica da Arte: Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (de 1840 à atualidade)*, Praia, Edições Uni-CV, 2011.

<sup>665</sup> Cf. Iva Cabral e Maria João Soares, *ob. cit.*, p. 423.

transferir para a Praia, apresentando também a degradação da Ribeira Grande como justificação, sendo o governador à época Joaquim Salema Saldanha Lobo<sup>666</sup>.

Quanto à atuação dos engenheiros, depois de um longo interregno (de 1723 a 1765), concentram as suas atividades, não propriamente na Ribeira Grande, mas noutros pontos, nomeadamente na vila da Praia e na povoação de Bissau, provocando uma concentração e desvio de recursos (já por si, muito escassos) para outras zonas. Com efeito, em 1765, o nomeado sargento-mor, engenheiro Manuel Germano da Mata desempenhou as suas funções de fortificador em Bissau, ocupando-se aí da fortaleza de São José de Amura, anteriormente projetada pelo Frei Manuel de Vinhais Sarmento<sup>667</sup>, juntamente com o engenheiro António Carlos Andreis, com o qual se desentendeu. O resultado foi o desterro deste último para Cabo Verde (1766)<sup>668</sup>.

Para substituir o engenheiro António Carlos Andreis, em 1766, é nomeado para a função o capitão António José de Santana Carneiro, durante seis anos<sup>669</sup>, tendo como objetivo, não exercer nas ilhas, mas sim na fortaleza de Bissau, fazendo parte da segunda vaga de técnicos destinados às obras desse complexo militar<sup>670</sup>. Entretanto, entre 1766 a 1778 António Carlos Andreis levantou uma série de plantas dos dois principais centros urbanos da ilha de Santiago, Ribeira Grande e Praia, bem como das fortificações, referindo-se ao estado de conservação, localização, população e à relação das necessidades.

Essas plantas, que punham a descoberto todo o aparelho militar construído, destacando os edifícios, muralhas e áreas essenciais a serem protegidas por serem mais suscetíveis a possíveis desembarques, permitiram perceber a dimensão do

---

<sup>666</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 66; Daniel Pereira, *ob. cit.*, 2ª edição, p. 162.

<sup>667</sup> Cf. Bernardo António Álvares de Andrade, *Planta da Praça de Bissau e Suas Adjacentes*, Publicada com Introdução e Anotações Históricas de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 89.

<sup>668</sup> Cf. António Carlos Andreis inicia a sua carreira de arquiteto e topógrafo nos Paços da Ribeira, como aprendiz de arquiteto, em substituição do arquiteto Pedro Ramalho. Trabalhou, juntamente com Eugénio dos Santos e Carlos Mardel na reconstrução de Lisboa, após o terramoto de 1755. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. I, pp. 28-30.

<sup>669</sup> Cf. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. III, p. 10.

<sup>670</sup> Cf. Tal como tinha sucedido com o Engenheiro António Carlos Andreis, a relação de trabalho entre o Engenheiro António José de Santana Carneiro e o Engenheiro Manuel Germano da Mata não foi pacífica, e ao que parece as causas foram as mesmas: desacordo com os planos da fortaleza de Bissau. Bernardo António Álvares de Andrade, *Planta da Praça de Bissau e Suas Adjacentes*, p. 114.

declínio da capital e as vantagens topográficas da vila da Praia relativamente às da Ribeira Grande. De fato, a planta da vila de Santa Maria da Praia<sup>671</sup>, projetada pelo técnico, evidenciava uma grande área num planalto, na qual eram visíveis alguns fogos, a igreja de Nossa Senhora da Graça, a casa da Câmara, a casa do governador e dois fortes ligados através de um pano de muralha. O referido espaço, designado pelo engenheiro de “espaçosa baía”, ostenta poucas barreiras topográficas e ergue-se sobre uma baía que o tempo e a história acabaram por provar ser a mais adequada, sendo na atualidade totalmente ocupado com ruas longas, espaçosas em esquadria com uma praça central, ou seja, apresentando características de um núcleo planeado e moderno.

Em 1769, o engenheiro António Félix do Amaral, ajudante de infantaria com exercício de engenheiro, foi promovido a sargento-mor, a fim de servir ao longo de seis anos nas ilhas de Cabo Verde e Bissau<sup>672</sup>. Trabalhou na fortaleza de Bissau, no início dos anos setenta do século XVIII, ao que parece com resultados positivos pois, segundo o capitão-mor de Cacheu, António Vaz de Araújo, a referida obra militar “tem quatro baluartes, todos mal fabricados [...] e só um pedaço que fez o engenheiro António Félix do Amaral está bom”<sup>673</sup>. O mesmo caminho teve o capitão e engenheiro José Luís de Braun, autor de duas plantas da fortaleza de Bissau, uma datada de 1778<sup>674</sup> e outra de 1780<sup>675</sup>.

Em suma, nos finais do século XVIII, a arquitetura militar e todo o programa e política defensiva da cidade da Ribeira Grande<sup>676</sup> são relegados para segundo plano, privilegiando novos centros urbanos, no caso, a então vila da Praia, que apresentava melhores condições de fixação humana e de relação com o exterior e com Bissau. Por outro lado, a preservação e o entendimento do sistema militar, embora com traços visíveis de alguma destruição e casos de ruína, deve-se, paradoxalmente, à decadência

---

<sup>671</sup> Engenheiro António Carlos Andreis, *Planta da Vila da Praya de Santa Maria e da sua espaçosa baía* (c. 1778), AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 130.

<sup>672</sup> Cf. Sousa Viterbo, *ob. cit.*, vol. I, p. 320.

<sup>673</sup> Cf. Bernardo António Álvares de Andrade, *Planta da Praça de Bissau e Suas Adjacentes*, p.116.

<sup>674</sup> Engenheiro José Luís Braun, Rio Grande de Bissau (c. 1778), AHU, Guiné Bissau, Cartografia Manuscrita, 049, D. 161.

<sup>675</sup> Engenheiro José Luís Braun, Bissau (c. 1780), AHU, Cartografia Manuscrita, 049, D. 162.

<sup>676</sup> Nos finais do século XVIII Cabo Verde recebeu o naturalista João da Silva Feijó que desempenhou a função de engenheiro e secretário do governo. Desconhece-se a data exata em que esteve nas ilhas, mas nos princípios de Novecentos, encontrava-se no Brasil a exercer na capitania de Ceará. Cf. Fernando Pires, *ob. cit.*, p. 207.

acelerada e sistemática da urbe, realidade que não permitiu, tal como aconteceu na Praia, o avanço de construções contemporâneas que não tivessem em conta as estruturas já existentes.

## **Capítulo IV – Arquitetura Pública**

Os vestígios de arquitetura pública erguida na cidade da Ribeira Grande são praticamente inexistentes. Tal realidade, infelizmente, não nos permite traçar convenientemente a aparência estética que a cidade teria. Naturalmente, esses edifícios terão seguido, num primeiro momento, modelos rústicos, conseguidos a partir de materiais pobres e do lugar. Os obreiros terão sido também mal qualificados e residentes no território. Após um início algo instável, no que respeita à qualidade dos projetos e também à localização das arquiteturas, as autoridades apostaram em construções mais sólidas e duradouras.

#### **IV. 1. A Cadeia**

A primeira referência que se conhece da cadeia da urbe, provavelmente improvisada, é encontrada na obra de Cristiano Sena Barcelos, quando refere que o franciscano frei Jayme, em 1466, por ordem do “tirano Noli”, referência à António de Noli, foi lançado “em prisão rigorosa”, constituindo-se assim num dos primeiros edifícios públicos conhecidos do núcleo<sup>677</sup>. Volta-se a ter notícias da cadeia apenas em 1504, altura em que recebeu a visita do inquiridor Lopo Rodrigues<sup>678</sup>.

Em 1718, foi proposta, por vontade régia, o melhoramento dessa infraestrutura, enviando-se para tal efeito os materiais necessários, com exceção da cal, pois o seu transporte era complicado e perigoso e, para além disso, as “embarcações que navegam para essas partes [ilha de Santiago] são de pequeno porte” pelo que a opção passaria por conseguir o referido material a partir da fábrica de cal existente no local<sup>679</sup>. Não podemos apurar se tais obras foram realizadas, mas sabe-se que em 1762 a cadeia se encontrava bastante degradada, “com grades despedaçadas, sem janelas e os telhados com muito poucas telhas”<sup>680</sup>. Esta realidade é

---

<sup>677</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, partes I e II, p. 40.

<sup>678</sup> Cf. Carta de Lopo Rodrigues, inquiridor, a D. Manuel sobre uma devassa que efetuava em Cabo Verde de 06.01.1504, publicada in *HGCV-CD*, vol. I, p. 137.

<sup>679</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, p. 153.

<sup>680</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, p. 159.

comprovada e reforçada em 1764 pelo depoimento dos vereadores da Câmara, sublinhando “que não há cadeia nela [Ribeira Grande]”<sup>681</sup>.

#### IV. 2. A Câmara e o Pelourinho

O primeiro conhecimento que temos da Câmara da Ribeira Grande data de junho de 1497<sup>682</sup>. No entanto, a sua oficialização só acontece no dia 21 de novembro de 1503, quando o inquiridor Lopo Rodrigues, numa “segunda-feira[, fez] câmara onde se ajuntaram todos os oficiais desta vila da Ribeira Grande”<sup>683</sup>. Em 1512, pelo teor da carta dos oficiais da Câmara da urbe, percebe-se que já funcionava em pleno<sup>684</sup>.

Relativamente ao pelourinho da Ribeira Grande<sup>685</sup>, a sua construção está associada à instituição da Câmara criada entre 1504 e 1512. Trata-se de uma obra escultórica, cuja localização inicial seria o largo da Misericórdia, mesmo junto à Câmara, e não no sítio onde se encontra na atualidade, no largo com o mesmo nome.

Em termos analógicos, o pelourinho da Ribeira Grande<sup>686</sup>, levantado em pedra branca trazida possivelmente do reino, enquadra-se nos seus contemporâneos, erguidos durante o reinado de D. Manuel no território português e além-mar. Contudo, aquele que está mais próximo da obra da ilha de Santiago é provavelmente o

---

<sup>681</sup> Cf. António Correia e Silva, “Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades”, *in ob. cit.*, vol. III, p. 27.

<sup>682</sup> Cf. Carta régia regulando a arrecadação e administração das heranças de 30.06.1497, publicado *in HGCV-CD*, vol. I, p. 109.

<sup>683</sup> Cf. Carta de Lopo Rodrigues, inquiridor, a D. Manuel sobre uma devassa que efetuava em Cabo Verde de 06.01.1504, publicada *in HGCV-CD*, vol. I, p. 137.

<sup>684</sup> Cf. Carta dos oficiais da câmara da Ribeira Grande para António Carneiro, secretário do reino, queixando-se das acusações injustas que os rendeiros das ilhas lhes fazem, de 25.10.1512, publicada *in HGCV-CD*, vol. I, pp. 213-214.

<sup>685</sup> Nos meados do século XX, o pelourinho foi transferido para Portugal, onde veio a ser restaurado pelo Arquitecto Luís Benavente, o que resultou na realização de uma nova plataforma e a adição dos ferros no remate. IAN/TT, Arquivo Luís Benavente, caixa 67, pasta 2085.

<sup>686</sup> Para Adriano Vasco Rodrigues, o pelourinho da Ribeira Grande pode ser obra do arquiteto português Marco Pires, justificando-se nas semelhanças deste, com as colunas do portal da capela manuelina de São Miguel, em Coimbra, realizado por esse mestre. Adriano Vasco Rodrigues, “Pelourinho da Cidade Velha” *in Revista Africana*, Porto, Universidade Portucalense, 2001, pp. 156-157.

pelourinho de Benavente<sup>687</sup>. Em ambos, nota-se uma plataforma constituída por degraus de secção octogonal, três na Ribeira Grande e quatro em Benavente, com um ligeiro rebordo na parte superior. As colunas ostentam nas suas bases um tronco de pirâmides octogonais, com as faces côncavas e três molduras escalonadas de tamanho decrescente, no sentido ascendente; os fustes, de superfícies curvas, apresentam caneluras de arestas, torcidas – para a esquerda em Ribeira Grande e para a direita em Benavente - e um nó de moldura redonda, a meia altura do fuste – simples na Ribeira Grande e geminado em Benavente; e finalmente os capitéis são de estrutura tronco-cónica. O de Benavente tem um ornato em relevo mais rico, de folhas de hera estilizada e o da Ribeira Grande, uma decoração em laçaria entrelaçada.

Os remates dos dois pelourinhos, destinados a receber quatro ganchos de ferro convencionais, são cónicos e torsos, do tipo “pinha”, conforme sublinha Luís Chaves<sup>688</sup>, sobrepujados por espécies de esferas achatadas. No coroamento dos remates, observam-se esferas armilares e duas cruzes, de Cristo na Ribeira Grande e de Avis em Benavente. Existe igualmente um certo paralelismo entre o pelourinho de Cabo Verde e o de Barbacena<sup>689</sup>, nomeadamente na base, no anel inserido a meia altura do fuste e o remate em pinha.

### IV.3. A Alfândega

A alfândega foi criada, de acordo com Cristiano Sena Barcelos, por iniciativa de D. João III, logo a seguir à fundação do bispado de Cabo Verde (1533)<sup>690</sup>. Ao que parece, e segundo documento produzido por André Rodrigues, durante algum tempo (pelo menos até 1549), os serviços da alfândega e da feitoria foram executados em edifícios arrendados para esse efeito. Rodrigues deixa transparecer a sua total

---

<sup>687</sup> O pelourinho de Benavente foi edificado, ao que tudo indica, por volta de 1516, quando a povoação recebeu foral novo outorgado por D. Manuel. Ataíde Malafaia, *Pelourinhos Portugueses: Tentâmen de Inventário Geral*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997, p. 124.

<sup>688</sup> Cf. Luís Chaves, *Pelourinhos do Ultramar Português*, Lisboa, Agencia Geral das Colónias, 1948, p. 50.

<sup>689</sup> A localidade de Barbacena, recebeu foral de D. Manuel em 1519 e em consequência terá projetado um pelourinho manuelino. Cf. Luís Keil, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Portalegre*, vol. 1, Lisboa, 1943.

<sup>690</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª Edição, vol. I, partes I e II, p. 106.

insatisfação relativamente a essa situação, ao afirmar que pela riqueza da cidade, chegando ao exagero de compará-la com as cidades mais desenvolvidas da metrópole, era inadmissível que as casas da alfândega e da feitoria fossem “casas de aluguer e térreas e de telha vã”<sup>691</sup>.

Recentes escavações arqueológicas realizadas pelos arqueólogos britânicos, Chris Evans e Marie Louise Stig Sorensen, descobriram restos de muros que poderão ser, segundo os responsáveis pelos trabalhos, ruínas da alfândega da Ribeira Grande. As escavações ocorreram na zona do Largo do Pelourinho, não muito longe do antigo porto. Uma das conclusões das escavações é a de que a cidade teve outrora uma vida marítima e mercantil mais agitada do que se possa imaginar, com uma função mais valorizada do que apenas a de um porto de escala. A equipa sublinha ainda que nenhum documento cartográfico faz referência a essas estruturas mas, se analisarmos a gravura atribuída a Baptista Boazio<sup>692</sup>, possivelmente a mais antiga que se conhece da cidade, representando-a aquando do ataque de Francis Drake em 1585, nota-se uma área correspondente ao largo do Pelourinho designada de “mercado”<sup>693</sup>. Nela observa-se um complexo arquitetónico formado eventualmente pela alfândega, feitoria e casa da guarda, bem perto do porto e no espaço ocupado pelo pelourinho.

Pensamos que é normal a não menção dessas construções nos mapas que se seguiram na medida em que logo após o ataque de Drake a cidade ficou bastante arruinada, sendo prova disso os relatos coevos, agora reforçados com as inspeções arqueológicas pois, além dos restos de fundações, foram encontradas 150 bolas de canhão e vestígios de carvão, resultantes de um provável incêndio.

De fato, a cartografia que se conhece, como a de autoria desconhecida do século XVII, as plantas de António Carlos Andreis de 1769 e 1778 e a planta de anónimo de finais do século XVIII, realizadas numa fase bem mais tardia, não retratam esses edifícios, visto que poderiam estar não só em ruínas, como até soterrados.

---

<sup>691</sup> Cf. Carta do contador André Rodrigues a el-rei D. João III de 27.03.1549, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 395-397.

<sup>692</sup> Cf. Teixeira da Mota, “Cinco Séculos de Cartografia das ilhas de Cabo Verde”, Garcia Orta, Lisboa, 1961, vol. IX, nº 1, p. 12

<sup>693</sup> Na legenda encontra-se representada pela letra T.

#### IV. 4. O Palácio Episcopal, tão Conturbado quanto a Sé

Após a elevação da Ribeira Grande a sede de bispado (1533), surgiu de imediato a necessidade de construir um paço episcopal para a residência privativa dos bispos. A escolha do sítio recaiu no bairro de São Sebastião. O edifício é datado de meados de Quinhentos, altura em que o Bispo D. Frei Francisco da Cruz determinou a sua construção<sup>694</sup>.

Em 1589, o rei concede ao Bispo D. Frei Pedro Brandão a quantia de 100.000 réis para o seu conserto<sup>695</sup>. Essa notícia leva-nos a deduzir que a obra foi executada provavelmente com materiais frágeis, de maneira que teve necessidade de receber reparos logo em 1589. Outra conclusão que se pode tirar a partir do documento, relaciona-se com o interesse e valorização da vida religiosa, por parte do monarca ibérico, ao preservar as construções de referência do centro urbano.

Entre 1688 e 1699, o Bispo D. Frei Vitorino Portuense (1688-1705) mandou que fosse reedificado o paço Episcopal e, devido a essa empreitada, a construção do seminário ficou mais uma vez adiada<sup>696</sup>.

O paço Episcopal da Ribeira Grande serviu de residência para os bispos apenas em raras ocasiões, devido aos problemas relacionados com o clima, com as condições de saúde e com as crises políticas e económicas existentes no território. Na verdade, ser bispo de Cabo Verde não era um cargo ambicionado e prova disso mesmo foi a resistência de muitos dos indigitados em irem residir nas ilhas, resolvendo ficar antes na metrópole ou renunciando posteriormente ao cargo. A título exemplificativo, pode-se citar o primeiro bispo de Cabo Verde, D. Brás Neto (1533-1538) que não chegou a embarcar, e D. Frei Pedro Brandão (1588-1606) que se retirou para Lisboa em 1590, renunciando depois ao cargo<sup>697</sup>. Por outro lado, nele viveu, por exemplo, o Dominicano, D. Frei Sebastião da Ascensão (1611-1614) que, segundo um anónimo,

---

<sup>694</sup> Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 41.

<sup>695</sup> Cf. Paço Episcopal de Cabo Verde de 22.02.1589, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. III, p. 176.

<sup>696</sup> Maria João Soares, "A Igreja em Tempo de Mudança Política, Social e Cultural", in *ob. cit.* p. 362.

<sup>697</sup> Cf. Maria João Soares, "Bispos de Cabo Verde: 1533-1646" (Apêndice), in *ob. cit.* p. 513.

era considerado um santo, e por isso quando morreu, “concorreu tanta gente dele aos Paços Episcopais, que chegaram a quebrar duas vigas”<sup>698</sup>.

No entanto, houve bispos que mesmo vivendo no arquipélago optaram por viver noutros locais e mesmo noutras ilhas. D. Frei Francisco de Santo Agostinho (1709-1719), após as obras do seminário, situado junto ao paço Episcopal que o limitou, optou por ir viver na localidade da Trindade, propriedade da mitra e relativamente afastada da cidade, lugar onde consta uma ribeira, chamada também da Trindade<sup>699</sup>.

Embora residisse numa outra zona, D. Frei Francisco de Santo Agostinho, como que obrigado, realizou melhoramentos no paço Episcopal, nomeadamente nas paredes, nas vigas, no forro, nos madeiramentos, nos soalhos e na cobertura de telha, regressando logo de seguida para a fazenda da Trindade. A obra, contudo, debateu-se com os problemas crónicos da falta de verbas e de mestres pedreiros e carpinteiros que se responsabilizassem pelos trabalhos<sup>700</sup>.

Por sua vez, depois de ter passado oito meses na ilha de São Nicolau, em 1755 o Bispo D. Frei Jacinto Valente (1752-1774) resolveu ir morar para a ilha de Santo Antão, onde morreu passados 20 anos<sup>701</sup>. Em consequência, assistiu numa atitude de indiferença à queda do paço Episcopal da Ribeira Grande. Ao ordenar ao seu mordomo Diogo José, que vendesse “todos os trastes dos ditos paços, e até mesmo os livros da livraria, e conduzir toda a prata da Mitra” para a sua nova casa, deixou o paço sem qualquer ornamento, com “as portas abertas” e “caindo aos pedaços até que ficou tudo por terra”. Chegou mesmo a determinar que não fosse realizada “despesa alguma” para o conserto do paço sem o seu consentimento<sup>702</sup>. Com a morte do D. Frei

---

<sup>698</sup> Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p.44.

<sup>699</sup> Cf. Maria João Soares, “A Igreja em Tempo de Mudança Política, Social e Cultural”, *in ob. cit.* p. 368. A capela da Trindade, recentemente restaurada (2010) com financiamento da Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, é uma construção do século XVI, fundada por Fernão Fiel de Lugo [Instituição do Morgado de Fernão de Lugo na ilha de Santiago de 25.06.1540, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. II, pp. 327-339] e reconstruída a mando do Bispo D. Frei Francisco de Santo Agostinho. Trata-se do único templo de planta octogonal (irregular) existente em Cabo Verde. Nela, destacam-se para além da sua planimetria, um portal com preceitos clássicos, ladeado por pilastras e coroado por cornija em alto-relevo, e uma decoração em pintura mural também de gosto clássico no seu interior. A sua arquitetura pode ser equiparada com a capela de Nossa Senhora da Conceição (c. 1570), anexa a Casa da Torre de Garcia d’ Ávila no Brasil.

<sup>700</sup> AHU, Cabo Verde, cx. 9, doc. 73, de 25.11.1712.

<sup>701</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.* p. 158.

<sup>702</sup> Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 59.

Jacinto Valente, em 1774, todos os seus bens, avaliados no valor de 16 000 réis<sup>703</sup>, deveriam, por despacho do Marquês de Pombal, ser entregues ao próximo bispo, com o objetivo de reedificar o palácio Episcopal<sup>704</sup>.

Os problemas do prelado e da residência dos bispos da Ribeira Grande não acabaram com a morte de D. Frei Jacinto Valente. Na verdade, ao residir fora da ilha de Santiago, criou nos seus sucessores o desejo de habitarem igualmente numa outra ilha e, conseqüentemente, os bens do bispado não chegaram a ser empregados na reconstrução do antigo paço. O bispo D. Frei Cristóvão (1785-1798) foi viver para a ilha de São Nicolau, onde morreu<sup>705</sup>, pelo que o paço ficou eternamente por reconstruir<sup>706</sup>.

Devido ao seu desaparecimento completo, hoje é difícil prever por quantas fases de construção passou o edifício. As fontes são também parcas. No entanto, sabe-se, não obstante a ausência de referências em termos de características arquitetónicas, que a primeira obra se deve ao bispo D. Frei Francisco da Cruz (c. 1572). Nos últimos anos de Seiscentos, durante o mandato de D. Frei Vitorino Portuense, o paço Episcopal foi reedificado. Com efeito, a zona habitacional foi possivelmente reduzida para dar lugar ao início da construção do seminário. Este volta a sofrer alterações a partir das obras realizadas por ordem do D. Frei Francisco Santo Agostinho, nos princípios do século XVIII.

Existem algumas plantas que nos auxiliam na tarefa de tentar traçar a linguagem arquitetónica do edifício. Assim, na primeira imagem que se conhece da cidade, da autoria de Joannes Van Keulen, pode-se observar, em primeiro plano, não só a Sé, como também o paço. Nessa gravura da escola holandesa projetada à entrada do porto, não apresentando por isso mesmo pormenores, constata-se que a residência episcopal, com um desenvolvimento horizontal, mostra dois pisos, sendo visíveis no

---

<sup>703</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 101.

<sup>704</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.* p. 162.

<sup>705</sup> Cf. *Notícias Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde*, p. 101.

<sup>706</sup> No ano de 1779, o ouvidor geral interino, Manuel Tavares da Silva, recomendou ao Governador António do Vale de Sousa Meneses, que aproveitasse os degredados com experiência nos ofícios de pedreiro e carpintaria para restauro do paço. Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.* 2ª edição, vol. II, parte III, p. 77. Em 1824, Bispo D. Frei Jerónimo do Barco da Soledade, tentou reedificar o paço Episcopal, mas como teve de se retirar para Lisboa, como deputado, a obra ficou ao abandono e perdeu-se a última oportunidade de “ressurgir a antiga cidade”. Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 331.

primeiro dois vãos e, no segundo, nove aberturas e uma pequena construção anexa, colocada no lado esquerdo do observador que entra no porto.

Em 1699, encontramos uma outra gravura, desta vez francesa, que projeta de forma destacada o edifício do palácio. Se essa imagem não nos indica concretamente a aparência real, porque é uma representação com uma carga mais simbólica, há a apontar, contudo, os dois registos e o alinhamento horizontal.

A descrição mais completa foi realizada por Cristiano Sena Barcelos, chegando mesmo a conceber o seu alçado e corte de perfil. O autor escreve que o palácio Episcopal não primava por uma boa arquitetura, mas era um “edifício que media 193,5 palmos de comprimentos, 55 de largura e 41 de altura” ou seja, 42 X 12 X 9 metros. O telhado era de quatro águas com a altura de 3,74 metros, contabilizados a partir da cimalha<sup>707</sup>.

A fachada principal, orientada a sul, era rasgada por oito janelões de sacada, colocadas no andar nobre, e o seu acesso fazia-se através de um lanço de escada no lado direito do frontispício que estabelecia contacto com uma porta fixada no extremo este. A primeira escada conduzindo à entrada principal, media 4,40 metros de alto e 5,28 metros de comprido. A largura e o comprimento da escada ficavam respetivamente pelos 3,30 metros e 2,64. A ladear uma porta de arco ogival, eram visíveis duas colunas de pedra com 2,64 metros que suportavam a cobertura do patim. Penetrando essa porta encontrava-se o vestíbulo que, na parte inferior, abria para um pequeno patamar que facultava o contacto com o piso térreo. O outro vão que possibilitava não só a comunicação com duas salas amplas, como também com outros compartimentos através de um lanço de escada, inseria-se no lado oeste e era rematado por uma janela de sacada.

O piso térreo tinha sete janelas, duas portas e 13 dependências. Já no segundo pavimento, constavam sete quartos para o bispo e família, uma câmara e duas grandes antecâmaras e a capela, a que se deve acrescentar o vestíbulo e duas salas. Junto à porta oeste, ficava a cozinha que media 8,14 metros de comprimento, 4,18 de altura e 12,10 de largura. A cozinha comunicava com os dois pisos do edifício. A fachada lateral

---

<sup>707</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 62.

apresentava duas janelas no pavimento térreo e três de sacada no piso nobre. No seguimento da cozinha, a cerca de 14,30 metros, erguiam-se as enxovias do aljube formadas, para além de duas casas de 7,48 metros de comprimento e 7 metros de largura, por três quartos para residência do carcereiro. Os cunhais do palácio eram estruturas fortes, construídas em cantaria, sobre os quais se apoiavam as vigas e a cobertura.

A juntar a esta leitura, tem de ser referido o estudo de reconstrução do palácio Episcopal realizado pelo “Grupo do Mercado” (arquitetura)<sup>708</sup>. O principal interesse deste estudo reside na representação não da fachada principal do paço, mas sim do alçado tardoz. Nessa fachada vêm-se sete janelas no piso térreo e oito no piso nobre. No alçado oeste rasgavam-se, no primeiro piso, uma porta de verga reta rematada por uma moldura em alto-relevo e uma janela de verga reta. Por sua vez, no piso superior, observa-se dois janelões de sacada e uma janela. Encostada a essa estrutura erguia-se um pequeno complexo térreo, possivelmente a cozinha pois apresenta uma chaminé. No alçado este, existia uma escada de acesso ao segundo piso e uma porta no módulo inferior.

Coincidência ou não, a verdade é que no desenho de Joannes Van Keulen e no projeto de Sena Barcelos, nota-se a existência dessa obra sobradada, localizada no bairro de São Sebastião, e perto da Sé.

A descrição de Sena Barcelos é reforçada ainda pelo desenho de Travassos Valdez, feito em 1864, onde é possível observar, porém sem grande nitidez, a existência de um edifício de dois pisos, janelas sequenciadas no primeiro andar, porta no rés-do-chão, uma estrutura arruinada em anexo (a cozinha?), cobertura em quatro águas e um corpo que se desenvolve principalmente na horizontal.

As fotografias de que dispomos datam de 1929 e não são muito elucidativas. Contudo, permitem perceber uma certa monumentalidade do antigo paço, a sua relação com a Sé, e através delas se pode ver que se tratava de uma arquitetura de sobrado com janelas de verga reta, em cantaria de pedra calcária e paredes internas rebocadas de cal e areia. Elas permitem igualmente compreender a marca que a

---

<sup>708</sup>Cf. Jean-Pierre Wiczorek, *ob. cit.*, p. 68.

residência dos bispos imprimia na paisagem urbana, não somente no bairro onde se inseria, como também em toda a cidade.

De fato, não se pode negar a graciosidade do edifício, considerado por Robert Challe, como o “mais bonito da cidade”<sup>709</sup>, que “moldava” a imagem da envolvente, hoje totalmente desaparecida.

#### IV.5. O Seminário

O seminário de Cabo Verde começa a ser idealizado em 1570, durante o reinado de D. Sebastião, fruto das normas elaboradas no Concílio de Trento (1545-1563). Como resultado, o monarca determinou a construção de um seminário na cidade da Ribeira Grande, onde fossem administradas Teologia Moral ou Casos de Consciência, Latim e Gramática, visando uma educação religiosa capaz de satisfazer as necessidades da diocese. A escolha recairia sobre os moços selecionados pelo bispo tendo, para o sustento dos mestres e colegiais do Seminário, a quantia de 200 mil réis anuais, disponibilizados pela Ordem de Cristo<sup>710</sup>.

O processo da criação física do seminário da Ribeira Grande foi longo e inconclusivo. Aliás, no seguimento de discussões de vários assuntos sobre o arquipélago, surgiu quem defendesse a sua construção fora do território, como sendo, Lisboa<sup>711</sup>, Coimbra<sup>712</sup>, Évora<sup>713</sup> e Luanda<sup>714</sup>, embora sempre a cargo da companhia de Jesus.

---

<sup>709</sup> Robert Challe, *Journal d'un voyage aux Indes orientales (1690-1691)*, Paris, Mercure de France, 1979, p. 135.

<sup>710</sup> Cf. Carta de D. Sebastião sobre a fundação do Seminário de Cabo Verde de 12.01.1570, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 7-11.

<sup>711</sup> Cf. Carta régia ao bispo vice-rei de 31.12.1606, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 187-189.

<sup>712</sup> Cf. Carta régia sobre os Jesuítas de Cabo Verde de 01.04.1608, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 317-319; Fundação do seminário da Guiné de Fevereiro de 1609, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 339-341.

<sup>713</sup> Cf. Carta do vice-provincial dos jesuítas sobre o seminário geral da Guiné de março de 1608, publicada in *MMA*, vol. IV, pp. 312-316.

<sup>714</sup> Cf. *Notícias de Portugal oferecidas a El Rey N. S. Dom João o IV*, Lisboa, 1655, discurso VI, in Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit.*, p. 83.

Passado um longo interregno na discussão da problemática do seminário, eis que ressurgiu, nos últimos anos de Seiscentos (1697), o interesse na sua materialização. Esse impulso é encabeçado pelo Bispo D. Frei Vitorino Portuense que, através de uma petição, relata a necessidade da fundação de um seminário, “pois em havê-lo se pode seguir o bem de se criarem muitos sujeitos naquela ilha [Santiago], para confessores e párocos” e para que soubessem Moral e Latinitude. O grande problema residia nas dificuldades financeiras, na medida em que na Fazenda Real “senão podem aplicar efeitos alguns, assim para essa obra como para o sustento dos sujeitos que tivessem de assistir nela”<sup>715</sup>. Passado um ano, o bispo volta a insistir nesse projeto que era útil ao “serviço de Deus e salvação das almas”. O religioso afirma que é indispensável a criação de um seminário com capacidade para cerca de 10 estudantes “que saíssem capazes de assistir nas igrejas Matrizes, por me achar [com muita] falta de Ministros, e os naturais se não querem capacitar para o serem”. Para piorar a situação, faleceram dois vigários<sup>716</sup>.

Devido a tudo isso, o bispo pede ao rei que ponha em “execução a obra do Seminário”. Em relação aos custos, estes não deveriam ser altos, porque a construção seria para acolher apenas 10 formandos. Depois de tanto trabalho para fazer erguer a Sé, desabafa que “se [...] advertisse em tão grande falta no princípio desta [...] residência, primeiro havia de ser esta obra, do que a da Sé”. O bispo, que encontrava remédio para tudo, e era detentor de uma inteligência ímpar, escreve ao monarca D. Pedro II, informando-o de que poderia aplicar os rendimentos das ilhas de São Nicolau e de São Vicente, território “que ainda que despovoado tem algum gado”, durante 10 anos “para a fábrica do [...] Seminário, como para o sustento dos [...] colegiais”<sup>717</sup>.

---

<sup>715</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino de 28.11.1697, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 405-407.

<sup>716</sup> Cf. Carta do bispo de Cabo Verde a S. Majestade el-rei de 09.07.1698, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 447-448.

<sup>717</sup> Num tom crítico que caracterizava o bispo, e dando conhecimento da má gestão do território por parte das autoridades, salienta que o rendimento das duas ilhas “seria muito maior”, se houvesse quem dedicasse e empregasse sal, abundante na altura, “para consertar as peles e couros” e que poderiam recolher mais rendas, comparativamente a “limitação que vai delas este ano [1698]”. Cf. Carta do bispo de Cabo Verde a S. Majestade el-rei de 09.07.1698, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 447-448.

O rei, depois do parecer favorável do Conselho Ultramarino<sup>718</sup>, manda “averiguar as pensões que ainda se pagam às ilhas de São Nicolau, Boavista e São Vicente” para fazer face às despesas da empresa<sup>719</sup>, pelo que tudo parecia estar, finalmente, bem encaminhado para a concretização do projeto.

Chegou a ser projetada a planta e o alçado<sup>720</sup> de um edifício, elaborada pelo capitão-engenheiro José Soares da Rocha<sup>721</sup>. Trata-se de um projeto retangular alongado, onde é possível observar diferentes compartimentos da construção, como sendo o aljube<sup>722</sup>, um pátio de planta retangular e vários outros cômodos. A fachada principal, assimétrica e orientada a sueste, dividia-se em três módulos, sem qualquer elemento de separação visível. O módulo esquerdo, térreo, apresentava três vãos: uma janela que correspondiam a um cômodo, e uma outra janela flanqueada pela porta. O módulo central era sobradado e marcado por quatro janelas, duas no primeiro piso e duas no piso nobre. No lado direito do frontispício, abriam-se duas portas, cada uma correspondendo a um cômodo. A fachada lateral leste era cega. Já a parte tardoz apresentava uma única porta na extremidade esquerda que dava acesso ao interior de uma das divisões do projeto. Finalmente, a fachada lateral oeste estava encostada ao paço Episcopal. A comunicação entre as diferentes áreas era garantida por uma porta que estabelecia uma espécie de corredor interno.

A partir dos alçados projetados pelo engenheiro José Soares da Rocha (1706) é possível notar que o edifício chegou a estar praticamente concluído, faltando apenas a cobertura. No entanto, antes mesmo do seu término, já eram visíveis partes arruinadas na sua estrutura, nomeadamente no ângulo superior direito pertencente à faixa intermédia do frontispício e na parede assinalada com o número dois na planta. Perante tal fato, somos levados a perguntar, que razão ou razões estarão na origem da

---

<sup>718</sup> Cf. Consulta do Conselho Ultramarino sobre o Seminário em Cabo Verde de 07.11.1698, publicado in *MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 472-473.

<sup>719</sup> Cf. Carta régia ao bispo de Cabo Verde de 10.01.1699, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. VII, p. 483.

<sup>720</sup> Engenheiro Capitão José Soares da Rocha, *Plantas Iconográfica e Cenográfica do seminário da Ilha de Santiago de Cabo Verde* (c. 1706), AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D.118

<sup>721</sup> O processo de negociação para a construção do seminário focou-se numa proposta sem grande expressão e para formar 10 religiosos. No entanto, parece-nos que o bispo apostou num empreendimento mais vasto, o que terá dificultado e condenado à morte a realização do edifício.

<sup>722</sup> Pelos dados disponibilizados pelo engenheiro José Soares da Rocha, a aljube já estava erguida antes do edifício do paço. *Plantas Iconográfica e Cenográfica do Seminário da Ilha de Santiago de Cabo Verde de 1706*, AHU, Cabo Verde, doc. 42ª, cx. 9, 26.02.1706.

degradação de um edifício tão recente? A resposta pode ser encontrada na ausência de profissionais especializados em construção, na urgência da criação do seminário para Cabo Verde e, por último, na má qualidade dos materiais empregados na empresa. Pode ainda ser apontada a falta de acabamentos na estrutura, o que facilita o processo de deterioração, visto que os materiais ficam mais expostos aos efeitos do clima.

O resto resumiu-se na morte do bispo D. Frei Vitorino Portuense, ou seja, a obra morreu com o bispo. O cabido, num esforço final, pediu auxílio à metrópole para o envio de verbas de modo a acabar a empreitada, mas a resposta foi o silêncio<sup>723</sup>. Em 1841, José Conrado Carlos Chilmichi narrava que o seminário, um edifício de “dois andares e umas trinta janelas de frente”, não chegou a ser terminado e que “o bicho comeu toda a madeira que é de pinho”<sup>724</sup>.

---

<sup>723</sup> AHU, *Cabo Verde*, doc. 42<sup>a</sup>, cx. 9, 26.02.1706.

<sup>724</sup> Cf. Cf. José Conrado Carlos de Chelmichi, Francisco Adolfo de Varnhagen, *ob. cit.*, tomo I, p. 67.

## **CONCLUSÃO: A Problemática do Urbanismo e da Arquitetura na Ribeira Grande**

A vida urbana e a produção artística na Ribeira Grande, muito influenciada pelas condições climatéricas e ausência de recursos naturais, foram incrementadas ao longo de três séculos a um ritmo lento. A efetiva ocupação da cidade deveu-se à sua situação geográfica que facilitava a articulação com a costa do continente bem como como as longas viagens marítimas que tinham como palco principal o Atlântico e o Índico.

Foi a partir dos finais do século XV que as ilhas conheceram o seu primeiro núcleo urbano. Apresentava uma malha que soube adaptar-se ao território, originando quatro espaços ou bairros, designados por largo do Pelourinho, São Pedro, São Brás e São Sebastião. O núcleo foi elevado à categoria de cidade em 1533, embora não tivesse equipamentos, infraestruturas e elementos arquitetónicos que justificassem esse título. As verdadeiras razões que justificaram a concessão do estatuto de cidade pelo rei D. João III foram, sem dúvida, a função religiosa, relacionada com a existência de um bispado recentemente criado, onde o monarca, tal como fizera em São Tomé<sup>725</sup>, achou pertinente atribuir a categoria de cidade ao aglomerado que iria receber uma Sé.

Com o desenvolvimento e consolidação do bairro de São Sebastião, a cidade da Ribeira Grande passou a contar com todos os bairros existentes, ao mesmo tempo que ocupava todos os espaços suscetíveis de urbanização na altura. Na verdade, o local onde a cidade veio a ser incrementada exibe muitas barreiras físicas que condicionaram não só a aparência do núcleo urbano como também a sua propagação para outras áreas, então por construir.

As barreiras físicas estão relacionadas diretamente com a costa, o vale e a ribeira Maria Parda. A costa do território em estudo é muito íngreme e o único acesso ao porto e interior do aglomerado é feito a partir da enseada localizada a sul. Nos

---

<sup>725</sup> Cf. Carta régia elevando São Tomé a cidade de 22.04.1535, publicado *in MMA*, vol XV, p. 108.

pontos mais elevados e de difícil alcance, foram construídos os fortes que tinham a função de defender os interesses da população e da coroa.

O vale, pelo relevo muito acentuado que apresenta em algumas zonas, não possibilitou a humanização da paisagem, constituindo-se assim, por um lado, num grande impedimento à expansão urbana e, por outro, no principal responsável pela localização do último bairro da cidade, o de São Sebastião, que era o único espaço disponível para construir nos finais do século XVI.

A ribeira que envolvia praticamente toda a urbe, no sentido sul/norte, condicionou o núcleo, principalmente nos períodos de inundações que aconteciam na estação das chuvas (entre julho e outubro). Este foi um fator que impediu, na medida em que não consta na sua zona de incidência, sobretudo no largo do Pelourinho e no bairro de São Pedro, a existência de qualquer construção. A esse respeito, entre 1663 e 1664, é documentado que a cidade estava muito mal situada, entre duas serras, altas e a pique das quais, durante as chuvas, “se despedem pedras tão grandes do mais alto deles e vêm dar algumas em os telhados da cidade que parece se dispara grossa artilharia e correm algumas casas grandes riscos”<sup>726</sup>.

Numa gravura de 1589, realizada no quadro do ataque de Francis Drake, observa-se a existência de uma grande ribeira, fato que pode comprovar o relato de Cadamosto, não obstante o exagero, quando afirma, em 1455-1456, que o rio seria capaz de acolher “um navio de 150 tonéis, carregado, pois tinha de largura um bom tiro de arco”<sup>727</sup>. Essa informação é partilhada ainda por um piloto português<sup>728</sup>. Contudo, na maior parte do tempo, a ribeira encontrava-se seca, fato que justifica a inexistência de pontes de passagem como as que existiam em outras cidades do Atlântico Português, entre as quais, a de São Tomé e a do Funchal. A esse propósito, em 1694, o ouvidor geral de Cabo Verde sublinha que as inundações da ribeira, “na mais apertada enchente, não duram mais de seis horas e somente nos meses de

---

<sup>726</sup> Cf. Relação de frei André de Faro sobre as missões da Guiné de 1663-1664, publicada in MMA, 2ª série, vol. VI, pp. 178-257 (vide página 190).

<sup>727</sup> Cf. José Manuel Garcia, *Viagens dos Descobrimientos*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

<sup>728</sup> *Navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé*, p. 13-14.

agosto e setembro”, pelo que não obriga à criação de uma ponte, “nem é fácil este remédio”<sup>729</sup>.

Os três elementos naturais citados acabaram por limitar, de forma bastante inflexível, toda a vida urbana do aglomerado, originando a ocupação de todos os espaços passíveis de construção. Esta realidade leva-nos à conclusão de que não houve, por parte dos primeiros povoadores, o cuidado em definir um território com maiores possibilidades de expansão e desenvolvimento, ou seja, a cidade nasceu já com o seu futuro possível definido.

Na sua génese, a Ribeira Grande implantou-se junto à costa, na zona vulgarmente identificada por “largo do Pelourinho”, numa costa que não ultrapassava os 5 metros acima do nível do oceano. Posteriormente, a urbe dilata-se na direção norte formando-se assim o bairro de São Pedro ou Figueira de Portugal que se assenta entre 5 a 20 metros de altura. Esses dois espaços foram denominados, por Fernando Pires, de zona “baixa”.

A cidade “alta” é constituída pelos bairros de São Brás e São Sebastião que se encontram localizados entre os 20 e os 40 metros de altitude. A única construção que ultrapassa essa baliza topográfica é a fortaleza Real de São Filipe, implantada numa cota entre os 90 e os 100 metros de altura.

Em termos de organização dos espaços, verifica-se mais consistência na área “baixa” do que na área “alta”, devido aos declives aqui presentes que exigem um maior esforço de adaptação<sup>730</sup>.

A cidade considerada “baixa” assumia, entre outras, a função comercial e marítima, representada principalmente pelo seu porto, “onde os navios que fazem escala se abastecem em água”<sup>731</sup>. A função religiosa, associada à existência de várias construções de carácter cultural e assistencial, faz-se representar pela igreja de Nossa Senhora do Rosário e a da Misericórdia; a função política/administrativa, simbolizada pela presença de determinados equipamentos como a câmara, a cadeia e o pelourinho. Por último, detinha também a função residencial.

---

<sup>729</sup> Cf. Carta do Ouvidor Geral de Cabo Verde a sua Majestade el-rei de 01.08.1694, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 232-234.

<sup>730</sup> Fernando Pires, *ob. cit.*, p. 94-95.

<sup>731</sup> *Relation Journalieze d'un Voyage Fait en 1699 aux Isles du Cap Verd*, p. 62.

Por sua vez, a cidade “alta” assumia a função residencial e a função religiosa, sendo de referir a atividade desempenhada pelos jesuítas no bairro de São Brás e a existência da Sé no bairro de São Sebastião.

O burgo da Ribeira Grande teve como ruas estruturantes, as “ruas direitas” de São Pedro, da Cidade e do Forte, situadas respetivamente nos bairros de São Pedro, São Brás e São Sebastião. A rua Direita de São Pedro desenvolve-se perpendicularmente à baía e constitui a primeira e a principal via de toda a urbe. O seu percurso inicia-se no porto, acompanha a linha natural da ribeira ao longo do vale, algo sinuoso, e termina nos últimos edifícios do bairro com o mesmo nome, perto da aldeia do Sapes. A partir dessa rua surgem, para além dos becos e travessas, as ruas secundárias paralelas, rua da Banana, rua da Carreira, rua da Horta Velha e uma rua secundária perpendicular à rua dos Conventos, formando os quarteirões. Dentro desse tecido, as ruas da Banana e da Carreira tinham um papel determinante, assumindo-se como vias planeadas e largas, tendo como função a habitação e a circulação de bens e de pessoas.

Relativamente à rua Direita da Cidade ou rua Direita de São Brás, nascia no Largo do Pelourinho, percorria todo o bairro de São Brás e finalizava no forte de São Lourenço e na porta com a mesma denominação. Na sua passagem pelo bairro, a rua, que se adaptava perfeitamente às condições do terreno, dividia a zona em duas áreas distintas, definidas pelos jesuítas por banda do mar e banda de terra<sup>732</sup>, originando dois blocos construtivos paralelos à baía.

A rua Direita ao Forte, localizada no bairro de São Sebastião, estabelecia o contacto entre a Sé e a fortaleza Real de São Filipe e desenvolvia-se perpendicularmente à costa. Se no seu arranque era bastante regular, fruto das condições topográficas, desenvolvia-se em grande irregularidade à medida que a altitude aumentava. Para finalizar, pode-se destacar que enquanto as ruas direitas de São Pedro e de São Brás se estruturavam a partir de linhas naturais, por terem como referência principal a topografia local, a rua Direita ao forte foi definida tendo em

---

<sup>732</sup> Cf. Residência da Companhia em Cabo Verde de 30.16.1630, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 244-249.

atenção um plano urbano previamente estabelecido, originando assim uma hierarquia de ruas, travessas e edifícios mais harmónica.

Para melhor governar o aglomerado, as autoridades religiosas e laicas tiveram de se empenhar no sentido criarem mecanismo de gestão do território. Nesse sentido, em 1694, o bispo D. Frei Vitorino Portuense optou por dividir a cidade em duas freguesias<sup>733</sup>: uma com sede na “nova Sé”; e outra na igreja de Nossa Senhora do Rosário. A decisão foi considerada “não só útil, mas necessária”<sup>734</sup>. As razões que justificaram tal medida estão intimamente relacionadas com a situação geográfica oferecida pelo território. A primeira razão prende-se com a “grande distância” entre o novo edifício da Sé (situado nos “confins da cidade”, o que não acontecia antes, quando a sé funcionava na igreja da Misericórdia) e as restantes partes da urbe, o que dificultava a administração dos Sacramentos, principalmente “nesta cidade para onde estão vindo de contínuo gentios”. A segunda relaciona-se com a circulação interna nas diferentes áreas urbanas, “laboriosa pela intratabilidade dos caminhos”<sup>735</sup>, realidade que se verifica ainda hoje.

Em 1610, sabe-se da existência, para ajudar nas obras, de uma fábrica de cal<sup>736</sup> e, em 1697, António Gomes Mena comunica ao rei a intenção de construir uma nova lavada para os moradores e os navegantes “muito útil e necessário [aos] mudares de águas para se evitarem as doenças e mortes”, pois a água era extraída de uma lavada que corria “pelo meio da cidade”, o que trazia “muita imundice”. A solução passaria por retirar água de “uma enseada do convento” (“que vai perdida e lhe não faz falta” por ficar “fora da cidade”) e recolhê-la junto à muralha do mar, de forma a que saísse do portão do mar “água limpa, o que se pode acolher com descanso e fazerem os navegantes a sua aguada”. O valor pago por cada pita, “um tostão”, iria reverter a

---

<sup>733</sup> Por essa altura, a cidade contava, no seu todo, com 1885 almas e 327 fogos. A nova freguesia ficaria pelo número de 176 fogos e 845 almas. Carta do ouvidor geral de Cabo Verde a sua majestade el-rei de 01.08.1694, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 232-234.

<sup>734</sup> Cf. Carta do ouvidor geral de Cabo Verde a sua majestade el-rei de 01.08.1694, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 232-234. A criação da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário era tão “conveniente ao serviço de Deus” que os moradores, caso fosse preciso, estariam dispostos a sustentar o pároco da freguesia. Consulta do Conselho Ultramarino sobre a criação de novo pároco de 29.02.1696, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, p. 313.

<sup>735</sup> Cf. Carta do ouvidor geral de Cabo Verde a sua majestade el-rei de 01.08.1694, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 232-234.

<sup>736</sup> Cf. Consulta do Conselho da Índia de 19.08.1610, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, pp. 637-639.

favor da Fazenda Real, de modo que o custo com “cal, telha e tijolo” seria brevemente coberto. O monarca estava de acordo com esse empreendimento, pelo que autorizou o envio dos materiais necessários para a obra<sup>737</sup>.

Para terminar o tema do urbanismo, refira-se que o longo roteiro pela história urbana da Ribeira Grande teve como limites temporais os séculos XV e XVIII. Procurou-se abordar as principais fases do crescimento da urbe, através do estudo das suas diferentes áreas e numa perspetiva analógica com outras, como foram os casos dos Açores e da Madeira. Através dessa abordagem evolutiva, foi possível perceber a implantação das normas urbanas ensaiadas, primeiramente na metrópole, e depois adotadas muitas vezes de modo espontâneo nas ilhas.

Quanto à arquitetura, a cidade da Ribeira Grande, vulgarmente chamada de Cidade Velha, viu nascer vários edifícios de distintas tipologias arquitetónicas, com funções e especialidades muito diferentes, como igrejas, fortes, edifícios assistenciais e domésticos. Em termos de influências, relações estéticas e funcionais, tratam-se de obras indissociáveis de outras erguidas noutras paragens, por vezes muito longínquas, podendo-se assinalar exemplos do Brasil ou da América Espanhola.

Os edifícios de carácter religioso executados nas ilhas, e a Ribeira Grande não constitui exceção, apresentavam uma linguagem artística bastante simples e com poucas diferenças, não obstante o prolongamento cronológico em que iam sendo erguidos, entre finais do século XV e princípios do século XVIII.

Construídas com um sentido único, o de evangelizar os territórios conquistados e salvar mais almas, as igrejas respeitaram os cânones construtivos da metrópole, até porque não havia uma cultura local anterior à presença portuguesa que influenciasse essas propostas arquitetónicas, como aconteceu, por exemplo, nas regiões chinesas. Muitos dos espaços não eram projetados por arquitetos ou engenheiros-militares, o que reforça, em alguns casos, a sua condição de obras básicas. Outro fator que contribuiu para a simplicidade das igrejas foi sem dúvida a situação económica, quase sempre negativa, e a ausência de materiais que tinham de vir de Lisboa.

---

<sup>737</sup> Cf. Nova lavada na Ribeira Grande de 15.11.1697, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. VII, p. 402.

Como resultado, as igrejas exibiam apenas uma única nave, retangular, uma cobertura de duas ou quatro águas, capela-mor, sacristia e pouco mais. A título exemplificativo, refere-se a igreja de Nossa Senhora do Rosário e a capela de São Roque. As fachadas dos templos, com composições volumétricas simples, eram constituídas geralmente por uma pequena empena para os sinos, um pórtico de acesso ao interior, ladeado por uma ou duas janelas e encimado por uma outra janela pequena ou por um óculo. É o caso da Igreja de São Francisco e possivelmente das igrejas de Santa Luzia, São Pedro ou São Brás, hoje desaparecidas.

Contudo, deve-se assinalar a presença de torres sineiras mais independentes e com uma certa monumentalidade, pelo menos à escala local, representadas pelas torres da igreja de Nossa Senhora do Rosário e as da igreja da Misericórdia. A primeira é manuelina ou tardo-gótica. A Sé da Ribeira Grande, localizada no bairro de São Sebastião, foi a única construção da urbe que conheceu duas torres de sino na sua fachada, seguindo desta forma a mesma tipologia arquitetónica das suas contemporâneas, erguidas no tempo do rei D. João III, na metrópole e nas áreas sob o domínio português.

O estilo clássico foi o mais utilizado nas construções, observado, por exemplo, na Sé e na igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde também é visível a presença do manuelino, nomeadamente na sua capela lateral e na sua torre sineira. No entanto, convém alertar que o estudo desses aspectos se torna-se complexo, uma vez que não dispomos de material iconográfico coevo e as leituras contemporâneas são praticamente nulas.

As devoções foram muitas: Espírito Santo, depois Conceição; São Sebastião, São Brás e São Roque (santos protetores das doenças); São Pedro, Nossa Senhora do Rosário, Santa Luzia, Santa Catarina, Santo António, São Gonçalo e São Miguel. É de assinalar ainda a presença de ordens religiosas que procuraram marcar arquitetonicamente a sua passagem pela cidade, designadamente a Companhia de Jesus e a Ordem de São Francisco, através de um colégio não edificado, no primeiro caso, e da construção de um convento com a sua igreja e uma capela, no segundo. A par dessas duas instituições religiosas, há que mencionar os edifícios de apoio à

atividade evangelizadora e assistencial, nomeadamente o Seminário, o paço Episcopal e a Misericórdia.

Relativamente à zona de implantação, é no bairro de São Pedro que se encontra a maior parte das obras religiosas erguidas na cidade. Todas elas, designadamente as igrejas de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, São Pedro, a igreja e convento de São Francisco e a capela do Monte Alverne, encontram-se localizadas nas áreas-limite do aglomerado e em cotas acima dos 10 metros de altitude. No bairro de São Brás, encontram-se as modestas igrejas de São Brás, Santa Luzia e a de São Miguel. Por fim, o bairro de São Sebastião recebia a Sé, o paço Episcopal, a igreja de São Sebastião e, um pouco mais afastada, a capela de São Roque.

Por sua vez, a arquitetura militar encontra-se distribuída pela totalidade do território, nas partes mais frágeis e de relativa facilidade em desembarcar. Abraça toda a cidade, constituindo-se em estruturas de pequena, média e grande dimensão, hierarquia estabelecida a partir da escala local. De pequenas dimensões, salientam-se os fortes de São Brás, situado no bairro de São Brás; do Presídio, instalado junto ao porto; de São João dos Cavaleiros, também conhecido de São Sebastião, fixado no bairro de São Sebastião, hoje desaparecido; e o de São António, implantado no atual bairro de São António<sup>738</sup>. Quanto aos fortes de média dimensão, sublinha-se o de São Lourenço, levantado no bairro de São Brás e o de São Veríssimo projetado no bairro de São Sebastião. A maior obra militar edificada na cidade é a fortaleza Real de São Filipe, inserida no monte sobranceiro ao aglomerado.

No campo da arquitetura pública e civil praticada na Ribeira Grande, encontram-se edifícios de diversas características: construções sobradadas, pertencentes geralmente aos fidalgos; casas de pequenas e médias dimensões; e pequenas habitações de expressão pobre, ou muito pobre. Estamos na presença de edifícios normalmente caiados, levantados em alvenaria de pedra, tendo como material ligante a argamassa de cal e areia ou de adobe, com fundações profundas e paredes grossas, com aberturas reduzidas e coberturas em asna de madeira com telha ou colmo. Em termos de vestígios, é de assinalar a casa da janela de estilo gótico

---

<sup>738</sup> O bairro de Santo António teve a sua génese nos finais do século XIX, princípios do século XX.

manuelino, que terá pertencido aos jesuítas, por cedência régia e uma habitação senhorial situada na rua do Porto. Esta última, de planta retangular e cobertura de quatro águas, é uma construção provavelmente de finais do século XVIII, tendo o primeiro piso destinado ao comércio, e três vãos encimados por outros três na fachada.

A cartografia e a iconografia históricas indicam-nos a presença de um conjunto edificado onde são visíveis casas térreas, a maioria, e sobradadas, poucas. Em 1655, a planta da cidade, da autoria de Marqués de Heliche mostra as habitações da Ribeira Grande distribuídas pelas diferentes áreas, sendo possível identificar não apenas obras religiosas e militares, mas igualmente construções domésticas de um e dois pisos, cobertas de telha cerâmica em duas águas e algumas de quatro. A mesma fisionomia do aglomerado é visível nas gravuras de Joannes Van Keulen, de Van der Hem (1646) e de Duplessis (1699). Na planta de António Carlos Andreias de 1778, vêem-se as casas de D. Violante Freire de Andrade e do mestre Escola Nicolau da Fonseca e Araújo.

Essas produções ostentavam, geralmente, a pedra calcária e o mármore (em pequeno número) nos pontos arquitetónicos que se destacavam mais, como as esquinas, as jambas das portas e janelas ou lintéis, evidenciando um assinalável contraste estético e ornamental com outros elementos estruturais feitos de materiais menos nobres e de inferior qualidade, dos quais se pode destacar a pedra basáltica local e o barro.

Resumidamente, pode-se salientar que o aglomerado nunca teve um desenvolvimento (utilizando uma linguagem atual) competitivo e sustentável, não passando por isso, nas palavras do padre jesuíta António Barreira, de uma pequena aldeia e com algumas desvantagens relativamente às de Portugal<sup>739</sup>. O primeiro povoado da ilha e do arquipélago mostrava ser pobre, com poucas infraestruturas, dispersas, e com uma evolução praticamente neutra a partir de meados do século XVII, de carácter vernacular e orgânico mas, finalmente, com uma boa relação entre a paisagem humanizada e a paisagem geográfica.

---

<sup>739</sup> Cf. Exposição do padre Sebastião Gomes contra a fundação em Cabo Verde de 30.05.1627, publicada in *MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 179-193.

Sobre a natureza modesta da Ribeira Grande, as memórias escritas são bastantes elucidativas, o que acaba por reforçar a nossa leitura anterior. Por outro lado, é importante esclarecer que essa situação tem várias causas, distribuídas em dois grupos. O primeiro relaciona-se com os ataques levados a cabo pelos inimigos da União Ibérica e as crises de cariz económico, militar e político; e o segundo, com a carência, qualidade e valores exorbitantes dos materiais utilizados na construção, bem como a falta de artistas qualificados.

Relativamente às crises políticas, militares e económicas, pode-se mencionar, a título exemplificativo, os danos causados pelo ataque dos corsários ingleses liderados por Francis Drake (1585) levando à destruição de uma boa parte da cidade. Cabe ainda registar o assalto perpetrado por Manuel Serradas, dois anos antes. Como consequência, o cardeal Alberto comunica ao rei a necessidade de reedificação do parque edificado. O documento informa ainda, que os moradores precisam de “dez mil cruzados [...] para com eles comprarem madeira, cal e telha para reedificarem suas casas, porque lhes queimaram e destruíram as três partes delas”, valor emprestado e que deveria ser pago durante cinco ou seis anos<sup>740</sup>.

Porém, as carências mantiveram-se e em 1619<sup>741</sup> e 1626<sup>742</sup> temos notícia de que as igrejas se encontravam em situação de ruína e sem ornamentos.

Entre 1627<sup>743</sup> e 1637<sup>744</sup>, nas argumentações do padre jesuítico Sebastião Gomes para não se fazer colégio na Ribeira Grande, salientava-se que a pobreza estava instalada na cidade e faltava “tudo a respeito do que antes havia” e “a terra de alguns anos a esta parte tem decaído notavelmente e cada dia vai em tal diminuição em si, que quase de todo está exausta; e de fora há muitos anos que lhe falta o comércio [...] pelo que se teme que cedo será despovoada”. À semelhança dos jesuítas, o padre

---

<sup>740</sup> Cf. Carta do cardeal Alberto a el-rei de 08.03.1586, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. III, pp. 133-135.

<sup>741</sup> Cf. Certidão da câmara da Ribeira Grande de 11.10.1619, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. IV, pp. 645-646.

<sup>742</sup> Cf. Carta do bispo de Cabo Verde a el-rei D. Filipe III de 04.08.1626, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 160-161. A carta do bispo que pedia apoio para se transferir para o seu bispado, teve resposta positiva da parte do rei, ao ordenar “que se lhe dê ajuda de custo e paguem alguma quantidade de dinheiro por conta dos ordenados que tem vencido para se poder aprestar e vir para o Bispado”. Cf. Carta régia aos governadores de Portugal de 23.09.1626, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, p. 164.

<sup>743</sup> Cf. Exposição do padre Sebastião Gomes contra a fundação em Cabo Verde de 30.05.1627, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 179-193.

<sup>744</sup> Cf. Parecer do padre Sebastião Gomes sobre a Companhia em Cabo Verde de 1637, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 324.328.

franciscano Frei João da Esperança, através de uma carta datada do mesmo período [1638], realça que “a terra se encontra em miserável estado e grande pobreza” e, devido a esse fato, seria pouco aconselhável apostar na fundação do convento dos Franciscanos<sup>745</sup>.

No entanto, em 1690-1691, Challe faz uma leitura bastante animadora e surpreendente da cidade, ao adiantar que “parece novinha, as ruas estão alinhadas, as casas com janelas e claras, quase todas com dois andares, cobertas de telhas”<sup>746</sup>. Possivelmente, o viajante francês não estaria à espera de encontrar uma região com escassos recursos naturais e económicos, basicamente organizada, e caiu no exagero. Por outro lado, estaria talvez à espera de contemplar uma urbe arruinada, ruas irregulares, casas com apenas uma porta e sem janelas, térreas e cobertas de colmo.

A mesma sensação, contudo um pouco mais contida, é transmitida pelo engenheiro Duplessis (1699): “as casas que estão cobertas de telhas estão razoavelmente construídas, embora não tenham nem sótão, nem chaminés, por ser inútil, visto que faz sempre calor e que preparam as suas refeições fora, num buraco semelhante ao forno”<sup>747</sup>. Convém realçar que esses relatos foram realizados por viajantes, tendo por isso uma análise diferente da dos moradores.

Porém, a cidade iria ser marcada, pela negativa, por um acontecimento importante, a chegada do pirata francês Jacques Cassard, no dia 4 de maio de 1712, sendo a cidade atacada e pilhada<sup>748</sup>. Na verdade, a Ribeira Grande nunca foi capaz de recuperar das consequências desse acontecimento. Assim sendo, os relatos depreciativos, relativos ao aglomerado, multiplicaram-se. No ano de 1724, o ouvidor geral de Cabo Verde, Sebastião Bravo Botelho, aponta que a “cidade [...] além de ser ténue tem arruinada a maior parte das casas, e ainda as que estão capazes de se

---

<sup>745</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, p. 141.

<sup>746</sup> Cf. *Journal d'un Voyage aux Indes Orientales (1690-1691)*, p. 135.

<sup>747</sup> Cf. *Relation Journalière d'un Voyage fait en 1699*, p. 63.

<sup>748</sup> Para saber mais sobre o assalto e perceber a sua grandeza, ler na íntegra o documento produzido por Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. I, parte II, pp. 378-410.

habitarem, não têm gente porque os donos delas pela sua pobreza e miséria vivem por dentro da ilha”<sup>749</sup>, ocupados com as suas atividades agrícolas.

Alguns anos depois, em 1738, a cidade “achava-se falida” e boa parte da paisagem urbana era “pardieiros rasos, e as poucas casas que se acham em pé [estavam] arruinadíssimas [...] e cada vez se vão em maiores ruínas”<sup>750</sup>. Pelo teor da informação, escrita no sentido de convencer o monarca a levantar a proibição da comercialização dos “panos de terra”, percebe-se a grande degradação de que a Ribeira Grande era alvo<sup>751</sup>. Em meados do século XVIII, Dampierre descrevia a cidade como sendo um lugar com “duas ou três centenas de casas, todas construídas de pedra bruta [sem material ligante]”<sup>752</sup>.

A situação de decadência não só foi contínua como se acentuou no tempo. Em 1762, o conjunto urbano e arquitetónico parecia e, segundo o ouvidor geral João Vieira de Andrade, as fortalezas encontravam-se “em grande danificação e se não reparam sem uma grande despesa”, o ancoradouro “corta as amarras” e a cidade “se acha totalmente devastada e a acabar de todo, e de todo se teria acabado se nela não estivera a Sé e o Convento de São Francisco”<sup>753</sup>. Em 1764, os oficiais da Câmara fazem-se eco do ouvidor ao comunicarem ao rei que a vida urbana está em “total ruína” e não há “nela cadeia, onde se prendam os criminosos [...], as casas da Câmara destruídas, o açougue por terra, as calçadas arruinadas, e finalmente, Senhor, é a Tróia destruída”<sup>754</sup>.

---

<sup>749</sup> Cf. Carta do ouvidor geral de Cabo Verde, Sebastião Bravo Botelho, ao rei D. João V sobre o verdadeiro estado da ilha de Santiago de 18.11.1724, publicada in Daniel Pereira, *A Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII*, Praia, Alfa-Comunicações, 2ª edição, 2004, pp. 158-164.

<sup>750</sup> AHN, Livro nº 42, 1674-1754, *Várias Ordens das Cortes Mandadas Copiar em 05.03.1772 pelo Desembargador Custódio Correia de Matos*, fls. 84 e 84v.

<sup>751</sup> Os “panos de terra” eram o produto, para além do tráfico de escravos, de maior valor comercial do arquipélago e consistia no fabrico de panaria local, padronizado, tendo como matéria-prima o algodão cultivado nas ilhas do Fogo e de Santiago. Desde finais do século XVII, o comércio do bem passou várias vezes a estar submetido ao regime de exclusividade dos mercadores portugueses (1700, 1717, 1721 e 1723), numa clara tentativa de bloquear os comerciantes ingleses e franceses, frequentadores das águas do território. Para mais esclarecimentos, consultar Fernando Novais, *Estrutura e Dinâmicas do Sistema Colonial (Séculos XVI-XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2ª edição, [s.d.]; António Leão Correia e Silva, “Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedade”, in *ob. cit.*, pp. 1-66; António Carreira, *Panaria Cabo-verdiano: Guineense (Aspectos históricos e sócio-económicos)*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.

<sup>752</sup> Cf. *Histoire Generale des Voyages*, tome XVII, p. 192.

<sup>753</sup> Cf. Daniel Pereira, *ob. cit.*, 2ª edição, p. 159-160.

<sup>754</sup> Cf. *Idem, Ibidem*, p. 161.

No tocante à falta de materiais, à baixa qualidade dos existentes, ao elevado valor dos que tinham de se importar, e à ausência de pessoal preparado, não obstante a presença de engenheiros e arquitetos na cidade, entre os quais João Nunes (1586), José Coutinho (1696-1698) e António Carlos Andreis (1766-1779). Em 1627 o padre Sebastião Gomes informa que as construções vão caindo “cada vez mais, porque para edifício, a maior parte das coisas hão de vir de Portugal, até portais, tijolo etc.”<sup>755</sup>. Anos depois, em 1638, o governador das ilhas, Jerónimo Cavalcanti de Albuquerque, a propósito dos reparos da fortaleza, transmite-nos a mesma impressão, ao notificar o rei da necessidade de “oficiais, pedreiros, ferreiros e carpinteiros, porque esta terra não tem nenhuns” e de madeiras “porque nestas ilhas não as há”<sup>756</sup>.

Nesse quadro, e com o intuito de recuperar a imagem perdida da urbe e de reter e atrair potenciais moradores, a Igreja, dirigida pelo Bispo D. Freire Vitorino Portuense, o ouvidor geral, Coimbra Soeiro, e a Câmara da ilha [Santiago], uniram forças e dividiram a cidade em duas freguesias, depois da confirmação régia em 1695<sup>757</sup>. Contudo, esta iniciativa saiu frustrada pois já no século XVIII os vereadores da Ribeira Grande escrevem ao monarca referindo que “as casas estavam em ruínas por falta de artistas que soubessem trabalhar, e para acudir a isto pediram degredados que soubessem do ofício”<sup>758</sup>.

A instituição da Companhia do Grão Pará e Maranhão, em 1755, veio trazer ainda mais constrangimentos para o núcleo urbano, residindo o aspecto de maior interesse para o nosso estudo na subida exponencial do preço dos produtos utilizados nas obras<sup>759</sup>. A esse respeito, o governador Joaquim Saldanha Lobo, num tom crítico, apresenta, em 1773, dados concretos sobre os preços praticados na ilha.

---

<sup>755</sup> Cf. Exposição do padre Sebastião Gomes contra a fundação em Cabo Verde de 30.05.1627, publicado *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 179-193.

<sup>756</sup> Cf. Carta do governador de Cabo Verde a el-rei de Portugal de 20.12.1638, publicada *in MMA*, 2ª série, vol. V, pp. 330-332.

<sup>757</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, vol. I, parte II, pp. 318-319.

<sup>758</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, vol. I, parte II, p. 457.

<sup>759</sup> Cf. A subida dos preços dos materiais de construção é uma das várias acções levadas a cabo pela Companhia no sentido de neutralizar as iniciativas comerciais dos residentes na Ribeira Grande, pois pretendia ter o controlo imediato e efetivo sobre determinados produtos, tais como os escravos, a extracção da urzela e os panos. Sobre a Companhia ver entre outros, Ilídio Baleno “Reconversão do Comércio Externo em Tempo de Crise e o Impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão”, *in ob. cit.*, pp. 157-233; António Carreira, *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Editorial Presença, 1983.

Exemplificando, pode-se observar que 12 alqueires de cal, que custavam 2.100 réis, entre 1758 a 1765, passaram a ser comercializados a um preço de 13.000 réis, entre 1765 a 1773; um milheiro de telha, avaliado de 1758 a 1765, em 10.000 réis, passa a custar 25.000 réis no ano de 1773; uma dúzia de ripas varia, nesse mesmo período, de 350 réis para 1.100 réis<sup>760</sup>.

A informação acima é confirmada, dois anos mais tarde, quando o governador António do Vale de Sousa Meneses (1777-1781), numa última tentativa, procura, em vão, obrigar os moradores a reedificarem as suas habitações. Porém, já era tarde de mais, pois o ano de 1775 foi marcado por fomes, havia falta de operários e os poucos materiais estavam na posse da Companhia que praticava preços descabidos: “uma barrica de cal por 3.000 réis, um milheiro de telha de pau por 25.000 réis, e uma tábuca de casquinha por 1.300 réis”<sup>761</sup>. A partir do contexto descrito, compreende-se a rápida deterioração do parque edificado, o que acabou por contribuir para acentuar o êxodo urbano em direção ao interior da ilha<sup>762</sup> e à vila da Praia.

Em consequência dos fatores expostos, a partir dos finais do século XVIII a Ribeira Grande é vista numa perspectiva nostálgica. Em 1774, por exemplo, um anónimo anota que a cidade “está quase deserta, pois que não há nela mais habitantes que os cônegos que fazem nela a sua residência”<sup>763</sup>. Em 1796, o governador Teixeira Carneiro acrescenta que “a cidade já em ruínas, apresentava vestígios de uma Praça antiga, outrora bem defendida e segura”, onde os frades estavam “encarregados naturalmente de cantarem *De Profundis* à cidade morta”<sup>764</sup>.

Como conclusão, gostaríamos de assinalar aqui alguns domínios que pensamos serem pertinentes para se apostar em futuros estudos. Um desses pode centrar-se na problemática da arquitetura da morte projetada na Ribeira Grande, designadamente nos campos da epigrafia, heráldica, localização das lápides, autoria, características

---

<sup>760</sup> Cf. AHU, *Cabo Verde*, doc. 12, cx. 33, de 19.05.1773.

<sup>761</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, p. 72.

<sup>762</sup> Para saber mais sobre a imigração das populações em direção aos campos, ver, por exemplo, Daniel Pereira, *A Situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII*, Alfa-comunicações, Praia, 2004 (analisar principalmente o capítulo “A ruína das vilas e fazendas agrícolas”); António Carreira, *Cabo Verde: Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, Instituto de Promoção Cultural, 2000, 3ª edição (analisar sobretudo a capítulo “Assaltos dos corsários. Sua influência na fuga de escravos e no tipo de povoamento”).

<sup>763</sup> Cf. *Notícias corográfica e cronológica do bispado de Cabo Verde*, p. 23.

<sup>764</sup> Cf. Cristiano Sena Barcelos, *ob. cit.*, 2ª edição, vol. II, parte III, pp. 119-120.

físicas, datação, materiais, entre outros aspetos. Ainda, estudos comparativos relativamente à arquitetura e ao urbanismo, focam-se nas obras sacras, entre os dois primeiros territórios ocupados na ilha de Santiago, representados pela Ribeira Grande, na capitania sul, e Alcatraz, na capitania norte, no sentido de perceber os motivos do fracasso muito prematuro do povoado Alcatraz, apoiando-se para tal em trabalhos arqueológicos exaustivos.

A mesma análise comparativa poderia ser feita entre a cidade da Ribeira Grande e Trindade, localidade preferida para retiro, durante alguns períodos, por alguns bispos de Cabo Verde. Carece também de estudos o papel dos grandes proprietários e mecenas, residentes ou não na Ribeira Grande, na elevação de várias igrejas e sobrados distribuídos pela ilha de Santiago. Será ainda importante, para rematar, a recolha, a identificação, a catalogação e a interpretação de objetos da arte sacra, que outrora se encontravam nas igrejas da cidade, tais como o mobiliário, a pintura, a ourivesaria e a escultura.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes Manuscritas**

#### AHU (Arquivo Histórico Ultramarino)

AHU, Cabo Verde, cx. 6, doc. 161.

AHU, Cabo Verde, cx. 8, doc. 15.

AHU, Cabo Verde, cx. 9, docs. 24-A e 42.

AHU, Cabo Verde, cx. 21, doc. 54.

AHU, Cabo Verde, cx. 33, doc. 12.

#### IAN/TT (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo)

IAN/TT, Inventário do Cartório dos Jesuítas

- Maço 36, nº 1

- Maço 80, nº 17

- Maço 53, nº 50

Fundo Luís Benavente/Arquiteto

- Caixa 98, pasta 639, doc. 15

- Caixa 94, pasta 605, doc. 21

- Caixa 67, pasta 459, doc. 48

#### AHN (Arquivo Histórico Nacional – Cabo Verde)

AHN, Livro nº 42, 1674-1754 de *Várias Ordens das Cortes Mandadas Copiar em 05.03.1772 pelo Desembargador Custódio Correia de Matos.*

AHN, *Livro de Acórdãos da Santa Casa da Misericórdia*, Setembro de 1768 [n.º 1], fl. 3 V.º- 11 V.º de 26.06.1649.

### **Fontes Iconográficas e Cartográficas**

#### AHU (Arquivo Histórico Ultramarino)

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 117.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 118.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 119.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 120.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 121.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 122.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 123.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 124.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 125.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 126.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 127.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 128.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 129.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 130.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 1517.

AHU, Cabo Verde, Cartografia Manuscrita, 024, D. 1520.

AHU, Cabo Verde, Iconografia Impressa, 024, I, D. 179.

AHU, Cabo Verde, Iconografia Impressa, 024, I, D. 450.

AHU, Guiné Bissau, Cartografia Manuscrita, 049, D. 160.

AHU, Guiné Bissau, Cartografia Manuscrita, 049, D. 161.

AHU, Guiné Bissau, Cartografia Manuscrita, 049, D. 162.

AHU, São Tomé e Príncipe, Cartografia Manuscrita, 070, D. 170.

#### AHN (Arquivo Histórico Nacional – Cabo Verde)

Catálogo de postais de Cabo Verde, Cidade Velha.

#### IAN/TT (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo)

Plantas e Relatórios da Missão do Arquiteto Luís Benavente a Cabo Verde, caixa 66, pasta 450.

Plantas e Relatórios da Missão do Arquiteto Luís Benavente a Cabo Verde, caixa 71, pasta 493, doc. 11.

Plantas e Relatórios da Missão do Arquiteto Luís Benavente a Cabo Verde, caixa 72, pasta 497.

#### GEAEM (Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar)

Engenheiro António Carlos Andreis, Planta da Cidade da Ribeira Grande (1778), 1198/1

– 9- 13

## Fontes Impressas

ALBUQUERQUE, Luís de, *A Ilha de São Tomé nos Séculos XV e XVI*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989 [contem o texto, “Navegação de Lisboa à ilha de São Tomé”, a partir do documento redigido entre 1534 e 1541].

ALBUQUERQUE, Luís de, SANTOS, Maria Emília Madeira (Dir.), *História Geral de Cabo Verde: Corpo Documental*, 2 vols., Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988-1990.

ALVERNE, Frei Agostinho de Monte, *Crónicas da Província de São João Evangelista das Ilhas dos Açores*, vol. I., Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1960 [a partir do documento redigido no século XVII].

ANDRADE, Bernardo António Álvares de, *Planta da Praça de Bissau e Suas Adjacentes*, Publicada com Introdução e Anotações Históricas de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990 [a partir do documento redigido em 1795].

BARBA, Diego González de Medina, *Examen de Fortificación*, Madrid, Imprenta del Licenciado Varez de Castro, 1599.

BARCELLENSE, Padre Fr. Francisco de Santiago, *Chronica da Provincia de Nossa Senhora da Soledade [1762]*, tomo II, Apresentação do Padre Fr. Henrique Pinto Rema, Lisboa, Edição Fac-Simile, Província Portuguesa da Ordem Franciscana, 2009.

BARCELLOS, Fr. Boaventura, *Compilação dos Estatutos da Provincia de Santa Maria da Soledade da Ordem de N.P.S. Francisco da Regular Observancia dos Descalços no Reyno de Portugal*, Porto, Oficina Episcopal de Manuel Pedroso Coimbra, 1751.

BARROW, John, *A voyage to Cochichina, in the years 1792 and 1793*, London, T. Cadell and W. Davies, 1806.

BRÁSIO, Padre António, *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental*, 2ª série, vol. I (1342-1499), vol. II (1500- 1569), vol. III (1570-1600), vol. IV (1600-1622), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958-1964; vol. V (1623-1650), vol. VI (1651-1684), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1979-1991 e vol. VII (1685-1699),

Organização e Introdução de Isabel Castro Henriques, Lisboa, Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004.

CHALLE, Robert, *Journal d'un voyage fait aux Indes Orientales par une Efcandre de fix Vaiffeaux Commandez par Mr. Du Quefne, depuis le 24 Février 1690, jufqu'au 20 Août 1691*, III tome, Chez Jean Batiste Machuel, 1721.

CHELMICKI, José Conrado Carlos de, VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *Corografia Cabo-verdiana ou Descrição Geográfica-Histórica da Província das Ilhas de Cabo Verde e Guiné*, tomo I, Lisboa, Tipografia L. C. da Cunha, 1841.

*Códice Valentim Fernandes*, Leitura Paleográfica, Notas e Índice pelo Académico José Pereira da Costa, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1997 [a partir do documento redigido em 1506-1508].

COSTA, Fontoura da, *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes: 1506 1508*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1939.

DARWIN, Charles, *A Viagem do Beagle: Viagem de um Naturalista à Volta do Mundo*, Tradução de Dinis Lopes e Miguel Serras Pereira, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 2009 [a partir do documento redigido em 1839].

DONELHA, André, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)* Edição do texto em português, Introdução, Notas e Apêndices por A. Teixeira da Mota e Paul Hair, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1977.

DRAKES, Francis, *A summarie and true discourse of Sir Francis Drakes West-Indian voyage accompanied with Christopher Carleill, Martin Frobusher, Francis Knollis, with many other captains and gentlemen*, London, Nicholas Bourne, 1652.

DUPLESSIS, *Relation Journalière d'un Voyege fait en 1699 par M. de Beauchesne aux îles du Cap-Vert*, Présentation, Notes e Bibliographie de Françoise et Jean-Michel Massa, Tradução de Arlindo Barreto, Ana Maria Cerqueira Brito, Liberto Madalena Cruz, Pédagogie, Cultures, Littératures Lusographes, Rennes, 2004.

FERRARI, Leonardo, ROCÍO SÁNCHEZ, Rubio, TESTÓN NÚÑEZ, Isabel, SÁNCHEZ RUBIO, Carlos M., *Imágenes de un Imperio Perdido - Atlas del Marqués de Heliche*

[Material cartográfico]: *Plantas de Diferentes Plazas de España, Italia, Flandes y las Indias*, Mérida, Junta de Extremadura, 2004.

FROGER, François, *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 e 1697 aux Côtes d'Afrique, Detróit de Magellan, Bresil, Cayenne et Isles Antilles*, Amsterdam, D'Antoine Schelte, 1699.

FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Quarto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1977 [a partir do documento redigido em 1586-1590].

PRÉVOST, François Antoine, *Histoire Generale des Voyages au Nouvelle Collection de Toutes les Relations de Voyages par Mer et Par Terre*, tome XVII, Paris, Chez Didot, 1749.

LOPES, Fernando Félix, *Fontes Narrativas e Textos Legais para a História da Ordem Franciscana em Portugal*, Madrid, Arquivo Ibero-Americano, 1949.

*Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde, dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados dos livros e papéis antigos*. Apresentação, Notas e Comentários por António Carreira, Instituto Cabo-verdiano do Livro, Lisboa, 1985 [a partir do documento redigido em 1784].

MEALHADA, Fr. Manuel, *Coronica da Provincia da Soledade da mais Estreita Observancia no Reyno de Portugal*, tomo II, 1789.

MONFORTE, Frei Manoel de, *Crónicas da Província da Piedade. Primeira Capucha de Toda a Ordem, e Regular Observância de Nosso Seráfico Padre São Francisco*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1751 [primeira edição de 1693].

NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Cidade do Funchal na Ilha da Madeira*, Transcrição e Notas de Alberto Viera, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996 [a partir do documento redigido em 1722].

OGILBY, John, *America being the latest, and most accurate description of the New World; containing The Original of the Inhabitants, and the Remarkable Voyages thithre*, London, 1671. Disponível em <https://archive.org/details/America00Ogil>.

PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Introdução e Anotações Históricas de Damião Peres, 3ª edição, Lisboa, Academia de História, 1988 [a partir do documento redigido por volta de 1506].

PEREIRA, António Martins, *Relação da Viagem que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo D. Frei João de Faro para a sua Sé da Cidade da Ribeira Grande, Ilha de Santiago de Cabo Verde*, Lisboa, Oficina Manescal da Costa, 1741.

PIMENTEL, Luís Serrão, *Método Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, parte I, secção I, capítulo VII, Lisboa, 1680.

PINTO, Manuel do Rosário, *Relação do Descobrimento da ilha de São Tomé*, Fixação do Texto, Introdução e Notas de Armindo Manuel Caldeira, Lisboa, CHAM-FCSH-UNL, 2006 [a partir do documento redigido em 1734].

PUSICH, António (Memórias de), “As Ilhas de Cabo Verde no Principio do Século XIX”, Publicadas e Anotadas por Orlando Ribeiro, *Separata de Garcia de Orta*, vol. IV, nº 4, Lisboa, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1956.

*Sir Francis Drake's West Indian Voyage, 1585-86*, edited by Mary Frear Keeler, Second Series, vol. 148, London, The Hakluyt Society, 1981.

*Sir Francis Drake an Exhibition to Commemorate Francis Drake's Voyage around the World, 1577-1580*, London, The British Library, 1977.

DEL VALLE, El Marqués de La Fuensanta, RAYON, D. José Sancho, ZABÁLBURU, D. Francisco de *Coleccion de Documentos Inéditos Para la Historia de España*, tomo XCIV, Madrid, M. Ginesta Hermanos, Impresores la Real Casa, 1889.

VAN TENAC, *Histoire Générale de la Marine*, tomo II, Paris, Typographie D' Alexandre Bailly, 1847.

VITERBO, Sousa, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, Prefácio de Pedro Dias, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

*Vitrúvio: Tratado de Arquitectura*, Tradução do Latim, Introdução e Notas por Manuel Justino Maciel, Lisboa, IST Press, 2006.

ZABÁLBURU, Francisco de, RAYON, D. José Sancho, *Collecion de Documentos Inéditos para la Historia de España*, Madrid, tomo XCIV, 1889.

## **Estudos**

AFONSO, José Ferrão, *A Igreja Velha da Misericórdia de Barcelos e Cinco Igrejas de Misericórdias do Entre-Douro-e-Minho: Arquitectura e Paisagem Urbana*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia, 2012.

ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.), *História Geral de Cabo Verde*, 3 vols., Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Direcção do Património Cultural de Cabo Verde, 1991-2001.

ALBUQUERQUE, Luís de, DOMINGUES, Francisco Contente (Coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

ALBUQUERQUE, Luís de (Dir.), *Portugal no Mundo*, 3 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, BARROCA, Mário Jorge, *História da Arte em Portugal: o Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols, Lisboa, Livraria Civilização, 1968.

ALMEIDA, João Bento de, “A Sé da Ribeira Grande: proposta de recuperação”, in *Oceanos, Sagres-Cabo Verde*, nº 5, Lisboa, CNPDP, 1990, pp. 88-89.

AMARAL, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde: a Terra e os Homens*, Dissertação de Doutoramento em Geografia, Lisboa, FLUL, 1964.

“Cidades Coloniais Portuguesas: notas preliminares para uma geografia histórica”, *Povos e Culturas*, nº 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e

Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica de Lisboa, 1987.

AMARO, Clementino, “Escavações Arqueológicas na Cidade Velha”, in *Oceanos: Sagres-Cabo Verde*, nº 5, Lisboa, CNCDP, 1990, pp. 85-87.

ANDRADE, Elisa Silva, “La Formation dès Villes au Cab-Vert”, in *Villas et Cidades, Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, (Dir. por Michel Cahen), Paris, Editions L’Harmattan, 1989, pp. 23-42.

ARAUJO, Renata Malcher de, *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa. Catálogo da Exposição*, Lisboa, CNCDP, 1994.

BALENO, Ilídio, “Subsídios para a História de Cabo Verde: a necessidade das fontes locais através das materiais”, in *Separata de D. João II e a Política Quatrocentista, Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época*, vol., I, Porto, 1989, pp. 553-555.

BARCELOS, Christiano José de Senna, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, 2ª Edição., vol. I, partes I e II (1460-1750), vol. II, parte III (1750-1833), Apresentação, Notas e Comentários de Daniel Pereira, Praia, IBNL, 2003.

BARROS, Maria de Fátima Rombouts de, “Hurmuz [Ormuz] (Irão): arquitetura militar”, in *Património de Origem Portuguesa na Mundo: Arquitectura e Urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, (Coord. do vol. Filipe Themudo Barata, José Manuel Fernandes), Lisboa, FCG, 2010, pp. 145-151.

BETHENCOURT, Francisco, “A Igreja”, *História da Expansão Portuguesa* (Coord. Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri), vol. I., Lisboa, Circulo de Leitores, 1998, pp. 369-411.

BOXER, Charles R., *O Império Marítimo Português: 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 2001.

BRÁSIO, Padre António, “Monumentos Sacros de Santiago”, in *Cabo Verde*, nº 130, 1960.

BRUNO, Jorge A. Paulus (Coord.), *Inventário do Património Imóvel dos Açores - Vila do Porto*, Instituto Açoriano de Cultura, 2000-2001.

*Inventário do Património Imóvel dos Açores – Santa Maria*, Instituto de Cultura, 2000-2001.

BUENO, Beatriz Siqueira, “Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares” in *A Construção do Brasil Urbano, Oceanos*, Nº 41, Lisboa, 2000, pp. 40-58.

BUESCU, Ana Isabel, *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

CABRAL, Iva, “Ribeiro Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação”, in *História Geral de Cabo Verde*, (Dir. por Luís de Albuquerque, Maria Emília Madeira Santos), vol. II, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Tropical e Ciência/Instituto Nacional de Cultura, 1995, pp. 225-274.

CAHEN, Michel, *Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, Paris, Editions L’Harmattan, 1989.

CÁMARA MUÑOZ, Alicia, “Fortificaciones Y Control del Territorio” in *Cabo Verde: Fortalezas, Gente e Paisagem*, Praia, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2000.

“Do Papel à Realidade, Tratadistas e Engenheiros Militares no Século XVI no Mundo Hispano-Português”, in *Cabo Verde: Fortalezas, Gente e Paisagem*, Praia, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2000.

“Fortificaciones Y Control del Territorio” in *Filipe II, un Monarca y su Época: las Tierras y las Hombres del Rey*, Valladolid, Sociedad Estatal para Commemoración de las Centenarios de Felipe II y Carlos V, 1999.

CAMPBELL, Jan, Pietro Cataneo, *Architetto Senese*, Norwich, 1976.

CANAVARRO, Pedro, “Uma “Traça” Jesuíta para a Antiga Cidade de S. Tiago de Cabo Verde” in *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, IV série, nº 1, Lisboa, 1976-1977, pp. 385-403.

CARITA, Hélder, *Lisboa Manuelina e a Formação de Modelos Urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

*Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, CML, 1993.

CARITA, Hélder, CARITA, Rui, “Modelos, instituições e personagens na urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI”, *Oceanos: A Construção do Brasil Urbano*, nº 41, Lisboa, CNCDP, 2000, pp. 174-190.

CARITA, Rui, *A Fortificação em Cabo Verde nos Finais do Século XVI*, Universidade da Madeira, 2010, disponível em <http://bdigital.cv.unipiaget.org:8080/jspui/handle/10964/254>

“A Fortaleza de São Brás em Ponta Delgada no Século XVI” in *Arquitectura Militar do Conhecimento Histórico à sua Função Actual*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2005, pp. 113-155.

*O Colégio dos Jesuítas do Funchal*, Funchal, Governo Regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação, 1987.

“A Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c. 1570)”, *Série Separatas do Centro de Estudos de Cartografia Antiga*, nº 47, Coimbra, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1983, pp. 9-57.

*Introdução à Arquitectura Militar na Madeira. A Fortaleza-Palácio de São Lourenço*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 1981.

“O Atlântico: ilhas e costa africana”, in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, (Dir. por Rafael Moreira), Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp.188-206.

“O Padre António Vieira e os colégios das Ilhas”, in *Oceanos*, nº 30-31, Lisboa, 1997, pp. 66-80.

CARREIRA, António, *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460 -1878)*, 3ª edição, Praia, Instituto de Promoção Cultural, 2000.

“A Capitania das Ilhas de Cabo Verde: organização civil, eclesiástica e militar (séculos XVI-XIX). Subsídios”, in *Revista de História Económica e Social*, nº 19, Lisboa, Sá da Costa, 1987, pp. 33-76.

*Documentos Para a História das Ilhas de Cabo Verde e Rios da Guiné (Séculos XVII e XVIII)*, Lisboa, edição do autor, 1983.

*Panaria Cabo-verdiano/Guineense (Aspectos Históricos e Sócio-económicos)*, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.

CARVALHO, Carlos, “Formação dos primeiros centros urbanos de Santiago de Cabo Verde: Ribeira Grande e Praia”, in *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822* (coord. Walter Rossa, Renata Araujo, Helder Carita), Lisboa, CNCDP, 2001, pp. 131-138.

“Panorama do sistema defensivo das ilhas de Cabo Verde, com incidência na Ex-Cidade da Ribeira Grande”, in *Arquitetura Militar do Conhecimento Histórico à sua Função Actual* (actas do colóquio), Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2005, pp. 131-139.

CARVALHO, Eduardo Kol de, “Qal’at al Bahrain [Barém]: arquitetura militar”, in *Património de Origem portuguesa na Mundo: Arquitectura e Urbanismo – África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico*, (coord. do vol. Filipe Themudo Barata, José Manuel Fernandes), Lisboa, FCG, 2010, pp. 162-166.

CARVALHO, José Maria Lobo, FERREIRA, Teresa de Deus, *Ribeira Grande: Carta de Risco da Igreja de Nossa Senhora do Rosário*, Portugal-Lisboa, DGEMN, 2000.

*Catálogo da Exposição Histórica Documental sobre Cabo Verde*, IICT/AHU, Mindelo-Praia, 1985.

*Catálogo de Luís Benavente/Arquiteto*, Lisboa, IAN/TT, 1997.

CERRONE, Frederico, *História da Igreja de Cabo Verde (Subsídios)*, Mindelo, 1983.

CHAUDHURI, Kirti, “A concorrência holandesa e inglesa”, *História da Expansão Portuguesa: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, (dir. por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 82-111.

CHAVES, Luís, *Pelourinhos do Ultramar Português*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1948.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares, “A Praça da Guerra: Aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação”, in *Oceanos: A Construção do Brasil Urbano*, Nº 41, Lisboa, 2000, pp. 24-38.

CORREIA, Vergílio, “Entalhadores de Lisboa (Séculos XVII, XVIII). Para a História da Obra de Talha em Portugal”, in *Águia*, n.º 14, Porto, 1918.

CORTESÃO, Armando de, *Descobrimientos e Representação das ilhas de Cabo Verde na Cartografia Antiga*, Lisboa, Academias das Ciências, 1976-77.

CORTESÃO, Jaime, *A Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português: Antigo e Moderno*, Lisboa, 1960.

COUTINHO, Maria João Pereira, “José Rodrigues Ramalho (c. 1660-1721). Um Artista do Barroco Lusófono na Casa Professa de São Roque”, in *Separata da Revista Brotéria*, vol. 159, Lisboa, 2004.

DIAS, Pedro, *Manuelino. À Descoberta da Arte do Tempo de D. Manuel I*, Lisboa, Civilização Portugal, 2005.

*História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): o Espaço do Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.

*História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822): o Espaço do Índico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

DUNCAN, T. Bentley, *Atlantic Islands. Madeira, the Azores and Cabo Verde in Seventeenth Century. Commerce and Navigation*, Chicago/London, University of Chicago Press, 1972.

ESPANCA, Túlio, “Noticias dos Edifícios do Colégio e Universidade do Espírito Santo de Évora”, in *Cadernos de História da Arte Eborense*, vol. XX, Évora, Livraria Nazareth, 1959.

*Estampas Antigas da Madeira, Paisagem, Costumes, Trajes, Edifícios e Marinhas*, Introdução e Texto de João Cabras do Nascimento, Funchal, Club Rotário do Funchal, 1935.

ESTEVIÃO, João, “Peuplement et phénomènes d’urbanisation au Cap-Vert pendant la période coloniale, 1462-1940”, in *Villas et Cidades, Bourgs et Villes en Afrique Lusophone*, (dir., por Michel Cahen), Paris, Editions L’Harmattan, 1989, pp. 42-59.

*Et. al. Proposition d'inscription Cidade Velha, Praia, Instituto de Investigação e Património Culturais, 2008.*

*Et. al., Encompassing the Globe – Portugal and the World in 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries, Washunton, D.C., Edited by Jay A. Levenson, 2007.*

*Et. al., Sir Francis Drake's West Indian Voyage 1585-86, Londres, Hakluyt Society, 1981.*

*EVANS, Christopher, SORENSEN, Marie Louis, Cidade Velha, Cape Verd, Archaeological Excavations (Preliminary Project Reports), Praia, 2006.*

*ÉVORA, José Silva, A Praia na Primeira Década da Segunda Metade do Século XIX: o Porto, o Comércio e a Cidade, Dissertação de Mestrado em História, Porto, FL, Universidade do Porto, 2007.*

*FAGUNDES, João, "Ribeira Grande a Cidade Velha," in Oceanos: Sagres-Cabo Verde, nº 5, Lisboa, 1990, pp. 78-84.*

*FERNANDES, José Manuel, "Arquitectura e Urbanismo na África Subsaariana: uma leitura" in Património de Origem portuguesa na Mundo: Arquitectura e Urbanismo – África Mar, Vermelho, Golfo Pérsico, (coord. do vol. Filipe Themudo Barata, José Manuel Fernandes), Lisboa, FCG, 2010.*

*"Ilha de Moçambique (Nampula)", in Património de Origem portuguesa na Mundo: Arquitectura e Urbanismo – África Mar, Vermelho, Golfo Pérsico, (coord. do vol. Filipe Themudo Barata, José Manuel Fernandes), Lisboa, FCG, 2010, pp. 538-545*

*Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa, Casal da Câmara, Caleidoscópio, 2005.*

*"Arquitectura do Mundo Lusófono", Revista Camões nº 11, Lisboa, Instituto Camões, 2000.*

*Arquitectura Popular dos Açores, (coord. João Vieira), Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2000.*

*"Luís Benavente e as Fortalezas de África", in Oceanos Fortalezas da Expansão Portuguesa, nº 28, Lisboa, 1996, pp. 41-52.*

*Cidades de Casas da Macaronésia*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1996.

“A Cidade Portuguesa. Um modo característico de espaço urbano”, in *Sínteses da Cultura Portuguesa – A Arquitectura*, Lisboa, Comissariado para a Europalia/ INCM, 1991, pp. 91-120.

“O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa na Atlântico. Estudo Comparativo e de Enquadramento Histórico Estrutural” in *Actas do Colóquio Internacional de História da Madeira*, vol. I, Funchal, 1986, pp. 247-260.

FERREIRA, Clarisse Cardona, *A História do Arquipélago de Cabo Verde Durante o Período Filipino*, Lisboa, FL-UL, 1964.

FERREIRA, Sílvia Maria Cabrita Nogueira Amaral da Silva, *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os Artistas e as Obras*, Tese de Doutoramento em História (Especialidade Arte, Património e Restauro), Lisboa, FL-UL, 2009.

FIGUEIREDO, Ana Paula Valente, *Os Conventos Franciscanos da Real Província da Conceição: Análise Histórica, Tipológica, Artística e Iconográfica*, Tese de Doutoramento em História, Arte, Património e Restauro, Lisboa, FL-UL, 2009.

FIGUEIREDO, Jaime de, *Catálogo da Exposição do Documentário Fotográfico sobre as Ruínas da Cidade da Ribeira Grande de Santiago*, Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1960.

“A Fortaleza Real de São Filipe e o seu Restauro”, in *Cabo Verde – Boletim de Propaganda e Informação*, nº 113, Ano X, Fevereiro de 1959.

FILHO, Américo Simas (coord.), *Evolução Física de Salvador*, Salvador da Baía, Universidade Federal da Baía, Faculdade de Arquitectura, Centro de Estudos da Arquitectura na Baía, 2 vols. 1979.

FILHO, João Lopes, APARÍCIO, João Paulo, *O Forte do Príncipe Real e a Defesa da Ilha de São Nicolau*, Cascais, Património Histórica, 1998.

FILHO, João Lopes, *Crónicas do Tempo que Passou*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009.

FRANÇA, José Augusto, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, 5ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

FORTUNA, António Matos, *Monografia de Palmela*, Palmela, Grupo dos Amigos do Concelho, 1982.

GARCIA, José Manuel, “Breve roteiro das fortalezas portuguesas no Estado da Índia”, in *Oceanos: Fortalezas da Expansão Portuguesa*, nº 28, Lisboa, CNCDP, 1996, pp.121-126.

GARCÍA PEÑA, Carlos, ROS LARENA, Rosario, “El sistema defensivo de Felipe II en Cabo Verde”, *Cuadernos de Historia Moderna*, vol. 27, Madrid, Departamento de Historia Moderna de la Universidad Complutense, 2002, pp. 11-48. Disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/CHMC>

GARCIA PEÑA, Carlos, A Fortaleza Real de São Filipe, Chave da Defesa do Arquipélago de Cabo Verde in, *Cabo Verde: Fortalezas, Gente e Paisagem*, Praia, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2000, pp. 80-107.

GASPARINI, Graziano, ANTEI Giorgio, *La Medida de El Dorado: vida y empresas de Emiliano-romañolos en las Américas. Los Antonelli – Arquitectos de Gatteo*, Bolonha, Editado por Maria Crsitina Turchi, [s.d], Disponível em <http://www.provincia.fc.it/cultura/antonelli/esp/index a 21.09.2014>.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, Lisboa, 1956.

GOMES, Lourenço, *Urbe, Memória e Crítica da Arte: Centro Histórico da Praia – Extremo Sul (de 1840 à actualidade)*, Praia, Edições Uni-CV, 2010.

GONÇALVES, Nuno da Silva, “A Igreja e a Cultura”, in *Nova História da Expansão Portuguesa: A Colonização Atlântica*, vol. III, (Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), tomo II, Lisboa, Editorial Estampa, 2005, pp. 204-220.

*Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996.

GONÇALVES, Padre Manuel Pereira, *A Missionaçãõ dos Jesuítas e dos Franciscanos nos “Rios de Guiné” no Século XVII*, Dissertação de Mestrado em História, Lisboa, FL-UL, 1991.

JUAN ARES, Jorge de, CÁCERES GUITIÉRREZ, Yasmina, “Restabelecimento do Passado: I Investigações Arqueológicas na Real Fortaleza de São Filipe”, in *Cabo Verde: Fortalezas, Gente e Paisagem*, Praia, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2000.

KEIL, Luís, *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Portalegre*, vol. I, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1943.

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521 -1706)*, 2ª edição, Lisboa, Vega, 2005.

LEITE, Luís Emanuel Melo, *Os Lugares da Povoação*, Povoação, CMP, 2004.

LOPES, António, *Roteiro Histórico dos Jesuítas em Lisboa*, Braga, Editorial A.O., 1985.

LOPO, Francisco Sousa, GARCIA, Carlos Peña, *Cabo Verde: Fortalezas, Gente e Paisagem*, Praia, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2000.

“Técnica, Engenharia e Artilharia na Cidade Velha” in *Cabo Verde: Fortalezas, Gente e Paisagem*, Praia, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2000, pp. 109-132.

*O sistema defensivo da Cidade Velha na Ilha de Santiago. Relatório da Missão à República de Cabo Verde de Abril de 1995*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1997.

“Um olhar militar sobre o forte”, in *Revista Semestral de Edifícios de Monumentos*, nº 5, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 1996, pp. 16-27.

MADEIRA, Teresa, “Estudo Morfológico de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa” in *Actas do Colóquio Internacional do Universo Urbanístico Português 1415-1822* (Coord. Walter Rossa, Renata Araujo e Helder Carita), Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 247-264.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Os limites da expansão asiática”, in *História da Expansão Portuguesa – Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, (Dir. por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 8-81

MALAFAIA, Ataíde, *Pelourinhos Portugueses: Tentâmen de Inventário Geral*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1997.

MARADO, Catarina Almeida, *Antigos Conventos do Algarve: um Percurso pelo Património da Região*, Lisboa, Edições Colibri, 2006.

MARTINS, Fausto Sanches, “Culto e devoções das igrejas jesuítas” in *Espiritualidade e Cultura*, vol. I, Porto, FL-UP, 2004, pp. 90-115.

“Arquitectura dos Jesuítas, Portugal nos séculos XVI e XVIII, Critérios, Articulação Espacial. Intérpretes do Modo Nostro” in *Portugal Brasil/Brasil Portugal, Duas Faces de uma Realidade Artística*, Lisboa, CNCDP, 2000.

*A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759, Evolução Cronológica, Intervenção Artística e Articulação Espacial*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Porto, FL-UP, 1994.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva, *Luanda a Cidade e a Arquitectura*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Porto, FA-UP, 2000.

MARTINS, Rocha, *Histórias das Colónias Portuguesas*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1933.

MATTOSO, José, FARINHA, Maria do Carmo Dias (Coord.), *Inventário: Ordens Monástica/Conventuais*, Lisboa, IAN/TT, 2002.

MEDINAS, Victor Joaquim Fialho, *Arquitectura Capucha da Piedade*, Dissertação de Mestrado em História da Arte, Lisboa, FCSH-UNL, 1994.

MENDEIROS, José Filipe, *Roteiro Histórico dos Jesuítas em Évora*, Braga, Editorial A. O., 1992.

MENESES, Avelino de Freitas de, “A fortaleza do Monte Brasil: os propósitos de construção de uma atalaia do atlântico”, in *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, nº 5, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro de 1996, pp. 8-15.

MIMOSO, Alexandre Braz, “Interpretação e Consolidação da Sé Catedral da Cidade Velha” in *Revista de Estudos Cabo-verdianos*, Praia, Edições Uni-CV, 2013, pp. 1-57.

“Intervenção de consolidação das ruínas da Sé Catedral da Cidade Velha Cabo Verde” in *Património Estudos* Nº 4, Lisboa, Ministério da Cultura, IPPAR, 2003.

MIRANDA, Maria Adelaide, SILVA, José Custódio Vieira da, *História da Arte Portuguesa: Época Medieval*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

MORA, Pedro Piris, *Tratados Y Tratadistas de Fortificación: siglos XVI al XVIII*, Sevilla, Universidade de Sevilla, 2010, disponível em

<http://patrimoniomm.files.wordpress.com/2013/08/tratados-y-tratadistas-de-fortificac3b3n-xvi-al-xviii.pdf>

MOREIRA, Rafael, “A mais Antiga Tradução Europeia de Vitruvius – Pedro Nunes em 1537-1541”, in *Tratado de Arte em Portugal* (Coord. Rafael Moreira, Ana Duarte Rodrigues), Lisboa, Scribe, 2011., pp. 51-61.

“As Misericórdias: um património artístico da humanidade”, *500 anos das Misericórdias Portuguesas: Solidariedade de Geração em Geração*, Lisboa, 2000, pp. 135-215.

A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: a Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano, Tese de Doutoramento em História da Arte, Lisboa, FCSH-UNL, 1991.

“A Época Manuelina”, in *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 91-142.

“A arte da guerra no Renascimento”, in *Portugal no Mundo: História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 143-158.

“A Escola de Arquitectura do Paço da Ribeira e a Academia de Matemáticas de Madrid”, in *As Relações Artísticas entre Portugal e Espanha na Época dos Descobrimentos* (Dir. Pedro Dias), Coimbra, Minerva, 1987, pp. 65-77.

“A Arte Militar”, in *História da Arte em Portugal – o Maneirismo* (Coord. Vítor Serrão), Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp.137-151.

“A arquitectura militar do Renascimento em Portugal” in *Actas do Simpósio sobre a Introdução da Arte do Renascimento na Península Ibérica*, Editor Epartur, Coimbra, 1977, pp. 281-305.

MOREIRA, Rafael, CURVELO, Alexandra, “A Circulação das Formas: artes portáteis, arquitectura e urbanismo” in *História da Expansão Portuguesa* (Dir. Francisco Bethencourt, Kirti Chaudhuri), vol II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 563-564.

MOTA, Teixeira da, “Cinco Séculos de Cartografia das Ilhas de Cabo Verde”, *Separatas de Garcia da Orta*, vol., IX, nº 1, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1961.

“Alguns aspectos da colonização e do comércio marítimo dos Portugueses na África Ocidental nos séculos XV e XVI”, in *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CVI, tomos 10 a 12, Coimbra, Junta de Investigações do Ultramar, 1976, pp. 677-710.

“As rotas marítimas portuguesas no Atlântico de meados do século XV ao penúltimo quartel do século XVI”, in *Do Tempo e da História*, vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura - Centro de Estudos Históricos, 1970, pp. 13-33.

NEVES, Sofia Marques de Lima, *A História do Arquipélago de Cabo Verde Durante o Período da Restauração: 1640-1668*, Dissertação de Licenciatura em História, Lisboa, FL-UL, 1966.

NUNES, António Lopes Pires, *Dicionário de Arquitectura Militar*, Lisboa, Caleidoscópio, 2005.

PEREIRA, Daniel, *Marcos cronológicos da Cidade Velha*, 2ª edição revista e aumentada, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2009.

*A importância histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago – Cabo Verde)*, Praia, Instituto da Biblioteca Nacional de Livro, 2004.

PEREIRA, Djamila A., *Cidade Velha, História Restauro e Intervenção*, Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica, 1999.

PERES, Damião, *História dos Descobrimentos Portugueses*, 3ª edição, Vertente, Porto, 1983.

PIRES, Fernando Monteiro Reis, *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde: Análise Histórico-formal do Espaço Urbano, século XV-século XVIII*, Praia, Uni-CV, 2007.

PIRIS, Pedro Mora, *Tratados Y Tratadistas de Fortificación: siglos XVI al XVIII*, Sevilla, Universidade de Sevilla, 2010, disponível em:

<http://patrimoniomm.files.wordpress.com/2013/08/tratados-y-tratadistas-de-fortificac3b3n-xvi-al-xviii.pdf>

Por um anónimo (1607), “Estabelecimento e resgates portugueses na Costa Ocidental de África”, in *Questões Históricas- Coloniais*, vol. I, Lisboa, Biblioteca Agência Geral das Colónias, 1935, pp. 277-305.

PORTAS, Nuno, “Interrogações sobre as Especificidades das Fundações Urbanas Portuguesas” in *Estudos de Arte e História: Homenagem a Artur Nobre Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 430-435.

*Programa de Intervenção para a Recuperação do Património Histórico Arquitectónico e para o Desenvolvimento Turístico e Agrícola da Cidade Velha*, Praia, IIPC, [S. d.].

REMA, Henrique Pinto, “Diocese de Cabo Verde”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II (Dir. Carlos Moreira Azevedo e Ana Maria Jorge), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 280-284.

REY, Eusebio, *Leyenda y Realidade en la Expression “Estilo Jesuítico”*, Razón Y Fe, 1995.

RIBEIRO, Orlando, *A Ilha do Fogo e as suas Erupções*, Lisboa, CNCDP, 1997.

*A Ilha da Madeira até Meados do Século XX. Estudo Geográfico*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1985.

“Cidade” in *Dicionário de História de Portugal* (Dir. por Joel Serrão), vol. II., Iniciativas Editoriais, 1979, pp. 60-66.

“Primórdios da Ocupação das Ilhas de Cabo Verde”, in *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, nº 59, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1962.

RICHTER, Konstantin Alexander, *The historic religious buildings of Ribeira Grande. Implementation of Christian models in the early colonies, 15th till 17th century, on the example of Cape Verde Islands*, Tese de Doutoramento em Ciências da Arte, Funchal, Universidade da Madeira, 2008.

RODRIGUES, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, tomo II, vol. II, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1938.

ROSSA, Walter, “O Urbanismo Regulado e as Primeiras Cidades Coloniais Portuguesas”, in *Universo Urbanístico Português, 1415-1828*, Coord. por Hélder Carita, Renata Araújo Lisboa, Lisboa, CNCDP, 1998.

“A Cidade Portuguesa”, in *História da Arte Portuguesa*, (Dir. por Paulo Pereira), vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp.233-323.

SÁ, Isabel Guimarães, “As Misericórdias no Império Português [1500-1800], in *500 anos das Misericórdias Portuguesas: Solidariedade de Geração em Geração*, Lisboa, 2000, pp. 101-133.

SANCHEZ, Formosinho, O “De Architectura” de Vitruvius: Numa Recolha Bibliográfica, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1991.

SANTOS, Cátia Margaria Jorge dos, *As Sés Joaninas: Arquitectura Episcopal Portuguesa na segunda metade do Século XVI*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Coimbra, FCT-UC, 2009.

SANTOS, Maria Madeira, “A Defesa dos Litorais. O Caso da Arquipélago de Cabo Verde Durante a Ocupação Filipina” in *Atas do V Colóquio “Do Infante e Tordesilhas”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 115-120.

SANTOS, Maria Emília Madeira, SOARES, Maria João, “Igreja, Missionação e Sociedade”, in *História Geral de Cabo Verde, vol. II*, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Cultura, 1995, pp. 359-509.

Secretaria de Estado da Cultura, *Ribeira Grande: a Cidade Velha*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1989.

SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, 9 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1998-2005.

SILVA, António Correia Leão e, *Os Ciclos Históricos da Inserção de Cabo Verde na Economia Atlântica*, Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Lisboa, FCSH-UNL, 2008.

“A construção da Atlântico e as cidades-porto cabo-verdianas” in *Oceanos: A Construção do Brasil Urbano*, nº 41, Lisboa, CNCDP, 2000, pp. 192-207.

*Espaços Urbanos de Cabo Verde: o Tempo das Cidades-porto*, Lisboa, CNCDP, 1998.

“Praia: a lenta emergência de uma capital”, in *Revista Cultura – Cabo Verde*, nº 2, Praia, 1998, pp. 189-201

*Histórias de um Sahel Insular*, Praia, Spleen-Edições, 1995.

“A Sociedade Agrária. Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros” in *História Geral de Cabo Verde* (Coord. Luís Albuquerque, Maria Emília Madeira Santos), vol., II, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Cultura, 1995, pp. 275-357.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Setúbal*, Lisboa, Edições Presença, 1990.

SILVEIRA, Luís da, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. II, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1960.

SOUSA, Élvio Duarte Martins, *Arqueologia da Cidade de Machico: a Construção do Quotidiano nos Séculos XV, XVI e XVII*, Machico, CEAM, 2006.

STURGIS, Russell (Coord.), *A Dictionary of Architecture and Building*, 3 vols., New York, 1905.

TEIXEIRA, Manuel C., “ O Património Urbano dos Países de Língua Portuguesa. Raízes e Manifestações de um Património em Comum”, in *III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2009.

Disponível em [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/teixeira\\_o-patrimonio-urbano-dos-paises-de-lingua-portuguesa.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/teixeira_o-patrimonio-urbano-dos-paises-de-lingua-portuguesa.pdf).

“Portuguese Traditional Settlements, a result of cultural miscegenation”, In *Traditional Dwellings an Settlements Review*, vol. 1 e 2, Berkley, 1990.

TEIXEIRA, Manuel C., VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, SOARES, Maria João, *Histórias Conjuntas: o Exemplo do Projecto História Geral de Cabo Verde – sua Inserção e Impacto na Historiografia*, Lisboa, IICT, 2007.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, “A Colonização das ilhas de Cabo Verde: Meios e Objetivos”, in *Portugal no Mundo* (Dir. de Luís de Albuquerque), vol. II, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 150-170.

VIEIRA, Álvaro Siza, ALBUQUERQUE, Helena, *Cidade Velha, 2ª fase de Requalificação da Sé: Anteprojecto, Memória Descritiva*, Praia, IIPC/IPPAR, 2006.

VIEIRA, Álvaro Siza, 2ª Fase de Reabilitação das Ruínas da Sé Catedral da Cidade Velha, Cabo Verde, Gabinete de Organização e Projetos Lda, 2006.

VALDEZ, Francisco Travassos, *África Ocidental: Notícias e Considerações*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.

WIECZOREK, Jean-Pierre, *Programme de Sauvegarde du Site de Cidade Velha*, UNESCO, 1989.

WITTKOWER, Rudolf, JAFFE, Irma, *Baroque Art: The Jesuit Contribution*, Nova Iorque, Fordham University Press, 1972.

WONDJI, C., “Os Estados e as culturas da costa da Alta Guiné” in *História Geral de África, História do Século XVI ao XVIII*, Brasília, UNESCO, 2010.

XAVIER, António Manuel, *Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Soledade*, [s. l.], Editora Licorne, 2011.

*Das Cercas dos Conventos Capuchos da Província da Piedade*, Évora, Casa do Sul Editora/Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2004.